

REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO

ISSN: 2176-5804 - Vol. 33 - N. 1 - Dez/2022



UFMT 3 ANOS



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E
DOCUMENTAÇÃO - IGHD

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR



Ministério da Educação
Victor Godoy Veiga
Ministro da Educação



Universidade Federal de Mato Grosso
Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Vice-reitora

Rosaline Rocha Lunardi

Pró-Reitor Administrativo

Adriano Aparecido de Oliveira

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Lisiane Pereira de Jesus

Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Adelmo Carvalho da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa

Leandro Dênis Battirola

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende

Pró-Reitor de Planejamento

Roberto Perillo Barbosa da Silva

Pró-Reitor do Câmpus do Araguaia

Rodrigo Ferreira de Azevedo

Pró-Reitor do Câmpus de Sinop

Fábio José Lourenço

Pró-Reitor do Câmpus de Várzea Grande

Ilce de Oliveira de Campos

Diretor do Instituto de Geografia, História e Documentação

Marcus Silva da Cruz

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

João Antônio Botelho Lucídio - Supervisor do NDIHR



REDM

Revista Eletrônica Documento/Monumento

Conselho Editorial

Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)

Otávio Canavarros (IGHD/UFMT)

Conselho Consultivo

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)

Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)

Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)

Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)

Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)

Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)

Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)

Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)

Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Ecuador)

Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)

Ignacio Telesca (CONICET-IGHI/Argentina)

Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)

Joana A. Fernandes Silva (UFG)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

João Manuel C. Marta (PPGHIS/UFMT)

Leny Caselli Anzai (IGHD/UFMT)

Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFMS)

Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)

Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)

Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)

Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)

Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)

Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)

Michèle Sato (IE/UFMT)

Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)

Pablo Diener (IGHD/UFMT)

Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Renilson Rosa Ribeiro (IGHD/UFMT)

Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)

Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)

Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)

Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)

Tiago C. P. dos Reis Miranda

(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)

Vitale Joannoni Neto (IGHD/UFMT)

Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R454 Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 33, n. 1 (Dez 2022) – . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

EDITORAS

Nileide Souza Dourado
Elizabeth Madureira Siqueira

CAPA

Projeto Gráfico: Marcio Antônio Alves da Rocha

Aquarela em caneta nanquim preta sobre folha A4(21X29,7) 300g/m²

Artista: Carlos Pina

Instagram: @carlospinaarquitetura30

APOIO TÉCNICO

Érica Isabel de Melo

DIAGRAMAÇÃO

Marcio Antônio Alves da Rocha

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.

Bairro: Boa Esperança

CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473

E-mail:

redm.ighd@ufmt.br

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, do Instituto de Geografia, História e Documentação - IGHD, da Universidade Federal de Mato Grosso, apresenta, no Volume 33 , n. 1, de dezembro de 2022, edição comemorativa aos festejos dos “52 anos da UFMT”, 46 anos do NDIHR e “13 anos da Revista”, momento muito especial com a **seção Artigos** e as subseções intituladas: **Autores(as) Convidados(as)** e **Eventos**, à convite da editoria da REDM. Os autores convidados desse volume são *Alexandra Lima da Silva e Naiana Lopes Pimentel*; *Divanize Carbonieri, Vinícius Ferreira dos Santos e Henrique de Oliveira Lee* e o também convidado *Mairon Escorsi Valério*. Já em **Eventos**, com a promoção do NDIHR, em 2022, sob a organização e apresentação das historiadoras do órgão, Léia de Souza Oliveira e Érica Isabel de Melo, o *Minicurso para Recém- Ingressos nos Cursos de Geografia e História do IGHD/UFMT*, do qual, publica-se nessa edição a nota prévia intitulada *Relato do Minicurso: A importância das fontes documentais para a pesquisa: O Acervo do NDHIR-UFMT*. Outro Evento, muito significativo a ser comemorado nessa edição é o lançamento da nova capa da REDM-NDIHR, o frontispício, intitulado pelo autor, arquiteto, Carlos Pina, *A Fachada do prédio do NDIHR/UFMT*, feita em aquarela e traços em nanquim preto, com apresentação de um competente texto, na modalidade de nota prévia, contendo um breve relato sobre o processo de criação do autor. O Periódico apresenta um conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento. Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático e acessível no meio intra e extra-acadêmico, criando e oferecendo aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e investigações científicas. Neste volume 33 são estampados artigos de autoria de professores, alunos e técnicos de várias instituições de ensino superior do país, de empresas públicas e privadas e de particulares a respeito de temáticas diferenciadas. O artigo *A Sétima Arte como Devoção: Cinema Educativo e Moral Religiosa na Trajetória Intelectual de Jonathas Serrano* de autoria de *Alexandra Lima da Silva e Naiana Lopes Pimentel*, tem como foco observar o envolvimento do intelectual Jonathas Serrano com o cinema educativo. *Manifestações da Heterossexualidade Compulsória em Confissões de uma Máscara de Yukio Mishima* é o título do estudo de *Divanize Carbonieri, Vinícius Ferreira dos Santos e Henrique de Oliveira Lee* que procura analisar as manifestações da heterossexualidade compulsória na obra *Confissões de uma máscara*, do autor japonês Yukio Mishima, cujo debate tem como princípio dialogar com os estudos de gênero acerca da performatividade e do modo como a lógica hetenormativa é inculcada na vida do personagem-narrador Kochan. Já o autor, *Mairon Escorsi Valério*, com o texto, intitulado *A Teologia da Libertação como Projeto de Educação dos Subalternos: As Cartilhas Bíblicas nas CEBS Rurais* procura abordar o projeto educacional-evangelizador da teologia da libertação para as CEBS no Brasil, nas décadas 1970 e 1980, mediante análise documental de duas cartilhas bíblicas rurais produzidas para orientar a leitura da Bíblia nas CEBS rurais.

Carlos Pina apresenta o texto (Nota Prévia) *Desenhar uma época em que não vi e vivi*, descrevendo sobre a criação da obra *A Fachada do prédio do NDIHR/UFMT*, produzida em aquarela e traços em nanquim preto, onde procura, com breves traços, riscos e tintas, mostrar a arquitetura moderna do prédio onde se instala o NDIHR/UFMT, patrimônio histórico que praticamente brotou e funcionou(1970) como sede primeira da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá. Em *Relato do Minicurso: a importância das Fontes Documentais para a pesquisa: O Acervo do NDHIR-UFMT*, as autoras *Léia de Souza Oliveira e Érica Isabel de Melo* buscam relatar o evento organizado no formato de minicurso, disponibilizado para os alunos dos cursos de História e Geografia do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD), recém-ingressos na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), objetivando introduzir uma reflexão sobre o conceito de pesquisa e utilização das fontes documentais na formação acadêmica.



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

SEÇÃO ARTIGOS

No primeiro texto da seção, ***Identidade docente: conjugação de paradigmas***, os autores *Emerson de Arruda e Renilson Rosa Ribeiro* analisam o paradigma da identidade do professor, considerando a construção de uma conjugação ou articulação de paradigmas teóricos, permitindo ainda refletir sobre o processo de constituição e formação da identidade docente e de suas implicações para o desenvolvimento do papel de professores na esfera educacional e na própria sociedade. Já *Karla Fabiana Gomes da Silva e Geruza Silva de Oliveira Vieira*, com o artigo ***Violência contra a mulher no interior das instituições Sociais Brasileiras***,

buscam analisar a violência que as mulheres enfrentam nas instituições sociais brasileiras, ou seja, a violência institucional, utilizando dados de pesquisa bibliográfica em teses, artigos, periódicos, livros e, ainda, um estudo das teorias feministas de gênero e masculinidade, dialogando com a categoria trabalho no capitalismo, com destaque aos locais institucionais. As autoras *Zizele Ferreira dos Santos e Candida Soares da Costa*, com o artigo ***Entre condições e situações: concepções e experiências para ler e falar de juventudes***, refletem sobre os conceitos e percepções que orientam os estudos e tomada de decisões sobre juventudes, estudo resultante da tese intitulada “*Modos de Vidas: juventudes do quilombo de Morrinho, Poconé-MT*” e relaciona-se à questão da valorização da cultura africana e afro-brasileira e à construção histórica da narrativa de nação brasileira a partir do olhar das populações negras, ou seja, de uma das três vertentes civilizatórias responsáveis pela sua fundação, especificamente os modos de vidas das juventudes quilombolas. ***“Pacotes do Veneno” na década de 1970: O Crucial papel do Estado Brasileiro no incremento da produção e do consumo de agrotóxicos*** é o título do artigo de *Mariah Freitas Monteiro*, que visa contribuir com essa perspectiva, oferecendo uma projeção histórica sobre a questão dos agrotóxicos no Brasil, com o objetivo de identificar a década de 1970 enquanto período de importância histórica para os agrotóxicos. O artigo ***Alguns fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos***, de autoria de *Marcio Antônio Alves da Rocha*, procura apresentar alguns dos fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos, enfocando sua importância para os documentos arquivísticos. O artigo ***Arquivos Mediados: uma via de combate à misinformation sobre sexualidade e gênero no Brasil***, de autoria de *Taiguara Villela Aldabalde*, visa introduzir o debate sobre as práticas de mediação com arquivos como via de combate à misinformation sobre sexualidade e gênero. No artigo, ***Análise da sobrevivência do emprego na região Nordeste em 2020***, os autores *Vagner dos Santos Torres, José Alderir da Silva, Francisco Danilo da Silva, Thiago Geovane Pereira Gomes e Rodolfo Herald da Costa Campos*, visa estimar a distribuição de probabilidades do tempo de permanência dos trabalhadores no emprego, isto é, o período que corresponde a data de admissão até a de demissão, levando em consideração fatores como cor, sexo, escolaridade e setor de atividade. A análise é realizada na região Nordeste do Brasil, no ano de 2020. Já os autores, *Regiane Arruda Souza Ely e Indio Campos*, com o artigo intitulado ***Pavimentação asfáltica da Br-163 Amazônica e suas implicações na retomada do desmatamento na Amazônia: uma análise socioambiental e econômica à luz da nova economia institucional***, buscam discutir como a conclusão da pavimentação da BR-163 na região Amazônica pode ter se tornado um instrumento responsável por elevar o incremento recente de desmatamento na Amazônia, ao permitir o avanço da fronteira agropecuária e propiciar um processo de ocupação por meio do desenvolvimento das atividades pecuária, agrícola, madeireira e do movimento da ocupação humana. O artigo intitulado ***O setor de serviços nas comunidades rurais da Rodovia AM-070 no município de Iranduba (Amazonas)***, das autoras *Rosana Zau Mafra, Marília Carvalho Brasil, Enimar Jerônimo Wendhausen e Andreia Brasil Santos*, procura apresentar as novas configurações da área rural nas comunidades de Iranduba (AM), considerando as características do setor terciário e a prevalência de ocupações não agrícolas, com foco no setor terciário.

Este número da Revista, como se pode observar, está dedicado aos 52 anos da UFMT que é homenageada através do Núcleo de Documentação Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso, pelos seus 46 anos de existência do NDIHR, buscando documentar e registrar evidências históricas socioculturais da contemporaneidade e da pós-modernidade, de modo a constituir um acervo de referências sobre a realidade histórica regional que propicie acesso a dados científicos para subsidiar a montagem e desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, projetos políticos, dentre outros. Portanto, um espaço sempre aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR / UFMT com a diversidade de áreas científicas. A capa da Revista Eletrônica Documento Monumento (REDM) para este número e das próximas edições será estampada com o frontispício do prédio do

NDIHR/IGHD/UFMT.

Editoras: Dra. Nileide Souza Dourado e Dra. Elizabeth Madureira Siqueira.



REDM

SUMÁRIO

AUTORES (as) CONVIDADOS(as):

9 **A SÉTIMA ARTE COMO DEVOÇÃO: CINEMA EDUCATIVO E MORAL RELIGIOSA NA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE JONATHAS SERRANO**
Alexandra Lima da Silva e Naiana Lopes Pimentel

29 **MANIFESTAÇÕES DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA EM CONFISSÕES DE UMA MÁSCARA DE YUKIO MISHIMA**
Divanize Carbonieri; Vinícius Ferreira dos Santos e Henrique de Oliveira Lee

45 **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO DOS SUBALTERNOS: AS CARTILHAS BÍBLICAS NAS CEBS RURAIS**
Mairon Escorsi Valério

EVENTOS:

● **Capa da REDM - A Fachada do prédio do NDIHR/UFMT**

59 **DESENHAR UMA ÉPOCA EM QUE NÃO VI E VIVI**
Carlos Pina
(Nota Prévia)

● **Minicursos para recém ingressos nos cursos de Geografia e História do IGHD/UFMT- 2022**

67 **RELATO DO MINICURSO: A IMPORTÂNCIA DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA A PESQUISA: O ACERVO DO NDIHR-UFMT**
Léia de Souza Oliveira e Érica Isabel de Melo
(Nota Prévia)

SEÇÃO ARTIGOS:

75 **IDENTIDADE DOCENTE: CONJUGAÇÃO DE PARADIGMAS**
Emerson de Arruda e Renilson Rosa Ribeiro

91 **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO INTERIOR DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS**
Karla Fabiana Gomes da Silva e Geruza Silva de Oliveira Vieira

104 **ENTRE CONDIÇÕES E SITUAÇÕES: CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS PARA LER E FALAR DE JUVENTUDES**
Zizele Ferreira dos Santos e Candida Soares da Costa



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

- 119** **“PACOTES DO VENENO” NA DÉCADA DE 1970: O CRUCIAL PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO INCREMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE AGROTÓXICOS**
Mariah Freitas Monteiro
- 143** **ALGUNS FATORES QUE ENVOLVEM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS**
Marcio Antônio Alves Da Rocha
- 158** **ARQUIVOS MEDIADOS: UMA VIA DE COMBATE À MISINFORMAÇÃO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO NO BRASIL**
Taiguara Villela Aldabalde
- 174** **ANÁLISE DA SOBREVIVÊNCIA DO EMPREGO NA REGIÃO NORDESTE EM 2020**
Vagner dos Santos Torres; José Alderir da Silva; Francisco Danilo da Silva; Thiago Geovane Pereira Gomes e Rodolfo Herald da Costa Campos
- 188** **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA BR 163 AMAZÔNICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA RETOMADA DO DESMATAMENTO NA AMAZONIA: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICA À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL**
Regiane Arruda Souza Ely e Indio Campos
- 206** **O SETOR DE SERVIÇOS NAS COMUNIDADES RURAIS DA RODOVIA AM-070 NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA (AMAZONAS)**
Rosana Zau Maфра; Marília Carvalho Brasil; Enimar Jerônimo Wendhausen e Andreia Brasil Santos

**A SÉTIMA ARTE COMO DEVOÇÃO:
CINEMA EDUCATIVO E MORAL RELIGIOSA NA TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE
JONATHAS SERRANO**



ALEXANDRA LIMA DA SILVA

Professora Associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Realiza pós-doutorado Sênior com bolsa do CNPq na Universidade Federal Fluminense (2022)
alexandralima1075@gmail.com

NAIANA LOPES PIMENTEL

Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Mestre em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ)
Doutoranda no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ)
lopes.naiana@yhoo.com.br

RESUMO

Observar o envolvimento do intelectual Jonathas Serrano com o cinema educativo é o horizonte deste trabalho. Serrano esteve à frente de importantes momentos da trajetória do cinema no Brasil, professor de História no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Distrito Federal e ainda primeiro presidente do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica Brasileira (SCI/ACB). Foi um crítico e estudioso da sétima arte e defensor desta. Serrano e os demais envolvidos neste processo realizaram um trabalho de defesa e desenvolvimento do cinema educativo no Brasil, esses intelectuais educadores fizeram avançar os debates no campo do cinema e da educação.

Palavras-chave: Jonathas Serrano. História da Educação. Cinema Educativo.

ABSTRACT

Analyzing the involvement of the intellectual Jonathas Serrano with educational cinema is the horizon of this work. Between the 1930s and 1940s, Serrano was at the forefront of important moments in the history of cinema in Brazil, a professor of history at Colégio Pedro II and also at Escola Normal do Distrito Federal and also the first president of the Secretariat of Cinema and Press of Catholic Action (SCI / ACB). He was a critic and scholar of the seventh art and also a defender of it. Serrano and the others involved in this process carried out a work of defense and development of educational cinema in Brazil, these intellectual educators, advanced the debates in the field of cinema and education.

Keywords: Jonathas Serrano. History of Education. Educational Cinema.



ALEXANDRA LIMA DA SILVA é doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ / 2012). Bacharel, graduada e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi professora visitante da Universidade de Illinois com bolsa CAPES no ano de 2019. Atualmente é professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Realiza pós-doutorado Sênior com bolsa do CNPq na Universidade Federal Fluminense (2022).



NAIANA LOPES PIMENTEL é Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2014. Entre 2011 e 2014, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), no projeto "Caminhos coloniais e patrimônio histórico, ambiental, turístico e cultural do Rio de Janeiro". Mestre em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), foi bolsista no programa FAPERJ nota 10. Doutoranda no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ).

INTRODUÇÃO

O cinema no Brasil já existia desde o século dezenove como afirma o trecho a seguir:

Surgiu numa das ruas centrais da infante Capital da República, no Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1897, a primeira sala a ocupar-se regularmente das projeções animadas com a utilização do cinematógrafo. A saleta achava-se instalada no Salão de Novidades Paris no Rio, na Rua do Ouvidor, no sobrado de número 141, e resultou da sociedade de Paschoal Segreto e Cunha Sales, tendo sido aberta ao público, com alarde, na tarde de 31 de julho daquele ano.¹

Apesar de as projeções não serem uma novidade, temos nesse fragmento a inauguração do primeiro espaço para tal fim. De acordo com João Alves dos Reis Junior em sua tese, citando Roberto Moura, a entrada cobrada para os assentos do Salão de Novidades Paris no Rio correspondia ao valor dos lugares mais baratos do teatro, o que afirma que, apesar de toda a pompa que foi dada à novidade, esta ainda não representava o entretenimento da elite, tendo como foco inicial as pessoas mais simples que habitavam as cidades. Sendo assim, o retorno financeiro não era algo significativo, porém, a imprensa dava grande destaque ao que dizia respeito à divulgação do cinema e à sua popularização.

Isso se dá em parte pelo deslumbramento tecnológico dos cronistas e pelo interesse dos leitores neste tipo de notícia, em parte pela política de trocas que os empresários conseguiam estabelecer com os profissionais da imprensa. Relatam os pesquisadores que Paschoal Segreto tinha sempre à mão um pacote de ingressos para suas salas, que distribuía fartamente a jornalistas e outros formadores de opinião, retribuindo ou fazendo favores e conseguindo, com isso, elogios e divulgação nos jornais para as atrações de suas salas.²

¹ Reis Junior, João Alves dos. (2008). *O livro de imagens luminosas. Jonathas Serrano e a gênese da cinematografia educativa no Brasil (1889-1937)*. (Tese de doutorado) Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. p. 41

² Ibid. p. 46.

Era importante frisar nesse primeiro momento que a intenção era passar a mensagem que se tratava de um programa para toda a família, principalmente para as *senhoras*, pois havia nesse início uma grande desconfiança quanto às pessoas que estavam envolvidas com o cinema. A sala escura facilitava essa percepção, pois passava a ideia de um local propício a *malandragens* despercebidas, ambiente nada confiável.

Coube então à imprensa a tarefa de produzir discursos que pudessem convencer a população e as diferentes camadas sociais a frequentar o cinema. A referida tese aponta, a relevância da participação da imprensa na produção desses discursos. Por meio dessa função, esta passa a estar envolvida diretamente com os debates acerca da moralização desses filmes e da produção nacional e educativa.

Após a aceitação social do cinema e o desenrolar histórico de sua implementação e produção nacional, é importante ressaltar que faltava investimento no setor. O país que se pretendia "unir por meio da cinematografia" (ROQUETTE-PINTO, 1938) se viu diante de problemas de produção e distribuição que envolviam muitos gastos. Com isso, essa iniciativa das produções nacionais perde força, concentrando-se no Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, devemos destacar que o cinema brasileiro teve forte estímulo com o que chamamos de *ciclos regionais*, que se tratava de núcleos de produções fílmicas. Alguns deles estavam em Recife, Cataguases, Belo Horizonte, Taubaté, Campinas, Porto Alegre e Pelotas. Esses *ciclos* foram importantes para a produção nacional e deram impulso para grupos que se consolidariam na história cinematográfica do país. A partir desses grupos, temos importantes trabalhos que ficaram para a história do cinema nacional, como *Ganga Bruta* (1933), de Humberto Mauro, e *Aitaré da Praia* (1925), de Gentil Roiz. Também temos em 1930 a *Cinédia*, que foi considerada uma das mais importantes produtoras cinematográficas brasileiras.

Voltando à questão da falta de investimento no setor, que impediu o sucesso do desenvolvimento das produções nacionais, temos como consequência o fato de os filmes hollywoodianos ganharem cada vez mais espaço nas salas de cinema nacionais, pois esses já haviam desenvolvido uma produção industrial, com a intenção de exportação.

Nas fitas brasileiras do início do século, a temática, o desenvolvimento das histórias, o público atingido etc., tudo aponta para uma visão simples e limitada dos fatos sociais. Um cinema em que o exotismo e a novidade do espetáculo importam mais que a qualidade técnica do filme, ou o conteúdo abordado. Esse cinema inicial, feito em substituição aos objetos e pessoas da feira de curiosidades, é um cinema de incipiente estrutura narrativa, à mercê das mais estranhas incorporações para chamar a atenção do público e desbancar o concorrente: colorização artificial, dublagem ao vivo feita por atores atrás da tela, dependência temática do gosto popular etc. Mesmo assim, o filme provoca encantamento.³

³ Ibid. p.51

Na década de 1920, na onda da entrada de filmes estrangeiros principalmente hollywoodianos, intelectuais do período começam a criticar a forte influência dessas produções sobre a população. Alguns, como Lima Barreto, chegavam a defender que estávamos perdendo a nossa identidade e assumindo e consumindo uma cultura cada vez mais americanizada (REIS, 2008). O cinema teria uma forte colaboração nesse âmbito. Dessa maneira, os debates acerca da produção cinematográfica educativa começam a tomar sua forma.

Podemos considerar, então, que de algum modo o cinema educativo, ou a sua necessidade de produção, nasce basicamente das críticas, pois estas formam o argumento e solidificam uma opinião acerca da necessidade de um cinema que vá de encontro ao avanço, à construção de uma sociedade melhor, princípios também esperados da educação. Essa opinião vai tomando forma e englobando cada vez mais adeptos. De acordo com os intelectuais do período, o cinema, para além do entretenimento, era uma poderosa ferramenta de convencimento e influência. Quando considerado o estilo *bang-bang* e demais produções hollywoodianas, argumentavam que estávamos expostos a influências ruins ou *más*.

Nesse contexto teremos a criação do Instituto de Cinema Educativo (INCE), este foi criado em 1º de maio de 1936, porém, o Decreto-Lei nº 378, que o regularizou só saiu em janeiro de 1937. E tinha como objeto produzir e organizar produções cinematográficas voltadas para a educação e instrução.

[...] tinha como missão registrar todas as atividades brasileiras ligadas à ciência, à educação, à cultura e ao caráter popular, divulgando-as no âmbito da educação nacional. Em relação às tarefas do novo órgão, este devia atuar na produção, na aquisição, e na adaptação dos filmes educativos para exibição e distribuição de material copiado à rede de ensino, aos centros e associações operárias, científicas e literárias, às agremiações esportivas, às sociedades culturais, às escolas primárias e secundárias do país; sua perspectiva era a de valorizar a difusão cultural. Essa instituição procurou organizar a produção fílmica, considerando, para tanto, a importação e o mercado exibidor, ficando responsável direto pelas fases de revelação e montagem, de gravação de som, de filmagem de reportagem e de copiagem. (RANGEL, 2004).

De acordo com o contexto aqui apresentado, este artigo parte da perspectiva da História Problema (BLOCH, 2004), a pesquisa, por meio da análise da trajetória de Serrano e sua relação com o projeto do cinema educativo, aponta o cinema como um projeto do Estado e, ainda, as conjunturas sociais sobre a educação no período.

JONATHAS SERRANO E O CINEMA

Jonathas Serrano compõe um leque de intelectuais que esteve à frente de importantes momentos da trajetória do cinema no Brasil. Nasceu no Rio de Janeiro em 8 de maio de 1885 e

faleceu em 17 de outubro de 1944. Serrano formou-se em direito, foi membro da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), professor de História no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Distrito Federal. Foi um representante da Igreja Católica e da educação.

Em sua trajetória, participou da comissão responsável por pensar o cinema educativo e a censura, esteve na organização da exposição sobre o cinema educativo realizada em 1929 e foi um dos nomes cotados por Gustavo Capanema para gerir o Instituto de Cinema Educativo. Junto com Venâncio Filho, que também era professor e lecionou no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Rio de Janeiro, produziu um livro: *Cinema e educação*. A obra, de 1931, traz um compêndio sobre a história geral do cinema, sua criação e ampliação. Também apresenta a parte técnica de seu funcionamento, estudos e materiais sobre as películas e os aparelhos de projeção e criações. Por fim, aborda a relevância do uso do cinema para a educação, que veremos mais adiante.

A Universidade do Ar configura outro espaço da trajetória de Serrano. De acordo com Giovane José da Silva (2016), trata-se de um projeto onde o rádio, junto com outras mídias, como o cinema, eram pensados para que pudessem alcançar, por meio das transmissões, o que chamavam de *auditórios invisíveis*, cursos de formação oferecidos pelas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (SILVA, 2016, p.290). Esse programa teria iniciado no ano de 1941, na data de aniversário do presidente Getúlio Vargas, 19 de abril. Esse mecanismo permitia uma solução imediata, porém, temporária da questão de escassez de instituições de ensino e faculdades de filosofia. Jonathas Serrano foi autor e apresentador dos programas de *metodologia da história do Brasil*. Como historiador, professor e escritor, essa função na Universidade do Ar ficou a seu encargo até dezembro de 1943. É um fato importante, pois, após 1937, Serrano não possui uma vinculação direta com o INCE, porém, ainda estava envolvido em projetos ligados à educação e a mídias.

O termo intelectual aqui apresentado partirá da perspectiva de Jean-François Sirinelli. Segundo o autor, durante muito tempo, o estudo histórico dos intelectuais não foi explorado. A partir da década de 1960 fez-se um campo histórico autônomo e que se constitui como um campo aberto, "situado no cruzamento das histórias política, social e cultural" (SIRINELLI, 2003), o motivo para esse distanciamento a priori, teria sido a conexão feita deste campo com a História Política que por um tempo esteve deixada de lado. O próprio termo Intelectual também foi alvo de diversas discussões na busca de definir qual seria a sua *extensão e compreensão*.

Outra questão importante nesse processo estaria em não nos atermos somente a trajetória dos *grandes* intelectuais, mas sim no que o autor chama de Intelectuais de *menor notoriedade*, ou para além destes: os *despertadores*, que incentivam as gerações seguintes de intelectuais. Partindo dessas *categorias* de intelectuais que apontam, de acordo com Sirinelli, localizações e cruzamentos;

[...] tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais. [...] uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. (SIRINELLI, 2003 p.246).

O autor define essa estrutura como *pequeno mundo estreito*, ou as *redes*. Por fim, Sirinelli deixa uma proposta de um caminho inverso, perguntar-se como as ideias desses intelectuais chegam à sociedade civil e na cultura política da sua época.

Entre o coro dos intelectuais e a peça cheia de 'clamor de fúria' que é representada na rente do palco, urdiram-se relações complexas, cuja observação toca o âmago do político e faz, portanto, dessa história dos intelectuais uma história a seguir, em todos os sentidos do termo. (SIRINELLI, 2003 p.262).

Dessa forma, o conceito apresentado por Sirinelli sobre a história dos intelectuais traz para este artigo a contribuição necessária para compreender o papel de Jonathas Serrano neste debate acerca do cinema educativo, das redes construídas e do legado para a história da educação e do audiovisual. Jonathas Serrano esteve envolvido em redes de sociabilidade, inclusive internacionais no que a tange a educação, ao cinema e a religião. Quando colabora com artigos internacionais na revista RICE sobre cinema educativo, e ainda quando faz parte de comissões para pensar o *bom cinema* e cria materiais que prestam base para a organização do futuro Instituto (INCE). Mostrando uma nítida relação, nas análises feitas, sobre a difusão de suas ideias, junto a outros intelectuais do período, em um projeto que pautou discussões e mudanças na forma de pensar a educação, por meio das películas difundir os ideais de povo e nação.

O cinema educativo era um projeto antigo que já caminhava desde o começo do século com Venerando da Graça e Fabio Luz, inspetores escolares no Distrito Federal, que iniciaram na década de 1910 um projeto de cinema escolar⁴, porém de uma forma quase que artesanal, sem apoio e muito investimento, o que neste momento, através do Estado, passa a ser fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento do projeto de cinema educativo. Este cinema, como um projeto institucionalizado, é pensado na proposta de *ser a escola dos que não tinham escola*⁵. Sendo assim, tanto em sala de aula, que também era a proposta do cinema educativo, como para além dela, o cinema teria a importante função de instruir e educar a população.

Durante o século XX, determinados grupos iniciaram um debate acerca dos filmes de entretenimento, principalmente produções norte-americanas que chegavam em grande quantidade aos nossos cinemas. Nessas discussões poderíamos destacar os seguintes interessados: educadores, intelectuais católicos e ainda escritores de jornais e revistas.

⁴ Ver dissertação de mestrado de Amália Ferreira. (2004). *O cinema escolar na história da educação brasileira: a sua ressignificação através da análise de discurso*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro.

⁵ Academia Brasileira de Letras, sessão: cinema educativo pasta: 27-06-01. (Fragmento sem referências)

O debate em torno das produções cinematográficas começou a solidificar uma opinião acerca da necessidade de filmes mais instrutivos e nacionais. Foi levantada a questão de como se dava a relação das pessoas com os filmes que circulavam, ou seja, que tipo de reações e sentimentos os filmes produziam sobre as pessoas que a eles assistiam. E esses grupos de críticos alegavam até mesmo que "um público que, entendido como um todo homogêneo, não seria capaz de agir racionalmente diante da influência negativa de um filme" (MORETTIN, 2007 p.53).

Porém, o que se coloca como ponto central nessa discussão é o público infantil. De acordo com esses intelectuais e educadores, envolvidos com as discussões sobre o *mau* cinema, como Jonathas Serrano, o *cinedrama* fazia com que as crianças tivessem comportamentos *descontrolados* durante as sessões de *matinéés infantis*, a disciplina aparecia como algo que deveria ser colocado, e assim seria possível o cinema educativo apresentar para o público infantil o "valor do trabalho e da solidariedade" (SERRANO & FILLHO 1931, apud MORETTIN, 2007, p.53).

A tese de doutorado de João Alves dos Reis Júnior, já citada, traz importantes contribuições sobre esse intelectual e sua relação com o cinema. De acordo com a tese, Jonathas Serrano escrevia desde livros pedagógicos a romances, inclusive espirituais. Isso porque um lado relevante da trajetória de Serrano era seu posicionamento e comprometimento religioso católico, que não deve ser ignorado em sua atuação.

Publicar não era uma novidade para este professor de História que, desde 1912, quando veio a público seu primeiro livro didático: Epítome de História Universal, já discutia o uso do cinematógrafo e do filme para o auxílio visual da aprendizagem escolar. Porém, entre os anos 1930 e 1933, Serrano publicou nada menos que doze novos títulos, abrangendo diferentes gêneros literários. Além de Cinema e Educação, já mencionado, são deste período os livros: História do Brasil (ensino de História); Homens e idéias (ensaios); Ludovico (romance); A Escola Nova (educação); A montanha de Cristo (espiritualidade); O chalé e outros contos (contos); Deus o quer (discursos e conferências, catolicismo); Epítome de História do Brasil (2ª edição, revista e ampliada); Essa vida que passa (poemas); História da Civilização (ensino de História, em 5 volumes, iniciado em 1933); O valor social da castidade (catolicismo, ensaios). (REIS, 2008. p.65).

Ainda de acordo com o catolicismo, a pesquisa de João Alves dos Reis Júnior aponta que Serrano foi um dos fundadores da UCB (União Catholica Brasileira), no ano de 1907.

Apenas um ano após a fundação da UCB, Serrano foi encarregado de secretariar a Segunda Seção — Círculos para a Mocidade, do Segundo Congresso Catholico Brasileiro. Estava, deste modo, encarregado de estimular a discussão preparatória entre os representantes jovens das várias delegações vindas dos mais distantes rincões do Brasil, e também de propor um conjunto de questões para debate e encaminhamento durante o evento. (REIS, 2008. p.66).

As questões caras a Serrano, na implementação do cinema educativo, mostram seu grande interesse pela sétima arte e sua *missão* de fé e, também, de educador. Toda sua preocupação com a

questão moral dos filmes mostra, para além do pensamento da época, a sua relação com a Igreja. O autor ressalta a atenção de Serrano, ao longo de suas realizações e projetos, e o cuidado com a formação de crianças e jovens.

Neste campo da crítica à produção cultural, foi um crítico partidário dos valores morais cristãos, fato que nunca omitiu aos seus leitores e ouvintes. Em 1925, por exemplo, ao comentar o livro intitulado Figuras e Conceitos, num artigo para o jornal A Cruz, volta-se para a influência decisiva dos jornais e revistas sobre o público leitor, deixando bem clara sua opinião: "...a ação do jornal e da revista, mais ainda que a do livro, é hoje decisiva, para o bem ou para a ruína educadora ou subversiva, acendendo vocações, inflamando almas ou ensinando o vício, o crime e a revolução". (REIS, 2008. p.67).

No que tange ao cinema educativo, Jonathas Serrano deixa explícita sua intenção quando escreve sobre a influência negativa dos filmes com relação, principalmente, ao público infantil. Fazer parte da comissão de censura aponta sua dedicação e preocupação com questões morais. Um dado relevante que o trabalho de Reis apresenta é que, em 1938, Serrano tornou-se fundador e primeiro presidente do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica Brasileira (SCI/ACB). Nesse segmento, Serrano, além de presidente do secretariado, esteve à frente do Boletim do Secretariado de Cinema e Imprensa da Ação Católica Brasileira, no qual elaborava textos e publicava críticas cinematográficas.

A intenção de Serrano era realizar uma espécie de classificação dos filmes para o público católico. Segundo o autor, de acordo com a visão da própria ACB.

Neste período, o Secretariado disponibilizava a diversos veículos de imprensa, de grande tiragem e circulação, os textos de crítica cinematográfica redigidos por seus colaboradores e pelo próprio Jonathas Serrano. (REIS, 2008. p.67).

Desse trecho, podemos tirar algumas conclusões: Jonathas Serrano era um importante colaborador no meio católico, um intelectual a serviço da Igreja; e a Igreja tinha a sua parte de interesse na avaliação e classificação de filmes de acordo com seu preceito moral, para além de seus recintos. O trecho que indica que a Igreja possuía uma organização própria responsável em realizar análises críticas de filmes e que dispunha de espaço para divulgar suas ideias em veículos de imprensa de grande circulação, deixa nítida a atuação e interesse da Igreja nesse assunto.

A Igreja também tem sua parte no processo de instauração do cinema no Brasil, inclusive o educativo, por meio de intelectuais envolvidos na esfera pública e religiosa, uma separação que ainda não estava muito bem definida, ou na verdade entendida.

A CRUZADA CATÓLICA PELO CINEMA EDUCATIVO: ENTRE CONFLITOS E A RECONQUISTA

Nesse período, a Igreja e o Estado, na teoria, separaram-se, e este último fica responsável pela educação, papel que por muito tempo era desempenhado pela Igreja. Também temos nesse período, o grupo dos *pioneiros da educação nova*, que na década de 1930 lançam seu manifesto, evidenciando a defesa da laicidade do ensino. Esses grupos, no campo educacional, apresentam um conflito social da época, da responsabilidade do ensino, no qual o cinema educativo estava sendo pensado e que acabava por não ficar de fora desses debates. O Estado, a Igreja e a *escola nova* terão representantes diretos na elaboração do cinema educativo no Brasil.

Há que se destacar dois importantes polos da Igreja Católica nesse período que muito contribuíram para a disseminação dos seus ideais, são eles: *Centro Dom Vital* e a revista *A Ordem*. Segundo a tese de Cristina Souza da Rosa, o *Centro Dom Vital* era um local de reunião de intelectuais católicos, que buscavam discutir a sociedade e defender a Igreja e suas posições. Já a revista funcionava como um veículo de divulgação dessas ideologias católicas.

[...] de suas páginas saíram, por muito tempo, artigos contra Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, além de críticas ferozes ao movimento da Escola Nova e ao Comunismo, outro inimigo. Os professores eram acusados pelos católicos de negarem a importância de Deus na formação da personalidade juvenil, enquanto suas propostas educativas, voltadas para a prática e para o ensino de todos sem distinção, eram apontadas como heréticas e comunistas. (ROSA, 2009, p. 29).

A Igreja Católica criou um verdadeiro mecanismo para reunir intelectuais que lutassem pela causa religiosa. De acordo com Rosa, desde o movimento de trinta houve uma aproximação entre intelectuais católicos e o novo governo, a fim de colaborar no sentido moral. Alceu Amoroso Lima, intelectual católico, buscou essa aproximação com os ministros Capanema e Francisco Campos. A Igreja procurava um espaço como mentora espiritual do novo governo. Como a Igreja vinha perdendo seu espaço de atuação desde a constituição de 1891, quando o Estado se declara laico, esta passa a ver no avanço de um novo governo, e no cenário de disputas, uma oportunidade de recuperar sua influência.

O pacto foi selado com a nomeação de Campos para a pasta da Educação no mesmo ano da vitória dos revolucionários. Estava ganha, neste momento, a primeira batalha da guerra que se travaria durante toda a década de 30. (ROSA, 2008, p. 29).

De acordo com Rosa, a nomeação de Campos foi só o começo de uma série de avanços da Igreja na esfera pública educacional. Tanto Francisco Campos quanto Capanema implementaram uma série de reformas que muito beneficiou a Igreja. Uma delas foi em 1931, quando, por meio de um decreto, é regulamentado o ensino religioso nas escolas públicas. Porém, como este não era de forma obrigatória e durante o horário escolar, ainda havia um descontentamento por parte da Igreja (ROSA, 2008, p.89). Mais tarde, em 1934, o ensino passa a ser durante o horário escolar, porém,

facultativo. Rosa afirma que a nomeação de Campos e depois a de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação era um nítido pacto entre a Igreja e o Estado.

De 1934 a 1945, tempo que Capanema esteve na direção do Ministério da Educação e Saúde, Amoroso atuou como principal conselheiro de Capanema, indicando nomes, vetando outros, propondo leis e dando conteúdo às principais iniciativas do ministro.

(...) às reformas educativas promovidas por Campos e Capanema os princípios educativos dos católicos foram adotados, mas mesclados a algumas das plataformas do Movimento da Escola Nova. (ROSA, 2008, p. 30).

De acordo com essas informações, percebemos uma nítida disputa da Igreja para recuperar espaço no campo educativo. Nesse cenário, o que podemos esperar do cinema que despontava na área educacional como grande ferramenta, inclusive ideológica? A Igreja Católica, diante das películas que eram exibidas, enxerga a necessidade de sua intervenção para manutenção da moral e dos bons costumes, conceitos muito presentes na fala desses intelectuais, como Jonathas Serrano, que defendem a necessidade de um *bom* cinema que instrísse e educasse a sociedade exposta a más influências, inclusive de hábitos culturais *estranhos*, ante os filmes estrangeiros. A tese de Rosa aponta ainda a unidade católica por meio do Vaticano, que constituiu uma ação internacional da Igreja, criando grupos e pensando sobre o *bom* e o *mau* cinema. Logo, concluímos que a presença desses intelectuais católicos inseridos na esfera pública tenha trazido essas ideias para o projeto de cinema educativo, uma vez que Jonathas Serrano, por exemplo, ajudou a organizar diversas etapas da trajetória desse cinema, desde a censura.

Nos Estados Unidos foi organizada a Liga da Decência, cujos êxitos na luta pelo "bom cinema" serviram de estímulos a todas as organizações católicas fora da América do Norte. Por estar no coração do inimigo, as vitórias alcançadas pela Liga da Decência norte-americana logo se faziam sentir na indústria cinematográfica mundial. Esta organização, de cunho religioso leigo, foi fundada em 1933 e tinha por objetivo vigiar a aplicação do código *Hays*, fazer a censura de filmes e encabeçar a luta pelo 'bom cinema' na sociedade americana. Uma das maiores conquistas da Liga foi mobilizar a sociedade em um grande boicote nacional contra os filmes imorais, que ofendiam a família e a religião. (ROSA, 2008, p.223).

No movimento internacional e, nesse caso, na América do Norte, vemos a atuação da Igreja por meio de grupo de leigos em prol dos ideais morais religiosos. Aqui no Brasil, a atuação parte desses intelectuais envolvidos diretamente com a elaboração do cinema que combateria o *mau*. Ainda podíamos contar com a parte da imprensa com a qual a Igreja possuía espaço para disseminar suas ideias sobre esse tema e tantos outros.

Quanto ao código de Hays, que traz o trabalho de Rosa, foi criado por William Hays no ano de 1930. O código procurava trazer desejos da sociedade católica e puritana com relação aos filmes. Sendo assim, buscavam películas que não trouxessem nudismo, sexo, traições e paixões exageradas.

Com isto, uma comissão indicada pelos estúdios cinematográficos ficou responsável pela autocensura, garantindo que as proibições estabelecidas fossem cumpridas. (ROSA, 2008, p. 224).

Esse caso norte-americano é só um exemplo da ação da Igreja com relação ao cinema de forma internacional, que acabou dando origem à necessidade de se criar um *bom* cinema, como vimos no Brasil. É importante ressaltar que, houve ainda um movimento internacional unificado, um órgão denominado *Officio Cattolico Internazionale del Cinema* (OCIC), (ROSA, 2008).

Essa organização reunia associações católicas de todo o mundo, e sua sede era em Bruxelas, "Esta organização funcionava como porta-voz do Vaticano no campo do cinema" (ROSA, 2008, p. 224). Ainda de acordo com a autora, um dos gatilhos para este posicionamento estaria na ação do Papa Pio XI, que em 1929 lançou uma Carta Encíclica que versava sobre a educação e a juventude. Nesse documento, o Papa reconhece a ação do cinema e seu papel na formação dos jovens, convocando todos os católicos para buscarem o *bom* cinema. Sua pesquisa traz um trecho desta Encíclica, retirada de uma revista italiana que fez parte de seu acervo documental, a saber:

Não podemos mais limitar-nos a lamentar, a deplorar, a denunciar a imoralidade do cinematografo e do teatro. Isto serve bem pouco, porque é bastante evidente que a juventude se submete em modo irresistível ao fascínio malicioso e corrompido, e dissuadi-la de frequentar estes espetáculos não é fácil, nem tal remédio negativo podemos sugerir a todos, pois que muitos fogem da nossa ação. (ROSA, 2008, p. 225).

Dessa forma, o centro de autoridade católica sugeria que algo fosse feito com relação ao cinema — desde a produção de filmes até o controle de salas, por meio da censura —. Neste contexto, foi criado em 1934, em Roma, um organismo de censura da Igreja: o *Centro Cattolico Cinematografico* (CCC). A missão desse núcleo era de classificar filmes, e seus critérios de análises estavam baseados em moralidade dos costumes, religião, moralidade em geral, técnica, diálogos (ROSA, 2008, p.226) etc. Por meio disso, seus resultados de análises influenciavam nas sessões de cinema realizadas em paróquias italianas e em cinema comum.

No Brasil, a Ação Católica, grupo de atuação sobre o cinema do qual Jonathas Serrano fazia parte, seguindo orientações de Roma, buscava influenciar distribuidores e donos de sala de projeção a aceitar filmes que esse secretariado aprovasse, que respeitassem os preceitos defendidos pela Igreja. A Igreja, por meio de seus representantes e sua forte atuação em uma cultura, como a brasileira, que por muitos anos teve sua formação dentro dos colégios católicos e em suas instituições, tem suas bases democráticas ainda assentadas em seus preceitos. No cinema, não ficamos muito longe dessas mesmas premissas, uma vez que, ao analisarmos o regimento desses novos órgãos, percebemos o quão embasados estão nesses ideais. São anos e anos sendo formados,

na esfera pública e privada, em bases morais e éticas religiosas. A doutrinação dogmática cristã nunca esteve somente em seus sermões dominicais, construiu toda uma sociedade.

CINEMA E EDUCAÇÃO

O livro produzido por Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho é o que pretendemos trazer nesta etapa do trabalho para que possamos buscar compreender, através dessa fonte, a relação desse intelectual com a educação e o cinema por meio de suas próprias ideias.

Serrano e Venâncio produziram esse material no ápice das discussões sobre a relevância de um cinema que educasse a população. Organizado por Lourenço Filho, o livro foi publicado em 1931 pela *Bibliotheca de Educação*, sendo o XIV volume de uma série de outros livros referentes à temática educacional. Nesse período, havia acontecido recentemente a exposição cinematográfica de 1929, Serrano também esteve em sua organização. O momento era da discussão sobre o funcionamento do cinema e sobre como este era valioso para a educação e a instrução da população, em busca de um "apadrinhamento" do Estado nesse projeto. O livro veio da vivência das conjunturas do período e dos estudos e anseios desses intelectuais educadores. Trata-se de uma obra simples, com um total de 159 páginas, porém, ao mesmo tempo em que traz informações técnicas, busca ser didático em suas explicações, por meio de exemplos e imagens. O livro é voltado para professores, mas também se destina aos pais que tenham interesse nesse tema e na educação.

O exemplar conta com um total de dez capítulos sobre o cinema em geral, uns mais específicos sobre o cinema educativo e outros completamente técnicos sobre o funcionamento de equipamentos. O primeiro capítulo, *Origens do cinema*, apresenta reflexões acerca do surgimento e da invenção do cinematógrafo, debates sobre o tema, um verdadeiro levantamento de sua criação. No segundo capítulo, *O cinema educativo*, observam-se importantes pontos para este trabalho: o olhar desse intelectual sobre o cinema educativo em diversos países, acontecimentos e sua pretensão, do cinema, no Brasil, como a exposição de 1929, por exemplo. O capítulo três: *A projeção fixa*, trata de um assunto mais técnico sobre aparelhos de projeção, fontes de luz, *diascopia e episcopia*, entre outras questões deste mesmo fim. No capítulo quatro, *Aparelhos e filmes*, também vemos um texto específico voltado para a técnica cinematográfica, aparelhos de filmagem, de projeção etc. No quinto capítulo, *O cinema e os múltiplos aspectos da educação*, vemos a questão do instruir e educar, sobre alguns intelectuais da época a respeito do tema, a importância da indústria cinematográfica, a contribuição da família e da escola no cinema educativo, entre outros tópicos. Aqui vale ressaltar a relevância deste capítulo para o tema deste trabalho. No sexto capítulo, *O cinema e as diversas disciplinas*, aborda o papel do cinema no ensino, ou seja, sua aplicação em diferentes disciplinas, como física, matemática, ciências naturais,

na história, na higiene, e outros. Também se trata de um capítulo importante para que possamos compreender como era pensada a prática do uso do cinema nas diferentes matérias. O sétimo capítulo, *Organização de filmotecas*, é um capítulo técnico sobre o funcionamento desse cinema educativo, qual a metragem recomendada, letreiros, a importância do filme sonoro no ensino etc. O oitavo capítulo, *Panchromia - Relevo - Telecinema*, apresenta a importância da cor e as novas descobertas sobre o assunto. O décimo e último capítulo, *Cinema de formato reduzido*, fala sobre a importância dos filmes de formato reduzido como a *Pathé Baby*, *Kodak* e *Devry*, opinião da comissão da exposição sobre o cinema educativo, por uma questão de organização de filmotecas.

Como podemos ver, de forma breve e resumida, o livro apresenta importantes contribuições para o cinema tanto educativo quanto no geral, mostrando o interesse e estudo da sétima arte, de forma profunda. Trata-se de um material que traz importantes contribuições para o cinema do período e para este trabalho. Porém, pretendo focar nos capítulos que versam sobre o cinema educativo, evitando, assim, os que tratam do cinema de forma mais técnica em seu funcionamento e produção. Isso por uma questão simples de não sairmos do foco na utilização deste conteúdo como fonte.

Para tanto, começaremos pelo capítulo II: *O cinema educativo*. Este aponta a relevância do cinema educativo, com exemplos de como outros países estavam lidando com a questão e como tratava-se de um tema que precisava ser discutido.

Em 1910, no congresso internacional de Bruxelas, já se considerava a questão do cinema escolar e era objecto de exame a reforma cinematographica do ponto de vista da moral. A experiência demonstrára o poder suggestivo da tela e a crescente diffusão de pelliculas inconvenientes provocava apreensões. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 25).

A despeito dessa declaração, podemos perceber os motivos que evocavam um cinema educativo, o ano em que essas questões começam a ganhar espaço, logo após a grande repercussão de filmes e salas de cinema convencionais, e as consequentes preocupações que passam a rondar o imaginário. Ainda na mesma página da citação anterior, temos esta:

Na América, desde os primeiros ensaios do cinematographo, logo se entrevira a possibilidade de applica-lo ao ensino. EDISON verificara que o curso normal de certos estudos apresenta <<um máximo de enfado para um mínimo de interesse>>. Foi por isto que resolveu fazer, para a educação do neto, filmes de physica, chimica e historia natural. O exito da iniciativa de Edison foi reconhecido pelos pedagogos e em breve as escolas norte-americanas davam exemplo ao resto do mundo empregando o cinema, não só para fins meramente instructivos, mas integralmente educativos. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 25) .

Já esse fragmento aborda a questão por um ponto de vista pedagógico, de como esses filmes poderiam auxiliar no ensino, tornando-o, inclusive, menos enfadonho, já reconhecendo também que o ensino *tradicional* precisava de reformas e de novas tecnologias para a relação ensino-

aprendizagem. O destaque para as palavras **instrução** e **educação**, diferenciando seus objetivos, é uma posição na qual os precursores do cinema educativo no Brasil vão insistir.

A ideia é que o cinema de instrução alcance a sociedade com temas relevantes sobre saúde, higiene e sobre o próprio país, como fauna, flora etc. Em todo esse meio, existe a propaganda patriótica e de cunho político, que não é menos importante nesse processo. Inclusive, arriscaria dizer que foi a parte desse projeto que funcionou, já que a proposta educativa — de que filmes fossem utilizados em sala de aula, para auxiliar o processo educativo — sofreu com a falta de estrutura para que pudesse ser considerado, de fato, um projeto de sucesso em nível nacional. Mas as películas foram produzidas e, com o apoio do Governo, eram passadas para a população antes de filmes, por meio de leis que garantiam a circulação do cinema instrutivo.

Outro capítulo interessante é o V- *O cinema e as diversas disciplinas*, que procura abordar essa dimensão do cinema educativo aplicado em sala de aula;

A aplicação do cinema ao ensino, deve-se condicionar aos preceitos gerais da pedagogia. Não constitui meio exclusivo de aprendizagem, senão um dos meios a se combinar com os demais em harmonia e solidariedade. O objectivo é, segundo o conceito de G. Eisenmenger, <<o cinema no ensino>> e não <<o ensino no cinema>>. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 66) .

De acordo com esse fragmento, o cinema em sala de aula deveria ser uma forma de aprimorar conteúdos ou até exemplificar questões, nunca um método de aula somente. O professor deveria utilizá-lo como uma ferramenta que somasse ao conteúdo do cotidiano escolar. Uma preocupação que também aparece na elaboração das diretrizes do cinema educativo é que este nunca deveria substituir o professor. Inclusive nas normas de funcionamento e utilização do cinema educativo, esse ponto é bem explicado, como o cinema deveria ser empregado em aula. O próximo fragmento apresenta a questão:

- 1) - O filme de ensino deve ser adaptado ao ensino, isto é, nem pode substituir uma lição e deve ser feito em colaboração pelo educador e pelo cineasta.
 - 2) - O cinema deve ser cinema, isto é, só ser utilizado para aquilo em que o movimento seja factor essencial.
 - 3) - O custo do filme domina o problema. Dahi a necessidade evidente de collocar o maior número possível de copias a fim de diminuir o preço unitario.
 - 4) - A economia não será obtida no formato, que deve ser o normal de 35mm.
 - 5) - O filme deve ser curto; por isso sacrificar:
 - a) - Tudo que não tenha relação com o ensino;
 - b) - Tudo que é do domínio da palavra;
 - c) - Tudo que pode ser apresentado pela imagem fixa;
 - d) - Tudo que pode ser mostrado ao natural. Resulta diminuição facil da metragem não excedendo de 200ms.
- A exposição deve ser acompanhada de explicação, que pode preceder e seguir a exhibição, com interlocução de professor e alumnos. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 67).

Existia uma verdadeira preocupação sobre o melhor aproveitamento do filme em sala de aula, com detalhes como tamanho, tempo, linguagem etc. Mas também existia a preocupação de que a figura do professor em sala de aula fosse entendida como parte explicativa e importante dessa

construção, por meio das películas. Outro ponto que fica perceptível nesse fragmento é quanto ao gasto nesse processo e o que de fato deveria ser priorizado quando fossem materiais de uso em sala de aula, tanto a nível pedagógico, mas também financeiro, onde e como era possível economizar.

Subordinada assim aos preceitos geraes que a pedagogia moderna estabelece, o cinema, em todos os graus de ensino bem como nas diversas disciplinas, vem attender ao objectivo precipuo da educação de hoje, de tornar cada vez menor a refracção entre o que escola ensina e o que a vida mostra. Assim terá a criança contacto directo com a natureza, senão sempre, ao menos quando está ausente, com a menor deformação possível. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 68).

Nas páginas que seguem há a experiência positiva do cinema educativo em diversos países, como forma de validar a necessidade de um cinema nessas bases também no Brasil, sendo a França e a Itália mais apontados como modelos. Nesse período, Serrano já flertava com o cinema italiano e já havia contribuído com artigos para a revista de cinema italiano, a RICE.

Avançamos para o capítulo VI - *O cinema e as diversas disciplinas*, que busca apresentar essa relação do cinema com as matérias escolares, mas, para além disso, aborda o cinema para instruir a sociedade com temas, como higiene e saúde. Os trechos retirados do livro a seguir mostram essa relação:

Na Hygiene, quer no ensino escolar, quer para o grande publico, nas epocas normaes, ou como propaganda nos momentos de epidemias, o cinema é elemento de primeira ordem.

(...) Quizemos logo deixar bem claro que não restringiamos o nosso campo a instrucção: o nosso objectivo é a educação em seu âmbito mais largo: a formação da personalidade integral. Eis porque não podemos deixar de lado a questão do cinema em família, nem tão pouco a do cinema em relação ao publico em geral." (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 85).

A higiene e as questões com relação à saúde e aos cuidados eram preocupações do período que podem ser verificadas em diferentes materiais didáticos e discursos. O cinema era uma ferramenta para transmitir esse conhecimento, que traria contribuições para a sociedade que carecia de atenção básica e que em sua maioria era analfabeta e não tinha acesso à escola. Fica explícito no fragmento acima que o cinema educativo e instrutivo ia muito além da sala de aula, era preciso educar a sociedade em um processo que teria êxito na sala escura. Ou seja, as salas de cinema convencionais eram de extrema importância junto com as produtoras para o sucesso desse projeto.

A obra dos circulos de paes pode exercer benefício influxo nas escolas e nos lares. Dentro dessa obra, a contribuição do cinema educativo será da mais fecundas. Pelliculas de várias categorias concorrerão para tornar attrahentes as reuniões periodicas dos circulos, com mais eficiencia que os discursos, as prelecções eruditas e enfadonhas, que fazem bocejar grandes e pequenos e dão vontade de não se voltar mais à escola para outra reunião. Noções de hygiene e puericultura, prophylaxia das moléstias mais communs, combate ao alcoolismo, processos modernos de educação dos filhos sem castigo brutaes ou humilhantes. exemplos suggestivos de virtudes domésticas e cívicas, (...), quanta coisa poderá ensinar

discreta e agradavelmente o cinema, desde que se escolham boas películas, segundo um plano criterioso! (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 90).

Outra aposta nesse sentido eram os *circulos de paes*, ou grupo de pais, que colaborariam nesse fluxo de conteúdo entre escola e casa e assim em toda a comunidade. Nesses encontros, seriam projetadas também películas com conteúdo destinado à instrução da população. Isso poderia tornar as reuniões mais fecundas e interessantes e em contrapartida disseminar conhecimento, de acordo com os autores. Entre os temas mais indicados, estariam: noções de higiene, puericultura e profilaxia, combate ao alcoolismo e ainda *como educar* de uma maneira que considerariam mais moderna, sem agressões, por exemplo. Ainda havia a sugestão de que houvesse virtudes domésticas e cívicas, temas caros à propaganda governamental.

Urge produzir, propagar, amparar por todas as formas o filme capaz de distrair sem causar danos morais, o filme de emoção sadia, não piégas, sem ridiculez, mas humano, patriótico, superiormente social. Propugnemos o filme brasileiro, sem exagerações, documental, de observação exacta, serena, sem legendas pedantes, sem namoricos risíveis, sem cenas de mundo equívoco em ambientes indesejáveis. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, pp.92-93).

De acordo com outro fragmento ainda do capítulo VI, os autores apelam para a necessidade da produção de filmes que consideram *sadios* e preservem a moral. Ambos compuseram a comissão de censura dos filmes para o público geral. Por meio desse ofício, acharam por bem trazer para o debate a produção nacional de filmes que priorizassem a educação, a honra e os bons costumes, principalmente disseminados pela Igreja, como já foi apresentado. Porém, também era necessário ser patriótico. Havia a preocupação de que uma cultura diferente fosse disseminada por meio dos filmes estrangeiros. Era importante que o país fosse exaltado, e que hábitos e costumes de outros países fossem combatidos. Nesse contexto, os filmes hollywoodianos eram os "piores tipos", que ensinavam todo tipo de violência e maus costumes.

O último capítulo que vamos observar é o VII - *Organização de filmothecas*. Nesse capítulo em específico, são abordadas as características do filme educativo.

A questão da metragem, que os leigos no assumpto supõem secundária, é de relevância toda especial. O filme escolar deve ser curto. (...) Duzentos a trezentos metros representam a medida razoável, isto é, dez minutos a um quarto de hora de projecção. Cumpre não fatigar a atenção da classe e deixar margem para a explicação preliminar, para os comentários adequados a cada trecho do filme e, ainda, para o interrogatório verificador das observações de cada um dos alunos. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, pp. 94-95).

O trecho acima, além de mostrar uma questão didática quanto ao melhor aproveitamento do filme, mostra como era pensada a rotina do cinema em sala. Quando mencionamos que este não deveria substituir o professor, era importante que o filme fosse curto para que houvesse espaço para atuação deste em sala, por meio dos interrogatórios e explicações. Podemos perceber que era intencional que esses filmes fossem curtos, para caber no espaço de aula e para que pudessem ser

rapidamente reproduzidos, antes dos filmes de longa duração nas salas de cinema. A ideia era que fossem direto ao ponto de interesse, quase como informativos, que chamassem atenção. Certamente, a questão financeira também tinha sua parte nisso, sendo assim, era intencional que esses filmes fossem curtos e demandassem menos recursos e fossem mais objetivos.

Esta questão dos letreiros, em geral tão descuidada a princípio, assume importância capital no cinema educativo. Nos filmes de carácter estritamente artístico o ideal seria prescindir de quaisquer legendas. Quem viu *Berlim* pode avaliar então o que fôra uma película pura, sem a irritante interrupção dos letreiros. E hoje, nas melhores fitas silenciosas, a projecção só é interrompida aqui e ali para a explicação do que, em rigor, não se pode ou não se quiz (às vezes também não se soube) exprimir cinematographicamente, isto é, sem letreiros. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p.95).

É possível observar críticas às "legendas", pois, como podemos compreender no fragmento destacado, acreditavam que as letras atrapalhavam a dinâmica do filme, não funcionavam muito bem, que o recurso deveria ser utilizado somente quando estritamente necessário. Ainda de acordo com o livro, os alunos precisavam prestar atenção nas imagens e deveriam contar com o auxílio do professor, sem distrações que pudessem atrapalhar a absorção da mensagem fílmica. Mas também achavam que o filme sonoro poderia atrapalhar em algumas circunstâncias. O ideal seria o filme que falasse por imagens, que aguçasse a atenção e o entendimento por meio do cuidado com a produção. A fala deveria ser a do professor. O filme falado também fatigaria os espectadores.

Segundo o testemunho autorizado de LAURENT, a falta de critério orientador na produção de filmes escolares prejudicou seriamente a obra do cinema educativo em França. Ficaram muitos aparelhos sem utilização e as encomendas de filmes vieram só de pequenas localidades, reservando-se ao cinema o papel de mero objecto de distração. <<Como é hábito infelizmente frequentíssimo na administração, não se pediu conselho aos técnicos e deixou-se que algumas grandes firmas produtoras fornecessem assumptos estranhos ao ensino ou só ligeiramente relacionados com os programas>>. Erro deplorável, que depõe contra os administradores, pondo em evidência a necessidade de recorrer aos especialistas, mas que de modo algum se deve interpretar como razão depreciativa do cinema applicado ao ensino. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p.98).

A proposta era uma equipe que pudesse de fato dar conta dessa produção que atendesse da melhor forma possível essa demanda pelo cinema educativo. Para tanto, era importante que a equipe que ficasse responsável pela produção desse cinema fosse composta por educadores experientes. A crítica apresentada pelos autores, naquele momento, representou a preocupação que iria se desenrolar em alguns anos de trajetória para que o INCE pudesse, enfim, ser criado. Para além de todas as questões burocráticas, era preciso que seu estatuto fosse objetivo e bem desenvolvido, a propaganda fosse muito bem-feita, para não abrir espaço para que fossem prejudicados de nenhuma forma. A criação "tardia" — na época houve críticas sobre a demora em se criar o cinema educativo no Brasil — pode contar com erros e acertos da mesma experiência em países pioneiros, como a França e a Itália, e assim elaborar o Instituto de forma que extraísse o melhor resultado possível.

Para concluir esse raciocínio e, também, o artigo aqui discutido, seguimos com o próximo fragmento:

Para organizar programmas destinados às escolas (primarias, profissionaes ou normaes) e aos collegios secundarios, não é bastante dispor de uma ou duas dúzias de filmes, de assumptos restrictos. Certo não há mistér exhibir pelliculas em cada lição: as projecções, para que proveitosas, devem ser criteriosamente utilizadas, a proposito de um centro de interesse e na occasião opportuna. Ainda assim é indispensável que as collecções da filmotheca disponham de algumas dezenas, senão centenas, de bons filmes, de acordo com os programmas. Sem taes recursos, as projecções nas escolas e collegios não terão maior proveito, os aparelhos por ventura existentes ficarão inúteis (conforme ocorreu em França, nos casos citados por Laurent). ou então - o que é peor - serão organizadas sessões cinematographicas sem critério educativo, com fitas communs, para mera distração, compromettedoras, não raro, da propria efficacia do cinema applicado ao ensino. (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p.99).

Assim deveria ser a utilização do cinema em sala de aula: somente quando oportuno, de acordo com as películas disponíveis, aplicadas durante a aula, de forma que não substitua o professor, mas que aguace a curiosidade do aluno e, principalmente, que não seja uma mera distração, e sim pura informação e instrução. Também seria fundamental que houvesse películas adequadas aos conteúdos ou programas escolares. Para tanto, é aqui reforçada a necessidade de que intelectuais envolvidos com o tema organizassem essa *filmotheca*, para que o objetivo do cinema educativo fosse alcançado e fosse melhor aproveitado.

Os autores não deixam de citar nesse material a importância da Igreja:

Enquanto não chegar o apoio official, não se deverá, todavia, desanimar. A iniciativa particular, a acção da imprensa, a colaboração da própria *Igreja Catholica* pode influir poderosamente na diffusão do Cinema Educativo em nosso meio (SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, p. 135).

A Igreja, como já foi levantado, teve importante papel na trajetória do cinema educativo, não somente nacional, mas internacional. Sendo assim, fica nítido nesse material o papel da Igreja de cuidar das questões de formação do indivíduo, não somente no campo da educação, mas principalmente no campo ético e moral. Para tanto, a Igreja não só participou ativamente desse projeto, por meio de sua própria rede de sociabilidade — através desses e outros intelectuais, como jornalistas, escritores etc. —, como também colaborou na formação da estrutura do que se entendia como *bom* cinema.

Virá então por ventura a criação de um órgão central coordenador de todo o movimento em nosso paiz e em collaboração directa com o Instituto Internacional de Roma. Será o momento de pensar numa conferencia ou Congresso de Cinematographia Educativa no Rio de Janeiro e na inauguração da Cinematheca Nacional. (...) Fatalmente há de soar a hora do auxilio official. E então terá passado a era do cine-drama e chegado enfim a do cinema educador".(SERRANO & VENÂNCIO FILHO, 1931, pp. 138-139).

Por fim, fica solta a ideia da criação do que seria o INCE. Cinco anos mais tarde, tudo isso se cumpriu: o INCE foi instaurado; havia uma colaboração direta com a Itália; houve conferências, tanto nacionais quanto internacionais, sobre o tema cinema educativo; e tudo isso aconteceu com o apoio do governo.

O livro que Serrano elaborou, junto com Venâncio Filho, contribui para este trabalho na medida em que nos permite observar a atuação e o interesse deste intelectual na causa do cinema educativo e da moral religiosa, permitindo uma análise dos discursos e dos ideais presentes nos debates do campo educacional e do audiovisual nas décadas de 20 e 30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jonathas Serrano era um intelectual devotado as causas da educação. Católico, transitava em diferentes instituições, dentre as quais, IHGB, Colégio Pedro II, Escola Normal do Distrito Federal. O cinema educativo foi concebido por este intelectual como um importante meio de difusão e de defesa da moral religiosa católica na formação da infância e da juventude no Brasil.

Defendeu que o cinema deveria ser produzido por uma instituição brasileira que fosse apoiada pelo governo, a fim de combater as más influências dos filmes vistos de forma negativa, baseando seus discursos em ideais católicos. Esse personagem firmou importantes debates sobre o cinema, sua instauração, funcionamento, técnica e não menos importante, estabeleceu redes nacionais e internacionais para o caso do cinema educativo. Por meio de suas contribuições, o cinema educativo foi apresentado para a sociedade na exposição de 1929, e as bases da sua institucionalização foram firmadas. E apesar de não ter participado da configuração do INCE, certamente, ao ler os documentos que consolidam as bases da Sociedade Cine-Educativa, vemos muito do que foi apresentado e defendido por Serrano.

Dessa forma, procuramos apresentar brevemente um pouco da trajetória do intelectual educador Jonathas Serrano, que contribuiu para as discussões sobre o cinema educativo no país. Representando, assim, o leque de intelectuais católicos que estavam inseridos nos espaços públicos, e representavam a modernização da educação no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Avelino. *Do cinema educativo*. São Paulo: Moderna, 1989.

BLOCH, Marc L.B. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Tradução: André Teles. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CATELLI, Rosana Elisa. *O cinema educativo nos anos de 1920 e 1930: algumas tendências presentes na biografia contemporânea*. São Paulo: Intexto (UFRGS), 2005.

COELHO, Patrícia. *Educadores no rádio: programas para ouvir e aprender (1935-1950)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Mauad, 2016.

FERREIRA, Amália. (2004). *O Cinema Escolar na História da Educação Brasileira A sua Ressignificação Através da Análise de Discurso*. (Dissertação de mestrado). UFF. 2004.

FILHO, Francisco Venâncio, SERRANO, Jonathas. *Cinema e Educação*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1930.

MOREIRA, Marcelo Dominguez Rodrigues. *Análise do Discurso sobre o Cinema no Brasil na Década de 30*. Dissertação. UNIRIO. 2014.

_____. *O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira*. Revista brasileira de pedagogia, Brasília, v. 86, n.212, p.163-178, jan/abr. 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REIS JUNIOR, João Alves dos. (2008) *O livro de imagens luminosas. Jonathas Serrano e a gênese da cinematografia educativa no Brasil (1889-1937)*. (Tese de doutorado). PUC/Rio.

ROSA, Cristina Souza. (2008). *Para além das fronteiras nacionais um estudo comparado entre os institutos de cinema educativo do Estado Novo e do Fascismo (1925 - 1945)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Giovani José da. *Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a Formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio*. in. *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 289-323.

SIRINELLI, J.F. *Os Intelectuais*. In: René Remond .(Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 231-269.

VIDAL, Diana G. *80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate*.pp. 577-588.

MANIFESTAÇÕES DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA EM *CONFISSÕES DE UMA MÁSCARA* DE YUKIO MISHIMA



DIVANIZE CARBONIERI

Professora-associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem - UFMT
divanize.carbonieri@ufmt.br

VINÍCIUS FERREIRA DOS SANTOS

Doutorando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Professor efetivo da Educação Básica na Secretaria de Educação de Estado de Educação SEDUC/MT
vinifdossantos@gmail.com

HENRIQUE DE OLIVEIRA LEE

Professor-associado do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
holiveiralee@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as manifestações da heterossexualidade compulsória na obra *Confissões de uma máscara* do autor japonês Yukio Mishima. Esse debate tem como princípio dialogar com os estudos de gênero acerca da performatividade e do modo como a lógica heternormativa é inculcada na vida do personagem-narrador Kochan. Além disso, o embate entre as instâncias da enunciação e do enunciado, que se dá na narrativa de Mishima, se configura como um ponto central para a argumentação apresentada. Assim, o “eu” produzido na obra demonstra ser um sujeito dilacerado que tenta ressignificar seus desejos, ao buscar entender como eles foram construídos e estabelecidos na infância e na adolescência, manifestando um desejo e um corpo dissidentes dos discursos hegemônicos. Para tal empreitada, a análise se baseia nos estudos de Butler (2017; 2018), Foucault (2014), Morais (2020), Nogueira (2019), Lee (2007; 2009), entre outros.

Palavras-chave: Literatura. Gênero. Heterossexualidade compulsória. Japão. Yukio Mishima.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the manifestations of compulsory heterosexuality in *Confissões de uma máscara*, a novel by Yukio Mishima. The principle in that debate is to dialogue with gender studies about performativity and the way in which the heteronormative logic is inculcated in the protagonist-narrator Kochan. Furthermore, the debate between the instances of enunciation and utterance, which takes place in Mishima’s narrative, is configured as a central point for the discussion advanced. Thus, the “I” produced in the book proves to be a torn subject who tries to reframe his desires by seeking to understand how they were constructed and established in his childhood and adolescence, manifesting a body and desires that are dissident from hegemonic discourses. For that purpose, the analysis is based on studies by Butler (2017; 2018) Foucault (2014), Morais (2020), Nogueira (2019), Lee (2007; 2009), among others.

Keywords: Literature. Gender. Compulsory heterosexuality. Japan. Yukio Mishima.



DIVANIZE CARBONIERI, mestra e doutora em Letras pelo Programa de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo. Professora-associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Poeta e contista, autora de nove livros, entre eles *Entraves* (2017), contemplado com o Prêmio Mato Grosso; *Passagem estreita* (2019), finalista do Prêmio Jabuti; *A ossatura do rinoceronte*, vencedor do Prêmio Flipoços; e *Nojo* (2020).



VINÍCIUS FERREIRA DOS SANTOS, graduado em Letras Vernáculas e Clássicas e mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor efetivo de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT).



HENRIQUE DE OLIVEIRA LEE, graduado em Psicologia, mestre em Estudos Literários e doutor em Literatura Comparada, todos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor-associado do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Realizou estágio pós-doutoral na University of California, Irvine, no Comparative Literature Department e no Critical Theory Institute.

INTRODUÇÃO

O romance *Confissões de uma máscara* (2004) de Yukio Mishima, publicado originalmente em 1949, carrega em seu próprio título dois significantes que dão a tônica da análise realizada neste trabalho: “confissões” e “máscara”. A primeira estabelece uma relação com a prática ocidentalizada do ato de “confessar”, ora sugerindo a expiação de pecados, ora trazendo à baila conteúdos que, dentro de estruturas sociais heteronormativas, seriam considerados subversivos, além de sugerir uma modalidade de estabelecimento de um pacto autobiográfico, entre o autor e seus leitores, por meio do dispositivo da confissão. Já a palavra “máscara” carrega, entre muitos sentidos possíveis, a lógica do disfarce e, numa dimensão metafórica, indica aspectos de representação e teatralidade no convívio em sociedade. Nesse caso, a máscara funciona como uma alusão ao comportamento social japonês no que se refere à dualidade e complementaridade dos conceitos de *Tatema* (建前) e *Honne* (本音), que se referem, respectivamente e a grosso modo, à ocultação e à demonstração dos verdadeiros pensamentos e sentimentos (DOI, 1985).

Essas questões fomentam, sob uma perspectiva contemporânea, discussões a respeito dos conflitos do protagonista com a compulsoriedade de determinados comportamentos na esfera da sexualidade. Na narrativa, os sujeitos discursivos que a compõem são produzidos nas instâncias do enunciado e da enunciação e deixam entrever contrastes existentes entre a performatividade de gênero e sexualidade, revelando a inconsistência da simetria imposta entre eles. O título do livro, assim, dialoga com a noção de *performance* no sentido de atuação pela presença de “máscara”, ao mesmo

tempo em que parece evocar as considerações de Butler (2017; 2018) sobre gênero e sexualidade a partir das teorias dos atos de fala.

Tais investigações embasam a argumentação proposta neste estudo, que tem como objetivo demonstrar o modo como a heterossexualidade compulsória se manifesta e é simultaneamente posta em xeque em *Confissões de uma máscara*. Além disso, busca-se localizar brevemente a obra de Mishima na diacronia da literatura japonesa no que se refere ao estatuto da ideia de sinceridade. Dessa forma, a compreensão das formações discursivas se faz relevante, demandando que o exame dessas manifestações seja sustentado por ponderações em torno da linguagem e seus efeitos de sentido.

O procedimento adotado parte de uma leitura *queer*, ou seja, de um tipo de apreciação crítica que busca instaurar arenas de contestação sobre identidades consideradas monolíticas. O debate *queer* implica a reformulação das expectativas, exigências e imposições sociais, que, segundo Morais (2020), surgem da pressuposição da heterossexualidade como algo natural e, portanto, unicamente autêntico. Apesar da distância temporal entre a sua primeira publicação e as abordagens mais contemporâneas acerca das identidades de gênero e sexualidade como atos performáticos, a obra de Mishima, por sua própria constituição, parece convidar a um escrutínio desse tipo.

MAPEANDO YUKIO MISHIMA: OS ESPAÇOS DE SUBJETIVAÇÃO

O enredo de *Confissões de uma máscara* envolve as experiências sensoriais, eróticas, imagéticas e simbólicas do garoto Kochan, abrangendo a sua infância e juventude no Japão do período entreguerras. Por conta de sua saúde debilitada, ele vive sob cuidados especiais e, tendo sido impedido de brincar com outras crianças, dedica-se apenas aos estudos e à leitura, entremeados por elocubrações a respeito das transformações do próprio corpo e dos seus desejos homoeróticos.

A narrativa produzida corresponde à emissão de um eu-confessional que se situa no presente e narra fatos do passado num livro que está sendo escrito à medida que é lido pelo leitor. Desse modo, podemos dizer que, de maneira concomitante, existem dois sujeitos que surgem do efeito do discurso: o sujeito do enunciado – as “confissões” propriamente ditas – e o da enunciação – forjado no ato de “contá-las”. Ambos os sujeitos se confrontam: o da enunciação dá significado aos acontecimentos que são vivenciados pelo sujeito do enunciado, construindo-se novas perspectivas sobre eles. A cisão desses sujeitos, com os duplos que dela emergem, materializa-se ainda na linguagem, como, por exemplo, quando o personagem-confessional se refere ao seu local de nascimento: “[a]ssim sendo, nasci numa velha casa alugada, de esquina, situada num bairro não muito conceituado de Tóquio” (MISHIMA, 2004, p. 9). Nesse excerto, destaca-se a expressão “de esquina”, que marca o dualismo a acompanhá-lo desde o princípio, pois nasce na confluência de “dois” lugares, duas ruas diferentes. O fato de o sintagma vir separado por vírgulas talvez reforce essa ideia, tornando-o um apêndice ou

suplemento no interior de uma sentença singular, assim como a vivência que Kochan tem da própria identidade.

No texto de Mishima, a duplicidade de sujeitos ainda é frequentemente assinalada por meio do uso de sinais gráficos, como os parênteses, por exemplo: “[o] provável era que a isso se juntasse a necessidade, que nascia dentro de mim à época, de autodisciplinar-me segundo o método espartano. (O fato de estar escrevendo este livro já é um sinal dessa necessidade.)” (MISHIMA, 2004, p. 66). A narrativa também dá vazão à discussão em torno do próprio ato de escrita, empregando a instância do sujeito da enunciação para isso. Esse ato marcadamente metaficcional opera de modo a sublinhar o pacto autobiográfico em torno das confissões, ao mesmo tempo em que possibilita que ficcionalidade e realidade se confundam.

As escritas de confissões podem ser encontradas desde o ano 400 d.C., data das *Confissões* de Santo Agostinho. Mais tarde, entre os séculos XVIII e XIX, no auge do pensamento romântico na Europa, avolumam-se os livros cujos títulos trazem o mesmo termo, seja na literatura, seja na filosofia. Assim, como pontua Trilling (2014), houve, no continente europeu dessa época, uma transformação no pensamento moral, em que o estatuto da sinceridade se tornou peça fundamental para o estado ou qualidade do “eu”. Apesar disso, ainda conforme o mesmo autor, a sinceridade não escapou de um processo de declínio, pois, diminuída a sua autoridade no decorrer do tempo, começou, grosso modo, a ser vinculada à ingenuidade e à inautenticidade. De acordo com Lee (2007), a ascensão da sinceridade correspondeu a um conjunto de transformações subjetivas, que a configuraram como um princípio crucial durante parte significativa da história do Ocidente.

À medida que a sinceridade se constituía como valor moral na Europa Moderna, ela passou a influenciar locais mais distantes, mesmo fora do Ocidente, desembarcando em nações orientais, sobretudo no Japão, em especial durante a Era Meiji a partir de 1906. Nesse período, surgem obras autobiográficas japonesas que seriam denominadas de *Shishosetsu* (FOWLER, 1988). Esse modo de narrar teria influenciado o próprio Mishima, inclusive na obra analisada. Na verdade, “o procedimento narrativo de *Confissões de uma máscara* é uma ‘imitação’ de uma autobiografia” (LEE, 2009, p. 157), algo que torna possível observar filigranas de espaços autobiográficos, já que há certas semelhanças entre sua criação e sua vida:

A assumida especularização e fragmentação do *eu* a partir das personagens de ficção de Mishima são subsídios para a ambigüidade [sic] dos seus pactos de leitura, que oscilam do romanesco ao autobiográfico e fantasmático, como se cada personagem fosse uma possível máscara. As linhas divisórias entre mundos textual e extra-textual se tornariam ainda mais permeáveis, acarretando mais um modo de alteração dos signos de realidade (LEE, 2009, p. 163).

Como já observado, a duplicidade se evidencia na narrativa principalmente nos momentos em que o narrador se dirige ao leitor ou ao interlocutário nos conteúdos entre parênteses ou mesmo fora deles. Assim, por exemplo, quando o sujeito da enunciação provoca o leitor ao realizar uma espécie de autopastiche com a introdução de passagens escritas pelo sujeito do enunciado, revelando o modo como se sentia à época, os trechos de “autopastiche” são colocados em itálico:

A fim de escapar da acusação de que estou apenas analisando o “eu” daquela época sob a ótica do “eu” do presente, transcrevo abaixo um trecho do que escrevi aos dezesseis anos:

[...]

Por fim, algo vago mas real é confinado na poderosa máquina de falsidades. Ela começa a funcionar a todo vapor. E ninguém percebe que ele está dentro de uma “sala de autoengano”...

“...A máquina de falsidades começa a funcionar a todo vapor...” Não estava funcionando a todo vapor? Uma falha comum na infância é acreditar que se pode satisfazer o demônio transformando-o em herói. (MISHIMA, 2004, p. 86-87, grifos do autor).

Nesse excerto, percebe-se um jogo ambíguo e de ironia na inserção de tais escritos. Ambíguo porque o uso do autopastiche é um artifício retórico para convencer o leitor e dar à obra e, especificamente, aos relatos de Kochan ares de fidedignidade. A ironia, por sua vez, concentra-se na parte em que o narrador se defende de possíveis acusações a respeito da cena enunciativa (no passado). Na cena da enunciação (no presente), ele conjectura sobre um equívoco da adolescência, quando ressalta sua própria ingenuidade na época, ao afirmar que a “máquina de falsidades” está sempre trabalhando intensamente e não apenas de vez em quando, como sugeriu o sujeito do enunciado no trecho em itálico. Mas isso não seria propriamente mostrar-se culpado por aquilo de que ele mesmo se acusa? A resposta a essa pergunta reside no entendimento de que *Confissões de uma máscara* é, como está expresso em Lee (2009), uma imitação de uma autobiografia (e não propriamente uma autobiografia), pois reúne em si valores que remetem ao auge do estatuto da sinceridade ocidental, concomitantemente com elementos que espelham o seu declínio.

Além disso, outras observações assomam a respeito da palavra “confissões” no título da obra estudada. Para Foucault (2014), a confissão é um dos mais relevantes meios pelos quais se instaurou, nas sociedades ocidentais, o policiamento subjetivo, em outras palavras, um modo de estabelecer o autocontrole nos indivíduos. A Igreja Católica foi uma das principais responsáveis por propalar essas formas confessionais a partir do Quarto Concílio de Latrão em 1215.

À medida que a disseminação no Ocidente da prática confessional transformou a vida psicológica de homens e mulheres, o confessor examinou as qualidades do pensamento, isto é, os “desejos”. Desse modo, conforme Foucault (2014), não se trata apenas do ato pecaminoso em si, mas também do nível de intenção, vontade e desejo do confessor. Ademais, seria preciso situar aqui

o caráter performativo da confissão, posto que tal dispositivo não seria simplesmente a revelação de conteúdos originados de uma suposta interioridade, mas da construção mesma dessa noção de interioridade: “[n]a confissão, quem fala se obriga a ser o que diz ser, se obriga a ser quem fez isso ou aquilo, quem experimenta esse ou aquele sentimento; e se obriga porque é verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 26, tradução nossa). Assim, dentro dessa condição de produção, a confissão realiza atos performáticos, ou seja, cria efeitos de verdade, que, por sua vez, criam a lógica de que a vida é imperfeita e de que todos inescapavelmente estão sujeitos ao pecado. Confessar, portanto, não é apenas “mostrar” a carne e colocar o desejo à mostra, mas assumir-se como sujeito pecador cuja “verdade” estaria no desejo. Por isso, ao narrar as próprias fantasias, Mishima produz, em seu texto, uma verdade do desejo, fazendo com que a verdade do desejo se concretize por meio da ficção. É nesse paradoxo sobre a verdade, no qual ela é sempre buscada em algum tipo de realidade, mas encontra-se sempre mais próxima da ficção, que o seu romance se encontra, remetendo à afirmação de Trilling (2014) de que a literatura é o lugar em que mais se pode ser sincero.

Conforme explicado no início deste trabalho, há também que se pontuar duas questões em relação ao comportamento social na cultura japonesa, tal como é retratado na obra de Mishima. Para entender esse comportamento social, é importante distinguir *Tatemae* (建前) e *Honne* (本音), dupla de conceitos que remontam à noção de pessoa e suas máscaras sociais. *Tatemae* diz respeito àquilo que é pronunciado publicamente e coincide com os interesses grupais e coletivos. *Honne*, por sua vez, corresponde àquilo que é mantido dentro do coração, em algum nível de segredo. Quando esses termos são utilizados, por exemplo, para se referir a práticas religiosas, *Tatemae* se refere ao ensino ortodoxo e à tradição, enquanto *Honne* se refere à teoria não sistematizada ou secreta de uma religião (DOI, 1985). O equilíbrio entre essas instâncias seria fundamental para evitar rugas, discrepâncias, discussões em prol da harmonia social. Tais conceitos ajudam a lançar luz sobre o comportamento dos personagens do romance de 1949, uma vez que a própria obra poderia ser pensada como uma encenação de um duelo entre *Tatemae* e *Honne*, por se tratar de uma confissão de um “eu” cindido. De um lado, o romance dá plena vazão às fantasias sexuais “perversas” ou “subversivas” do protagonista, o aspecto *Honne*, mas, simultaneamente, fornece um testemunho das tentativas do protagonista em corresponder às normas sociais.

Nesse sentido, *Confissões de uma máscara* apresenta um horizonte de expectativas ao leitor daquilo que lhe é confessado. Entretanto, o título contém um oxímoro, figura de linguagem que combina palavras de sentidos aparentemente opostos, mas que reforçam a expressão. Por conta disso, “confissão” e “máscara” apresentam uma relação oximórica, haja vista que se confessar remonta à agência de um sujeito que revela seus desejos, o que não estaria de acordo com a palavra “máscara”, pois ela supõe um disfarce, um fingimento. Portanto, o que existe, na narrativa, é “a confissão de um disfarce”. Aquilo que se lê no título expressa a autoconsciência de si com esse outro, reforçando o

seu caráter de oxímoro e sugerindo que Kochan tem, nas suas confissões, consciência dos desejos e disfarces com os quais se veste.

Cabe lembrar ainda que Yukio Mishima foi um pseudônimo para Kimitake Hiraoka, e se Kochan puder ser entendido como um alterego do autor – interessante o personagem nasceu no mesmo dia e mês que seu criador: 14 de janeiro –, então, estamos diante de uma máscara que se coloca sobre outra, e de outra sobre outra, e de ainda outra sobre outra, num constante *mise un abyme*, no sentido de narrar-se a si mesmo em meio a outras narrações.

Mishima era, além de tudo, um artista multifacetado; embora tenha ficado famoso por seus livros, também se dedicou a outras artes. Dirigiu, por exemplo, o curta-metragem *Patriotismo*, uma adaptação de um conto homônimo de sua autoria, no qual ainda atuou. De acordo com Lee (2007), era mesmo considerado um *pop-star* em sua época. Mishima ainda serviu de modelo para uma série de ensaios fotográficos nos anos 1960 e 1970, disponíveis em alguns acervos digitais, nos quais aparece seminú, em poses que ressaltam a masculinidade e a virilidade. É esse o caso da foto em que aparece reencenando São Sebastião a partir do quadro de Guido Reni, que, aliás, foi mencionado em *Confissões de uma máscara*:

Abri uma página no final do livro. De um canto, surgiu então uma pintura que senti estar lá só por minha causa, me esperando: não conseguia pensar em outra explicação. Era uma reprodução do “São Sebastião”, de Guido Reni, do acervo do Palazzo Rosso de Gênova (MISHIMA, 2004, p. 36).

Ao ler o fragmento acima, não causa surpresa a confusão estabelecida entre o “eu” do livro de 1949 e o “eu” factual, uma vez que ali orbitam signos que remontam às descobertas da sexualidade de Kochan, tendo o próprio Mishima, anos mais tarde, adaptado o quadro num ensaio fotográfico. Afinal, seria o autor do livro, portanto, um personagem escrevendo sobre outro? Seria uma criação ficcional capaz de criar realidades por meio de atos performáticos?

Ao que se sabe, a partir de um ponto de vista atual, o autor era um homem gay cisgênero que transitava entre uma imposição modelar de uma existência masculina gay-cis. Ao mesmo tempo, em *Confissões de uma máscara*, ele demonstra a urgência estética de ser também um outro de si mesmo. Não por acaso o personagem Kochan invariavelmente exerce uma espécie de autoanálise sobre as imposições sociais vinculadas à postura transgressora de não querer seguir o destino implicado em seu sexo biológico. Esse destino, imposto de fora, se refere à compulsoriedade de gênero e sexualidade, calcada pela ficção reguladora da coerência heterossexual, como se sexo e gênero fossem indistintos e os desejos sexuais coincidissem obrigatoriamente com essa indistinção.

A ORDEM COMPULSÓRIA DO SEXO/GÊNERO/SEXUALIDADE NA OBRA DE YUKIO MISHIMA

Diferentemente do que se esperaria, a distância temporal parece aproximar o livro de Mishima da contemporaneidade, uma vez que pode ser iluminado por determinados discursos e vieses que à época não estavam constituídos, seja por imposições culturais, sociais e políticas, seja pela ausência de paradigmas para organizar o leque de significantes relacionados às questões de gênero e de sexualidade que estão presentes na narrativa.

(Para mim, tratou-se de uma curiosa coincidência o fato de [Magnus] Hirschfeld ter mencionado que, dentre as pinturas e esculturas prediletas de invertidos, as que retratam São Sebastião figuram em primeiro lugar. Essa observação nos faz supor com facilidade que, na maioria dos casos, os impulsos invertidos e os sádicos estejam ligados de modo inextricável, em especial quando se fala em inversão congênita.) (MISHIMA, 2004, p. 38).

No comentário acima, apresenta-se uma análise conjectural do quadro em que figura São Sebastião, santo da Igreja Católica padroeiro contra a peste, a fome e a guerra. Outro ponto importante é a menção ao médico e sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, personalidade que realmente existiu e possui um amplo estudo relacionado às questões da sexualidade, sobretudo no que se refere à homossexualidade. Além de a referência a esse estudioso configurar um dado importante para relacionar a narrativa ao mundo factual, tal trecho ainda evoca a olhos vistos as figuras dos sujeitos homossexuais. O narrador os designa pelo termo “invertido” – como uma locução adjetiva (“de invertidos”), como um substantivo pertencente ao mesmo campo semântico de “sádico” e como uma característica “congênita”. Ele se reconhece nesse sujeito “invertido”, apesar de nunca concretizar seus desejos, nunca ter a agência da homossexualidade. Apenas se atendo à esfera dos desejos, o narrador vê no passado vários elementos que dão significado ao significante “invertido”. Tal palavra remonta a um vocabulário da psiquiatria do século XIX, muito usado para categorizar indivíduos cujos desejos sexuais não seriam aqueles postulados pela sociedade heteronormativa. Entretanto, “inverter”, na obra, também significaria inverter valores, crenças e imposições sociais, além, é claro, de ser um signo carregado de valoração negativa. Para o narrador, é imperativo entender qual razão o leva a desejar homens e como forjar uma masculinidade. Então, há nele o interesse em observar como se manifestam as imposições regidas por uma compulsoriedade heterossexual. Porém, uma digressão a respeito da cisão entre sexo e gênero talvez se faça necessária para captar a lógica subjacente ao discurso expresso na narrativa.

Sobre essas questões, Butler (2017, p. 25-26) argumenta que

[c]oncebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo.

É desse contexto que advém a lógica compulsória de que o sexo é um “dado” da natureza e a ele é conferida a missão de reger o gênero. A rigor, essas noções estariam sendo produzidas discursivamente por um segmento da própria ciência, servindo a interesses políticos e sociais. Por sua vez, Butler (2017, p. 27, grifos do original) se contrapõe ao discurso de que o sexo é pré-discursivo, portanto, anterior à cultura, uma “superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura”. Isso cria uma falsa lógica de uma coerência heterossexual masculinista, dando a ideia de um sujeito que pré-existia ao discurso, condição presente no discurso científico a que Butler se refere, produzindo um sujeito “essencialista” ou “natural”. Sobre essa problemática, Nogueira (2019, p. 39) acrescenta que:

[a]ssim, não há um sujeito antes, mas depois do discurso. Significa dizer que o discurso social de nossa cultura pressupõe um sujeito antes de sua existência, que é estável e linear, de modo que ter um pênis significa, nessa maneira de pensar, ser homem, masculino e heterossexual. Assim, as pessoas não escolhem seu sexo, gênero e desejo livremente, mas são coagidas a constituírem suas sexualidades dentro dessas linearidades, caso não queiram ser problematizadas e consideradas como aberrações. Obviamente nem todos os sujeitos atendem as demandas do discurso hegemônico, senão todas as pessoas seriam heterossexuais.

Por essa razão, resguardadas as devidas condições sociais, Kochan se considera um “invertido”, a quem hoje atribuiríamos um papel de dissidente do discurso hegemônico. O próprio personagem passa por uma tomada de consciência sobre a sua dissidência ao se apaixonar por um colega da escola e tentar materializar esse desejo em palavras:

[n]ão quero dizer, porém, que acreditava serem normais meus desejos inusitados, fora dos padrões ortodoxos, ou que me iludia pensando que todos os meus amigos os tinham. Surpreendentemente, devido a minhas leituras de histórias românticas, e tal qual uma donzela ignorante deste mundo, eu entretinha os mais diversos sonhos dourados acerca do amor, do casamento entre homem e mulher. Lancei minha paixão por Omi na pilha de lixo dos enigmas abandonados, sem me indagar sobre o seu sentido mais profundo. Hoje, quando escrevo “amor”, “paixão”, não significa que sentisse tudo isso naquela época. Nem em sonho imaginava que meus desejos de então pudessem ter alguma relação importante com minha “vida”. (MISHIMA, 2004, p. 67).

A consciência de si e de seus desejos como “anormais” para os padrões de sua época, que batiza de “padrões ortodoxos”, faz com que o personagem racionalize suas percepções. Além disso, não escapa das suas considerações o fato de o discurso romântico pressupor uma heteronormatividade sistêmica. Como o amor romântico surge a partir da ideologia burguesa na lógica da família e da

propriedade, ele evoca para si a própria lógica da heteronormatividade. Esses valores burgueses forjaram seu pensamento, e romper com essa linearidade “natural” da correspondência entre sexo, gênero e desejo transforma-o em um transgressor desde tenra idade.

E ali naquela casa, sem que ninguém dissesse ou mencionasse coisa alguma, cobravam-me que fosse um menino. Era o início de uma representação que não me agradava. Foi a partir dessa época que comecei a compreender vagamente o mecanismo segundo o qual o que parecia ser uma representação aos olhos das pessoas, era para mim expressão da necessidade de retornar a minha própria essência, ao passo que o que parecia a todos o meu jeito natural de ser era, na realidade, uma encenação. (MISHIMA, 2004, p. 27-28).

Kochan não precisou ter sido avisado, na infância, diretamente sobre o que é ser um “menino”. Tudo se iniciou, aparentemente, num momento anterior à sua transformação num sujeito consciente de si. Não à toa ele utiliza a palavra “representação” para designar aquilo que é repetido tantas vezes que parece natural. Mas percebe que seu “jeito natural” é, de fato, apenas uma “encenação”. Esse trecho torna possível o estabelecimento de um diálogo entre o texto de Mishima e alguns apontamentos de Butler (2018), pois há certas semelhanças de percepção. Por exemplo, o modo como Kochan se refere à sua representação do que era “ser um menino”, em uma leitura *queer*, pode ser entendido como a própria “performatividade de gênero”.

MANIFESTAÇÕES COMPULSÓRIAS NA OBRA

“Performatividade” faz parte da teoria dos atos de fala, cuja lógica remonta ao poder da linguagem em criar realidades, ou seja, a característica de enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, fazem algo acontecer, trazem algum fenômeno à existência. Essa teoria advém dos estudos iniciais de John Austin, conforme destaca Butler (2018), por meio de atos ilocucionários – enunciados que dão existência àquilo que declaram – e perlocucionários – uma série de eventos que ocorrem como consequência do enunciado. Mas o que isso teria a ver com os “atos corporais” que se referem à percepção de gênero? Quando nasce uma criança, o médico ou a pessoa que assistiu ao parto declara que se trata de uma “menina” ou de um “menino” (atualmente, essa declaração não raro ocorre até mesmo antes do nascimento, pois as tecnologias atuais são capazes de mostrar detalhes da anatomia dos fetos). Essas duas palavras estão inscritas em estruturas sociais que moldam o destino do sujeito. Dessa maneira, no caso do gênero, para Butler (2018), o modo como os atos corporais se tornaram performativos veio de uma imposição psicossocial e da inculcação lenta e reiterada das normas. Ao invés de trazer à existência ou de determinar espontaneamente quem o indivíduo é, algo o obriga a “representar” o gênero a que foi atribuído. Assim, falar que o gênero é performativo é dizer que corresponde a um certo tipo de representação, mas isso só é possível por meio de uma negociação

com o poder. Por fim, ainda de acordo com Butler (2018), não existe gênero sem essa reprodução repetida das normas. O mesmo pensa Kochan em muitos momentos da obra, quando recupera a noção de representar a si mesmo, sobretudo, no que se refere à própria masculinidade.

“Representar” tornara-se parte constitutiva de meu ser. Ou melhor, já não era uma encenação. A consciência de que me fazia passar por uma pessoa normal corroera até mesmo a normalidade que porventura ainda possuísse, fazendo-me repetir a mim mesmo, sem cessar, que até esta não passava de simulacro. Dizendo-o de outra maneira, tornava-me alguém que praticamente acreditava apenas no fingimento. Dessa maneira, a atração que sentia por Sonoko, aquele sentimento que a razão desejava caracterizar como farsa, talvez apenas mascarasse meu desejo de acreditar que se tratava, na realidade, de amor genuíno. Provavelmente, começava a me transformar num homem incapaz até de negar a si mesmo... (MISHIMA, 2004, p. 120-121).

Esse fragmento evoca, novamente, o significado de máscara como um disfarce para representar algo, um “simulacro”, uma “farsa”. O próprio verbo mascarar no pretérito imperfeito do subjuntivo (mascarasse) coloca em xeque uma dúvida, a hipótese de que consiga amar, agenciar uma heterossexualidade, e é nessa condição que Kochan se metamorfoseia em um homem que não consegue mentir para si mesmo, disfarçar a si mesmo. No caso, o narrador tenta se adequar às normas da ficção de uma coerência heterossexual, algo que sente como compulsório e obrigatório, tomando consciência de que a representação faz parte constitutiva de sua identidade.

Outro exemplo de como essas representações se colocam na ordem do dia de Kochan ocorre em: “[e]mbora eu ainda falasse de maneira mais delicada e feminina em casa, começara a me expressar com certa grosseria na escola” (MISHIMA, 2004, p. 44). Se na cena privada da “casa” ele pode exercer seu gênero de modo natural, percebe que lá fora, na cena pública, tem que agir de modo diferente. Esses disfarces para representar fazem parte da constituição da vivência *queer*. Ser dissidente das identidades monolíticas é aprender a representar um outro do outro de si mesmo.

Dessa forma, há significantes, além de “invertido”, que remontam à expressão de uma sexualidade dissidente quando o narrador usa palavras como “algo trágico”, “autorenúncia”, “vida trágica” e “coisas trágicas”. Tais signos, que orbitam ao redor da própria homossexualidade, constituem evidências de uma inculcação proveniente de um contexto que parte de uma coerência heterossexual compulsória. Num determinado momento, Kochan apresenta o nascimento desses desejos na infância.

Era um jovem quem descia a ladeira em nossa direção, carregando no ombro um jugo do qual pendiam, à frente e atrás, baldes de excremento cujo peso ele distribuía com destreza por seus passos ladeira abaixo. Trazia um pano sujo enrolado em torno da testa. Seu rosto era bonito e corado, e os olhos brilhavam. Era um limpador de fossas, um coletor de excrementos (MISHIMA, 2004, p. 12).

Essa cena se refere ao momento em que a visão de um homem, um coletor de excrementos, despertou seu interesse. Há novamente uma situação paradoxal, pois a passagem remete à beleza e à excrescência. Ao relacionar essa corporeidade ao exercício daquela profissão, Kochan confessa uma predileção pelo uniforme daquele funcionário, com a “calça justa de algodão azul-marinho” (MISHIMA, 2004, p. 13). A fixação por essa calça produz um erotismo subjacente a esse discurso, dando a entender que ela poderia marcar as formas masculinas do corpo daquele trabalhador, inclusive a genitália. A obsessão pela cor azul será aspergida ao longo do romance, como se se transformasse em um ciclo de manifestação da sexualidade.

Observei aquela figura com atenção incomum para uma criança de cinco anos. Embora ainda não fosse capaz de percebê-lo com clareza à época, eu havia recebido um chamado misterioso, sombrio, a revelação inicial e alegórica de uma força que se manifestava pela primeira vez na figura daquele limpador de fossas. O excremento é, afinal, um símbolo da terra, e o que me chamava era sem dúvida o amor malevolente da Mãe-Terra (MISHIMA, 2004, p. 13).

Nesse caso, o sujeito produzido pela enunciação traduz uma espécie de epifania, ao falar de uma revelação, quase como algo maior do que ele próprio. Porém, prevê que aqueles sentimentos não condizem com a “normalidade”, uma vez que constituíam algo “misterioso” e “sombrio”. A associação do excremento à Mãe-Terra, essa força motriz dos seus desejos, que tem uma força superior à dos humanos, revela-se, novamente, uma relação oximórica, pois o amor dela é malévolos, uma fórmula antitética de lidar com esses sentimentos conflituosos.

Pressenti então que neste mundo há um tipo de desejo semelhante à dor pungente. “Quero me transformar nele” foi a vontade que me sufocou ao olhar para aquele rapaz todo sujo: “Quero *ser* ele”. Lembro-me com clareza de que havia dois motivos importantes para esse meu desejo. Um deles era sua calça justa azul-marinho; o outro, sua profissão. A primeira delineava com perfeição seu corpo da cintura para baixo, movendo-se com agilidade, parecendo vir em minha direção. Passei a adorar de forma inexplicável essa vestimenta, embora não entendesse por quê.

[...]

Ou seja, senti em relação àquele trabalho uma tristeza penetrante, algo como um anseio pela dor pungente, capaz de contorcer meu corpo. No trabalho daquele jovem senti “algo trágico”, na acepção mais patética da palavra. Uma sensação de “autorrenúncia”, indiferença, intimidade com o perigo, uma mistura notável do nada com uma força vital: todas essas sensações transbordavam de mim, esmagando-me com seu peso e me fazendo prisioneiro aos cinco anos de idade. Talvez eu tenha me enganado quanto à função de limpador de fossas. É provável que alguém tenha me contado sobre alguma outra profissão, e eu me confundi devido ao uniforme, mas desejava de todo modo que fosse esse o seu trabalho. Não tenho outra explicação (MISHIMA, 2004, p. 13-14).

Fato é que Kochan começava a sentir o peso de viver à margem das identidades monolíticas. O dualismo entre beleza e excrescência, desejo e dor, torna-se um axioma para o personagem. A todo custo, ele duela com essas polivalências e os perigos provenientes desses desejos homoeróticos.

Portanto, o trabalhador carrega excrementos – atividade que, no contexto representado (e mesmo em outros), acarreta desprestígio, pois envolve o ato de transportar algo fétido, sórdido e asqueroso. Mas a sua beleza aparece ressaltada, sendo essas contradições inclusive inerentes ao desejo, porque o corpo desejante atrita política, social e culturalmente com o corpo desejoso. Para Kochan, o trabalhador fez uma renúncia de si mesmo por exercer aquela função, por isso, o garoto deseja “ser ele”: possuir esse corpo que carrega tantas contradições e que passa despercebido pelas camadas sociais, do mesmo modo como ele gostaria de passar.

A partir disso, recuperamos a cena em *Confissões de uma máscara* quando o narrador inicia um relacionamento com a garota Sonoko, o que parece a princípio suscitar uma esperança: “[p]ra mim, Sonoko era uma encarnação do amor que me levaria à normalidade, às coisas espirituais, à eternidade” (MISHIMA, 2004, p. 188). Ela surge como o remédio para sua inversão, o ingresso para entrar, conforme Butler (2017), na ficção reguladora da coerência heterossexual. Afinal, no trecho destacado, há palavras do campo semântico da religiosidade cristã, como, por exemplo, ao se referir a esse relacionamento como uma âncora para “coisas espirituais”, “eternidade” e “encarnação”. O casamento nunca acontece e o relacionamento acaba sendo interrompido, pois o próprio narrador reconhece que os seus são desejos de dissidência. Para Kochan, o destino que deve ser seguido é o compulsório, que atrapalha a concretização de seus desejos, entrando em conflito com o seu verdadeiro ser.

Desse modo, depois de anos, quando Sonoko já está casada com outra pessoa, Kochan e ela se reencontram. Ao ser instado a apresentar uma confissão, Kochan prefere vestir a máscara *Tatemaie*. Ela, sem sobreaviso, pergunta-lhe: “[é] uma pergunta impertinente, mas você já fez, não é? É claro que já fez aquilo, não fez?” (MISHIMA, 2004, p. 198, grifos do original). Os advérbios destacados e o verbo “fazer” deixam subentendido que Sonoko se refere à relação sexual. Ele nunca havia se relacionado sexualmente, nem com homens nem com mulheres, mas, Sonoko, inserida nos discursos em torno da compulsoriedade de gênero, esconde nessa pergunta uma outra: com qual *mulher* você já fez? Kochan, já tendo passado por uma tomada de consciência sobre a própria sexualidade, diz: “[e]la não se dava conta de que não conseguia me imaginar com uma mulher” (MISHIMA, 2004, p. 198). Assim, percebe-se que ele não foge ao esquema traçado, pois, com essa pergunta, Sonoko deseja alcançar a profundidade de Kochan, mas ele prefere ocultá-la, vestindo a *Tatemaie* para elipsar seu “sentimento verdadeiro”, a fim de evitar que se escape algo desconfortável para sua interlocutora.

Ao final da obra, surge mais uma reflexão a ser analisada:

Ao me levantar, lancei ainda um olhar furtivo na direção das cadeiras ao sol. Aparentemente o grupo fora dançar, as cadeiras vazias deixadas sob o sol abrasador. Algum tipo de bebida fora derramado sobre a mesa e emitia reflexos cintilantes, aterradores (MISHIMA, 2004, p. 199).

Essa passagem remonta ao início do livro, quando o narrador menciona o reflexo da bebida derramada na mesa, ao mesmo tempo em que remete à sua lembrança mais longínqua: a de seu primeiro banho, com os reflexos da água na tina de madeira em que fora banhado – “via-se um delicado raio de luz refletido na borda” (MISHIMA, 2004, p. 8). A reflexão que se levanta é a de que esses desejos examinados por ele se dão como um círculo. A circularidade se explica pelo fato de não haver na narrativa um final embrulhado em laço de fita, ou seja, fácil/feliz ou que apresente alguma resposta definitiva a esses conflitos. A circularidade ensinou ao sujeito produzido pela cena da enunciação a privar-se de seus desejos, a trancafiá-los em seu interior. Contudo, ao que tudo indica, Kochan apresenta uma análise profunda de seus desejos e de como eles se relacionam com a sociedade da época, além de permitir que o livro se encerre justamente numa cena de caráter paradoxal, com os reflexos sendo a um só tempo “cintilantes” e “aterradores”. Portanto, ele conclui sua narrativa ainda tomado pelo embate com a compulsoriedade de gênero, que lhe trouxe conflitos internos muito profundos, o que assinala que a heterossexualidade age como produto de uma regulação política, segundo Morais (2020), categorizando corpos ao visar à manutenção perpétua da reprodução.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As manifestações da compulsoriedade de gênero são várias ao longo da narrativa. O romance de Mishima suscita muitas discussões a esse respeito. A análise empreendida não esgota todas as potencialidades. Sendo assim, deixa aberta a porta a quem também queira se debruçar sobre isso. Ao que tudo indica, as dualidades, os conflitos e o dilaceramento do eu, demonstrados pela constante presença dos paradoxos enquanto figuras de linguagem, representam a cisão do eu em conflito com o outro, que é constituído por discursos monolíticos de representação de gênero e sexualidade.

A atenção dada ao título foi crucial para a leitura da obra por meio de uma ótica *queer*, uma vez que, segundo Foucault (2014), “confessar” é uma agência performativa. Logo, esse livro é uma expressão máxima da carne, dos desejos que se materializam na escrita proposta por Kochan/Mishima. Desse modo, torna-se difícil “encaixá-lo” no campo literário cristalizado do Ocidente, porque, na medida em que deixa porosas as fronteiras entre vida e ficção, criador e criatura, o romance parece preencher uma lógica do campo expansivo da arte. Em outras palavras, ele não é um romance em termos bakhtinianos, nem mesmo uma autobiografia, mas uma hibridização impura envolvendo o pacto autobiográfico.

Apesar de ser muito inspirado pelos valores ocidentais, sobretudo pelo estatuto da sinceridade, Mishima deixa entrever que sua narrativa também se valeu muito da cultura japonesa, subtraindo do comportamento social nipônico certas representações sociais. Para Kochan, a identidade é sempre

uma representação, uma máscara imposta por diversos setores da sociedade. Adivinha-se, por exemplo, a latência do cristianismo em vários momentos envolvendo personagens que circundam o protagonista, algo a ser explorado em novas investigações, pois o aspecto religioso também interfere na construção das identidades. Essas questões, as quais ultrapassam a barreira do tempo, são cruciais para entender por que a agência de afeto da homossexualidade não pôde ser alcançada pelo protagonista.

Ademais, ao finalizar a obra com uma espécie de circularidade, Mishima demonstra em sua escrita o peso de manter sufocados os desejos em prol das regulações da sociedade, cujo sistema estrutural é sustentado pela dor e culpa de não poder ser aquilo que se é. Aliás, o amor, que, em muitas narrativas, poderia ser um pilar de salvação, para Kochan, pressupõe a destruição, pois, “de todas as formas de degeneração, a pureza degenerada é a mais perniciosa” (MISHIMA, 2004, p. 61). Afinal, como em outras das obras de Mishima, a beleza é pura e singela, porém, ao ser colocada diante da realidade, torna-se um vetor de destruição, excrescência, solidão e angústia.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DOI, Takeo. *The anatomy of the self*. Tradução: Edward Hall. Michigan: Kodansha International Publisher, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Obrar mal, decir la verdad: Función de la confesión en la justicia*. Curso de Lovaina. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- FOWLER, Edward. *The rhetoric of confession: Shishosetsu in early twentieth-century Japanese fiction*. Berkeley: University of California Press, 1988. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft0k400349/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- LEE, Henrique de Oliveira. *O espaço autobiográfico em Yukio Mishima*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007 (pdf).
- LEE, Henrique de Oliveira. “Variações do espaço autobiográfico: O caso de Yukio Mishima”. In.: *Revista Literatura em Debate*, v. 4, n. 5, p. 152-169, 2009.
- MISHIMA, Yukio. *Confissões de uma máscara*. Trad. Jaqueline Nabeta. Waltensir Dutra São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MORAIS, Fernando Luís de. *Analítica Quare: como ler o humano*. Bahia: Devires, 2020.

NOGUEIRA, Gilmaro. “Aqui ninguém é hétero!”. In.: COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro (orgs.) *Crônicas do cus: Cultura, sexo e gênero*, p. 38-41. Bahia: Devires, 2019.

TRILLING, Lionel. *Sinceridade e autenticidade: a vida em sociedade e a afirmação do eu*. Trad. Hugo Langone. São Paulo: Realizações, 2014.



A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO DOS SUBALTERNOS: AS CARTILHAS BÍBLICAS NAS CEBS RURAIS

MAIRON ESCORSI VALÉRIO

Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo(USP)
maironev@yahoo.com.br

RESUMO

Este texto aborda o projeto educacional-evangelizador da teologia da libertação para as CEBS no Brasil nas décadas 1970 e 1980. Para tanto promove uma análise documental de duas cartilhas bíblicas rurais produzidas para orientar a leitura bíblica nas CEBS rurais, que promoviam uma hermenêutica subalterna da Bíblia a partir do conceito de aplicabilidade do texto sagrado à realidade local, vinculando as lutas camponesas por terra daquele momento à uma tradição bíblica e histórica que visava legitimar a religiosidade e a ética de engajamento social do catolicismo da libertação.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. CEBS. Educação. Materiais Didáticos. hermenêutica bíblica.

ABSTRACT

This text addresses the educational-evangelizing project of liberation theology for the CEBS in Brazil in the 1970s and 1980s. For that purpose, it promotes a documental analysis of two rural biblical booklets produced to guide biblical reading in rural CEBS, which provided a hermeneutic subaltern view of the Bible based on the concept of applicability of the sacred text to the local reality, linking the peasant struggles for land at that time to a biblical and historical tradition that aimed to legitimize religiosity and the ethics of social engagement of liberation catholicism.

Keywords: Liberation Theology. CEBS. Education. Didactic Materials. biblical hermeneutics.

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS CEBS

Há certo consenso historiográfico que a teologia da libertação surgiu como um conjunto de textos produzidos por teólogos latino-americanos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Esse momento de elucubração intelectual representou uma resposta institucional da Igreja e de seus intelectuais religiosos à demanda de uma religiosidade que emergiu com forte dimensão ética e social no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Segundo Ridenti (2002) leigos pertencentes a diversos grupos da Ação Católica (JEC – Juventude Estudantil Católica; JUC – Juventude Universitária Católica, JAC –Juventude Agrária Católica, entre outros), naquele contexto, começaram a indagar as estruturas capitalistas de opressão social das classes populares a partir de princípios cristãos. Na concepção desses militantes católicos, o cristianismo era incompatível com a desigualdade social, com a opressão capitalista e imperialista, com a pobreza e a miséria, com a violência institucional e as violações dos direitos humanos. Nesse sentido, buscaram na solidariedade de Jesus com os pobres, os oprimidos e marginalizados, bem como em princípios como o amor ao próximo, a igualdade de



MAIRON ESCORSI VALÉRIO, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutor em História Cultural pela Unicamp. É autor de uma série de artigos científicos acerca da teologia da libertação e ensino de história. Atual diretor do CEHIR – Centro de Estudos em História Cultural das Religiões. Publicou os livros: *D. Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia* (Paco Editorial, 2012); *Ensino de História; memória e identidade* (Paco Editorial, 2015); *Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a Base Nacional Curricular, Formação de Professores e Práticas de Ensino*. (Paco editorial, 2017); *O negro em folhas brancas. Ensaio sobre as imagens*

do negro nos livros didáticos de História do Brasil (últimas décadas do século XX). (Appris, 2019).

todos diante de Deus e nas denúncias das injustiças como fruto do pecado humano, as bases de seu engajamento social, encarado como eticamente necessário. De posse do instrumental teórico-crítico das ciências sociais, compreenderam que a luta contra essas mazelas deveria ser a luta contra o capitalismo dependente latino-americano, vislumbrando no socialismo uma perspectiva política menos injusta. No caso brasileiro, esse movimento, denominado de esquerda católica, iniciou uma escalada de radicalização política na primeira metade da década de 1960. Muitos *jucistas*, considerando os espaços católicos insuficientes para sua ação política, aderiram num primeiro momento a Ação Popular, que havia adotado o programa marxista-leninista, e, posteriormente, entraram para a luta armada.

Na perspectiva de Michel Löwy (2000), a teologia da libertação foi, portanto, uma resposta institucional, intelectualizada e legitimadora dessa religiosidade nascida no laicato católico. Ao longo dos anos 1960, na janela histórica aberta pelo Concílio Vaticano II de *aggiornamento* do catolicismo, o CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) estimulou encontros teológicos que pudessem atualizar e compatibilizar o catolicismo com as demandas daquela temporalidade histórica, bem como à realidade latino-americana. Confrontados pelo catolicismo de esquerda enquanto religiosidade, pelo arcabouço teórico-crítico das ciências sociais acerca do capitalismo na América Latina e pela quadra histórica de lutas revolucionárias estimuladas pelas lutas anti-imperialistas inspiradas na Revolução Cubana (1959), diversos teólogos e intelectuais católicos, bem como bispos e padres, foram desenvolvendo numa rede transnacional um conjunto de premissas que culminaria na teologia da libertação ao final dos anos 1960.

Para Valério (2012), essas reflexões dos anos 1960 aconteciam num horizonte de expectativas político de ascensão de outros regimes socialistas na América Latina. A luta revolucionária anti-imperialista foi se espalhando pela América Latina. A morte do padre guerrilheiro Camilo Torres em 1966 na Colômbia, a de Che Guevara, na Bolívia em 1967, ou mesmo, o surgimento da luta armada no Brasil levada a cabo por setores do movimento comunista, indicam o grau de credibilidade que a utopia revolucionária teve naquele contexto histórico. Os livros-fundadores da teologia da libertação, gestados na segunda metade da década de 1960, mas publicados em 1971, expressam essa possibilidade com maior nitidez – caso das obras: *Teologia de la Liberación: perspectivas* de Gustavo Gutiérrez e *Opresión-liberación: desafío a los cristianos* de Hugo Assmann.

Segundo Valério (2012), o início dos anos 1970 representou um duro golpe político, ao menos no cone sul, para esse horizonte de expectativas revolucionário. A ascensão das ditaduras militares, inaugurada pelo golpe de estado de 1964 no Brasil, seguido posteriormente da instalação de regimes de força no Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976), jogou água na fervura dos projetos revolucionários. No âmbito interno, a própria Igreja Latino Americana sofreu algumas reorientações. O CELAM, que até então, desde os anos 1960, havia abrigado uma série de intelectuais católicos e teólogos progressistas, que havia fomentado o Encontro de Medellín de 1968, sofreu uma inflexão autoritária em 1972 com a ascensão do conservador Monsenhor Afonso Lopez-Trujillo à secretaria geral do CELAM, que imediatamente iniciou um processo de expurgo de bispos e intelectuais leigos progressistas das secretarias e posições-chave na instituição. Entretanto, a despeito desse influxo, no Brasil, na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a teologia da libertação permaneceu como força hegemônica, capaz de seguir dando legitimidade para uma perspectiva político-pastoral que colocou a Igreja brasileira como a mais progressista do continente latino-americano, capaz de fazer frente aos abusos repressivos do estado militar e dar condições para uma pastoral orientada pelas perspectivas da teologia da libertação.

De acordo com Valério (2012), o contexto repressivo dentro e fora da Igreja da década de 1970 foi acompanhado de uma transformação no cerne do próprio discurso da teologia da libertação e na sua estratégia político-pastoral. Inaugurou-se uma segunda fase do processo, no qual o clima de espera por uma libertação política iminente por meio de um amplo processo revolucionário latino-americano dos anos 1960 acabou substituído pela necessidade de um trabalho educacional e pastoral de massa no longo prazo que promovesse gradativa conscientização e mobilização popular, no qual as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) desempenharam papel central. As CEBs haviam surgido em caráter experimental no final dos anos 1950 para amenizar o problema da carência de sacerdotes. Em meados dos anos 1960 as CEBs se difundem, durante o período de renovação do Vaticano II, entre 1966 e 1970, por estímulo da própria Igreja.

Nesse sentido, as CEBs tiveram seu processo de implantação e difusão estabelecidas pela Igreja justamente no momento de declínio da esquerda católica laica organizada em torno da Ação Católica. Segundo Amaral (2006) essa mudança era fruto da repressão levada a cabo pela Ditadura Militar no Brasil (instalada desde 1964), e da própria CNBB (nas mãos dos conservadores naquele momento), o que praticamente bloqueou a atuação política da esquerda católica laica do modo como vinha se dando antes de 1964. As CEBs, por sua vez, na sua maioria organizadas por sacerdotes, eram mais submissas a hierarquia. Criadas e cultivadas por sacerdotes, submetidas a um controle mais estreito, as CEBs não representaram uma reorganização da Igreja de baixo para cima, mas a organização das camadas populares pela Igreja. Além disso, as lideranças leigas que emergiam nas comunidades eclesiais tinham uma formação que era consolidada no espaço da instituição, em cursos e encontros

de formação. Assim, a teologia da libertação se voltou para as CEBs como espaço privilegiado de conscientização e mobilização popular somente no contexto repressivo dos anos 1970, tendo esse processo sido acompanhado por uma mudança discursiva substancial de ênfase maior no aspecto religiosa que no político, no qual as metáforas bíblicas do cativo e do exílio ganharam força de significação religiosa crescente.

As análises socioeconômicas marcadas pelo marxismo dependentista foram perdendo ímpeto diante da hermenêutica bíblica e da mobilização dos signos mais ligados ao aspecto religioso. Segundo Valério (2012), essa prioridade do religioso e na ideia de uma libertação de longo prazo aprofundaram as discussões acerca do sujeito dessa libertação e de sua natureza social, política e cultural. Os *pobres* emergiram então como conceito-chave no discurso da teologia da libertação e como o sujeito dessa libertação, mas seu significado bíblico-religioso sobrepujava a dimensão socioeconômicas.

No que se refere às CEBs destaca-se sua distância do ideal radical de transformação social revolucionário presente no laicato católico de esquerda no início dos anos 1960 que havia sido acampado e teorizado pela *teologia da libertação*. A realidade das CEBs era de uma prática religiosa mais tradicional, de caráter devocional. Segundo Frei Betto (1981, p. 68) “Nas CEBs o povo participa com interesse quando se trata de rezar, cantar ou celebrar, mas, quando a reunião ingressa no terreno da vida, dos problemas sociais, os participantes retraem, ficam reticentes [...]”

A princípio, o embate com o catolicismo devocional-popular foi o principal problema enfrentado pelos setores ligados a teologia da libertação que se dispusera a encarar as CEBs e o trabalho de conscientização popular religiosa e política. Fazia-se necessário deslocar as velhas práticas, entendidas a princípio, como alienadoras, em prol de uma mobilização política e social mais efetiva. Esse projeto político-pastoral do catolicismo da libertação no Brasil gerou uma imensa produção de materiais gráficos formativos que eram disponibilizados às CEBs, aos agentes pastorais, às lideranças que ali se constituíam. Um arsenal variado de cartilhas, folhetos, imagens, textos, cartazes, poesias, literatura de cordel, peças teatrais populares, músicas leigas e religiosas, símbolos e artefatos religiosos variados que vinham em auxílio do processo de formação político-religiosa nas CEBs.

Todo esse arsenal de materiais tinha um propósito didático, pedagógico. Eles eram pensados a partir da realidade vivida pelas CEBs com a finalidade de promover uma dupla conscientização: político-social e religiosa. Ao educar religiosamente a partir de uma leitura subalterna do cristianismo, da tradição católica e da Bíblia, os agentes pastorais nas CEBs buscavam simultaneamente conscientizar política e socialmente os católicos, pois entendiam que a verdadeira conversão cristã se manifestava no engajamento político e social, em defesa dos direitos humanos, das melhorias de condição de vida, da luta contra a opressão e as injustiças sociais, etc.

Nesse sentido, analisaremos abaixo duas cartilhas bíblicas produzidas para as CEBs rurais com essa finalidade. A primeira delas, nascida no seio da prelazia de São Félix do Araguaia intitulada Deus na vida do povo. A segunda, produzida no contexto da CEBI, pelo beneditino Marcelo de Barros Souza, assessor da CPT. Ambas as cartilhas promovem uma leitura militante do texto bíblico, nos moldes da concepção de Gustavo Gutierrez (1985, p. 32) “A nossa leitura da Bíblia será uma leitura militante...”. A expressão de Gutierrez resume algumas considerações importantes em relação às concepções basilares de legitimação da interpretação da Bíblia realizada pela teologia da libertação: - atenção especial ao sofrimento, necessidade e protagonismo dos pobres na Bíblia; - aplicabilidade textual militante, ou seja, voltada para o engajamento político-religioso (dimensão ética da religiosidade leiga).

Nesse sentido, analisaremos de que forma essas cartilhas estabeleceram uma leitura subalterna da Bíblia com um propósito educativo atento às realidades rurais locais. A concepção de que era preciso promover a conscientização político-religiosa constituía o sentido de missão cristã presente nesses sujeitos religiosos. Tratava-se de um projeto de educação não escolar dos subalternizados, vivenciado no âmbito religioso, mas com um profundo diálogo crítico da vida social. A teologia da libertação tinha um projeto de educação dos povos para a libertação – compreendida por sua dupla dimensão: político-social e religiosa, concomitante e sobreposto.

ANÁLISE DAS CARTILHAS RURAIS: DEUS NA VIDA DO POVO E A BÍBLIA E A LUTA PELA TERRA

Para que tais leituras pudessem atingir os objetivos políticos e religiosos do poder pastoral junto às CEBs, os agentes pastorais locais em contato com o de instituições de suporte e apoio ao trabalho pastoral (como CPT, CIMI, CEBI, CIAS, entre outros) produziram cartilhas que serviram de referência e guia de leitura bíblica. A ideia de produção dessas cartilhas era de difundir uma leitura subalterna do texto bíblico relacionado com a realidade vivida por aqueles que frequentavam as CEBs. Desta forma, as cartilhas destinadas ao universo rural eram produzidas nesse diálogo entre o local e essas organizações vinculadas a Igreja. Isso pode ser observado nessas duas cartilhas aqui analisadas. *Deus na vida do povo* foi uma cartilha produzida pela Prelazia de São Félix do Araguaia, a partir da história e realidade local. Posteriormente acabou publicada pela editora Vozes em 1981, sob a coordenação dos Frei Carlos Mesters, Frei Betto, Frei Clodóvis e Leonardo Boff. A apresentação de D. Pedro Casaldáliga (então bispo da Prelazia) diz o seguinte:

Cada ‘lição’ parte de um acontecido, que o povo conhece e sobre o qual se derrama a luz da palavra de Deus, com algumas passagens bíblicas, similares a tal

acontecimento. A ilustração gráfica deste fato ou cena suscita o diálogo comunitário (...)

Os textos simples, os desenhos realistas e as perguntas pedagógicas, as próprias passagens da Bíblia sintetizadas poderão ajudar a outras comunidades populares como tem ajudado as comunidades da Prelazia de São Felix.

O espírito, que escreveu a Bíblia pelas mãos e pela história do povo de Israel, continua a escrever o Livro da Vida pela boca, pelas lutas, pela fé do nosso povo (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 1981, p. 08).

A outra cartilha, fruto do acordo cooperativo entre a CPT e a Editora Vozes, intitulada *A Bíblia e a luta pela terra*, do monge beneditino Marcelo de Barros Souza¹, também é produção da mesma equipe de coordenadores²: “Em muitos lugares o povo cristão sente necessidade de ligar a luta da vida com o que Deus revelou na Bíblia” (SOUZA, 1983, p. 09). Inspirada na mesma metodologia de produção, *A Bíblia e a luta pela terra* também evoca a aplicabilidade e adaptabilidade do texto bíblico a acontecimentos da realidade rural vivenciada pelos fiéis das CEBs. Propõe uma perspectiva militante e contemporânea da hermenêutica bíblica, consolidando uma leitura subalterna do texto. Souza também deixa claro sua inspiração nas obras do estudioso bíblico da teologia da libertação Carlos Mesters³.

A fabricação das cartilhas indicam uma dinâmica complexa e ativa entre as CEBs locais, os agentes intelectuais da teologia da libertação dentro de espaços institucionais como as editoras católicas e os centros de suporte intelectual e pastoral (CEBI – Centro de Estudos Bíblicos; CIAS – Centro de Investigação e Ação Social; CPT – Comissão Pastoral da Terra; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; CESEEP – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, entre outros) e os próprios teólogos da libertação ou suas formulações teóricas acadêmicas. Essa inter-relação aponta para uma circularidade de demandas, projetos e concepções que se influenciavam mutuamente nos diversos níveis.

As cartilhas buscavam direcionar a interpretação bíblica para atingir os objetivos pastorais e mobilizar os fiéis. Em *Deus na Vida do Povo*, as cinco primeiras lições referem-se respectivamente à Criação, ao Homem e seu domínio sobre a terra, ao pecado, ao primeiro assassinato (Caim e Abel) e à separação dos povos (Torre de Babel). Estas lições são ilustradas com imagens de lavradores trabalhando na terra (homem que domina a natureza), uma briga entre posseiros e peões (Caim e Abel), uma cerca barrando o uso da terra (para falar do pecado original) e sobre a separação dos povos, a ilustração mostra dois fazendeiros bem vestidos dentro da sede olhando os indígenas e negros fora da casa e dizendo: “Este pessoal aí não presta. É preguiçoso” (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO

¹ Membro do Centro de Estudos Bíblicos, diretor da Escola do Evangelho da Diocese de Goiás e Assessor de Teologia do Secretariado Nacional da CPT.

² Aqui é importante destacar a hegemonia institucional da teologia da libertação dentro da principal editora da igreja no Brasil durante os anos 1970 e início dos 1980, o que viabilizou essas edições.

³ Em pelo menos duas referências explícitas; na página 18 à obra *Abraão e Sara*, e na 19, à *Um projeto de Deus*.

ARAGUAIA, 1981, p. 25). É a partir das ilustrações que serão feitos os questionamentos e o roteiro de leitura do texto bíblico.

Em *A Bíblia e a luta pela terra*, o paraíso bíblico é equiparado a um perfeito mundo rural, onde todos são felizes ao utilizar a terra. A serpente aparece como símbolo de riqueza construída pela opressão e exploração social. O autor compatibiliza a narrativa mítica do *Gênesis* com a história real escravidão hebraica no Egito. A serpente, identificada como um deus dos egípcios, carrega a conotação simbólica do pecado como dominação política e social de um povo sobre o outro.

O conflito entre Caim e Abel é narrado pela chave de disputa pela terra, e Abel, a vítima do confronto, é comparado a um trabalhador sem-terra. A Torre de Babel, explicada como uma referência à Babilônia, seria o símbolo das cidades, do seu poderio e de sua capacidade de opressão ao povo da roça.

É interessante notar que a cartilha utiliza com o mesmo significado a expressão “povo da roça” e “povo de Deus” e acaba por construir uma reflexão bem maniqueísta entre cidade e campo. A cidade como sinônimo de grandeza, cobiça, riqueza, maldade, exploração; e o campo como sinônimo de pureza, simplicidade, humildade, inocência. Destinada aos camponeses, a cartilha idealiza o universo rural, construindo uma oposição conceitual assimétrica com o mundo urbano.

Em *Deus na vida do povo*, Abraão é representado como um retirante levando os seus “trens, mulher, animais, chegando na nova terra” e Deus lhe prometendo possuir a “terra onde moras”⁴. Na lição 7 da mesma cartilha, a ênfase sobre a fé de Abraão é retratada com imagens de posseiros desbravando a mata, construindo suas casas discutindo com o latifundiário e afirmando: “Deus nos deu essa terra”. A discussão dirigida, proposta pela cartilha, gira em torno da superação das dificuldades enfrentadas através da fé (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. 1981, p. 29-36).

Das lições 8 a 15, de *Deus na vida do povo*, o tema é a narrativa do Êxodo. A fome e a necessidade dos retirantes é comparada à emigração de Israel e seus filhos para o Egito. A opressão e a escravidão no Egito é identificada ao trabalho escravo dos peões no latifúndio. Moisés é atualizado na figura de um líder popular, um sindicalista rural discursando aos lavradores e afirmando: “O povo unido jamais será vencido”. Na lição 11, ao discorrer sobre a luta pela libertação hebraica do Egito, a ilustração, retrata o episódio acontecido no dia 03 de março de 1972 em Santa Teresinha. De acordo com Duterte, Casaldáliga e Balduino (1986), a Codeara (Companha de Desenvolvimento do Araguaia) – um dos muitos empreendimentos latifundiários financiados pela ditadura militar na região da Amazônia Legal – promoveu a destruição de um ambulatório em construção realizado pelos posseiros, peões e lavradores locais. Auxiliados pelo padre Francisco Jentel, os camponeses locais

⁴ O mesmo tema sobre Abraão também é repetido na cartilha *A Bíblia e a luta pela terra*.

tentavam, com o ambulatório, uma forma de impedir o fim do vilarejo, que a Codeara iniciara a derrubada alegando estar em suas terras.

No dia 3 de março a fazenda quis de novo destruir o que estava feito e voltou apoiada por dois capitães e cinco soldados da PM, acompanhado por 11 jagunços entre os quais o gerente da Codeara. Quando iam começar a derrubada, o povo, escondido no bananal começou a defender o ambulatório atirando. Só feriram os jagunços, pois não atiraram em nenhum soldado. O resultado, depois de muitos sofrimentos, foi a liberação da área urbana e a entrega de 110 hectares de terra para cada uma das 120 famílias do lugar. O povo venceu (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 1981, p. 48).

O episódio é analisado à semelhança das dificuldades e perseguições encontradas por Moisés para tirar o povo hebreu da escravidão do Egito. A fuga do Egito e perseguição de faraó são comparadas à fuga daqueles que defenderam o ambulatório e precisavam se esconder na mata por 105 dias, perseguidos por 80 soldados comandados pessoalmente pelo Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso. A “dura marcha dos hebreus”, no deserto enfrentando a fome, a sede, a idolatria (bezerro de ouro representando a alienação religiosa), é relida como as dificuldades do lavrador comum, seus problemas para cultivar a terra, o desânimo e a opressão latifundiária.

A lição de número 13 de *Deus na vida do povo* – a cartilha da prelazia de São Félix do Araguaia – incentiva a reflexão sobre o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, pela Polícia Militar do Mato Grosso quando estava de passagem em Ribeirão Bonito⁵. As alianças de Deus com Moisés e as leis hebraicas são traduzidos como símbolos de compromisso de fé e da disposição do povo da região de São Félix do Araguaia em segui-lo para ter sempre Deus em seu meio. A chegada à Terra Prometida é ilustrada por um trabalhador lavrando a sua terra, alegre à sombra de um pé de frutas, ao fundo suas vacas e filhos sadios. A lição ainda enfatiza a morte de Moisés sem adentrar à *Terra Prometida*, mas vendo-a ao longe, valorizando o martírio em nome de uma causa e proporcionando uma educação prospectiva, no qual, a utopia de uma reforma agrária é o horizonte de expectativas.

A cartilha *A Bíblia e a luta pela terra* aponta o *Êxodo* como sendo o coração do Antigo Testamento. Demonstra que a libertação dos hebreus começa com um gesto de desobediência civil das parteiras que permitem o nascimento de Moisés. Destaca também o apego hebreu à terra concedida a eles por Deus, e que é o motivo da luta de libertação. A ideia da terra como promessa de Deus a um povo sem-terra é enfatizada. Todo o *Êxodo* é interpretado a partir dessa problemática da

⁵ Acompanhado de D. Pedro Casaldáliga, Padre João Bosco foi assassinado a queima-roupa por um soldado da polícia militar do estado de Mato Grosso. Ambos entraram na delegacia de Ribeirão Cascalheira – onde estavam para prestar apoio pastoral aos fiéis – para interceder em favor de Margarida Barbosa da Silva, Yolanda Elisa de Santos, Santana Rodrigues de Oliveira Santos e José Pereira Andrade, que, após terem sido presos sem mandado judicial ou flagrante delito estavam sendo torturadas. Na delegacia quatro policiais receberam os religiosos de maneira truculenta, com ameaças de morte e afirmando que estavam ali a pedidos das forças de segurança.

busca por uma terra para viver. Os livros das leis (*Deuteronômio* e *Levítico*) são apresentados como código de justiça agrário, cujas diretrizes eram respeitadas como dever religioso.

Então a lei prescreveu várias normas que nenhuma legislação antiga tinha pensado: a indenização por tempo de serviço (Dt 15, 12-14)/ a pontualidade em pagar o salário a quem precisa (Dt 24, 14s)/ o direito de cada um à inviolabilidade da casa (Dt 24,10s)/ a obrigação de deixar para o pobre e o estrangeiro a parte da colheita que, durante o ato de colher, cair no chão (Dt 24, 19-22)/ o uso do descanso da terra cada 7 anos/ a libertação dos escravos neste ano sabático (cada sete anos)/ a proibição do empréstimo a juro e com usura (Lv 25, 35-37) (SOUZA, 1983, p. 24).

As festas agrárias dos hebreus são comparadas às romarias do catolicismo da libertação em louvor a terra, como ritos de lembrança do processo de libertação. Interessante observar que, sobre a entrada dos hebreus em Canaã, a cartilha faz a crítica de uma interpretação *grileira* da Bíblia que via no fato a tomada pela força de uma terra já habitada. A justificativa do autor se baseia em dois pontos: 1) Os livros foram redigidos muitos séculos depois; 2) Os conflitos com povos vizinhos foram exagerados nos textos para animar os hebreus a resistirem contra o assédio do Egito e também da Assíria, inspirados em lutas heroicas do passado. (SOUZA, 1983, p. 22-29).

A lição 16 de *Deus na vida do povo*, ao falar dos Juízes Bíblicos, constrói uma leitura referente à auto-organização popular e a escolha democrática das lideranças, considerando essa fase da história hebraica como um modelo político ideal, um tipo de democracia popular direta.

Em *A Bíblia e a luta pela terra*, o destaque do Livro de Juízes vai para Gideão apresentado como um camponês que luta em favor da libertação de todos os camponeses sem perder sua identidade diante dos poderosos. A cartilha ainda apresenta neste instante a ideia de que a luta contra uma opressão é uma guerra justa, cuja violência se justifica, pois é usada para se livrar da violência do outro. Enfim, a luta dos juízes é sempre uma luta pelo direito à posse das terras. (SOUZA, 1983, p. 30).

As lições seguintes da cartilha da Prelazia de São Félix do Araguaia, abordam o Livro dos Reis. Compara os reinados aos presidentes da república. A escolha de Saul pelo próprio povo, apesar dos alertas dados por Samuel de que todos seriam escravos do rei, e trabalhariam para ele, serve para mostrar que “em vez de servir ao povo, as autoridades pisam sobre o povo” (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 1981, p. 72).

É importante notar que Davi, considerado um rei justo, e Salomão, um rei próspero, não são tratados com especificidade em *Deus na vida do povo*. Tais reis são citados rapidamente na lição 18 para centrar a narrativa em Roboão, filho de Salomão (um rei de menor vulto bíblico), mas que devido o jugo pesado sobre o povo acabou por dividir o reinado hebreu em dois: Reinos de Judá e Israel. Os reis são vistos apenas pelo aspecto negativo, pelo jugo pesado (impostos excessivos) e injustiças, deixando de lado aqueles que, para os próprios hebreus, teriam sido bons reis. Ainda citando os reis,

a lição aborda o cativo de Israel em Babilônia e o domínio de Nabucodonosor. A ilustração desta lição retrata a invasão de terras indígenas pelo latifúndio e a reunião é orientada a abordar a opressão, a injustiça e a deportação promovida pelo domínio de um “povo estrangeiro”.

Já em *A Bíblia e a luta pela terra*, Salomão é apresentado como um rei corrupto, cheio de caprichos que geraram dívidas que visando a prosperidade, ‘vendeu Israel’ para as potências imperiais da época. Os reis são sinônimos de escravidão e injustiças. Por ocasião da divisão dos reinos, na disputa entre Roboão e Jeroboão, a cartilha afirma que Jeroboão era um líder dos operários da construção civil que se revoltou contra a opressão real, e que Deus apoiou sua revolta. A divisão dos reinos seria fruto da vontade de Deus contrário à riqueza e prosperidade conquistada na base da exploração e repressão do povo (SOUZA, 1983, p. 34-35).

Na lição 20, a cartilha da Prelazia de São Félix associa a saga dos Macabeus, lutando contra a dominação assíria, ao episódio da derrubada da cadeia de Ribeirão Bonito, local do assassinato do Pe. João Bosco Penido Burnier: “Os Macabeus são exemplos para todos os cristãos de que é preciso servir a Deus antes que a dos homens, mesmo que custe muito sacrifício para a gente” (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. 1981, p. 85). A promessa de um Salvador que trará a libertação futura do povo hebreu também é abordada na leitura de Isaías e dos Profetas que “... falavam a verdade de Deus, (...) Ameaça os ricos e poderosos...” (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. 1981, p. 87).

Ao abordar a vida dos profetas, a cartilha de São Félix compara os profetas aos bispos, padres e fiéis ligados ao catolicismo da libertação e perseguidos pela luta política e social em defesa dos subalternizados e que acabam presos, exilados e mortos pela ditadura militar. Os episódios da prisão do Pe Francisco Jentel⁶ e também o do assassinato do Pe João Bosco são invocados como exemplo desse profetismo. Isaías, Jeremias e Amós são atualizados na figura dos sacerdotes da região.

A cartilha organizada por Souza, também aborda o tema dos profetas. Segundo *A Bíblia e a luta pela terra*, os profetas são defensores do povo contra os grandes (ricos e poderosos). Para tanto retoma a passagem em que Elias denuncia o assassinato encomendado de Nabote, o camponês cuja vinha fora cobiçada pelo rei Acabe. Relembra também Eliseu, Amós e Miquéias, chamados de “profetas lavradores” pela cartilha por conta das denúncias e pregação contrária àqueles que tomavam as terras dos camponeses. Entre os profetas Amós ganha mais destaque por sua retórica iracunda em relação aos ricos. A cartilha relata que Amós era um criador de ovelhas que migrou do sul para o norte para trabalhar nas cidades e lá conheceu toda a injustiça e impiedade que teria movido sua pregação em defesa da justiça social. (SOUZA, 1983, p. 40-41). Novamente a divisão maniqueísta entre cidade (associada ao mal, à corrupção, riqueza, exploração...) e campo (lugar do bem, da pureza,

⁶ Missionário francês da Prelazia de São Félix do Araguaia em Santa Teresinha, condenado a dez anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande e, posteriormente, expulso do Brasil pelos militares.

da simplicidade...) reaparece. Isaías é destacado por sua condenação aos imperialismos dos inimigos gananciosos de Israel (Egito, Babilônia e Assíria) e também por insistir com o povo para que não confiasse nos poderosos, mas apenas em Deus. Jeremias é lembrado por sua pregação para a conversão do povo de Israel diante das suas injustiças. A cartilha aborda a seca vivida no período de Jeremias e sua sensibilidade em relação à pobreza e sofrimentos do povo, além de sua pregação em favor da valorização do campo e do retorno a ele e à vida simples como vontade de Deus. Além de Isaías e Jeremias, a cartilha ainda destacou Ezequiel e sua promessa de libertação, no momento do cativo e do exílio, e o anúncio da vinda de um libertador, interpretado, no caso, como sendo Jesus. “A experiência de expulsão da terra e do sofrimento do povo levou os profetas a anunciarem a vinda do Senhor e o estabelecimento do Reino como libertação de todas as cadeias, reconquista da terra e reconhecimento dos pobres” (SOUZA, 1983, p. 48).

Nas lições de 25 a 27 da cartilha da Prelazia de São Félix, o tema central é o povo escolhido por Deus. Como aprender com os ditos do povo, fortalecer a sua oração e a preferência de Deus para com os pobres. Para isso são lidos *Salmos* e também *Sofonias*. As ilustrações mostram os sertanejos cantando, fazendo Folia de Santos Reis e hospedando o estrangeiro com prazer de dividir e compartilhar. Enfatiza o nascimento de Jesus entre os pobres e os humildes e que reafirma eles é destinado o Reino de Deus.

Em *A Bíblia e a luta pela terra*, o sofrimento de Jó é contextualizado diante dos conflitos de terras, pois assim como os posseiros, Jó teria perdido sua terra, seus rebanhos, sua plantação, sua família etc. Segundo a cartilha de Souza, essa passagem seria recomendada para realizar teatros populares e recomenda que o Diabo seja representado como um dedo-duro, um companheiro traidor, já que no capítulo 24, Jó teria afirmado que seu sofrimento era responsabilidade humana.

A cartilha da CPT, ao se referir aos livros sapienciais (*Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos e Sabedoria*), destaca o que se aprende com eles. Segundo Barros, o que se aprende com eles está dividido em quatro pontos centrais:

- 1) Que Deus está presente e se revela a nós através das coisas simples e pequenas da vida da gente.
- 2) Que Deus está do lado do pobre na sua luta pela justiça e pela libertação.
- 3) Que Deus valoriza tanto o modo de pensar e de falar do povo que até assume a sabedoria do povo como Palavra dele mesmo.
- 4) Que para o povo não perder sua sabedoria é importante ficar ligado à terra. (SOUZA, 1983, p. 57).

Aponta também para a linguagem rural e para as constantes metáforas utilizando o campo, e insiste principalmente nos capítulos que especificamente tratam dos seguintes temas: agradecimento a terra, promessa de libertação do povo de Israel e também dos pobres dos domínios de seus inimigos, e, finalmente, a oposição: justo (pobre, oprimido, fraco, puro) versus ímpio (injusto, soberbo, rico,

poderoso)⁷. Acompanhando essa interpretação, o retorno do *Exílio*, liderado por Neemias e Esdras, demonstra a disputa pela terra entre os que chegavam do cativeiro sem nada e os que estavam estabelecidos há muito tempo e não davam espaço para os recém libertados. Neemias teria organizado o povo na recuperação dessas terras junto aos poderosos daquele tempo. O livro de Neemias se transforma num grande processo de reforma agrária⁸.

Enfim, as últimas lições de *Deus na vida do povo* são dedicadas à saga de Jesus. Primeiro, a “preparação do caminho”, falando de João Batista e das profecias de Isaías. João Batista é descrito como um profeta que não poupava os falsos e desonestos, atacando-os por meio da palavra. A ilustração mostra uma cerca barrando a estrada, mas que é derrubada pelos lavradores, na alusão da “preparação do caminho a chegada ao Reino de Deus”, simbolizando a luta contra o pecado expressa na luta contra a exploração capitalista dos latifundiários.

A mãe de Jesus é retratada como uma simples camponesa do Araguaia. Nesta mesma lição incentiva-se a leitura do Livro de Judite. Por final, Jesus é retratado como Tiradentes na ilustração da última lição. A figura mostra-o sendo enforcado, mas pensando no símbolo da Inconfidência Mineira (escrito: “Liberdade ainda que tarde” ao redor do triângulo vermelho). A lição propões ao fiel a pensar na relação equivalente entre as lutas por independência ao anúncio da Boa-Nova de Jesus como lutas por libertação política e social. Adjetivado como libertador, que traz as boas novas aos pobres e liberta os cativos, Jesus passa a ser referência da libertação total e protetor dos oprimidos na luta constante contra os opressores.

A equivalência simbólica entre Jesus e Tiradentes, bastante utilizada pela iconografia republicana para solidificar a imagem do alferes como herói nacional no imaginário popular, é retomada pelo catolicismo da libertação, porém, destacando que seu projeto de libertação nacional não estaria totalmente completo. As lutas sociais são revestidas de uma dimensão político-religiosa na figura dessa Jesus-Tiradentes (não mais de um Tiradentes-Jesus, como no projeto simbólico republicano).

Em *A Bíblia e a luta pela terra*, a saga de Jesus é colocada no contexto da dominação romana e da aliança deles com as elites judaicas. A cartilha fala dos impostos pesados, da exploração de mão de obra barata, do colaboracionismo dos fariseus (apontados como elite religiosa que em nome de Deus e do Templo que cooperava com os opressores em troca de privilégios e benefícios) e até dos guerrilheiros zelotes contrários à dominação romana. Jesus é identificado como alguém pertencente ao “povo da roça”, proveniente de Nazaré, uma aldeia pobre e rural. A cartilha destaca a linguagem de lavrador presente em Jesus, considerado como carpinteiro apenas “de entressafra” que lutou pela

⁷ Os salmos prediletos da cartilha que tiveram destaque foram: 1, 10, 23, 24, 28, 29, 17, 18, 15, 16, 37 (vs 28 e 29), 58, 52, 72, 115, 121, 135, 136, 138, 139. Cf: SOUZA, Marcelo Barros de. *A Bíblia e a luta pela terra*, p. 61- 64.

⁸ Destaque para (Ne 5, 6s), onde Neemias fala de sua decisão em denunciar os crimes agrários dos grandes. (SOUZA, 1983, p. 51)

sua comunidade ao defender os pobres e ao viver no meio deles. Do Novo Testamento a cartilha ainda retoma as críticas de Tiago à realidade dos trabalhadores assalariados da Palestina daquele período e também a vida coletiva das primeiras comunidades cristãs como exemplo a ser seguido. Paulo é lembrado apenas nas perseguições (o mesmo quando se referem ao *Apocalipse*) e quando defende a igualdade dos cristãos perante Deus (SOUZA, 1983, p. 67-84).

Os últimos capítulos da cartilha da CPT defendem a tese da continuidade da história bíblica até a atualidade. Para isso três episódios são invocados: a emigração nordestina decorrente da seca (seria um novo *Êxodo*), a luta pela terra em Ronda Alta no RS (invocando a luta bíblica pelo direito de posse das terras da Palestina) e a resistência dos lavradores indígenas na Bolívia aos latifundiários, encarado como profetismo e defesa da vida camponesa (SOUZA, 1983, p. 67-84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que as cartilhas bíblicas analisadas são frutos de uma concepção de educação-evangelização da teologia da libertação que busca articular a realidade local – histórias específicas de uma região como no caso da cartilha *Deus na vida do povo* – com uma perspectiva mais geral de uma concepção histórica que produz uma leitura subalterna da Bíblia, com ênfase nas lutas históricas presentes no texto sagrado. Essa leitura possibilitou uma interpretação teológica dos conflitos de terra.

As cartilhas bíblicas apontam para esse segundo momento da teologia da libertação que se articulou para um projeto de educação de longo prazo, partindo da base. Produzir um engajamento social a partir de uma hermenêutica bíblica que promovia uma leitura subalterna da tradição bíblica e a vinculava a realidades locais específicas, como na questão dos conflitos fundiários graves existentes no Brasil do contexto dos anos 1970 e 1980. O conceito de aplicabilidade do texto bíblico e a ideia de produzir uma identidade religiosa que se vinculasse a uma longa tradição religiosa de luta por justiça social eram vetores importantes e significativos para o projeto educacional e religioso da teologia da libertação.

REFERÊNCIAS

DUTERTRE, A.; CASALDÁLIGA, P.; BALDUÍNO, T. *Francisco Jentel: o defensor do povo do Araguaia*. 2ª edição, São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

RIDENTI, Marcelo S. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (org.). *História do marxismo no Brasil – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Volume 5. Campinas: Editora UNICAMP, 2002. pp. 213-282.

PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. *Deus na vida do Povo: Roteiros populares para as reuniões de comunidades e grupos de base*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

SOUZA, Marcelo Barros de. *A Bíblia e a luta pela terra*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes/CPT, 1983.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *O continente pobre e católico. O discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)*. Tese de Doutorado em História Cultural, IFCH-UNICAMP, Campinas, SP, 2012.

DESENHAR UMA ÉPOCA QUE NÃO VI E VIVI

CARLOS PINA

“Desenhar é levar uma linha para passear.”

Paul Klee

Desde a formação da humanidade, o homem sentiu necessidade de se comunicar com o outro por diversas maneiras. Estas se dão de forma verbal, gestual, com criação de códigos, simbolismos etc. Uma delas é evidenciada em desenhos, assunto protagonista deste artigo. Com esse elemento na vida humana, ela se torna uma representação gráfica ou ilustrativa com o intuito de expressar algo a fim de atingir um propósito e evidenciá-lo visualmente ao mundo.

Historicamente, temos vários exemplos demonstrando como o desenho, tanto artística quanto tecnicamente, possibilita a representação ou expressão da intenção de uma ideia. Ou seja, essa ideia se origina do cérebro e, para entendê-la visualmente, é necessário transpô-la a uma superfície, por exemplo, para os dias atuais, a uma folha de papel.

É sabido que no período paleolítico, por exemplo, o homem utilizava a sua arte de forma singela e natural, tendo como característica maior o naturalismo. O artista representava, mesmo que de modo rudimentar, exatamente aquilo que se encontrava a sua frente. As superfícies empregadas eram as pedras ou as paredes das cavernas e os materiais para desenvolver artisticamente eram sangue de animais ou secreção de flores e folhas, podendo usar pinceis com pelos de animais ou as próprias mãos (Figura 1).

Figura 1. Pintura rupestre nas cavernas de Altamira, Espanha.



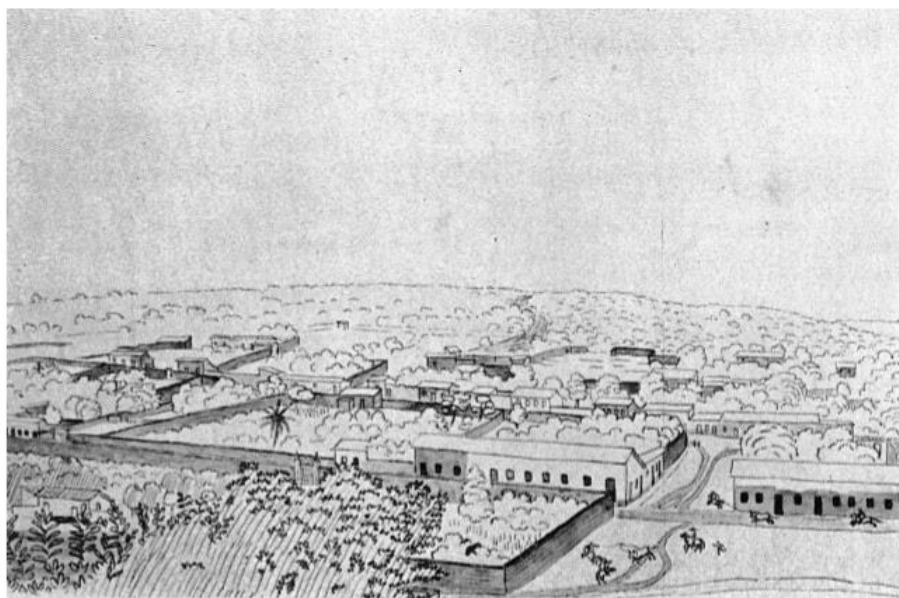
Fonte: Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/arte-rupestre-em-altamira-espanha/>>. Acesso em 22 nov. 2022.

Percorrendo e conhecendo a História da Arte, novas gamas de técnicas e materiais artísticos aparecem, tais como hoje conhecemos nos livros, nas exposições em galerias e museus: pintura a óleo sobre tela ou madeira, aquarela sobre papel 100% algodão, gravuras sobre superfície de madeira ou

de vidro, entre outros, sendo que com o advento da tecnologia da informática emergem as artes digitais.

Muitos artistas no decorrer dos séculos deixaram às próximas gerações seus legados artísticos. Tomando como exemplo o Brasil, além de cronistas, artistas principalmente da Europa, tais como das expedições do século XVIII, da Missão Artística Francesa, da Langsdorff (estas duas últimas do século XIX) atravessaram o Oceano Atlântico e adentraram ao imenso país e puderam registrar ilustrativamente a sua fauna, flora, seu povo e as paisagens urbanas. Cabe destacar das ambas as expedições citadas a presença dos artistas franceses Jean-Baptiste Debret (1768-1848 - Missão Artística Francesa) e Hercules Florence (1804-1879 - Expedição Langsdorff). Das suas obras, podemos conhecer as coisas do Brasil do século XIX que se constituem uma referência visual-histórica até os dias de hoje, lembrando que ainda a fotografia ainda não era uma técnica vigente, apesar de o Florence ser o pioneiro desta técnica (Figura 2)

Figura 2. Cidade de Cuiabá por Hercules Florence, séc. XIX.



Cidade de Cuiabá. Segunda folha

Fonte: Disponível em: <<https://www.banzeiros.com.br/2020/04/10/viagem-fluvial-do-tiete-ao-amazonas-o-que-li-no-confinamento/>>. Acesso em: 22 nov. 2022

Não delongando o percurso histórico das artes onde o desenho é diretamente representado em suas muitas formas e estilos, percebe-se a necessidade do ser humano representar algo que, de início, surge da mente de um indivíduo e precisa ser visto e esclarecido a um cliente ou público.

Quanto ao desenho técnico, no campo da Arquitetura, Engenharia ou Design, por exemplo, a concepção da ideia de um projeto nasce mentalmente e depois é demonstrado sobre um papel a um cliente particular ou publicamente. Imaginem um arquiteto ao projetar uma edificação: como ele irá comunicar a sua ideia projetual a um cliente sem demonstrá-la ilustrativamente sobre um simples

papel? Obviamente, este cliente teria dificuldade e nem sequer teria habilidade de interpretar a forma desse projeto arquitetônico.

Para qualquer situação, percebemos o quanto uma imagem vale mais que mil palavras. Vemos formas, linhas, cores, volumetria e outros elementos que compõem um desenho. Podemos interpretar as palavras e transformá-las em desenhos ou ilustrações.

A seguir, descreverei o processo de ilustração de fatos históricos para algumas obras literárias às quais tive a honra do convite para exercer esse ofício, mas assumindo a responsabilidade de interpretá-los da melhor forma e fiel possível, pois é um tamanho desafio desenhar épocas que não presenciei, mas que no final alcanço um resultado satisfatório de apreciação dos clientes que no caso são os amigos historiadores.

E, como autor da nova capa da Revista Eletrônica Documento Monumento, Volume 33, dezembro/2022, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na cidade de Cuiabá -MT, apresento *A Fachada do prédio do NDIHR/UFMT*, feito em aquarela e traços em nanquim preto, onde procurei com breves traços, riscos e tintas mostrar a sua arquitetura moderna, patrimônio histórico que praticamente brotou e funcionou (1970) como sede primeira da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá.

Segunda as historiadoras do NDIHR, a presente unidade funciona hoje numa parte de um dos blocos remanescentes que pertenceu a uma série de três Blocos **A, B, C**, construídos nas décadas de 1960 e 1970, organizados em uma série lineares térreos paralelos entre si, conectados por jardins externos comuns e passagens transversais. Essa parte histórica do prédio que abriga o NDIHR - *Fachada em aquarela e traços em nanquim preto* – capa da REDM - no passado serviu de sede por muitos anos como espaço da primeira administração da UFMT, mas também para a maioria dos cursos das áreas de Ciências Humanas e Sociais nos primeiros anos de sua criação, onde também foi, à época, instalada a primeira sede da Biblioteca Central da UFMT. E, antes da ocupação pelo NDIHR, nesse espaço funcionou, nas décadas de 1980 e 1990, o Laboratório de Serviço de Assistência Jurídica – SAJ - da Faculdade de Direito da UFMT - Campus Universitário de Cuiabá-MT.

Porém, após essa descrição histórica do prédio do NDIHR, apresento em breve linhas, uma descrição do meu protagonismo, a minha trajetória artística e como lido atualmente com o fazer e o amar desenhar assim como a sua importância na sociedade que é o nosso grande público ou espectador.

1. A TRAJETÓRIA PARTICULAR ARTÍSTICA

Como qualquer um de nós, já tivemos na infância acesso a algum traço artístico inconscientemente, seja no papel ou quem sabe até mesmo sobre a parede, o que causava incômodo a nossos pais (pelo menos lembro que algumas vezes já cometi esse “delito” domiciliar).

Então, assim como a maioria dos artistas, meus primeiros traços artísticos nasceram na infância. Lápis, papel e borracha eram como brinquedos, seja em casa ou na escola.

Por volta dos 7 ou 8 anos, tentava perceber que as linhas geravam formas e arriscava interpretá-las, mas a dificuldade de transmiti-las em papel eram enormes. Mas isso nunca me desanimava a continuar.

Anos se passaram, cresci e ao ingressar na universidade, escolhi o curso de Arquitetura e Urbanismo para anos depois, ter como minha carreira profissional. E foi no curso que tive o desenvolvimento e aperfeiçoamento de meus traços nos desenhos na disciplina de Plástica (atualmente Oficina de Desenho e Expressão - pelo menos na universidade onde estudei-UNIC- anos depois assim foi denominada essa disciplina) através de elaborações de desenhos em perspectiva sejam isométricas ou com pontos de fuga. Tendo esse conhecimento básico desses elementos no desenho, as dificuldades de percepção foram diminuindo-se.

Depois surgiu, tanto no curso quanto profissionalmente, o uso do CAD (Computer-Aided Design, em português, Desenho Assistido por Computador) e devido a essa técnica da informática a técnica do desenho a mão livre foi quase sendo esquecida. Mas hoje esta técnica vincula com a de desenho a mão livre. O Arq. Eduardo Bajzek, fundador do grupo Urban Sketchers Brasil e autor do livro *Técnicas de ilustração a mão livre* (2019), nos apresenta suas ilustrações de projetos arquitetônicos prestadas a outros profissionais, humanizando-as, tornando-se assim desenhos com padrões artísticos diferenciados dos computadorizados.

Nessa perspectiva, ao ingressar na docência do curso de Arquitetura e Urbanismo UNIC-Cuiabá, fui convidado para ministrar a disciplina Oficina de Expressão e Representação, voltada totalmente sobre desenhos a mão livre. Digo que, mediante às aulas ministradas foi possível “tirar da gaveta” esse meu talento artístico. A partir disso, desenhar se tornou um hobby para mim. Os desenhos eram feitos com lápis e mais tarde com uma singela caneta Bic. Ainda não admitia inserir cores devido ao receio de destruir a beleza do desenho. (Figura 3).

Figura 3. Arena Pantanal e entorno, Cuiabá-MT.

(Desenho com caneta esferográfica preta).

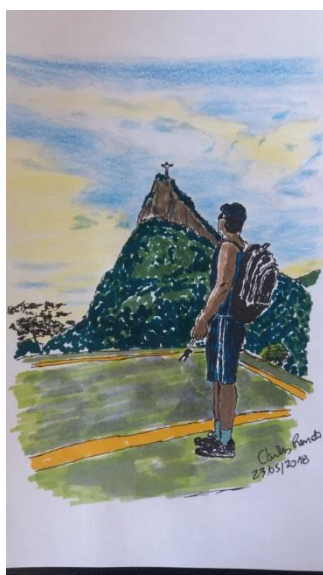


Fonte: Acervo particular do autor.

Relato que, quando elaborava meus desenhos, compartilhava-os nas redes sociais e logo foram sendo apreciados pelos visualizadores. Alguns me perguntavam se os desenhos estavam disponíveis para venda, mas a intenção era meramente um passatempo.

Contudo, o ano de 2018 foi para mim o ano de *start* na carreira artística. As pessoas insistiam que eu pudesse disponibilizar os meus desenhos artísticos à venda. Pude ouvir conselhos, que logo foram atendidos. Surgiram professores, amigos, artistas que me estimularam a desenvolver as minhas artes. As cores foram aparecendo e sendo a cada dia praticadas. Além do uso de lápis de cor, conheci a técnica de colorir com marcadores permanentes e posteriormente a aquarela (Figuras 4 e 5).

Figura.4. Autorretrato com marcadores coloridos



Fonte: Acervo particular do autor.

Figura5. Igreja Presbiteriana de Cuiabá em aquarela



Fonte: acervo particular do autor.

Ainda no ano de 2018, pude conhecer um movimento internacional de artistas de rua conhecido como *Urban Sketchers*, através primeiramente de um professor de pós-graduação Arq. João de Oliveira, o qual me indagou se eu já conhecia esse grupo. Logo, fui pesquisar na Internet sobre os *Urban Sketchers* (denominação internacional em inglês, traduzido como croquizeiros, desenhistas urbanos) e descobri que no Brasil já existia o *Urban Sketchers* desde 2011. Em julho de 2018, minha pesquisa foi in loco na cidade de Ouro Preto-MG, onde existe o *Urban Sketchers* Inconfidentes, nome do grupo nessa cidade.

Desse modo, em 2 de setembro do ano supracitado, uns amigos e eu pudemos fundar o grupo *Urban Sketchers* Cuiabá, cujo encontro nº 1 se deu na esplanada da Arena Pantanal. Dias depois, participei do 3º Encontro do *Urban Sketchers* Brasil na cidade de Salvador, BA.

Vale ressaltar que no Brasil existem atualmente mais de 50 grupos *Urban Sketchers* em diferentes cidades do país. O objetivo desse movimento mundial consiste em seguir o Manifesto *Urban Sketchers* em que os desenhos devem ser feitos por observação direta (sem o emprego de fotografias para posteriormente desenhar) e mostrar ao mundo um desenho de cada vez (neste caso, a fotografia dos desenhos realizados in loco são permitidas).

Prosseguindo na minha caminhada, em 2019, recebi convites para exposições como a mostra “Casarão 300 anos” e ministrações de oficinas de desenho a mão livre tanto em Cuiabá assim como em alguns municípios.

E, com o passar do tempo, fui aprendendo novas técnicas e materiais de desenho como a técnica de pirogravura, sobre revestimentos cerâmicos. Sempre estou pronto para descobrir novos desafios e técnicas nas habilidades artísticas.

A seguir, relatarei uma experiência que considero um grande desafio: ilustrar ou desenhar uma época que não vi e vivi.

2. COMO SE DEU O INÍCIO DE ILUSTRAÇÃO

No ano de 2019, recebi o convite da historiadora Jhucyrllene Rodrigues para ilustrar seu trabalho de mestrado. Esse convite se deu primeiramente pelo aplicativo WhatsApp e nesse contato agendamos a primeira reunião presencial para formalizar a minha prestação de serviços.

Com a agenda marcada para a primeira reunião, confesso que fiquei muito hesitante e relutante de firmar a aceitação desse grande desafio de ilustrar sua dissertação de mestrado, visto que nunca havia prestado antes este tipo de serviço e os desenhos inicialmente por mim elaborados eram de observação.

Então, estava pronto na reunião a dizer simplesmente um “não” e recusar o desafio proposto. Ao invés disso, depois da Jhucyrllene explicar a forma de seu trabalho, pude aceitar e estar prestes a encarar esse desafio de ilustrar pela primeira vez seu trabalho.

Após o convite aceito, pude perceber que assumi uma tamanha responsabilidade e por ser um trabalho com um tema histórico, tive que me envolver em pesquisas bibliográficas, especialmente as iconográficas como referência para a construção das imagens ilustrativas, além dos roteiros descritivos feitos pela historiadora. Ou seja, o desafio maior era interpretar ilustrativamente cenas históricas propostas e guiadas pela acadêmica.

As 12 ilustrações criadas ao seu trabalho, com o título *História de mulheres “boêmicas” e “turbulentas” nas “casas de brinquedos” do bairro do Porto em Cuiabá 1860-1888(2020)*, consistiam em desenhar uma Cuiabá do século XIX, especialmente a região do Porto. Logo percebi que para a criação das imagens propostas era como criar cenários de novelas com temáticas históricas de séculos anteriores ao XX e XXI, isto é, inventar com ilustrações cenas que não vi e nem vivi. Criar cenas históricas envolve vários elementos na sua composição tais como: além das paisagens ou ambientes arquitetônicos, tipos de vestimentas, acessórios, móveis etc. Por exemplo, levando pelo âmbito da Arquitetura, o bairro do Porto e demais regiões de Cuiabá, no século XIX, já ultrapassando o seu centenário, tinham seus imóveis que sofreram modificações nas suas fachadas além das construídas no séc. XVIII (da arquitetura do período colonial ao período imperial ou provincial, neste representado pelo estilo neoclássico).

Para isso acontecer, portanto, contei com algumas referências bibliográficas do meu acervo, ricas fontes para a pesquisa, principalmente aquelas recheadas com imagens envolvendo a região do Porto, assim como as fontes da Internet.

Quero aqui destacar especialmente as referências bibliográficas de Moacyr Freitas, conjuntamente com Paulo Pitaluga (1930- 2021), em *Quadros históricos de Mato Grosso: período provincial (2002)*. Conheci pessoalmente o “Seo” Moacyr, assim como seus trabalhos artísticos e arquitetônicos(visto que ele também se formou em Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Brasil, atual UFRJ). Os seus desenhos são para mim uma das grandes inspirações e referências na reconstituição dos desenhos acerca da cidade de Cuiabá e Mato Grosso. Em um dos encontros com Moacyr Freitas, me foi relatado que, para as ilustrações do referido livro, havia lido a narrativa de Paulo Pitaluga acerca de vários assuntos ali contidos e que utilizou de pesquisas iconográficas como referências ilustrativas.

Tendo em mão os elementos necessários à formação da ilustração ao trabalho da Jhucyrllene, foram criados os esboços para as 12 cenas e posteriormente apresentada à cliente, que de imediato teve a sua aprovação. Depois disso foram definitivamente feitas as 12 cenas todas usando a técnica da pintura em aquarela.

Finalmente, em março de 2020, a mestranda defendeu a sua dissertação de mestrado contendo as minhas primeiras 12 ilustrações. Segundo ela, a banca de sua defesa teceu elogios à minha ilustração. Cabe lembrar, que devido ao início da pandemia naquele ano, não foi possível assistir presencialmente a sua defesa e limitou-a de forma virtual.

Após o ocorrido, uma pessoa, membro da banca de defesa da acadêmica, Jhucyrllene, a sua coorientadora, professora Dra. Nileide Souza Dourado, após conhecer os trabalhos artísticos na referida dissertação, lançou-me o convite para ilustrar o seu futuro livro intitulado *Educação em Mato Grosso Colonial – Práticas Educativas, Civilidade, Escolarização*, Editora Paruna, julho de 2021.

A partir dos desafios aceitos citados anteriormente, surgiram novos convites para ilustração de livros, outros trabalhos de mestrado não somente no âmbito da História, mas também de outras áreas acadêmicas.

Ainda em 2021, fui novamente convidado pela professora Nileide Dourado, uma das editoras da REDM/NDIHR/UFMT, para criar e ilustrar a capa da Revista do NDIHR, para o Volume 33/ Ano 2022, que ora é apresentada a todos: *A Fachada histórica do prédio do NDIHR*, assim como, a escrita desse texto, contendo um breve relato do meu processo de criação e carreira artística.

REFERÊNCIAS

- BAJZEK, Eduardo. *Técnicas da ilustração à mão livre: do ambiente construído à paisagem urbana*. Osasco, SP: Ed. Gustavo Gili, 2019.
- COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. *Bastidores das Expedição Langsdorff*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2014.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia /Ed. USP, 1989; vols. 10, 11 e 12.
- DOURADO, Nileide Souza. *Educação em Mato Grosso colonial: práticas educativas, civilidade, escolarização*. 1. ed. Cuiabá: Ed. Paruna, 2021.
- PROENÇA, Graça. *História da Arte*. 12. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.
- RODRIGUES, Jhucyrllene, C. Santos dos. *História de Mulheres “Boêmicas” e “Turbulentas” nas “Casas de Brinquedos”*. Dissertação (Mestrado). PPGHIS/UFMT, Cuiabá-MT, 2020.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e; Freitas, Moacyr. *Quadros históricos de Mato Grosso: período provincial*. Cuiabá: Ed. Buriti, 2002.
- URBAN SKETCHERS BRASIL. s.d. Disponível em : <https://brasil.urbansketchers.org/> . Acesso em: 01 de novembro de 2022.

RELATO DO MINICURSO: A IMPORTÂNCIA DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA A PESQUISA: O ACERVO DO NDIHR-UFMT



LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA¹
ÉRICA ISABEL DE MELO²

*Pesquisa é o processo que deve aparecer em todo o trajeto educativo.*³
(DEMO, 1997, p.16).

Buscamos neste trabalho relatar o evento organizado no formato de minicurso, disponibilizado para os alunos dos cursos de História e Geografia do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD), recém-ingressos na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com uma carga horária de 04 horas (teórica e prática), objetivando introduzir uma reflexão sobre o conceito de pesquisa e utilização das fontes documentais na formação acadêmica.

Agregamos a título de conhecimento e reflexão, discussões sobre a importância da pesquisa desde o início da formação do estudante na graduação; as fontes históricas que integram o acervo sob a tutela do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), bem como as possibilidades de pesquisa disponíveis nesses acervos documentais.

O NDIHR do IGHD, possui em sua estrutura as áreas de documentação, informação e produção científica. Desde sua fundação em 1976, tem construído programas que oportunizam ao público, interno e externo à UFMT, o acesso a um rico e diversificado acervo histórico assentado em diferentes suportes: microfimes, microfichas e digitais.

Pela natureza do NDIHR e pelo perfil de sua equipe técnica, a reflexão e debates acerca da importância da pesquisa na formação acadêmica integram o planejamento das ações dessa unidade.

O Brasil enfrenta desafios, em face de diminuição do investimento em pesquisa, demonstrando a falta de prioridade no Incentivo à Iniciação Científica no âmbito dos cursos de graduação, cabendo às Instituições de Ensino, construir alternativas para fomentar essa atividade integrante do tripé indissociável das Universidades: ensino-pesquisa-extensão.

Nessa perspectiva apresentamos para a congregação do IGHD nossa disposição em desenvolver esse trabalho, junto aos estudantes recém ingressos, apresentando possibilidades de pesquisa a partir das fontes disponíveis nessa unidade. Cabe ressaltar que a inclusão desse evento, no

¹ Técnica-Administrativa, historiadora, lotada no NDIHR-UFMT, mestre em Movimentos Sociais pela PUC-SP e doutoranda na área de Linguagens/PPGEL/UFMT - leiadesouzamt@yahoo.com.br

² Técnica-Administrativa, historiadora, lotada no NDIHR-UFMT, doutora em História da América e Estudos de Gêneros pelo PPGHIS/ UFG – erica.melo@ufmt.br

³ DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997, p.16.

Planejamento Acadêmico do Curso, oportunizará desenvolver o interesse do aluno quanto a importância da pesquisa para sua formação.

Dado a natureza desta Unidade, comungamos com o princípio de que a pesquisa é um dos fatores importantes na formação acadêmica do estudante e no processo de construção do conhecimento. Através dela é possível aprofundar em temas passados, atuais, conjunturais, que despertam no estudante recém ingresso a vontade de aprender, a partir de um referencial, seja teórico ou fonte. Acredita-se que esse diferencial acadêmico forjará no indivíduo uma capacidade maior de análise e reflexão sobre problemas que deverão surgir no exercício da profissão e em questões sociais.

Ressaltamos que a prática de ensino, nem sempre aborda questões fora da ementa curricular, por isso a Iniciação Científica possibilita trabalhar situações outras que despertam o desejo de buscar, pesquisar e interpretar outros temas. Nesta imersão, desenvolve-se no estudante habilidades e competências importantes para a solução de problemas sociais e do mercado.

Referenciando os estudos de Demo (2011) e Severino (2007), eles definem “pesquisa” como atividade de caráter teórico-prático, com o objetivo de solucionar problemas, estando expressa aqui a sua importância, tanto na formação profissional como para a sociedade.

Destacamos esses conceitos e a importância da pesquisa, para expressar à disposição do NDIHR, através de sua equipe técnica, na socialização das fontes sob custódia desse órgão, bem como contribuir com a introdução epistemológica⁴ sobre a pesquisa, como ferramenta indispensável na construção e reconstrução do conhecimento.

Desde o ingresso na Universidade, é essencial demonstrar ao estudante que o ensino, articulado com a pesquisa e a extensão, enriquecerá a sua formação acadêmica, despertando o seu senso crítico e analítico. Profissionais com estas habilidades e competências geram soluções para melhoria de qualidade de vida de todos os segmentos da sociedade. Demo (2010) apresenta o termo ‘questionamento reconstrutivo’ para a pesquisa, que coloca o graduando frente ao desafio de questionar a realidade e reconstruí-la.

Entendemos que as Universidades em seus programas de graduação, ao incentivarem a articulação do ensino, pesquisa e extensão, não só contribuem para a formação de profissionais que a sociedade necessita e que vai valorizar, bem como professores mais preparados. Nesse processo o professor universitário tem um papel fundamental, integrando em suas metodologias e práticas educativas, o ensino articulado a pesquisa e a extensão. Daí. Sugerimos, para dar

⁴ reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, esp. nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo; teoria do conhecimento. [freq..] estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência.

continuidade desse trabalho, incluir em sala de aula, nos conteúdos pedagógicos o contato com as fontes disponíveis no Núcleo.

Reforçamos que, no Ensino Superior, a pesquisa é uma ferramenta indispensável que deve ser estimulada pelos professores, no seu papel de propagador do conhecimento e da iniciação à pesquisa científica. Inúmeras são as definições de pesquisa, mas buscamos em Gil (2002)⁵, a qualificação da pesquisa como um procedimento pragmático, uma vez que seus métodos são diretos e possui uma relevante eficiência na construção do conhecimento.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. [...]. (GIL, 2002, p.17).

Parcela dos alunos que ingressam no Ensino Superior, sofrem o impacto nessa transição, pois se deparam com métodos mais rigorosos, exigindo amadurecimento do raciocínio e por fim, a criticidade na construção de um texto. Na maioria das situações (nem sempre), os trabalhos acadêmicos e científicos demandados pelos professores, instigam o aluno à pesquisa, a crítica, a busca pelo conhecimento, e produção textual. Assim, entendemos que a pesquisa deveria ser estimulada em cada estudante desde o início de sua formação escolar, e em particular na Universidade.

Temos ainda em Severino (2002, p. 23), a ressalva que “*Ao dar início a sua vida universitária o estudante precisa começar a formar sua biblioteca pessoal*”. Denota-se daí que a leitura, a pesquisa, deve fazer parte da vida universitária, não apenas na relação aluno-estudante, mas também, em campanhas, premiações, projetos motivacionais, dentre outros.

FONTES DOCUMENTAIS

O conceito de fonte histórica tem se ampliado significativamente. A relação do pesquisador com os documentos, em particular com os escritos, sofreu uma revolução paradigmática. Foi quebrada a hegemonia de análise limitada a velha história eurocêntrica, ao abordar a história dos povos africanos e indígenas, permitindo ao historiador que desviasse seu olhar para uma diversidade de vestígios do passado (*imagens, filmes, crônicas, relatos de viagem, registros paroquiais, obras de arte, vestígios arquitetônicos, memória oral*). Aspectos da vida sociais antes ignorados passaram a ser considerados.

As fontes históricas, também denominadas de documentos históricos como diz o historiador José D’Assunção Barros, são itens materiais e imateriais ou vestígios deles que ajudam o historiador a construir uma compreensão acerca do passado humano⁶, pois, como defende Marc Bloch, “*tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar*

⁵GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Pg. 17.

⁶ Ver BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica*./2019.

sobre ele.”⁷ São classificadas pelos historiadores como voluntárias e involuntárias. Existem fontes e documentos históricos pensados e elaborados propositadamente a fim de registro de um acontecimento. Já, outras fontes não foram necessariamente pensadas como registros para os homens do futuro. Nessa linha o historiador Marc Bloch destaca que as fontes históricas involuntárias, possuem maior confiança dos historiadores, por não se tratar de fontes legadas de maneira proposital, apresentando detalhes importantes para a investigação histórica⁸. Mas, ainda alerta que, as demais fontes voluntárias não devem ser menosprezadas, pois o trabalho do historiador ou do pesquisador deve ser de observador de todos os documentos, e quanto mais fontes forem encontradas, melhor será a interpretação produzida.

CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES:

Documentos textuais: documentos oficiais, cartas pessoais e governamentais, diários, relatos de viagens, crônicas, livros literários, processos de justiça, jornais etc.

Vestígios arqueológicos e fontes da cultura material: referem-se a itens resgatados pela arqueologia, como construções, ruínas, estátuas, objetos funerários, roupas, peças de cerâmica etc. Outros itens mais modernos e que não foram resgatados pela arqueologia também se encaixam aqui.

Representações pictóricas: quadros, fotos, afrescos, pinturas rupestres, charges etc.

Registros orais: testemunhos pessoais e mitos transmitidos oralmente de geração para geração.

Fonte: José D’Assunção Barros/2019.

Os tipos de fontes produzidos no momento do acontecimento e as produzidas para posteridade são classificados em fontes primárias e secundárias, no entanto essa terminologia está entrando em desuso, ficando mais conhecidas como fontes diretas e fontes indiretas, assim identificadas:

Fontes diretas: produzidas por pessoas na mesma época dos acontecimentos registrados.

Fontes indiretas: produzidas com base nos relatos e vestígios da época, portanto, as fontes indiretas constroem-se por meio das fontes diretas.

Nessa perspectiva, o documento, como diz Le Goff são monumentos que as gerações anteriores deixaram, onde os homens procuraram imprimir uma imagem de si mesmos para as gerações futuras. São monumentos construídos, nunca vestígios deixados ao acaso de modo acidental. Os historiadores e pesquisadores devem ter a clareza de que os documentos à sua disposição nada mais são do que uma seleção efetuada no interior de jogos de forças, sempre atualizados pelas gerações que nos precederam e, ainda, pelas circunstâncias do presente. Como bem afirma Le Goff (2003) é “*escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores*”.

Nesse contexto, a equipe técnica do NDIHR, se propôs a contribuir com a formação do estudante, apresentando as fontes disponíveis, e sua relação com o trabalho em sala de aula com

⁷ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

⁸ Idem, p. 76-77.

documentos que podem ser (re) pensados, a partir da pesquisa, contribuindo com a formação da identidade dos alunos, situados em um determinado contexto histórico.

No acervo documental do NDIHR há uma gama diversificada de documentos microfilmados contendo: processos judiciais, periódicos, documentos notariais, projetos de lei, ofícios governamentais, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais, depoimentos escritos, certidões, documentos e materiais de associações, documentos de igrejas, fotografias, dentre outros, que possibilitam a pesquisa em várias áreas das ciências.

Esse acervo documental, pela diversidade temática pode ser usado como fonte de informação para elucidar questões, além de servir como comprovação e exposição de resultados, em consonância com o interesse de quem pesquisa.

No minicurso organizado pelo NDIHR, sob responsabilidade das historiadoras Léia de Souza Oliveira e Erica Isabel de Melo, foram trabalhadas questões que contribuíram com a motivação dos estudantes para a pesquisa e importância das fontes na produção do conhecimento desde o seu ingresso no curso. Além disso, oportunizou o conhecimento quanto as fontes e possibilidades de pesquisas disponíveis no NDIHR.

Para a turma de *Licenciatura em Geografia*, o minicurso realizado no dia 19 de setembro de 2022, contou com a presença de 16 participantes e além da ementa, foi aprofundado as possibilidades de pesquisas com a Fonte do DNPM – MT – Décimo Segundo Distrito Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM/MT – 1969-1986.

Figura 03 – Alunos Curso de Geografia.



Fonte: autora 2022.

Para a turma de *Licenciatura em História*, realizado no dia 11 de outubro de 2022, com a presença de 13 participantes, além da ementa foi aprofundado as possibilidades de pesquisas com a Fonte do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso - 23ª Região. 1940 – 1980.

Figura 02 – Alunos Curso de Licenciatura em História



Fonte: autora 2022.

A democratização do acesso aos documentos, a sistematização de novas fontes de pesquisa e de novos referenciais teóricos, tem proporcionado a ampliação dos campos de investigação e do conhecimento histórico e nessa perspectiva foi demonstrado aos estudantes às inúmeras possibilidades temáticas de pesquisa com o acervo disponível no NDIHR. Foi ainda trabalhada a temática da relação do pesquisador com as fontes documentais, alertando-o quanto à prática recorrente da busca das fontes apenas para comprovar uma hipótese construída ou complementar um raciocínio sobre determinada problemática. Destacou-se que na maioria das vezes, pergunta-se ao documento vislumbrando as respostas do interesse do pesquisador, daí a importância de refletir sobre a forma de se relacionar com essas fontes.

O minicurso além de levantar essas questões, também apontou caminhos alternativos para o futuro pesquisador na sua trajetória investigativa e no entendimento da complexidade do documento, que como diz Le Goff ⁹:

O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor o futuro – querendo-o ou não – determinadas imagens de si mesma. Em definitivo não existe um documento- verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.

Assim foram trabalhados temas relacionados a Pesquisa; Fontes Documentais: Lugar de Memória; Tempo do Documento; Fontes Documentais do NDIHR (Guia do NDIHR)¹⁰; Método de análise dos documentos históricos e possibilidades de pesquisa nas Fontes disponibilizada no NDIHR.

⁹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição, Campinas: Ed. Unicamp, 1996. Pg.9

¹⁰ Guia do Acervo Documental do NDIHR: Instrumento que permite o acesso a informações específicas do seu conjunto documental. Ferramenta - acesso e o intercâmbio de informações em âmbito regional, nacional e internacional. (disponível E-book no site da Editora da UFMT).

Base: fundos e coleções, bem como seu nível de organização, condições físicas de acesso e as possibilidades de reprodução dos documentos, historicizando o processo pelo qual o acervo foi formado.

Demonstrou-se também que, além dessas possibilidades de pesquisas para as áreas de Ciências Humanas e Sociais, o acervo documental, sob a guarda do NDIHR, pode ser referenciado para pesquisas de áreas afins como Arquitetura, Direito, Geologia e demais licenciaturas.

Nas Universidades, a prática da pesquisa representa a produção do conhecimento, questionando e respondendo dúvidas. É uma ferramenta importantíssima para inovação dos conceitos e ferramenta fundamental na formação inicial e continuada de todo e qualquer profissional. O estudante deve ser motivado cotidianamente a buscar informações, a entender que o conhecimento deve ser uma “arma” importante contra as mazelas que afetam a sociedade.

Entendemos que a busca pela sabedoria que o conhecimento propicia deve ser prioridade não somente na vida dos universitários, mas sim na vida de todo e qualquer ser humano, pois provoca a retirada do véu que permanece nos olhos, fazendo muitas vezes enxergar o mundo de uma maneira preconceituosa e indiferente.

Chalita (2005, p. 61), afirma que

“O conhecimento é um norte que ajuda a encontrar e percorrer a estrada da vida. O conhecimento é um caminho para se chegar à sabedoria. O conhecimento é um motor que move os sentimentos e controla as tempestades.”

Nesse contexto, esperamos contribuir com a formação do estudante, desde o seu ingresso na Universidade, apresentando alternativas em sua trajetória acadêmica, na compreensão que o conhecimento é o maior legado que o estudante agregará, e que carregará para o resto de sua vida, uma vez que o conhecimento atua como agente libertador, principalmente das crenças, de preconceitos e da ignorância.

Sabedores da importância da pesquisa, o NDIHR, aliado a ação do professor desafiando seus alunos a pesquisar, a buscar novas fontes e novos conceitos, continuará estimulando a pesquisa nas Fontes Documentais disponíveis. Os limites de compreensão dos estudantes se ampliam e o entendimento, muitas vezes se torna muito mais fácil, justamente pela diversidade de conceitos obtidos através da pesquisa e da busca por novas fontes de promoção do saber.

Paulo Freire, nessa temática traz importante contribuição ao afirmar que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino[...] no meu entender, o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Com esse intuito esperamos ter contribuído com o IGHD e demais áreas de conhecimento da UFMT, oferecendo essa informação e formação aos estudantes recém ingressos na UFMT, agregando conteúdos que além da apresentação do Acervo do NDIHR, possibilitem reflexões sobre a importância da pesquisa na vida acadêmica, demonstrando que o processo de aprendizagem é complexo, cuja importância da pesquisa deve ser incentivada pelos docentes. Enfatiza Severino (2008, p. 13):

Na Universidade, a aprendizagem, a docência, a ensinagem só serão significativas se forem sustentadas por uma permanente atividade de construção do conhecimento. Tanto quanto o aluno, o professor precisam da pesquisa para bem conduzir um ensino eficaz.

Cabe ressaltar que a ideia não é cobrar do aluno que seja um pesquisador, mais que seja despertado a sua curiosidade e o desejo de pesquisar.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHFELD, Naide Aparecida de Sousa. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documento*. <https://pt.scribd.com/document/171000299/Heloisa-Bellotto-Arquivos-Permanentes>.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
CHALITA, Gabriel. *Educar em oração*. São Paulo: Editora Canção Nova, 2005.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DROPPA, Alisson. O direito de conhecer a história da Justiça do. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 316-320, jan./jun. 2011.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GUIA DO ACERVO DOCUMENTAL DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR/UFMT{e-book}. /Eliane Maria Oliveira Morgado; Nileide Souza Dourado (Orgs.) 1.ª edição – Cuiabá: EdUFMT Digital, 2021.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição, Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

_____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração*, São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação, 2008.



REDM
ISSN: 2176-5804

IDENTIDADE DOCENTE: CONJUGAÇÃO DE PARADIGMAS

Emerson de Arruda

Doutor em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), com pós-doutorado e doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie Professor dos cursos de Direito, Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Agronomia pela UNIFASIPE – Unidade de Rondonópolis, e em Filosofia e Sociologia no Centro Integrado de Ensino (CIE) Arruda.emerson@hotmail.com

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) Professor associado do Departamento de História, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem e Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) renilson.ribeiro@ufmt.br

RESUMO

Neste artigo é analisado o paradigma da identidade do professor considerando a construção de uma conjugação ou articulação de paradigmas teóricos. Esse exercício de natureza epistemológica permite-nos refletir sobre o processo de constituição e da formação da identidade docente e de suas implicações para o desenvolvimento do papel de professores na esfera educacional e na própria sociedade. Para execução deste objetivo foi utilizada noção de movimento identitário do sociólogo francês Claude Dubar intercambiada com o paradigma da personalidade moral do filósofo espanhol Josep Puig. Ambos compreendem que há um processo identitário dinâmico na constituição do ser humano, em que os sujeitos, numa relação dialética com o mundo atendem expectativas externas e internas na fabricação das identidades social e profissional. O resultado desta conjugação de conceitos, reporta-nos a singularidade de quatro paradigmas fundamentais que atravessam, estruturam e perfazem o ser e o fazer docentes, ratificando, desta maneira, a importância científica, pedagógica, política e sociocultural do professor como profissional da educação.

Palavras-Chave: Identidade e formação docente. Constituição identitária. Paradigma formativo. Conhecimento científico e pedagógico.

ABSTRACT

This article analyzes the teacher identity paradigm considering the construction of a conjugation or articulation of theoretical paradigms. This exercise of an epistemological nature allows us to reflect on the process of constitution and formation of the teaching identity and its implications for the development of the role of teachers in the educational sphere and in society itself. To carry out this objective, the notion of identity movement of the French sociologist Claude Dubar was used, interchanged with the paradigm of moral personality of the Spanish philosopher Josep Puig. Both understand that there is a dynamic identity process in the constitution of human beings, in which subjects, in a dialectical relationship with the world, meet external and internal expectations in the fabrication of social and professional identities. The result of this combination of concepts, reports the uniqueness of four fundamental paradigms that cross, structure and make up the being and doing of teachers, confirming, in this way, the scientific, pedagogical, political and sociocultural importance of the teacher as a professional in education.

Keywords: Identity and teacher training. Identity constitution. Formative paradigm. Scientific and pedagogical knowledge.

INTRODUÇÃO

A noção de experiência não se separa do caráter abstrato da inteligência humana, pelo qual pode ser superada a vivência do aqui e agora, passando a existir no tempo. O homem torna-se capaz de lembrar a ação feita no passado e projetar a ação futura, o que é possível pelo fato de representar o mundo por meio do pensamento expressando-o pela linguagem simbólica. A linguagem substitui as coisas por símbolos, tais como as palavras e os gestos. Por meio de representações mentais e de expressões da linguagem, o homem torna presente, para si e para os outros, os acontecimentos passados, bem como antecipa pelo pensamento o que ainda não ocorreu (ARANHA, Maria de Arruda, 1996, p.16). O mundo, portanto, é visto como “isso” sobre o que assumimos uma responsabilidade, que nos ocupa ou nos preocupa, que nos importa, que cuidamos. Pensar a experiência a partir da distinção entre o sujeito e o objeto, mas, a partir do estar-no-mundo como primeira unidade existencial.

Nesse sentido, a experiência supõe

Não só a atenção aos acontecimentos [...], mas sim ao modo em que o vivido vai se entrelaçando com a vida, tornando-se uma vida, formando o sedimento a partir do qual o mundo é olhado, as coisas são compreendidas e a ação é orientada. O corpo é o lugar onde cada história singular é inscrita, onde os sentimentos e os pensamentos se manifestam em batimentos, em palavras, em imagens. (LAROSSA, 2019, p.21-22).

A esfera da educação é atravessada por múltiplas perspectivas, tensões e desafios cotidianos, o que lhe faculta pontualmente uma localização investigativa singular, evocando possíveis implicações dialéticas na efetivação de um exercício pedagógico crítico. Temas, como: cultura escolar, processo de ensino-aprendizagem, didática de ensino, estágio e formação docente, dentre outras inquietações, estruturam parte do mosaico educacional brasileiro.

Isso nos permite averiguar e refletir que a identidade docente ou a construção identitária do ser professor se configura também como paradigma importante na idealização e na busca por uma educação melhor, posto que, a consciência de identidade do professor promove, nele mesmo, noção de pertencimento, sentido pedagógico dinâmico, atuação científica de qualidade e senso de realização na formação estudantil.

Deste modo, esses pressupostos nos remetem a alguns questionamentos pontuais quanto aos atributos e até mesmo as qualidades que definem a identidade docente: O que é ser professor? Quais as características, propriedades e práticas que constituem a sua identidade profissional? Há algum tipo

de peculiaridade na docência? Que tipo de habilidade e de competência estruturam a constituição do magistério?

A construção de uma resposta ou de caminhos plausíveis a essas indagações deve se estruturar sob a percepção de que estamos lidando com o processo de definição da identidade e formação do professor, e ao mesmo tempo, com aspectos que perfazem a profissionalização docente; e neste sentido, é importante ressaltar a existência de pesquisas educacionais no Brasil e em outros países. (LUKE & BOING, 2004, BERGER & LUCKMANN 2004; ANDRE, 2006, 2018; TREVISAN, 2004; DUBAR, 2005; GATTI, 2006; SAVIANI, 2009,2012; TARDIF e MOSCOSO, 2018; NONO & MIZUKAMI, 2002, 2006; SHULLMAN, 2014, 2016; NÓVOA, 2007, 2012, 2017) que agregam positivamente na compreensão e leitura teórica, empírica e praxiológica sobre o tema em questão.

Portanto, o objetivo deste artigo é o de analisar a constituição da identidade docente, considerando a importância de uma conjugação de paradigmas filosóficos que reflitam sobre a complexidade do ser professor e sua formação. Assim, para efetivação deste propósito é utilizado o conceito de identidade do sociólogo francês Claude Dubar, intercambiado com a perspectiva teórica do filósofo espanhol Josep Maria Puig ao analisar a construção da personalidade moral do indivíduo.

É importante ressaltar que essa confluência teórica dialoga com outras perspectivas que discutem a identidade docente e os fatores históricos, culturais e políticos que perfazem a sua constituição, convidando-nos a um exercício permanente de aprendizagem, problematização e revisão de conceitos, o que nos proporciona a capacidade de ler, ouvir e significar o mundo com os outros.

O LUGAR DA IDENTIDADE DOCENTE

Discutir a noção de identidade tem sido ao longo da história uma tarefa investigativa dos diversos campos e abordagens do conhecimento. A definição do que organiza a natureza do ser tem sido desenvolvida desde o contexto greco-romano perfazendo o existencialismo moderno até as conjecturações contemporâneas deste século. (BAUMAN,2001; LYOTARD, 1986; HALL, 2006; LIPOVETSKY, 2004). Nesse sentido, a singularidade do sujeito é o resultado de suas relações alteritárias com os espaços sociais, perfazendo o processo de socialização histórico-cultural de cada pessoa.

Para Claude Dubar, a identidade social dos indivíduos resulta de uma transação dinâmica entre a constituição psíquica do ser e ambiente externo que o circunda, isto é, as diversas insituições com quem ele interage durante a sua história, construindo, paulatinamente, processos culturais identitários que flutuam do universo familiar às estruturas de origem econômica, posto que:

[...] A identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura. Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem indivíduos e definem instituições. (DUBAR, 2005, p. 135-136).

A questão identitária para Dubar fundamenta-se numa hibridização de experiências concretas. Encontros, desencontros, expectativas, espaços temporais estáveis e provisórios são partes integrantes de um processo contínuo da formação social dos sujeitos. Isso significa que ao longo da jornada humana vamos agregando existencialmente experiências sedimentadas, que por sua vez, estabelecem um aspecto social imutável: o movimento identitário do ser livre, visto que, “a construção das identidades pessoais, subjetivas e plurais não significa a ausência ou a abolição de todo o coletivo, mas, a construção de um outro tipo de coletivo [...], mais societário, isto é, ao mesmo tempo escolhido livremente e regulado voluntariamente.” (DUBAR, 2006, p. 184).

O caminho da identidade sob esse paradigma tem como marca essencial ou princípio estruturante um movimento identitário dinâmico, posto que, o processo de constituição social e histórica do indivíduo é atravessado pelas expectativas do outro, isto é, da família, da escola, da empresa, da igreja, dentre outros lugares; e pelas aspirações do sujeito. Estamos o tempo todo, na medida que nos relacionamos, atendendo ou não, pertencas intrapessoais e socioculturais, que nos permitem asseverar que:

[...] cada configuração identitária é resultante de uma dupla transação: uma entre o indivíduo e as instituições (transação objetiva) e outra entre o indivíduo em confronto com uma mudança e o seu passado (transação subjetiva). Isso é o resultado de uma articulação entre uma identidade (virtual) atribuída pelo outro e uma identidade (virtual) para si... A transação objetiva tem relação direta com as recompensas, ou não recompensas, que o indivíduo recebe em troca de seu trabalho; recompensas concretas, monetárias e afetivas. Já a transação subjetiva é a relação direta que se dá entre o passo do indivíduo e suas próprias projeções futuras. (VIEIRA, 2009, p. 37).

Nestas transações, o ser humano faz um exercício contínuo de significação e resignificação, atribuindo valores, evidenciando desejos, construindo perspectivas, adaptando-se ou não a práticas convencionais, e assimilando novos contornos em sua constituição psíquica com o mundo. Sendo assim, no movimento identitário cada indivíduo evidencia a sua liberdade de escolha, e executa o seu protagonismo histórico. A perspectiva de Dubar possibilita a construção de convergências com a concepção teórica de Puig, posto que, para o filósofo espanhol, o processo de construção da personalidade moral, pode ser definido como:

[...] uma tarefa destinada a dar forma à própria identidade, mediante um trabalho de reflexão e ação a partir das circunstâncias que cada sujeito vai encontrando dia a dia. Trata-se, porém, de um processo de construção que ninguém realiza de modo isolado; conta sempre com a ajuda dos demais e de múltiplos elementos culturais valiosos, que contribuem ativamente para conformar a personalidade moral de cada sujeito. A construção da personalidade moral é uma obra compartilhada, feita junto com os outros, e impulsionada por normas de valor que a orientam, ainda que nunca a determinem completamente. Ela depende das condições sociais e culturais do âmbito em que esse processo educativo é desenvolvido. Portanto, a educação moral como construção é uma tarefa que pensa em cada indivíduo, mas não pode esquecer a sua contribuição para reconstrução das formas de vida social. (PUIG, 1992, p. 20).

Segundo Puig, há uma conjugação dialógica entre dois lugares que constituem o campo da moralidade humana: o elemento sociocultural e o processo cognitivo do sujeito, assim, numa relação de alteridade significativa, o ser humano atinge um nível de consciência moral como resultado de sua reflexão e da convivência social que está inserido, que marcadamente, operacionalizam sua trajetória psicossocial.

Neste caso, a identidade é construída considerando todas as experiências que se revelam na formação sociocultural do sujeito. Entretanto, essas realidades são ressignificadas pelo indivíduo ao utilizar a sua razão, para construir um projeto biográfico autônomo a partir dos condicionamentos socioculturais que não são onipotentes, mas apenas esferas que dialeticamente interferem no resultado.

Tanto Dubar quanto Puig reconhecem o valor, o papel e a natureza da construção do ser como consequência de constituições societárias e movimentos identitários em que os indivíduos estão se relacionando com exigências e expectativas próprias e da família, do mercado, da escola, do trabalho e da sociedade; assim, eles se sujeitam ou não às atribuições exigidas pelos grupos sociais, e por si mesmos, demonstrando autonomia, e apontando para o fato de que tanto a identidade pessoal quanto profissional é o resultado:

[...] permanente de uma identidade narrativa na e pela ação coletiva com outros eleitos. A identidade pessoal implica a interiorização de uma atitude reflexiva (si próprio) através de e em relações significantes – que permitam a construção de sua própria história (si) ao mesmo tempo que inserção na História (nós). A identidade pessoal dos sujeitos em aprendizagem não é adquirida tal qual à nascença. Ela constrói-se durante toda a vida. (DUBAR, 2005, p. 170).

Esse tipo de compreensão identitária aponta para a premissa de que a identidade do professor pode ser analisada também como o resultado sociocultural de uma organização de valores, expectativas, sentidos e negociações. Tais aspectos são fabricados por aspirações quanto a natureza do ser professor nos seus diversos movimentos identitários com as instituições educacionais, com seus pares no dia a dia, com a comunidade local, com a mídia e com própria cultura escolar e especialmente com seu próprio passado e suas expectativas de futuro.

Ser professor é considerar antes de tudo um movimento de aspirações intrapessoais e interpessoais com aquilo que está do lado de fora, mas que repercute dentro de cada um. Neste processo, há uma espécie de negociação psíquica quanto a identidade do ser docente, e suas atribuições como mediador no processo educacional. Quanto mais cedo professores e professoras tiverem a noção dessa complexidade ontológica, encontraremos um lugar de análise, problematização, convivência, protagonismo e de compreensão da identidade docente.

Assim, analisar o conceito de identidade docente sob o paradigma do movimento identitário serve como inquietação filosófica produtiva, pois, nos remete ao estudo de atributos, ou das características que participam da identidade e da ação deste profissional na prática de sua função, isto é, do seu trabalho docente.

ATRIBUTOS DA IDENTIDADE DOCENTE

Construir uma definição precisa quanto aos elementos ou características essenciais que perfazem e que estruturam a identidade profissional do professor é sem sombras de dúvidas um exercício complexo, posto que, o ideal de professor passa pelo crivo do tipo se humano que se pretende formar, e geralmente, esse desejo está interligado a uma série de fatores políticos, econômicos, culturais, científicos, pedagógicos e profissionais de um determinado contexto histórico-social. A partir do momento que há consciência dessa definição, podemos organizar processos de formação profissional de professores. Sem isso, a formação de professores torna-se uma formação tecnicista e instrumental.

Muito se tem discutido e pesquisado, nas últimas décadas, sobre o que compõe a profissão docente e conseqüentemente, sua formação profissional. As pesquisas apontam a existência de dimensões, saberes, conhecimentos importantes ou essenciais na constituição da identidade profissional do professor, o que baliza, neste ensaio, a possibilidade de criar um perfil docente para a cultura escolar contemporânea. (ANDRE, 2006; DUBAR, 2006; PLACCO, 1994; MELLOUKI e GAUTHIER, 2004; MIZUKAMI, 2004; NÓVOA, 1995; GATTI, 1996; MORGADO, 2011).

Os saberes profissionais dos professores advêm da formação inicial, formal, universitária, das instituições de formação. Mas o professor é formado, também pelos saberes da experiência, saberes que só podem ser adquiridos no cotidiano da sala de aula. Por isso, a aprendizagem da profissão não se completa ao final de seu processo formal de formação. Tardif (2014) ressalta que lidar com situações transitórias, condicionantes ligados a situações concretas que não contam com definições prévias permite ao docente desenvolver seu *habitus*, que sustentará seu estilo de se relacionar com os alunos, com o conteúdo, com o ensino. Por isso, o saber do professor é, nas palavras de Tardif, “plural, compósito e heterogêneo.”

Como vimos em Dubar, (2006), o trabalho profissional transforma os objetos, mas desencadeia no trabalhador transformações diversas. É nesta perspectiva que elencamos quatro paradigmas que entendemos compor esse processo de constituição da identidade do professor. São eles o paradigma da consciência histórica, o da profissionalidade docentes, o do conhecimento científico e pedagógico e o do humanismo integral.

Os paradigmas em destaque são estabelecidos como parâmetros teóricos que servem de ponderações epistemológicas e de problematização identitária, a fim de que tenhamos um olhar profícuo, sensível e pedagógico quanto a natureza, o valor e o papel singular de professores no chão da escola e de diversas instituições de ensino.

O PARADIGMA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Um dos primeiros elementos que deve atravessar, e participar da identidade do professor é a percepção que ele deve ter de sua localização histórica no mundo e dos múltiplos fatores que são responsáveis pela estruturação política, socioeconômica, científica e pedagógica presentes na sociedade, e na instituição educacional. Professores devem ter a noção dos seus lugares no mundo como intelectuais e cidadãos críticos que provocam mudanças significativas.

O conceito de consciência histórica é uma categoria importante na obra do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen. Para ele, esse tipo de discernimento temporal é a soma “de operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente, sua prática no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 56-57), deste modo, os indivíduos num exercício racional hermenêutico pontuam, integram e confeccionam análises históricas que lhes permitem criar um movimento de orientação no mundo.

Tal paradigma confere ao ser humano a possibilidade constitutiva de ser um ator, cujo protagonismo interpretativo transpõe a passividade histórica e a recepção mecânica de informações-eventos fabricadas no percurso da tradição. Todo indivíduo a luz de uma formação crítica e valorativa pode ser capaz de construir uma leitura de mundo e de si considerando a presença de estruturas e códigos que oprimem e percepções epistemológicas que evocam o sentido de liberdade.

Professores e professoras precisam ter a consciência histórica de todo enredo sociopolítico, econômico e educacional que se faz presente nas relações de poder que configuraram os processos educacionais em cada tempo histórico. Esse tipo de conhecimento lhe franqueia um espaço de localização e de atuação políticas. Assim, essa consciência também lhes proporciona um conhecimento histórico-científico de sua profissão, do seu fazer, das lutas e das conquistas de sua classe.

O PARADIGMA DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE

Discutir a identidade docente considerando o seu fazer e a natureza desta profissão é antes de tudo considerar o fato de que historicamente tem se construído uma série de exigências pautadas em qualidades específicas quanto a imagem do ser professor. Do processo de romantização a uma abordagem meramente tecnicista, forja-se múltiplos ideais quanto ao perfil que professores e professoras devem revelar em sua jornada magisterial, constituindo-se como um modelo identitário.

Nóvoa (1987, 1992, 2017), ao analisar a história da profissão docente, identifica a presença de atributos que a sociedade, as instituições educacionais, e até mesmo, os professores estabelecem como parâmetro do fazer docente, que por sua vez, reverberam em políticas públicas. Para ele, um dos grandes problemas que atravessa a constituição da identidade docente está na desprofissionalização que atinge esta classe, o que gera despersonalização e enfraquecimento da identidade e consequentemente, desvalorização do professor em seu trabalho docente.

O argumento de Nóvoa é o de pensar a formação de professores como uma formação profissional, mesmo que, para isto, seja necessário a criação ou a ressignificação das instituições universitárias, que devem perceber a profissão como um paradigma na constituição da docência. Isso proporcionaria a consolidação do professor como um profissional qualificado, com conhecimento científico, teórico e técnico e a relevância do seu lugar de produção na sociedade, pois, ser “professor é conquistar uma posição no seio da profissão, mas é também tomar posição, publicamente, sobre os grandes temas educativos e participar na construção das políticas públicas.” (NÓVOA, 2017, p. 25).

O paradigma da formação profissional ou o lugar da profissão na formação da docente é um tema de extrema relevância para educação brasileira, e principalmente, para a atuação de professores como profissionais conscientes, que promovem por meio de seus fazeres interferências científicas, políticas e educacionais na sociedade, proporcionando desenvolvimento cultural e socioeconômico no país.

Essa consciência crítica deve ser construída desde a formação inicial, possibilitando a estes profissionais um movimento formativo de qualidade teórica, em que lutas e ocupação de espaços permeiem, também, uma formação que busca aprendizagem e conhecimento científico escolar de qualidade e, não meramente, a fabricação de premissas ideológicas que potencializam apenas uma perspectiva da realidade. Nesse sentido, é tempo de considerar este paradigma como um aspecto necessário para a identidade do professor, mostrando a sua relevância profissional para a sociedade e os novos desafios que se apresentam cotidianamente.

O PARADIGMA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DO PEDAGÓGICO

O que faz um professor? Qual é o seu papel como profissional? É possível definir a qualidade do seu trabalho? Onde, precisamente é o seu lugar de atuação? Ao analisar a identidade docente há um desafio imediato que precisa ser respondido, ou no mínimo problematizado que envolve o entendimento da natureza profissional do fazer docente e o modo como sua prática deve ser desenvolvida na esfera da educação, e sobretudo nas vivências e experiências pedagógicas delineadas diariamente em sala de aula no chão da escola.

Para Mellouki, Gauthier (2004) e Vieira (2009), o professor é um intelectual cuja função envolve o ato de interpretar, questionar, desenvolver e de comunicar a cultura humana como um agente que herda, transmite e ressignifica o legado intelectual das sociedades, pois, o ofício permanente do professor envolve a ação pedagógica e didática de “tornar o aluno consciente de sua herança, colocando-o em contato com a obra humana passada e com as culturas de outros lugares, com desenvolvimento das letras e das artes, das histórias das ciências e tecnologias.” (VIEIRA, 2009, p. 57).

Professores são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, eles constroem uma espécie de comunicação científica entre o passado e a realidade presente, permitindo que os alunos tenham contado com o legado cultural da humanidade e com ferramentas que proporcionam a aquisição do conhecimento científico nos diversos campos da formação social. Entretanto, sua contribuição envolve também o engendramento de um senso crítico que deve permear a identidade dos alunos, fazendo com que estes sejam capazes de valorizar, romper e de produzir novos paradigmas socioculturais.

Neste sentido, para a construção este tipo de ensino e mobilizar seus alunos intelectualmente, o teórico norte-americano, Shulman (1986, 1987, 1996 e 2004) entende que o docente deve ser constituído ou atravessado por conhecimentos e saberes científicos específicos que pontuam um tipo de racionalidade pedagógica que todo professor apresenta como profissional no exercício de mediações científicas de aprendizagem, posto que, a base de conhecimento adequada para o ato de ensinar “consiste de um corpo de compreensões, conhecimentos, habilidades e disposições que são necessários para que o professor possa propiciar processo de ensinar e aprender, em diferentes áreas de conhecimento, níveis, contextos e modalidades de ensino.” (MIZUKAMI, 2004, p. 38).

Os estudos de Shulman (1987) apontam para a existência de tipos de conhecimentos que engendram um repertório científico-pedagógico fundamental para que professores atuem didaticamente com maestria, possibilitando-lhes a comunicação de um conjunto de informações de acordo com suas disciplinas e áreas de atuação. Dentre essas categorizações estabelecidas pelo autor, duas se apresentam como axiomas fundamentais e transformadores para a prática docente: o conhecimento específico do conteúdo e o conhecimento pedagógico do conteúdo.

Quanto ao conhecimento específico do conteúdo, Shulman (1987) pressupõe que cada área do conhecimento humano e disciplinar é formada por um conjunto específico de informações e/ou de conteúdos que o professor deve dominar, visto que, sua atuação profissional não pode estar restrita apenas a um conhecimento intuitivo e pessoal de determinados conceitos, pelo contrário, é necessário que professores tenham “conhecimento das formas de transformar o conteúdo considerando os propósitos do ensino, que inclua compreensão pessoal do conteúdo específico, assim como conhecimento das formas de comunicar tal conhecimento da matéria [...]” (WILSON, SHULMAN, RICHERT, 1987, p. 110).

Isto significa que professores no processo de ensinar precisam ter o conhecimento de conceitos, paradigmas, categorias e estruturas teóricas das matérias que lecionam, ou seja, eles devem saber o conteúdo específico do seu campo de ensino, evidenciando precisão naquilo que transmitem e ensinam nas suas relações didáticas com o corpo discente.

Outrossim, Shulman (1986) discute a natureza e o valor do conhecimento pedagógico do conteúdo. De modo geral, o campo pedagógico está embricado de processos que envolvem o conhecimento da prática do ensino e dos processos de aprendizagem, onde se considera tudo aquilo que constitui a aquisição do conhecimento pelos alunos, desde a arquitetura da cognição humana aos múltiplos contextos socioeducacionais.

É neste processo que Shulman analisa um tipo de conhecimento pedagógico experienciado pelo professor, ao longo de sua prática, que lhe permite a construção dinâmica no seu modo de ensinar o conteúdo aos seus alunos, apontando para o fato de que no conhecimento pedagógico de conteúdo, é possível incluir “para maioria dos tópicos regularmente ensinados uma área específica de conhecimento, as representações mais úteis de tais ideias, analogias mais poderosas, ilustrações, exemplos, explanações e demonstrações. (SHULMAN, 1986, p. 99).

Há uma incorporação pedagógica de aspectos do conteúdo que é gerada pelo professor no processo de comunicação e produção do ensino; a cada experiência didática vivida em sala de aula, o profissional docente vai gradualmente criando processos de ensino que viram formas de conhecimento pedagógico de conteúdo, passíveis de mudanças a cada ano com cada nova turma.

A vida profissional de um professor implica na promoção do desenvolvimento intelectual, ético e social de seus alunos e na transmissão do legado das sociedades nos diversos campos do conhecimento. É o professor que introduz o aluno na sociedade e em suas questões, favorecendo a valorização do passado e das conquistas engendradas pela humanidade e, ao mesmo tempo, mobiliza o aluno para que, ao aprender, possa transcender o seu cotidiano e vislumbrar novas possibilidades nas diferentes áreas de saber na interação social, conseqüentemente, transformando a sociedade.

Comprendemos que há muitas outras dimensões que podem ser tratadas em relação à profissionalidade docente. Placco e Sousa (2003) apontam até 18 dimensões. E todas elas contribuem

para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, o foco deste texto se restringiu ao domínio do conhecimento específico e pedagógico do conteúdo. Sem esse domínio, o processo de ensino e aprendizagem é ineficaz, não passará do desenvolvimento de relações sociais e possivelmente aprendizagens socioemocionais.

Essencialmente, “nos modelos de Shulman entram fontes teóricas de diferentes naturezas além do campo de conhecimento específico da área de especialidade do professor. Uma outra fonte de conhecimentos é a prática por meio da qual se amalgamam os diferentes tipos de conhecimentos da base e que é condição essencial para a construção do conhecimento pedagógico do conteúdo, conhecimento de como ensinar algo, em relação ao qual o professor tem protagonismo.” (MIZUKAMI, 2021).

O PARADIGMA DO HUMANISMO INTEGRAL

O último paradigma deste texto nos remete a perspectiva de que todo projeto de nação tem como fundamento um modelo ontológico de humanidade, isto é, a aspiração existencial e pedagógica de um ser humano. Essa perspectiva está presente em diversos lugares; no campo político, nas estruturas socioculturais, nas práticas econômicas, nos símbolos metafísicos, nos discursos religiosos e em modelos filosóficos educacionais, dentre outros espaços e instituições.

A constituição biológica e a localização dos indivíduos como animais se configuram como a base para que seja efetuada a construção de uma idealização histórica e moral para a sociedade humana. A fome de significado e a compreensão de si mesmo coloca o ser humano num patamar de racionalidade teleológica que evoca aspirações de caráter antropológico; estamos à procura do humano.

Entretanto, após milênios de existência, a humanidade tem experimentado em sua trajetória percalços quanto a sua constituição, e a busca de uma identidade humana. Neste emaranhado de desejos e significados, encontramos dificuldades no que tange a construção social de convivências fraternas entre os indivíduos.

Hoje, vivemos numa sociedade fluida, multicultural e com perspectivas cada vez mais fragmentadas, o que permite o aparecimento de novos contornos existenciais. Essas mudanças trazem em seu bojo cultural novas formas de ser humano que transcendem o ideário tradicional de determinados indivíduos e, muitas vezes, há a prática de violências, preconceitos, perseguições, ou seja, a incapacidade de viver com o outro. O que pode ser feito?

A resposta a essa indagação passa pelo crivo e pela utilização de teóricos que valorizam a dignidade da pessoa humana como parâmetro formativo no processo de convivência interpessoal e na valorização de cada indivíduo, independentemente de sua cultura e do seu lugar social. Há uma

tradição de intelectuais (MARITAIN, 1962; MOUNIER, 1967; FREIRE, 1976,1987; BUBER, 2006; PUIG, 1992; SERRANO, 2002) que pondera o valor de cada indivíduo, de suas expressões culturais e da razão comunicativa como práticas humanísticas.

Assim, o humanismo integral de Maritain (1960, 1962, 1999) serve como fundamentação hermenêutica à importância de todos os seres humanos. Ele tece críticas aos humanismos burguês, socialista e cristão, visto que erram quando veem os indivíduos a partir de um único prisma e, equivocadamente, constroem análises ontológicas, práticas educacionais, exercícios políticos e soluções de problemas a partir de uma mentalidade departamentalizada.

A proposta do humanismo maritainiano considera a dimensão metafísica como um elemento importante na formação do humano. Cada indivíduo deve ser visto como uma pessoa que encontra o significado de sua existência numa localização transcendental. Neste caso, o ser humano tem condições de expandir a sua potencialidade, assumindo historicamente protagonismos e aprendendo a viver na esfera de um comunitarismo integral, em que os direitos humanos são o resultado empírico, fraterno e intelectual do processo de dignificação da pessoa humana.

Neste aspecto, o homem não é visto como uma simples extensão da natureza, mas, como um indivíduo pessoal, cuja identidade lhe confere a possibilidade concreta de se inserir nos processos históricos, exercendo um papel político na transformação da realidade e evocando o princípio da liberdade, da comunidade solidária e da pessoalidade orgânica dos indivíduos.

Esses valores e a própria noção de um humanismo integral engajado estão presentes na filosofia pedagógica de Freire (1987). O que nos permite estabelecer uma inter-relação entre educação, reflexão política e a emancipação do ser humano, visto que, historicamente, contemplamos um processo de opressão, alienação e de desumanização do outro. O humanismo que evocamos é aquele que dignifica a existência humana e luta pelo estabelecimento de relações dialógicas entre os indivíduos.

Portanto, o professor deve considerar a importância e o papel dos valores humanísticos para a sociedade. Diariamente, como um intérprete do legado cultural dos povos via mediação pedagógica, o profissional docente tem o compromisso de viabilizar um discurso ético que prioriza a dignidade humana, os vínculos fraternos, o respeito para com o outro, a convivência pacífica, a reflexão crítica, a comunicação dialógica, a problematização de crenças, o ato de ouvir e de amar, a paciência, a alteridade, e finalmente, a sensibilidade existencial.

Deste modo, a junção dos paradigmas elencados até esse momento (consciência histórica, formação profissional, conhecimento científico-pedagógico e humanismo integral) nos ajuda no mínimo a desenvolver uma análise teórica e uma autoanálise quanto tudo aquilo que compreendemos e exigimos ao discutir sobre identidade, formação e prática docentes.

O encontro dessas vertentes desafia-nos a uma conjugação reflexiva de paradigmas teóricos. Ressalta-se que este ensaio não tem a pretensão de esgotar o tema proposto, pelo contrário, é apenas uma introdução problematizadora de uma temática imprescindível no cenário da educação brasileira e da formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar paradigmas e aspectos estruturantes que constituem a formação e a identidade docente é sem sombra de dúvidas um dos exercícios de reflexão teórica importante para o campo da educação e as necessidades cotidianas presentes na instituição escolar. Isso nos permite discutir e ao mesmo tempo acompanhar o lugar da formação da identidade docente em pesquisas educacionais e o modo como as instituições, a sociedade e os próprios professores significam o ser docente.

Neste ensaio, discutiu-se a noção do ser professor sob perspectiva de que a identidade social de uma pessoa é o resultado de uma relação dinâmica e complexa entre o psiquismo de cada indivíduo e as estruturas simbólicas do ambiente sociocultural, resultando em processos culturais identitários que forjam padrões idealizados para a identidade e o fazer magisterial deste profissional da educação.

Deste modo, considerando a constituição do movimento identitário, concluímos que a identidade docente pode ser estruturada a partir de atributos, saberes e paradigmas fundamentais que auxiliam professores na compreensão de sua profissão e no desenvolvimento diário do seu trabalho. Consciência histórica, profissionalidade docente, conhecimento científico, conhecimento pedagógico do conteúdo e humanismo integral são parâmetros ou aspectos essenciais que devem atravessar e constituir a identidade do professor, transformando-se em referenciais teóricos e valores paradigmáticos que corroboram no exercício da formação docente.

Assim, ser professor, dentre tantos desafios e labores, envolve o ato ler o mundo, de interpretar aspectos políticos, econômicos, culturais e existenciais que perfazem toda a realidade. Entretanto, sua jornada como profissional da educação requer qualidade de conhecimento tanto teórico quanto didático-pedagógico, e é claro, o seu papel não pode ser limitado a esfera da produtividade mecânica, pelo contrário, sua docência é humanística, dialógica, consciente e libertadora, fazendo com que sua profissão seja um dos fazeres humanos essenciais em todos os tempos históricos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. São Paulo: Zahar, 2001.

- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BUBER Martin. *Eu e Tu*. 10 ed. São Paulo: Centauro, 2006
- CANDAU, V. M. F. *Cotidiano escolar e práticas interculturais*. Cadernos de Pesquisa. v. 46, n. 161, p. 802-820, jul./set. 2016.
- CORSI, A. M.; LIMA, E. F. *O início da construção da profissão docente: analisando dificuldades enfrentadas por professoras de séries iniciais*. In: MIZUKAMI, M. G. N.; REALI, A. M. M. R. *Processos formativos da docência. Conteúdos e práticas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- CRECCI, V. M.; FIORENTINI, D. *Desenvolvimento profissional em comunidades de aprendizagem docente*. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 34, E17276, 2018.
- DUBAR, C. *A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, mai./ago. 2012.
- DUBAR, C. *A socialização: a construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAG, B. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papyrus, 1992.
- GROSSMAN, P. L.; WILSON, S. M.; SHULMAN, L. S. *Teachers of substance: subject matter knowledge for teaching*. In: REYNOLDS, M. C. (Ed.). *Knowledge base for beginning teacher*. Great Britain: Pergamon Press, 1989.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HAMMOND, L. D. *A importância da formação docente*. Cadernos Cenpec. São Paulo: v.4, n. 2, p. 230-247, dez. 2014.
- LARROSA, J. *Esperando não se sabe o que: sobre o ofício de professor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarrola, 2004.
- LUDKE, M.; BOING, L. A. *Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes*. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, set./dez. 2004.
- LYOTAR, J. F. *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio, 1986.
- MARITAIN, J. *Princípios duma política humanista*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- MARITAIN, J. *Humanismo integral*. São Paulo: Dominus, 1962.
- MARITAIN, J. *Por um humanismo cristão*. São Paulo: Paulus, 1999.
- MELLOUKI, M. E GAUTHIER, Clermont. *O professor e o seu mandato de mediador, herdeiro e intérprete e crítico*. Educação e Sociedade. Campinas, n 87, v. 25, maio/ago. 2004.

- MIZUKAMI, M. G. N. et al. *Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- MIZUKAMI, M. G. N. *Formadores de professores, conhecimentos da docência e casos de ensino*. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (Org.). *Formação de professores: práticas pedagógicas e escola*. São Carlos: EdUFSCar, Inep, Comped, 2002.
- MIZUKAMI, M. G. N. *Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. S.* Revista Educação. Santa Maria, v. 29, n. 2, p. 33-39, 2004.
- MORGADO, J. C. *Identidade e profissionalidade docente: sentidos e (im)possibilidades*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 793-812, out./dez. 2011.
- MOUNIER, E. *O personalismo*. Lisboa: Moraes, 1967.
- NONO, M. A.; MIZUKAMI, M. G. N. *Casos de ensino e processos de aprendizagem profissional docente*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 83, n. 203/ 204/205, jan./dez. 2002.
- NONO, M. A.; MIZUKAMI, M. G. N. *Processos de formação de professoras iniciantes*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 87, n. 217, p. 382-400, set./dez. 2006.
- NÓVOA, A. *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. São Paulo: SINPRO, 2007.
- NÓVOA, A. *Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.
- NÓVOA, A. *Professores Imagens do futuro presente*. EDUCA Instituto de Educação Universidade de Lisboa Alameda da Universidade. Lisboa, 2009.
- NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- NÓVOA, A. *Pensar la escuela más allá de la escuela*. Con-Ciencia Social, n. 17, p. 27-38, 2013
- NÓVOA, A. *Profissão professor*. Porto: Porto, 1992.
- NÓVOA, A. *Vidas de professores*. Porto: Porto, 1992.
- NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998.
- PLACCO, V. M. N. S.; SILVA, S. H. S. *A formação do professor: reflexões, desafios e perspectivas*. In: BRUNO, E.B.G., ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. (Org.). *O coordenador pedagógico e a formação docente*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- RUSEN, J. *Razão histórica: teoria da histórica: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- SACRISTÁN, J. G. *A educação que temos, a educação que queremos*. In: IMBERNÓN, F. (Org.). *A educação no século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

- SAVIANI, D. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Revista Brasileira de Educação. Curitiba, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.
- SAVIANI, D. *A Pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados. 2012.
- SCHON, D. A. *The reflective practitioner*. New York: Basic Books, 1983.
- SCHON, D. A. *Educating the reflective practitioner*. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.
- SERRANO, G. P. *Educação em valores: como educar para democracia*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SHULMAN, L. S. *Knowledge and teaching: foundations of the new reform*. Harvard Educational Review, v. 57, n. 1, 1987.
- SHULMAN, L. S. *Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma*. Cadernos Cenpec. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196-229, dez. 2014.
- SHULMAN, L. S., SHULMAN, J. H. *Como e o que os professores aprendem: uma perspectiva em transformação*. Cadernos Cenpec. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 120-142, jan./jun. 2016.
- TARDIF, M.; MOSCOSO, J. N. *A noção de “profissional reflexivo” na educação: atualidade, usos e limites*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 48, n. 168 p. 388-411, abr./jun. 2018.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002
- TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. *Esboço de uma problemática do saber docente*. Teoria e Educação. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 215-253, 1991.
- VIEIRA, M. M. S. *Tornar-se professor em uma escola confessional: um estudo sobre a constituição identitária na perspectiva da dimensão da espiritualidade*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.
- WILSON, S. M.; SHULMAN, L. S.; RICHERT, A. E. *150 different ways' of knowing: representations of knowledge in teaching*. In: CALDERHEAD, J. (Ed.). *Exploring Teachers' Thinking*. London: Cassel Educational Limited, 1987.
- YOUNG, M. F. D. *Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI?* Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 46, n. 159, p. 18-37, jan./mar. 2016.



REDM
ISSN: 2176-5804

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO INTERIOR DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS

Karla Fabiana Gomes da Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFMT
Assessora Jurídica (TJMT) e Professora de Direito Civil e Metodologia Científica (Faculdade
Unicentral)
Karlafabianagds@gmail.com

Geruza Silva de Oliveira Vieira

Mestre e doutora em Sociologia
Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso
Professora permanente do Programa de Mestrado em Política Social-PPGPS/UFMT
Pós doutoranda em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
– PUC/Goiás
geruza.vieira@ufmt.br

RESUMO

Este artigo analisa a violência que as mulheres enfrentam nas instituições sociais brasileiras, ou seja, a violência institucional. São utilizados dados de pesquisa bibliográfica em teses, artigos, periódicos e livros. A abordagem utilizada é qualitativa e sob a forma de texto descritivo. Para tanto, faz-se um estudo das teorias feministas de gênero e masculinidade dialogando com a categoria trabalho no capitalismo, com destaque aos locais institucionais.

Palavras-chave: Instituições Sociais. Gênero. Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT

This article analyzes the violence that women face in Brazilian social institutions, that is, institutional violence, from a theoretical-practical perspective, the treatment of domestic violence against women by Brazilian social institutions. Bibliographic research data are used in t-articles, theses, articles, journals and books. The approach used is qualitative and in the form of a descriptive text. A reflection on the relationship between colonialism and patriarchy and the role of institutions is presented, consisting of improving their management to care for victims and minimizing or overcoming institutional violence. To this end, a study is carried out on the analysis of feminist theories of gender and masculinity, dialoguing with the category of work in capitalism, with emphasis on institutional locations.

Keywords: Social Institutions; Genre; Violence Against Women.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a violência institucional contra a mulher brasileira. Esse tipo de violência recebe esse nome porque a sua prática acontece “principalmente nas instituições estatais, como aquelas prestadoras de serviço público e são toleradas ou reproduzidas pelo próprio Estado” (SILVA, 2021, p. 48). Essa situação reduz a liberdade de circulação da mulher, pois a sua segurança não é garantida nem mesmo dentro das instituições supostamente criadas para atendê-las e/ou protegê-las.

O interesse no desenvolver um estudo sobre o tema exposto neste trabalho se deu durante uma aula da Disciplina de Trabalho e Questão Social, no Mestrado, em que se debatia o papel das instituições sociais no combate ao racismo. Resultado disso foi a seguinte indagação: as atitudes das instituições sociais de exclusão das mulheres da participação efetiva na sociedade e a falta de uma repressão mais severa contra agentes públicos que ofendem a integridade física e psicológica das mulheres se enquadrariam como “violência institucional contra a mulher”. Assim, após um longo diálogo de orientanda e orientadora chegamos a um consenso acerca do objeto de estudo – a violência contra a mulher no interior das instituições sociais brasileiras, fazendo um recorte da análise para o Estado, mercado e família.

Uma espécie de violência institucional muito recorrente no território brasileiro é a obstétrica, na qual as pacientes gestantes e parturientes são submetidas a “casos de gritos, xingamentos, tapas, empurrões e humilhações” por profissionais médicos (PULHEZ, 2021, p. 72). Ana Flávia Pires Lucas D’Oliveira (2010), em sua tese de Doutorado, realizou uma pesquisa acerca da violência institucional em maternidades públicas e a partir dos resultados obtidos no estudo de campo, consistente na entrevista semiestruturada com vinte e um participantes, mulheres puérperas, pacientes de maternidades públicas e de 18 profissionais de saúde, ambos do Estado de São Paulo, constatou o reconhecimento por parte de todos os entrevistados da ocorrência desse tipo de violência – tratamento discriminatório e grosseiro. No entendimento dos participantes, isso acontecia devido a formação pessoal e profissional, bem como pela ausência de uma punição para tais práticas. Os dados revelaram, ainda, a banalização por parte das instituições perante às ocorrências de violência.

Um documento publicado pela Fundação Perseu Abramo (2010) aponta que 25% das 2.365 (duas mil, trezentas e sessenta e cinco) mulheres entrevistadas, residentes nas vinte e cinco unidades da federação, afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no decorrer de um atendimento ao parto. No que diz respeito ao local do parto, 74% foi experienciado na rede pública. Dentre as frases mais ouvidas foram encontradas as seguintes: “não chora não que ano que vem você está aqui de novo (...) na hora de fazer não chorou/ não chamou a mamãe (...) por que está chorando agora? (...) se gritar eu paro agora o que eu estou fazendo (...)” (p. 177).

Além da violência obstétrica citada, vale mencionar que devido à repercussão de um caso de desrespeito de alguns profissionais da área jurídica numa audiência de instrução em julgado em que se ouvia a vítima do crime de estupro Mariana Ferrer, em total descrédito com as suas declarações e vulnerabilidade foi sancionada a Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021, que recebeu o seu nome¹.

¹ BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Lei Mariana Ferrer. Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm. Acesso em: 11 fev. 2022.

Essa norma prevê um aumento de pena para sujeitos processuais que não zelarem pela integridade física e psicológica das vítimas, sob pena de responderem civil, penal e administrativamente.

Não podemos deixar de mencionar a inexpressiva participação das mulheres em cargos de poder e tomada de decisão. Ceribeli, Rocha e Pereira (2017) no artigo intitulado “Mulheres em cargos de chefia: desafios e percepções”, após a realização de entrevistas com mulheres ocupantes de cargos de chefia em organizações brasileiras, concluíram que o sexo feminino ainda enfrenta desafios provocados pelo machismo no ambiente de trabalho. As entrevistadas declararam a dificuldade de ascensão na carreira, legitimação na liderança e na conciliação da vida pessoal e labor.

Conforme indicado no informativo de estatística de gênero divulgada pelo IBGE-edição 2021, as mulheres representaram somente 37,4% dos cargos gerenciais no ano 2019. No setor público, elas representavam 14,6% das polícias militares e civis das Unidades da Federação, ao final de 2018, e somente 7,1% delas tinham participação nos cargos ministeriais do governo, em 2019. Na seara familiar, em 2019, o tempo de dedicação aos cuidados e afazeres domésticos realizados equivale ao dobro de tempo efetivado por homens, ou seja, 21,4 horas contra 11,0 horas (IBGE, 2021).²

Com base nestas considerações preliminares, objetiva-se nestes escritos discutir sobre a violência institucional contra a mulher brasileira. Com o intuito de atingir essa finalidade, os objetivos específicos estão concentrados em explicar sobre as categorias principais, quais sejam: gênero, masculinidade, trabalho no capitalismo e violência doméstica contra a mulher.

O trabalho está organizado em duas seções, a saber: 1) Trabalho no Capitalismo, Gênero e Masculinidades e; 2) Violência doméstica contra a mulher: o papel das Instituições sociais (Estado, família e trabalho) na prevenção e combate.

TRABALHO NO CAPITALISMO, GÊNERO E MASCULINIDADES

A decisão de trabalhar no primeiro subtítulo as categorias trabalho no capitalismo, gênero e masculinidades foi tomada porque a complexidade da violência contra a mulher dentro das instituições sociais exige uma abordagem que se aproxime da realidade daquelas que sofrem a violência, mulheres usuárias do sistema público, trabalhadoras fora ou dentro de casa, mães ou filhas.

Ou melhor, entendimento do trabalho no sistema capitalista permite visualizar a contribuição dele nesse quadro, na medida em que se apropria da desigualdade de gênero e não se preocupa em combater a divisão sexual do trabalho e as diferenciações salariais e de um maior acesso às mulheres ao mercado de trabalho e principalmente na ocupação de posições de chefia, gerência ou autoridade.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

O que se percebe é uma “dominação masculina” de espaços de poder na sociedade, que vai desde a família até o mercado e órgãos/cargos públicos.

Marx (2013), na sua obra “O Capital”, realizou um estudo sobre o modo de produção capitalista. De acordo com esse autor, o desenvolvimento de tudo vai ser orientado no processo de trabalho desde a busca e a apropriação de conhecimento tais como a atividade teleológica, a matéria e os meios de trabalho, estes se relacionam com o instrumento de trabalho, condições que se tem em determinado momento sócio-histórico. A finalidade da produção capitalista é o lucro, se apropriando do excedente (mais-valia).

A lógica do sistema capitalista está atrelada à liberdade que o capitalista tem para desenvolver o seu negócio, adquirindo matéria-prima e produtos, enaltecendo máquinas e estabelecimentos, sem se importar com o trabalhador, o que deflagra num exército de reserva que, embora livre para o labor, aflige-se quando não lhe é dada a oportunidade. O exército industrial de reserva que Marx se refere é utilizado graças ao efeito da acumulação do capital, substituição progressiva de trabalhadores adultos, maduros, masculinos por mão-de-obra feminina ou de adolescentes/infantis, intensificando a produção, mas com o mesmo gasto. Esse modo de produção é também assinalado como forma de determinação social, do consumo, da produção social mediada pelo dinheiro, que envolve a objetividade e a subjetividade social (MARX, 2013).

É com base nessa colocação e também da análise de acontecimentos posteriores aos estudos de Marx que Antunes e Braga (2015) destacaram que o ingresso do sexo feminino em maior proporção no mercado de trabalho não significa uma absoluta conquista de espaço ou de reconhecimento na sociedade, pois essa presença ocorre principalmente em serviços precarizados e são os mais prejudicados pelos cortes e reformas trabalhistas, ou seja, em períodos de crise. Veja-se também que

esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 2009, p. 105).

Indo um pouco mais além, porque estamos tratando aqui principalmente das mulheres trabalhadoras e clientes dos serviços públicos, é preciso ter em conta que, sobretudo as negras, sofrem com maior intensidade opressão do gênero, raça e a exploração em seu trabalho, em comparação com

as mulheres que ocupam as classes dominantes e aos homens negros (BEHRING; BOSCHETTI; LIMA, 2018, p. 201).

Nessa linha de intelecção, faz-se mister conceituar as categorias gênero e masculinidade para compreensão do elo e as ideologias que os mantém firmes na sociedade. O “gênero” consiste no estabelecimento de maneira prévia a respeito da relação social de indivíduos dentro da sociedade (SAFIOTTI; ALMEIDA, 1995). Segundo Cisne e Santos (2018), trata-se de uma construção social e cultural sobre o sexo biológico, masculino e feminino.

A categoria masculinidade, de acordo com um posicionamento predominante também é construída socialmente e tem como base estrutural o poder, que varia de acordo com a sociedade histórica e a cultura de cada um dos indivíduos. Trata-se da denominada “masculinidade patriótica”, de ordem internacional na política de cada nação, pela supremacia dos interesses e ideologias masculinas e o militarismo objetivados na dominação – homem branco e hétero. (JESUS, 2014, p. 321).

Para Borrillo (2009), a divisão do trabalho possui caráter masculinizado e essa mesma cadeia produtiva é composta de vários tipos de masculinidades, a depender de qual “homem” estereotipado se está falando, no interior das classes, ou seja, se é branco ou negro, uma vez que participam de formas diferentes no contexto de dominação (JESUS, 2014).

Vale mencionar outros dois autores que também se debruçaram sobre este tema da masculinidade, porém se utilizando de uma terminologia diferente. Bourdieu (2002), por exemplo, refere-se à “dominação masculina” e a enquadra como espécie de violência simbólica. Na sua concepção, a sociedade serve-se da diferenciação de características dos corpos femininos para justificar inclusive a divisão social do trabalho. Ou melhor, as “regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres” (BOURDIEU, 2002, localização 17). A fim de que fique clara a acepção do referido autor, transcreve-se um trecho no qual traz com exatidão o quadro mencionado, de que a

primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como os esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendententes. (BOURDIEU, 2002, p. 22).

Do mesmo modo, Bandeira (2014) reforça a importância do estudo da dominação masculina; porém, associada ao patriarcado, gênero e outros elementos. Por oportuno:

Dessa forma, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher. Apesar das fragilidades que ambos os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como das críticas que lhes são atribuídas, ainda assim trazem consigo significados e desdobramentos importantes para que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares, uma vez que não está rompida a máxima: ‘em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher’. Se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia. (BANDEIRA, 2014, p. 457).

Em outras palavras, “não é possível falar sobre masculinidade e poder sem tratar da masculinização institucionalizada das elites estatais, a diferenciação de gênero de partes do aparato de Estado e a história das estratégias dos Estados pelo controle de população” (JESUS, 2014, p. 319).

Esse estudo da categoria trabalho no sistema capitalista, gênero e masculinidades permitiu até aqui compreender o porquê da necessidade de uma análise dos lugares que produzem as práticas de masculinidades nas relações de gênero, quais sejam, as instituições sociais (Estado, mercado de trabalho e a família).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS (ESTADO, FAMÍLIA E TRABALHO) NA PREVENÇÃO E COMBATE

Partindo do pressuposto de que as relações dos indivíduos com a sociedade são mediadas por instituições, este subtítulo se concentrará no Estado, família e trabalho, as quais estão presentes na vida da maioria das pessoas. As instituições exercem influências diversificadas e podem provocar mudanças no trajeto pessoal de cada sujeito, a depender das relações estabelecidas e o contexto histórico (CISNE, 2015).

O Estado no capitalismo possui um caráter de ocupação focalizada em garantir a liberdade e igualdade formal e a proteção da propriedade privada, bem como opera de modo a admitir ideologias de dominação ou empregar violência física repressiva. Estado este que se manifesta em favor de uma classe ou de outra, a depender das condições excepcionais ou de anormalidade. Assim, os conflitos são institucionalizados, a título de exemplo, no poder judiciário (ALMEIDA, 2019).

O Estado enquanto conjunto mediado de instituições coletivas e sociedade civil não se esforça para conceber aos cidadãos a vontade real, criando leis que têm em seu íntimo fazer valer os interesses da classe dominante – a propriedade privada (MARX; ENGELS, 2007).

Já, no que pertence ao mercado, Antunes (2015) pontua que a maneira como as instituições se organizam colaboram diretamente com o modo de vida das mulheres que desempenham suas atividades naquele espaço. Desse modo, quando a instituição impede ou é omissa quanto a respeitar ou possibilitar as decisões das mulheres repercute no campo psicológico destas e também impede

novas formas de reestruturação social, causando, ainda, prejuízos para a máxima aptidão das habilidades.

Bandeira (2014) complementa quando diz que as equipes responsáveis pelo atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência precisam estar assentadas no apoio integral e ético, com agentes capacitados e comprometidos o suficiente com as transformações socioculturais, pois a “coibição, a prevenção e o atendimento à violência de gênero exigem reflexões e atuações multissetoriais e multidisciplinares, que incidam diretamente na estrutura e conjuntura do fenômeno” (BANDEIRA, 2014, p. 467-468).

Lerner (2019, p. 386-387) indica que a luta pela emancipação das mulheres aponta que a sociedade ainda precisa assegurar direitos mínimos de

liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo; autodeterminação; e autonomia. Liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo significa liberdade das restrições biológicas e sociais. Autodeterminação significa ser livre para decidir o próprio destino; ser livre para definir seu papel social; ter a liberdade de tomar decisões referentes ao próprio corpo. Autonomia significa conquistar o próprio status, não obtê-lo por meio de herança ou casamento; significa independência financeira; liberdade de escolher seu estilo de vida e vivenciar sua orientação sexual – tudo isso sugere uma transformação radical de valores, teorias e instituições existentes.

As instituições têm o papel de sustentação da estabilidade dos sistemas sociais, e para que isso aconteça é preciso o desenvolvimento da capacidade de chamar para si os conflitos e solucioná-los por meio de normas efetivas. Contudo, o que se vê é a utilização da coerção de operações militares para resolver as lides (ALMEIDA, 2019). Um desabafo muito eloquente e que não poderia faltar é o de Segato (2012, p. 128), quando frisa que

o Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia. O advento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula. O polo modernizador da República, herdeira direta da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita autonomias, irrompe na vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com outra introduz os princípios do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, conjuntamente com o racismo que submete os homens não brancos ao estresse e à emasculação.

A violência e desigualdade de gênero não fica alocada apenas nas relações conjugais, familiares ou individuais (CISNE; SANTOS, 2018). A pessoa do sexo masculino é a autora de crimes desta natureza, onde não há relação com patologia, mas sim devido a estrutura patriarcal do casamento e papéis de gênero (SOARES, 1999). Dentro das lutas de classe, o capitalismo com essa apropriação do patriarcado, acaba refletindo nas desigualdades entre homens e mulheres (LOSURDO, 2015).

Kergoat (2009) ressalta que apesar de o Estado firmar um contrato social - norma para resolver problemas sociais - como é o caso da Lei Maria da Penha, a sua consolidação acontece no eixo abstrato que não pode se autorregular e faz os questionamentos do porquê de não se tornar eficaz na realidade destas mulheres:

Não seria também uma concepção de mundo ligada a certas normas de conduta que se efetivou como 'força material', que se concretizou em instituições (família, Estado, escola, medicina) e em comportamentos, ajudando a 'cimentar' um modo de vida? Se a ideologia constitui, não simplesmente um conjunto. As relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis e formam, epistemologicamente, um sistema. A análise em torno desse sistema busca, por um lado, compreender historicamente como as relações sociais materializaram-se nas instituições e legislações que, comumente, reproduzem e legitimam as relações de forças entre os grupos num determinado momento histórico; por outro, apresentar as novas tensões geradas, buscando entender de que modo elas deslocam as questões e possibilitam a deslegitimação de regras, normas e representações consideradas naturais. Nesse sentido, o debate não se encontra apenas no campo epistemológico, mas também no político.

Por outro lado, embora a prática seja diversa do esperado, não se pode desconsiderar que a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), representa um marco legal da conquista das lutas de grupos de mulheres e feministas, pois denomina o crime, traz publicidade e deflagra e reafirma a discussão. O artigo 7º desta lei, nos incisos I ao V, apresenta uma definição jurídica das formas de violência (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial):

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Almeida (2007) preceitua que os diversos usos semânticos refletem em nomes distintos, quais sejam, a violência doméstica, violência contra a mulher, violência intrafamiliar, violência familiar, violência de gênero e violência conjugal. O fato de o feminicídio ser recorrente no século XXI traz para nós a reflexão de que a violência de gênero está em constante movimento e apenas modifica a sua forma, não podendo dizer que houve um abandono das estruturas passadas de hierarquização e estabelecimento dos papéis femininos e masculinos no âmbito da família (BANDEIRA, 2014).

A violência é tida pelo senso comum como lesão física. Todavia, é preciso ponderar que a divisão racial e sexual do trabalho e a monopolização do poder também se inserem como na condição de violência social, e isso contribui para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres. Tal situação é perceptível quando se analisa os índices de violência contra a mulher, situação que não é enfrentada nas suas origens, quais sejam, a educação direcionada para a eliminação do machismo e a heteronormatividade, por exemplo. (SCHWARCZ, 2019). Cisne e Santos (2018, p. 75) definem a violência de gênero como uma expressão da questão social, numa sociedade dotada de Ideologias “historicamente construídas e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão”

A teoria marxista parte do pressuposto de que homens e mulheres são teoricamente livres para constituírem a si próprios e a sociedade. Essa liberdade, no capitalismo, é restringida na sua práxis, pois encontram limites na sua condição dentro da sociedade, mais especificadamente com a divisão social do trabalho. Ao final, propõe que a emancipação humana somente seria possível no chamado “reino da liberdade”, sem o capital e suas características – exploração, propriedade privada e alienação (RAFAEL, 2020a). Apesar de não significar o fim da opressão de gênero, a extinção do capitalismo permitirá novas condições histórico-sociais, por ventura mais igualitárias, graças à libertação da opressão de classe (ANTUNES, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher não é apenas um problema de gênero – homens *versus* mulheres, atores do fenômeno –, justamente porque eles estão sob uma pressão sócio-histórica – sociedade, economia e política. O homem viril é visualizado na sociedade como o tipo específico a ser seguido e encontrado desde a colonização, ocupando as funções basilares da economia, bem como as instituições da época que, ainda hoje, são constituídas em sua maioria pelo sexo masculino – escola, igreja, exército –, segregando e moldando esses indivíduos na figura da “masculinidade hegemônica”, que não reproduz certos comportamentos. (JESUS, 2014).

Essa ocupação majoritariamente masculina contribui para a disseminação de sociedades que desrespeitam, perseguem e violentam mulheres. Casos concretos demonstram essa afirmação, tal qual

a tomada do Afeganistão pelo Talebã, mais uma vez em agosto de 2021 (BBC NEWS, 2021)³, quando a vida e direitos das mulheres de estudar e trabalhar foram postos a prova. Aqui no Brasil o caso da Presidenta Dilma Rousseff que teve um governo marcado pela misoginia que trouxe consigo os estereótipos de gênero para o debate político (BIROLI, 2018). É por esses motivos que politizar os homens não irá libertar somente as mulheres, mas eles próprios do mandato de masculinidade, pois embora o agressor se valha de alguns privilégios conferidos por esta última dentro da sociedade, do outro lado também gera sofrimento e infelicidade para aqueles que discordam dessa ideologia e que gostariam de viver segundo as suas subjetividades e sociabilidade natural dos gêneros.

Na situação pandêmica da Covid-19 muitas leis foram promulgadas, mas teve pouco investimento em medidas de prevenção e tratamento dos casos com as normas já vigentes. Nesse âmbito, por via das redes de enfrentamento, o Brasil, no período de 1º a 25 de março de 2020, registrou um crescimento de 17,97% nas denúncias de violência contra a mulher, registradas em ligações nos serviços “Disque 100” e “Ligue 180” (BRASIL, 2020).⁴

A prevalência de interesses de uma única classe dentro das instituições faz com que ela seja hegemônica e suas demandas sejam resolvidas em maior grau que a outra, ocultando as formas de discriminação existentes (ALMEIDA, 2019). Assim, “as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais (...) acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais” (BANDEIRA, 2014, p. 457).

Diante da avaliação feita nesse estudo, verificamos a urgência de normas que regulamentem e punam as omissões e práticas que deflagram na violência psicológica ou física em desfavor das mulheres, mas para que isso aconteça faz-se necessário levar em conta as categorias estruturantes dessa problemática – trabalho, gênero, raça e masculinidades.

Nesse ano de 2022 estamos presenciando ataques e discussões diversas na população acerca das instituições sociais que integram o Estado. Isso afeta diretamente as mulheres e, também, os homens pertencentes à “masculinidade marginalizada”, que é a parcela dos negros e/ou homossexuais que, embora não pertençam totalmente à “masculinidade hegemônica”, detêm apenas uma característica dominante (o sexo masculino), sobretudo porque são maioria no quadro de pessoas que necessitam de uma atuação e defesa institucional. Podemos dizer, portanto, que Brito o entendimento de (2007), de fortalecer as instituições, beneficiará a integridade física e psicológica das mulheres,

³ BBC NEWS (British Broadcasting Corporation). *Afeganistão*: Como era a vida das mulheres antes do Talebã. Publicado em 6 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58450823>. Acesso em: 19 out. 2021.

⁴ BRASIL. Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-par-a-canal-de-denuncia-de-violenciadomesticanaquarentena#:~:te xt= D e%20acor do%20com%20dados%20do,de%20viol%C 3%AAnCIA %20co ntra%20a%20mulher>. Acesso em: 13 nov. 2020.

uma vez que esses espaços são calcados para protegê-las, exigindo, assim que seja colocado em prática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. M. *Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Ciências).

ALMEIDA, S. de S. Essa violência maldita. In: ALMEIDA, S. de S. (org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. Boitempo, 2015.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, 2017.

BBC NEWS (British Broadcasting Corporation). *Afeganistão: Como era a vida das mulheres antes do Talebã*. Publicado em 6 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58450823>. Acesso em: 19 out. 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.; LIMA, R. de L. de. *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo, 2018.

BORRILLO, Daniel. *A homofobia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Ebook. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. *Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-par-a-canal-de-denuncia-de-violenciadomesticanaquarentena#:~:text=D+e+o+com+dados+do,+de+viol%C3%Aancia+co+ntre+a+mulher>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. *Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021*. Lei Mariana Ferrer. Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo. Disponível em:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm. Acesso em: 11 fev. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/ lei/11 13 40.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11_13_40.htm). Acesso em: 8 ago. 2021.
- BRITO, C. de. *Eu sou angoleiro, um estilo mandigueiro de masculinidade-capoeira, gênero e corporalidade*. Boitató, v. 2, n. 4, p. 123-148, 2007.
- CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V. L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im) postos ao Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, p. 447-466, 2017.
- CERIBELI, H. B.; ROCHA, G. B. D. S.; PEREIRA, M. R. Mulheres em cargos de chefia: desafios e percepções. *Diálogo*, n. 36, p. 09-24, 2017.
- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.
- COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados: Editora UFGD, 2019.
- FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. 2010. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf. Acesso em 02 ago. 2022.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.1992. Parte II.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.
- JESUS, D. S. V. D. *Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 109, p. 309-364, 2014.
- KERGOAT, D. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: EDUNESP, 2009.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOSURDO, D. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. Ebook. São Paulo: Boitempo, 2015.

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PULHEZ, Mariana Marques. Violência obstétrica no Brasil: controvérsias em torno de um conceito. *CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 33, p. 64-91, 2021.
- RAFAEL, J. C. *Liberdade em questão: fundamentos teóricos e políticos*. Cuiabá: EdUFMT, 2020a.
- SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEGATO, R. L. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-cadernos ces, n. 18, 2012.
- SILVA, Débora Alexia Coelho da. *Violência institucional contra a mulher*. 2021. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- SOARES, B. M. *Mulheres invisíveis: Violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



REDM
ISSN: 2176-5804

ENTRE CONDIÇÕES E SITUAÇÕES: CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS PARA LER E FALAR DE JUVENTUDES

Zizele Ferreira dos Santos

Programa de Pós-graduação em Educação-Universidade Federal de Mato grosso (PPGE/UFMT)
ferreirazizele@gmail.com

Candida Soares da Costa

Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação-Universidade Federal de Mato grosso
(PPGE/UFMT)
candidasoarescosta@gmail.com

RESUMO

Este artigo reflete sobre os conceitos e percepções que orientam os estudos e tomada de decisões sobre juventudes. É resultado da tese intitulada *Modos de Vidas: juventudes do quilombo de Morrinho, Poconé-MT*. As juventudes aqui são compreendidas como sujeitos sociais na expectativa de refletir sobre as tessituras, tramas e representações de suas realidades - o cotidiano -, compondo um olhar sobre o “não-dito”, mas explícito, nas relações entre esses indivíduos e a comunidade nos preparativos das Festas de Santo. Os dados são oriundos de uma pesquisa que se ancorou na perspectiva metodológica da sociologia da vida cotidiana. O que nos interessa não é definir o que é ser jovem, mas entender as realidades e nos questionar acerca da maneira como constituem seus modos de vidas concernentes às manifestações da africanidade brasileira que os toma como seres fundamentais para a vida comunitária. Apontamos que, a partir da percepção da filosofia africana Ubuntu, é possível identificar o *ethos* dessas culturas juvenis, elemento-chave para a construção de sua unidade enquanto Ser integrado à composição no mundo, na harmonia com tudo que nos cerca. Esses modos de vidas apontam para a possibilidade de emprendermos esforços pela implementação de uma Educação Escolar Quilombola que se pautem em propostas de educação pluriversal, atenta às formas de educar presentes nas comunidades quilombolas, espaços que se mostram formadores de conteúdos de vidas.

Palavras-chave: Juventudes. Quilombolas. Cotidiano.

ABSTRACT

This article reflects on the concepts and perceptions that guide studies and decision-making about youth. It is the result of the thesis entitled *Ways of Lives: Youths from the quilombo of Morrinho, Poconé-MT*. The youths here are understood as social subjects in the expectation of reflecting on the textures, plots and representations of their realities - the daily life -, composing a look at the "unspoken", but explicit, in the relationships between these individuals and the community in preparations for the Festas de Santo. The data come from a research that was anchored in the methodological perspective of the Sociology of Everyday Life. What interests us is not to define what it is to be young, but to understand the realities and question ourselves about the way they constitute their ways of life concerning the manifestations of Brazilian Africanness that takes them as fundamental beings for community life. We point out that, from the perception of the Ubuntu African Philosophy, it is possible to identify the ethos of these youth cultures, key elements for the construction of their unity as a Being integrated into the composition in the world, in harmony, with everything that surrounds us. These ways of life point to the possibility of making efforts for the implementation of a Quilombola School Education that is based on pluriversal education proposals, attentive to the ways of educating present in the quilombola communities, spaces that are shown to form the contents of lives.

Keywords: Youth. Quilombolas. Daily.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta reflexões acerca da necessidade e das concepções que tornam a África centro para a observação de filosofias do vivido nos modos de vidas de jovens quilombolas da Comunidade Rural Negra Quilombo¹ Morrinho,² em Poconé-MT, e é resultado de uma tese defendida na Universidade Federal de Mato Grosso, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de concentração Educação, na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular e vincula-se ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT).

O estudo relaciona-se à questão da valorização da cultura africana e afro-brasileira e à construção histórica da narrativa de nação brasileira a partir do olhar das populações negras, ou seja, de uma das três vertentes civilizatórias responsáveis pela sua fundação, especificamente os modos de vidas das juventudes quilombolas.

A tese *Modos de Vidas: Juventudes do quilombo de Morrinho, Poconé-MT* se vincula ao projeto denominado *Educação Quilombola: Festas, Memórias e Tradições*,³ que está sendo desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (NEPRE-UFMT). O objetivo do projeto é analisar os conhecimentos nos quais têm se ancorado os processos de preparação das Festas de Santo,⁴ com vistas a subsidiar a organização do currículo e do trabalho docente. Os dados deste estudo demonstram que a aliança entre escola e comunidade é perfeitamente possível pelo acesso e adoção de novas epistemologias, processos pedagógicos, tecnologias educacionais e outros procedimentos que possibilitem a compreensão do conhecimento como parte da dinâmica da vida.

A referida tese se trata de uma pesquisa social, de abordagem qualitativa, na qual adotamos a perspectiva metodológica da sociologia da vida cotidiana à luz da filosofia africana Ubuntu para compreensão das realidades. Utilizamos para análise dados coletados pelo projeto *Educação Quilombola: Festas, Memórias e Tradições*, as fotografias e dados da observação participante, pois

¹ O Decreto nº 4.887/2003 que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, define: Art 2. São reconhecidos como remanescentes de comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

² A Comunidade Negra Rural Quilombo Morrinho foi certificada em 2005 pela Fundação Cultural Palmares (Processo nº 01420.001769/2005-80). O acesso à Comunidade Morrinho se dá pelas fazendas Tairosa e Esperança. A comunidade está compreendida nos fundos das Fazendas Santa Rita I, II e III e Santa Delmira.

³ O projeto foi aprovado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016.

⁴ Festas de Santo resultam de dinâmicas culturais e religiosas que, no Brasil, se dá desde o período colonial. Em Mato Grosso, muitas festas populares são realizadas por comunidades negras e comunidades quilombolas. O projeto *Educação Quilombola: Festas, Memórias e Tradições*, no qual a tese se insere, identificou que as festas de santo ocupam espaço no “calendário” das festas populares, constituindo-se como um importante acontecimento nas regiões brasileiras no decorrer de cada ano.

estivemos em campo. Como resultado, cinco capítulos são apresentados, tecendo conceitos a respeito das pluriversalidades, juventudes, revisão sistemática de literatura e do modo de viver Ubuntu à luz de teóricos que compreendem História, Política e Antropologia como espaços de reflexão, revelando os trânsitos juvenis enquanto constituem seus modos de vidas em Morrinho. O álbum fotográfico é a chamada constante para o cotidiano dessas jovens e desses jovens.

O interesse pela temática das juventudes e das questões raciais surge a partir das vivências da pesquisadora como mulher negra e como professora, provocada pelas experiências com gerenciamento e elaboração de projetos voltados às juventudes de Promoção da Igualdade Racial no norte e médio-norte de Mato Grosso, e também se aproximando da temática quilombola durante a participação, como colaboradora, no curso de “Formação de Professores das Comunidades Remanescentes de Quilombo” (2014), oferecido pelo NEPRE-PPGE-UFMT, núcleo do qual sou integrante.

Entre 2014 e 2016, durante o mestrado em Educação, foi realizada uma pesquisa na Comunidade Negra Rural Quilombo Morrinho (Poconé-MT), quando, oportunamente, debruçamos-nos sobre uma discussão acerca da juventude negra quilombola do estado de Mato Grosso e as políticas públicas, em que procuramos não só compreender, mas investigar como se constituíram os processos que possibilitaram a construção desta rede significativa de relações socioculturais, políticas e econômicas quilombolas, identificando e expondo como o estado se dispunha neste cenário (SANTOS, 2016).

A caminhada pela aprovação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na UFMT, entre 2013 e 2016, revelou como estamos, enquanto sociedade e academia, longe da reparação das discriminações raciais e imersos em inverdades e dilemas biológicos sobre o outro, profundamente enraizados de forma estrutural em todas as esferas sociais. Além disso, a pesquisa e a experiência como pesquisadora, coordenadora do movimento social Coletivo Negro Universitário UFMT e presidenta do Conselho de Políticas de Ação Afirmativa da UFMT trouxeram à tona as condições juvenis de um segmento populacional negro que procurou sempre meios de ultrapassar as barreiras e dificuldades que impossibilitaram o exercício de sua cidadania. Verificamos na pesquisa, por exemplo, o interesse dos jovens pelos estudos como forma de melhorar a qualidade de vida em sua comunidade.

O olhar sobre a juventude negra como problema é uma das facetas do racismo, já que impede o avanço para um entendimento acerca da potência que essa juventude carrega para além dos limites impostos pela ausência do Estado, pelo racismo e pelo olhar colonizador. Neste sentido, Pais (2016a) propõe uma reflexão a respeito das tramas do cotidiano, pois é imprescindível que haja simbolismos capazes de nos fazer enxergar o não dito (implícito) nas relações entre os indivíduos. A sociologia da vida cotidiana toma o olhar como um recurso extraordinário, visto que é uma perspectiva

metodológica que reconhece o dia a dia, a rotina como um espaço de resistências e infindas lutas sociais, sendo que a “[...] vida cotidiana é um terreno onde se vive a experiência antropológica do olhar, de uma vadiagem do olhar que, só com sensibilidade teórica, consegue captar o que se oculta no que é visível” (PAIS, 2014, p. 308).

Em nosso percurso de pesquisa, aproximamos o conceito de Modos de Vidas, aplicando-o a juventudes negras quilombolas, tendo como meta ultrapassar o entendimento das populações negras submerso ao de classe social.

Embora a sociologia, antropologia e geografia atribuam demasiada importância ao conceito de modo de vida, existiram interposições entre o final do século XIX e meados dos anos de 1990 para sua compreensão conceitual. Neste momento, não há uma definição específica que possa ser reivindicada, já que está em curso a sua interpretação e os elementos constitutivos em um contexto marcado por demandas que, embora sejam históricas, somente agora ganham maior visibilidade no Brasil. Lobo (1994) e Nabarro (2014) apontam que esses estudos estabeleceram uma limitação à compreensão dessa categoria apenas como reprodução social e material da classe trabalhadora, operária fabril.

Lobo (1994) retrata que essa restrição se deve à inserção de novas pautas concernentes às condições sociais. No pensamento sociológico moderno, temáticas como feminismo e diferenciações de gênero alicerçaram e consolidaram, entre o final do século XIX e início do XX, a ampliação e evolução para essas três áreas das ciências sociais. Isso significa que esses avanços ainda estão acontecendo, como a própria inclusão de novos elementos constitutivos ao conceito de modo de vida (NABARRO, 2014).

A partir dos anos 1990, pesquisas sobre Modo de Vida inserem, em suas análises, elementos como as práticas culturais, linguagens, sociabilidade, o sagrado e a religiosidade, entre outros componentes, em busca de entender como a vida cotidiana se realiza no urbano e no rural. Guerra (1993) e Nabarro (2014) alertam que essa concepção deve ser entendida a partir de uma perspectiva que se amplia responsável, considerando o conjunto de relações, porque lhe confere sentido.

É preciso se atentar às práticas sociais, bem como às representações tradicionais da população negra, que emergem como resistência mediante o racismo estruturante da sociedade brasileira. Portanto, no que diz respeito ao Modos de Vidas, incorporamos as três dimensões indicadas por GUERRA (1993): (1) sistema e os atores sociais; (2) a história e o processo de tecidas e redes cotidianas; e (3) o objetivo e o subjetivo se articulam de modo a combinar a análise da força da estrutura com as possibilidades de ação dos indivíduos observados, a condição da vida cotidiana articulada com os cenários econômico, político e cultural na comunidade quilombola, as redes de conhecimentos tecidas, bem como as relações de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social no que tange às vidas das pessoas remanescentes de quilombos.

Adotamos aqui um caminho pluriversal para estar com o Ser quilombola. Não há uma busca por acomodar uma definição, mas compreender o jovem que é jovem em Morrinho. Para tal intento, tomamos como central a juventude quilombola dessa comunidade em Poconé no contexto de sua identidade territorial e cultural como um espaço capaz de inaugurar novas “sociabilidades” e que, apoiada na diferença e cosmovisão africana, estabelece culturas juvenis e Modos de Vidas.

Em atenção à crítica de que é colocado todo fardo da capacidade de agência dos jovens e das jovens na constituição de seus modos de vidas (CARRANO, 2011a), avançamos chamando a filosofia Ubuntu para que possamos ler as produções dessas juventudes em comunidade. Deste modo, compreendemos o “*ser jovem*” para além de sua posição social, considerando a singularidade de suas biografias, os percursos e experiências. A comunidade, seu *ethos*, as Festas de Santo, os territórios educativos quilombolas são tomados como suportes existenciais para que essa juventude elabore, construa e vivencie, de modo comunitário, projetos ancestrais de sobrevivência e manutenção de conhecimentos fundamentais para a humanidade.

COMO COMPREENDER JUVENTUDES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO?

Considera-se frequentemente a juventude como um período da vida que envolve mudanças físicas, emocionais, culturais, espaciais, entre outras. Quando referida a uma fase da vida, a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada a partir de contextos econômicos, sociais e políticos, e sujeita a modificações ao longo do tempo (PAIS, 1990).

No Brasil, a invisibilidade da juventude atravessa as relações sociais, por isso acrescentamos aqui a categoria racial,⁵ que perpassa as instituições, tanto as públicas quanto as privadas. Até pouco tempo atrás, tomava-se por população jovem indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. A partir da lei 11.129 de 30/06/2005, que cria a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o ProJovem, estabeleceu-se uma nova faixa etária que compreende como jovem a parcela da população com idade entre 15 e 29 anos.

Cabe observar que estudos e dados sociais alertam que a definição etária, biológica, não é capaz de dar significado às diferentes situações das juventudes em qualquer parte do mundo. Essa tese foi desenvolvida em um contexto de crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19. Um fato que demandou mudanças no comportamento social, nas organizações formais e informais e no cotidiano da sociedade brasileira, especialmente no cotidiano da pesquisadora e dos sujeitos em observação. O

⁵ Assim como Santos (2016, p. 13), utilizaremos o conceito “raça”, essa categoria explicativa, mais precisamente nas análises das questões raciais implícitas nas condições, situações e modos de vidas juvenis. Munanga (2003) demonstra que o conceito “raça” carrega em si controvérsias que são históricas. Esta palavra pode ser verificada, no mínimo, por dois sentidos analíticos, segundo Guimarães (2008), pela biologia genética e pela sociologia. Neste artigo, o uso do termo “raça” se vincula aos contextos político-sociais. Adotá-lo-emos como conceito de análise das desigualdades sociais assentadas em concepções raciais.

isolamento, o medo, a ansiedade e as decepções foram subjetivados para cada pessoa de maneiras que ainda nem é possível mensurar. Do ponto de vista desse segmento, consequências e questões ainda serão trazidas. No entanto, alguns grupos jovens são vulnerabilizados e já experienciam situações de opressão e condições violentas, decepção e frustração com relação às perspectivas de futuro muito anterior ao contexto atual, pois “[...] exercício do direito à vida não é vivenciado de forma equânime entre brancos e negros [...]” (GUIMARÃES, 2011, p. 308).

Jovens de 15 a 29 anos, sobretudo homens, estão entre aqueles que figuram em maior número no registro de vítimas de homicídios em todo o mundo. Porém, destaca-se o continente americano por fatores estruturais condicionantes aos altos índices de mortes violentas, oriundas de conflitos no âmbito do crime organizado e uso de armas letais, como as de fogo. Pesa ao Brasil essa realidade.⁶ De acordo com o relatório do Atlas da Violência (2021):

São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem (CERQUEIRA, 2021, p. 27).

O país registrou 45.503 homicídios em 2019, e computa-se que 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Isso significa que 23.327 morreram em um contexto de letalidade, uma média de 64 jovens assassinados por dia. Nesse ano específico, para cada 100 jovens entre 15 e 19 anos mortos no Brasil por distintas causas, 39 foram vítimas da violência letal. A cada 100 óbitos por homicídios, 38 jovens tinham entre 20 e 24 anos. Por sua vez, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31 as vítimas.

Não é novidade que no Brasil esse fenômeno se concentra em um intenso viés racial e atinge em cheio a população negra. Das vítimas por homicídio no Brasil, em 2019, 77% foram pessoas negras. Isso quer dizer que a taxa de violência letal contra pessoas negras em relação a pessoas não negras foi de 162%. Além disso, é preciso alertar para o alto índice de homicídios não computados.

⁶ Nesse contexto, durante o mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, provocado por movimentos sociais, criou-se o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), um espaço de participação e controle social para políticas de juventude, implementado em 2005 pela Lei Federal nº 11.129, de 30 de junho de 2005. A mesma lei instituiu a Secretaria Nacional de Juventude e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Esse conselho atuou de modo determinante para que o Brasil avançasse em um marco fundamental das políticas de juventude, incluindo o termo “jovem” por meio da Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude pela primeira vez. Durante a pandemia, as conferências nacionais para juventude, chamadas pelo CONJUVE, foram realizadas de modo remoto, e as conferências municipais, realizadas em espaços tradicionais, e as conferências livres foram mobilizadas de diferentes modos. Embora a juventude não tenha paralisado seu ativismo, isso não significa que o país tenha desenvolvido tanto no momento emergencial como antes, entre 2016 e 2020, programas capazes de enfrentar tais realidades. O que houve foram ataques intensos e tentativas de desmobilização das juventudes e falta de alocação de recursos para implementação e ampliação de políticas públicas voltadas para o segmento.

O relatório aponta que esse fator é determinante para redução do nível de confiança das análises acerca das realidades das juventudes, mulheres e homens negros e não negros, indígenas e homicídios cometidos por armas de fogo.

Embora, do ponto de vista jurídico e para efeitos de implementação de políticas públicas, a juventude esteja marcada em termos etários, é preciso compreender que a idade é apenas um dado objetivo que se presta a dar concretude aos debates e ações sobre os sujeitos considerados jovens. Porém, como se vê nos dados acima, essa categoria deve ser pensada como um fenômeno amplo, paradoxal e indeterminado, que não pode ser compreendido sem levarmos em conta o contexto histórico, social, cultural e econômico em que estão inseridos. Além desse contexto, é preciso considerar as experiências cotidianas por meio das quais pode-se ler as produções sociais das juventudes (PAIS, 2003; CARRANO, 2011b; BOURDIEU, 1983; ABRAMO e BRANCO, 2005).

Para Carrano (2011b), a tematização sobre juventude assumiu diferentes configurações que orientam distintas maneiras de pensar a juventude, nos mais variados ambientes. A definição pela idade se dá para o entendimento de como os sujeitos vivem o tempo (da juventude). E o modo como cada país estabelece esse critério é variado. Na América Latina, verifica-se que, em termos de corte, vem-se construindo um consenso de que os jovens são aquelas pessoas de 15 até os 29 anos.

Então, é preciso observar os cotidianos juvenis, considerar que, para além dos fatores biológicos, existe uma diversidade do ser jovem. Ao mesmo tempo, a juventude é uma condição, ou seja, o modo como a sociedade atribui significado a essa fase de vida é, também, uma situação – as diferenças raciais, de gênero e pertença implicam no modo como essa condição é vivida (ABAD, 2003; ABRAMO, 1997).

Margulis e Urresti (1996) afirmam que não se pode falar em uma juventude, pois existe uma diversidade de juventudes que tem em comum alguns princípios norteadores. Além disso, a condição juvenil é marcada pela moratória vital, ou seja, uma maior disponibilidade de energia - excesso que se transforma em valor para o mercado -, vitalidade e tempo de vida quando comparada com as possibilidades de tempo de adultos e idosos no mercado.

Essa energia vital própria da moratória muda de expressão: o capital energético se converte em outra coisa, se mobiliza com outra lógica, aparecendo como crédito social, uma massa de tempo futuro, não investido, disponível de maneira diferencial segundo a classe social. Aqui é onde aparece a importância das transições que articulam a moratória social pelas quais se define a juventude que é o ponto de entrada pelo qual normalmente se opta na bibliografia especializada. Aí se pode notar claramente como se dá a passagem do crédito energético ao crédito social, e ao tomar a definição de seu objeto exclusivamente deste último, isto é, já objetivado socialmente, se aceita implicitamente o prejuízo social que este traz incorporado, caindo na ideologia que rege a produção dominante de “juventude” (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 23).

Adotamos a compreensão de Margulis e Urresti (1996) acerca da *moratória social*, que, no Brasil, é concedida aos jovens das classes dominantes que têm um percurso delineado, saindo da fase juvenil para o mundo adulto, assumindo responsabilidades. Entretanto, acrescentamos “raça” como categoria de análise fundamental aos estudos sobre juventudes brasileiras, especialmente no que se refere aos jovens quilombolas.

UBUNTU - POSSIBILIDADES PARA LEITURA DO VIVIDO PELAS JUVENTUDES

No presente artigo, pontuamos que os estudos afrorreferenciados oferecem ferramentas teóricas e metodológicas descolonizantes para entender a identidade juvenil quilombola em construção dentro de Morrinho, orientada pela cosmovisão africana manifesta na cultura afro-brasileira.

Em tempos de maiores ventilações e oxigenação de estudos científicos que tomam a África como centro e destacam denúncias e proposições dos movimentos sociais negros sobre o quadro de desigualdades na sociedade brasileira, é preciso que pesquisadores e pesquisadoras tenham a necessária sensibilidade de entender que a identidade é forjada através da concepção que o indivíduo tem de si e do meio que o circunda – o Ser não se dissocia da comunidade. De acordo com as vivências, nossas impressões do mundo se modificam. Então, as identidades também se transformam, elas não são fixas “[...] e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, várias ‘casas’” (HALL, 2006, p. 89).

O interessante de observar nossas agências enquanto pessoas negras é reconhecer que somos autores e autoras da nossa identidade a despeito de todo projeto de silenciamento, invisibilidade e aniquilamento acerca dos conhecimentos ancestrais africanos. Essas identidades são (re)construídas em cenários dos mais variados. Em alguns deles, tomados por imagens que nos trazem narrativas de uma condição padrão inacessível para grande parte da população jovem negra, criam-se narrativas.

Nestes meios, em que se estabelecem as regras para o processo de sociabilização de jovens, há profundas rachaduras, nas quais a pessoa que não tem condições de se vestir, frequentar determinados lugares ou não possui a linguagem da juventude culta/padrão branca, é discriminada e estigmatizada. Por outro lado, essas juventudes negras criam novos cenários onde elaboram e reelaboram valores simbólicos por meio da música, da dança, das vestimentas, do modo de demandar políticas, dos modos de viver.

Reconhecemos a relevância de se debater, de forma profunda, questões que dizem respeito à renda da terra e à importância de territórios para as comunidades quilombolas. No entanto, procuramos trazer conceitos que nos possibilitam adentrar no universo particular das comunidades quilombolas, em seu cotidiano, para tratar das experiências ancestrais que orientam a constituição

dos modos de vidas dessa juventude. Optamos pela orientação da filosofia africana Ubuntu, pois nos leva à percepção de princípios revelados *no e para o* modo comunitário, considerando que, para nós, africanos em diáspora, faz sentido que “Estar com o Outro é perceber a interdependência que nos constitui como seres humanos. É estar consciente da força vital que possibilita a nossa permanência na vida” (KASHINDI, 2017, p. 19).

Entendemos que a prática de dominação social ocorre por intermédio da reprodução do poder racial. A prática se dá nas relações sociais e perpassam disputas em todas as áreas, incluindo a construção do conhecimento. Assim, a epistemologia, ciência de aquisição do conhecimento, não escapa à lógica de dominação, já que ela determina:

[...] 1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro [...] (KILOMBA, 2008, p. 05).

História Africana, Antropologia Africana e Filosofia Africana estão na pauta dos movimentos sociais negros e no âmbito da academia brasileira, alavancadas por intelectuais negras e negros. Nos dois últimos anos, vimos crescer páginas na internet, alimentadas por coletivos negros – os mais diversos –, os movimentos de mulheres negras, a imprensa alternativa negra, por meio de sites e uso de mídias sociais, e os grupos e associações de estudos negros. Cabe sempre observar que a noção de que ocorre uma disputa política em torno do poder pelo conhecimento já foi identificada há muito. Por isso mesmo, intelectuais, como Nascimento (1975, 1987), Gonzales (1984), Nascimento (1978, 1980) entre outros, criaram estratégias para que suas teorias circulassem e, sobretudo, pudessem intervir na ordem social hierárquica que estabelece vantagens para um grupo dominante, branco, e desvantagens para outros grupos, como negros e indígenas, que são formadores da matriz brasileira.

A filosofia tal qual conhecemos hoje, disseminada dos bancos escolares, da infância ao ensino superior, torna-se a afirmação de um poder geopolítico na qual suas produções são localizadas *a partir de e em* um lugar muito específico: o Ocidente. Para Noguera:

O conhecimento é um elemento-chave na disputa de na manutenção da hegemonia. Sem dúvida, o estabelecimento do discurso filosófico ocidental como régua privilegiada do pensamento institui uma desigualdade epistemológica. Uma injustiça cognitiva que cria escalas, classes para o pensamento filosófico, estabelecendo o que é mais sofisticado e o que é rústico e com menos valor acadêmico. Essa injustiça cognitiva é capaz de definir status, formar opinião e excluir uma quantidade indefinida de trabalhos intelectuais (NOGUERA, 2014, p. 23).

Pensar sobre a existência e buscar dentro da filosofia africana “um clamor de reconhecimento

da humanidade” (FLOR DO NASCIMENTO, 2016, p. 243) é que faz desse olhar para as juventudes, e sobre minha própria vida acadêmica, um posicionamento político e científico a respeito da produção de conhecimento não eurocentrado.

Ubuntu é mais do que uma palavra ou a aplicação de técnicas de autoajuda, *coach*, ferramentas empresariais que mobilizam ações colaborativas de vendas no mundo capitalista. Também não posso apontar uma definição que encerre em si o conceito de *Ubuntu*, pois esse princípio filosófico opera em contextos diversos, africanos e afro-diaspóricos.

Estudos, como de Castiano (2010), Ramose (1999, 2002, 2010, 2011 e 2019), Nogueira (2011, 2014), Malomalo (2014), Kashindi (2017, 2019), Flor do Nascimento (2016, 2015) e Fu-Kiau (1998), apontam que a etimologia compreende *Ubuntu* como originária dos povos bantus, especificamente de duas línguas, a *zulu* e a *xhona*.

A filosofia *Ubuntu* foi descoberta a partir de uma série de estudos acerca das manifestações culturais do tronco linguístico bantu, composto por diversos grupos étnicos e que compreende *munthu* como pessoa. Por sua vez, *bantus* traz o significado no plural, pessoas.

Ubuntu consegue demonstrar a racionalidade africana como uma qualidade que não se dissocia da emoção. Ramose (1999) alerta para os perigos de considerarmos os povos africanos apenas orientados pela emoção e sem que, por sua vez, ela tenha qualquer contribuição material para a vida.

Por isso, enquanto visões ingênuas continuam, os africanos dançam espontaneamente a música e o ritmo de suas danças que consistentemente rimam com a música. Portanto, enquanto a visão ingênu prossegue, os africanos estão em uma busca da harmonia em todas as esferas da vida (RAMOSE, 1999, p. 8).

Ramose conceitua *Ubuntu* como:

[...] a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre *ubuntu*. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano deriva de *ubuntu* com o qual é conectado indivisivelmente. *Ubuntu* é, então, como uma fonte fluindo ontologia e epistemologia africana. Se estas últimas forem as bases da filosofia, então a filosofia africana pode ser estabelecida em e através de *ubuntu* (RAMOSE, 1999, p. 1).

Mogobe Ramose foi chamado para diálogo neste estudo sobre juventudes negras quilombolas por colocar em pauta e em agência a filosofia compreendendo dois elementos, a saber: a) a demolição da hegemonia filosófica ocidental, propondo a reconstrução da visão de mundo africana; e b) Modos de Vida. Acerca dessa última agenda, o autor postula que as tradições desempenham um importante papel como fonte para o devir da construção autêntica de um modelo que possibilita, de modo mais adequado, pensar e construir a África na atualidade. E, mais interessante para esse empreendimento de observar o cotidiano da juventude quilombola, Ramose considera que esse movimento possa atrair

o resto do mundo.

FORÇA VITAL PARA CONTINUAR: CONSIDERAR E NÃO CONCLUIR

Observar os elementos que constituem esses que chamo de modos de vidas e os processos de aprendizagens comunitariamente imbuídos, alimentam um debate importante na relação entre quilombo e educação. Em uma visão holística e de enfrentamento das dimensões educativas, que acabam sendo estereotipadas pelos espaços formais de ensino, trata-se de pautar as pluriversalidades educativas compreendendo os trânsitos juvenis rurais, negros e quilombolas e o pertencimento identitário para além dos problemas recorrentes que conduzem as análises das relações sociais.

Acerca das historicidades quilombolas, os estudos territoriais que acessamos durante a pesquisa subvertem as narrativas de constituição sociocultural e política da nação brasileira que, por norma, subestimam e/ou omitem a presença e a participação das populações negras na constituição da mesma. Adicionamos peso a essa reflexão, entendendo que a categoria juventude quilombola necessita desse olhar sobre as representações acerca de “si mesmo” no meio do “nós comunitário” para melhor compreender sua permanência nesses espaços, além dos vínculos sociais e afetivos construídos e mantidos nos quilombos e seus Modos de Vidas.

Ainda sobre a relação dos quilombos, enquanto lugar, território, “suporte e matéria da memória” (ARRUTI, 2006, p. 238), de vínculos de parentesco e origem de famílias, tem-se que eles desvelam particularidades das vivências de matriz civilizatória africana que se (re)elaboraram, cotidianamente, valendo-se de diferentes estratégias de formação das identidades. Neles, o cotidiano é antes uma possibilidade de decifração do social (PAIS, 2017, p. 307), da vida de jovens quilombolas que, segundo teóricos da sociologia, está imbuído de uma lógica composta pela relação entre as transformações sociais, seja no âmbito socioeconômico, individual, social e/ou familiar.

Portanto, em uma concepção ontológica de movimento, proponho pensar o jovem negro e a jovem negra a partir da força vital. Se o *Ubuntu* nos permite evocar o movimento e a força vital como centrais para nos constituir como humanos, o real que conecta a comunidade quilombola não é mensurável de modo isolado para sagrar uma única identidade do jovem quilombola.

A comunidade científica, de diferentes áreas, tem elaborado estudos que tratam das juventudes quilombolas, as representações, o envolvimento político, as práticas religiosas e a construção identitária no cenário social das comunidades. Esses trabalhos (dissertações, teses e artigos) despertaram em mim o interesse científico que, em certa medida, dialoga com a proposta deste estudo.

Associamos algumas questões que aparecem nos estudos da revisão sistemática de literatura à análise oriunda do projeto de pesquisa que trata da relação dos jovens com os mais velhos. Observamos uma série de elementos que dizem respeito às aprendizagens que podem contribuir para

a Educação Escolar Quilombola e refletem, por exemplo, sobre os métodos de transmissão de conhecimentos. A organização do poder na comunidade, o poder comunitário relacionado à cosmovisão africana e a participação das mulheres e homens jovens nos preparativos das festas são outros elementos que chamam a atenção, pois quem ensina tem "poder" na comunidade. Eis uma organização política em curso contínuo que envolve palavra e memória.

A resignificação das tradições se entrelaça com as questões sociais locais e retratam modos de vidas que refletem aspectos das africanidades em Morrinho-MT. Para a educação escolar, há muito que se fazer para a tessitura entre currículo e vida de pessoas negras. Aqui reconhecemos que diversos esforços estão sendo feitos pelos movimentos negros, professores e professoras quilombolas com o propósito de promover ações afirmativas e positivas no que diz respeito aos conhecimentos quilombolas.

Em se tratando de reconhecimento das diferenças, parece que as ações voltadas à implementação da Lei 10.639/03 ainda estão enrijecidas por uma estrutura cuja ascensão ao conhecimento opera de forma hierarquizada e tímida naquilo que se refere ao reconhecimento dos outros modos de existências. De fato, a morte do conhecimento primeiro – da pedagogia negra que temos em nossos lares –, o epistemicídio funciona na proporção exigida pelo racismo estrutural, “[...] não é raro que a proposta de uma educação antirracista seja tomada como um tema, algo pontual, localizada e ‘estrangeira’” (NOGUERA, 2012, p. 70).

Neste caso, observamos uma prática conjunta de acessos ao conhecimento, fundamentos ancestrais manifestos nos modos de vidas desses jovens em Morrinho-MT. Estamos falando de técnicas e formas de organização anteriores às colonizações europeias. Mais que isso, estamos descrevendo práticas de conteúdos emancipadores que trazem dignidade para essa juventude e lê suas produções a partir do ser completo que são, indivíduos fundamentais para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, maio/dez. 1997. (número especial).

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Apresentação. In: _____. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 9-22.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In.: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp->

[content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf](#). Acesso em: 08 jan. 2022.
CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. *Revista Teias* (UERJ. Online), v. 12, p. 7-22, 2011a.

_____. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. 1ed. São Paulo: Peirópolis, 2011b, v. 1, p. 237-250.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021* / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> . Acesso em: 18 mar. 2022.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Aproximações brasileiras às filosofias africanas: Caminhos desde uma ontologia ubuntu. In: *Prometeus Filosofia*, ano 09, número 21, dezembro/2016.

_____. As religiões de matrizes africanas, resistência e contexto escolar: entre encruzilhadas. In: MACHADO, Adilbênia Freire; ALVES, Maria Kellynia Farias; PETIT, Sandra Haydée (Orgs.). *Memórias de Baobá II*. Fortaleza: Imprece, p. 41-59, 2015.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. *A visão Bântu Kôngo da sacralidade do mundo natural*. Tradução para uso didático de PINTO, Valdina O. Salvador, mar. 1998. Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – Abantu – Comunidades Organizadas da Diáspora Africana – Rede KÔDYA. Disponível em: <https://estahorareall.files.wordpress.com/2015/07/dr-bunseki-fu-kiau-a-visc3a3o-bantu-kongo-da-sacralidade-do-mundo-natural.pdf> . Acesso em: 18 jan. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos. In.: *Sociologia - Problemas e Práticas*. Nº 13, 1993, p. 59-74.

GUIMARÃES, Ângela. Dilema da vivência da juventude negra no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 307-319.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n.54, p.147-156, 1999a. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf> . Acesso em: 18 fev. 2022.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002/2006.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Ubuntu como crítica descolonial aos Direitos Humanos: uma visão cruzada contra o racismo. In. *Ensaio Filosóficos*. Vol. XIX, 2019.

_____. Ubuntu como ética africana humanista e inclusiva. Tradução: Henrique Denis Lucas. *Cadernos IHUS Ideias*, ano: 15 – Nº 254 – Vol. 15, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/254cadernosihuideias.pdf> . Acesso em 18 fev. 2022.

_____. Ubuntu como vivencia del humanismo africano bantú. *Devenires, Morelia*, v. XIV, n. 27, p. 210-225, 2013.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Revista Tempo Social*, São Paulo, 1994, vol. 4, nº 1-2, p. 7-15.

MALOMALO, Bas'ilele. *Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2014.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004 (Coleção Viver, Aprender).

NABARRO, Sergio Aparecido. *Modo de vida e campesinato no capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida*. Tese de doutorado dirigida por Júlio César Suzuki. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. 240 p.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. Introdução ao conceito de Quilombo. 1987. In: *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

_____. Negro e racismo. In: RATTIS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974, p. 98-102.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. In: *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, v. 18, p. 62, 2012. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/renato_noguera_-_denegrindo_a_educa%C3%A7%C3%A3o_um_ensaio_para_uma_pedagogia_da_pluriversalidade.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. In: *Revista da ABPN*. V. 3, n. 6, p. 147-150. nov. 2011- fev. 2012. Acesso em: 08 ago. 2022. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2210266-ubuntu-como-modo-de-existir-elementos-gerais-para-uma-%C3%A9tica-afroperspectiva. Acesso em: 03 jun. 2021.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. In: *Revista Ensaios Filosóficos*. Vol. 04, 2011.

_____. Globalização e ubuntu. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Tradução: Margarida Gomes. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A importância vital do “Nós”. Tradução: Luís Marcos Sander. In: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Vol. 353, p. 8-9, 2010. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogoberamose#:~:text=Mogobe%20Ramose%20%E2%80%93%20Para%20outras%20culturas,a%20defesa%20da%20vida%20humana>. Acesso em: 11 out. 2021.

_____. RAMOSE, Mogobe B. *A ética do ubuntu*. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

_____. *African philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books, 1999.

SANTOS, Zizele Ferreira dos. *Situações juvenis: juventudes e políticas públicas no quilombo Morrinho em Poconé/MT*. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1985/1/DISS_2016_Zizele%20Ferreira%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.



“PACOTES DO VENENO” NA DÉCADA DE 1970: O CRUCIAL PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO INCREMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE AGROTÓXICOS

Mariah Freitas Monteiro

Graduada e mestre em História (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha) - Doutoranda
mariahfmonteiro@gmail.com

RESUMO

A questão dos produtos agrotóxicos no Brasil é tema de debates em âmbito nacional e internacional, em vista do significativo papel desempenhado pelo país como exportador de alimentos. O conhecimento dos riscos desses produtos para o meio ambiente, saúde do trabalhador e segurança alimentar é central nesse debate. A discussão se pauta sobretudo no elevado consumo desses produtos no Brasil, bem como na utilização no país de agrotóxicos proibidos em outras regiões do globo, como a União Europeia, que por sua vez é uma grande importadora de produtos alimentícios brasileiros. Para compreender a relevância da questão dos agrotóxicos para o Brasil hoje, que alcança inclusive dimensão internacional, faz-se pertinente uma mirada ao passado. O tema em questão possui profundas raízes temporais, entre as quais se avulta a grande virada no campo da tecnologia agrícola brasileira, ocorrida no período da ditadura militar. Este artigo visa a contribuir com essa perspectiva, oferecendo uma projeção histórica sobre a questão dos agrotóxicos no Brasil, com objetivo de identificar a década de 1970 como um período de importância histórica para os agrotóxicos. Este artigo propõe uma incursão histórica pelos marcos de consolidação desses insumos químicos na década de 1970, especificando políticas governamentais e seus resultados alcançados com relação ao fomento da indústria agroquímica e de seus produtos.

Palavras-Chave: Agrotóxico. Ditadura Militar. Transformação Agrícola.

ABSTRACT

In view of the significant role played by Brazil as a food exporter, the issue of pesticides is a topic of debate at the national and international levels. The knowledge of the risks of these products to the environment, workers health and food safety is central to this debate. The discussion is mainly based on the high consumption of these products in Brazil, as well its use of pesticides banned in other regions of the world, such as the European Union, which in turn is a large importer of Brazilian food products. To understand the relevance of the use of pesticides in Brazil today, which has even reached an international dimension, it is pertinent to look back on the past. The theme in question has deep historical roots; the great turnaround in the field of Brazilian agricultural technology, which took place during the military dictatorship, stands out significantly. This article aims to contribute to this perspective, offering a look back on the significance of the use of pesticides in Brazil, with the aim of identifying the 1970s as a period of historical significance. This article proposes a retrospective through the milestones of consolidation of these chemical inputs in the 1970s, specifying government policies that resulted to the promotion of the pesticide industry and its products.

Keywords: Pesticide. Military dictatorship. Agricultural Transformation.

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, o Brasil bateu um recorde histórico, quando foram aprovados 562 novos produtos agrotóxicos. Os recordes anteriores foram todos logrados durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro como presidente¹: no ano de 2020, foram aprovados novos 493 produtos do gênero, e em 2019, 474 produtos (SALATI, 2021).

A maciça aprovação de novos produtos, com avaliações menos rigorosas, tem respaldo no Decreto n. 10.833, de 7 de outubro de 2021 (BRASIL, 2021). Como agravante, consta que dentre os produtos recém-aprovados, ao menos oito princípios ativos – que são base de dezenas de produtos formulados² – são proibidos na União Europeia³. Há que salientar que esse dado é a intensificação de uma realidade existente, pois Estados-membros da União Europeia mantêm legalizada a prática de produzir e exportar agrotóxicos proibidos nos países que a compõem, e mais da metade deles vem tendo o Brasil como destino (DOWLER, 2021). A ironia neste caso é que a própria UE importa alimentos brasileiros que advertidamente contêm resíduos dos agrotóxicos que proíbe (BOMBARDI, 2021).

Para além desse incremento no âmbito dos agrotóxicos no Brasil, destaca-se que aguarda votação do Senado Federal, o Projeto de Lei n. 6.299/2002. O PL, em discussão há 20 anos, já sofreu diversas alterações, mas tem por definição a alteração no marco regulatório dos agrotóxicos, a Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 (Brasil, 1989). O PL de 2002 é uma iniciativa da chamada bancada ruralista no Congresso brasileiro que, composta por políticos assumidamente representantes do agronegócio, argumenta uma necessidade de desburocratização na aprovação de novos produtos agrotóxicos.

Alguns pontos elementares do referido PL versam sobre a redução de prazo para que um órgão governamental determine se um novo produto agrotóxico obterá o registro para ser comercializado. Outra mudança prevista é a possibilidade de obtenção de um registro temporário, caso a instituição governamental responsável necessite mais tempo que o prazo estipulado para avaliação do produto. O PL menciona ainda relegar a avaliação de novos produtos apenas ao Ministério da Agricultura, tal função atualmente é de igual responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

¹ Para se ter uma ideia dos números, entre o ano 2000 e 2016, o menor número aprovação de novos agrotóxicos em um mesmo ano foram 53 produtos (ano de 2002), no ano em que mais houve, foram 277 produtos aprovados (ano de 2016). Somente partir de 2017, o número de produtos liberados chega a casa dos 400.

² Ingredientes ativos ou princípios ativos são agentes químicos, físicos ou biológicos que conferem eficácia aos agrotóxicos e afins (Brasil, 1989, p.3-4). A partir de um mesmo princípio ativo é possível obter distintos produtos formulados. Por exemplo, o glifosato é o princípio ativo de diversos produtos agrotóxicos disponíveis no mercado, de diferentes marcas.

³ Os produtos aprovados no “pacote do veneno”, proibidos na União Europeia são: Ametrina, Atrazina, Bifentrina, Clorotalonil, Clorpirifós, Fipronil, Glufosinato e Tebutiurum.

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (ROHDEN, 2022). Sublinha-se por último, que o documento em questão prevê extinguir da legislação o termo “agrotóxico”⁴, instituído como oficial no país desde 1989, cunhado pelo pesquisador e PhD em Agronomia Adilson Paschoal, do Departamento de Entomologia e Acarologia da Esalq/USP (GRIGORI, 2019). Ao longo de 20 anos, essa proposta sofreu muitas alterações, sobretudo no sentido de favorecer a indústria de agrotóxicos, tanto que o PL 6.299/2002 se tornou mais conhecido no Brasil como “Pacote do Veneno”⁵ (FRIEDRICH, 2021).

Já na década de 1970, um programa de governo poderia, do mesmo modo, receber o apelido de *pacote do veneno*. Refiro-me ao Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (1975), um dos temas abordados nesse artigo. Efetivamente, a situação atual dos agrotóxicos no Brasil possui raízes históricas profundas. Um ponto importante a ser notado é que os *pacotes de venenos* precedem a consolidação do modelo de agrotóxico. Muitos trunfos da indústria de agrotóxicos foram alcançados na década de 1970, estudar esse momento a fundo é útil para melhor compreender a questão atual dos agrotóxicos.

A década de 1940 pode ser identificada como o ponto de partida da história desses produtos no Brasil, entretanto, esses insumos químicos se tornaram mais expressivamente presentes no país mais tarde, na década de 1970. Nesse período, com a ditadura militar⁶ em curso, nota-se uma guinada na indústria de venenos destinados à agricultura, a qual o presente artigo busca demonstrar identificando a questão dos agrotóxicos no bojo das políticas de transformação agrícola⁷, que, por sua vez, remetem

⁴ Sublinha-se que anteriormente a 1989, os termos “veneno”, “pesticida”, “defensivo agrícola”, eram predominantes no Brasil, inclusive constam em documentos oficiais do governo federal, conforme veremos adiante, ao citar trechos dessas fontes e nomes de programas estatais. Atualmente, o termo defensivo agrícola ainda é bastante utilizado, sobretudo pelas empresas do ramo, visto que atribui uma conotação mais positiva o produto, ao exprimir a noção de defesa e proteção. Atualmente agrotóxico é o termo oficial adotado pelo Brasil conforme a legislação. Este é um dos motivos pelo qual essa terminologia vem sendo e será preferencialmente utilizada ao longo deste artigo, mas não apenas por isso, mas porque há a concordância com a importância de aclarar que se tratam de produtos tóxicos, perigosos a saúde dos seres vivos e do meio ambiente, conforme aclaram o artigo de Miguel Carvalho, Rubens e Eunice Nodari (2017) e a reportagem publicada em 24 de janeiro de 2019, de Pedro Grigori. Os quais recomendo leitura.

⁵ Em 2021 foi lançado *Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida*, por iniciativa da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO e Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, contando com a contribuição de pesquisadores de diversas instituições do Brasil. O material é muito elucidativo quando ao PL em questão e foi uma referência importante para o presente artigo.

⁶ Tendo em vista o grande número de trabalhos que aderem a termos como ditadura-civil militar, ou mesmo ditadura empresarial-militar, pode gerar certa estranheza em alguns seguimentos a adoção da enunciação “ditadura militar” simplesmente. Apesar do largo debate que o tema pede, buscarei simplificar minha opção de termo, buscando respaldo no certo trabalho de Carlos Fico (2017), *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*, quando afirma que “A denominação civil-militar seria razoável, segundo Daniel, por causa do apoio civil que o golpe e a ditadura tiveram, o que constituiria a “*dimensão civil*” do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares” (REIS, 2014, p. 62. Grifado no original). Entretanto, virtualmente, tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente.” (FICO, 2017, p. 52).

⁷ Muitos trabalhos, acadêmicos ou não, utilizam a expressão “modernização” ou “modernização conservadora/autoritária” da agricultura/ agropecuária, etc. Possivelmente, essas sejam as maneiras mais usuais de dar nome aos processos de transformação desse setor durante a ditadura militar, inclusive à época era comum o termo “moderno” para se referir ao emprego de novas tecnologias à agricultura: “insumos/maquinários modernos”, e até mesmo “modernizar a agricultura” etc. Para não alongar no debate dos significados dos termos “moderno/modernizar”, ou nas discussões sobre até que ponto as mudanças empreendidas naquele momento significavam avanços ou não, creio que o termo “transformação” basta para referir ao processo, e será preferencialmente usado neste artigo. A problematização ao longo do texto, daquela

a um contexto mundial de difusão da Revolução Verde. As particularidades de como esse fenômeno se desenvolveu no Brasil serão abordadas neste artigo, com enfoque nas políticas estatais que possibilitaram a ampliação da presença dos agrotóxicos no Brasil durante a década de 1970.

Para elucidar como a década de 1970 foi um momento particularmente importante para a história dos agrotóxicos, esse artigo primeiramente apresentará um breve panorama da situação desses produtos em seu período inicial, quando começaram a ser utilizados no Brasil. Em seguida, analisará políticas econômicas focadas nos setores agropecuário e industrial, que confluíram para impulsionar a atividade agroquímica no Brasil, observando os casos e particularidades dos governos Médici e Geisel. Para tanto, serão de suma importância para este artigo, relatórios de acompanhamento dos programas governamentais pró agrotóxicos no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz; artigos e pareceres científicos sobre insumos químicos destinados à agricultura, no período histórico em questão, predominantemente realizados por cientistas vinculados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); bibliografia diversa sobre a questão agrícola no Brasil e a ditadura militar, predominantemente das áreas de Economia, História e Geografia.

Em vista das temáticas abordadas, o presente artigo objetiva uma conclusão capaz de identificar os fatores e atores fundamentais para a virada na história dos agrotóxicos, de modo que se possa refletir sobre a contribuição desse período para a realidade brasileira relacionado a esses produtos.

ANTECEDENTES

Primeiramente, visto que o presente artigo realiza uma projeção histórica dos produtos agrotóxicos, cumpre uma ressalva nesse tópico sobre o termo utilizado para enunciá-los. O termo agrotóxico foi instituído em 1989 pela primeira legislação específica direcionada a esses produtos⁸ (BRASIL, 1989). Sublinha-se que anteriormente a 1989, os termos “pesticida” e “defensivo agrícola” eram predominantes no Brasil, inclusive constam em documentos oficiais do governo federal, conforme veremos adiante, ao citar trechos dessas fontes e nomes de programas estatais. Atualmente, o termo defensivo agrícola ainda é bastante utilizado, sobretudo pelas empresas do ramo, visto que atribui uma conotação mais positiva o produto, ao exprimir a noção de defesa e proteção. Foi justamente sob os auspícios de protetor das lavouras que os agrotóxicos chegaram ao Brasil na década de 1940 e passariam a ser produzidos em território nacional ao final dessa mesma década.

que foi fundamentalmente uma “transformação” na agricultura, busca extrapolar a ideia de modernização, seja ela conservadora ou não, apresentado múltiplas facetas do processo. Como referência importante para essa discussão, recomendo o trabalho do historiador Carlos Fico já mencionado anteriormente. (2017, p. 28-30).

⁸ Este é um dos motivos pelo qual essa terminologia vem sendo e será preferencialmente utilizada ao longo deste artigo, mas não apenas por isso, mas porque há a concordância com a importância de aclarar que se tratam de produtos tóxicos, perigosos a saúde dos seres vivos e do meio ambiente.

O primeiro produto ativo de agrotóxico produzido no Brasil foi o HCH, popularmente conhecido como BHC. Foi amplamente utilizado no Brasil para o combate do vetor da malária, doença endêmica em muitas regiões do país naquela época. O HCH também seria utilizado na agricultura, destinado principalmente ao combate da broca do café e do gafanhoto migratório, duas pragas que prejudicavam significativamente a produtividade das lavouras. Na década de 1940, surtos severos da broca do café no Sudeste e no Sul ensejaram o começo da produção de HCH no Brasil (SILVA, 2006, p. 144-145), que se iniciou especificamente em 1947 (MANÉO, 2013, p. 27). Em meados de 1949, passou a ser produzido também o Paration Etilico, outro princípio ativo associado aos produtos inseticidas de uso agrícola. No final da década de 1950, entrariam para o rol da produção nacional, o DDT em 1958 e o Paration Metílico em 1959, também inseticidas.

A princípio, a difusão dos venenos de emprego agrícola no Brasil foi razoavelmente lenta. A produção de apenas quatro tipos de agrotóxicos seria a realidade nesse país até 1967, quando quatro produtos da categoria de fungicidas passariam a ser sintetizados no país. A produção desses insumos em território nacional estava aquém da demanda, que crescia exponencialmente, tanto que a oferta de agrotóxicos no mercado brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 era em grande número advinda de importações. Ao longo da década de 1970, foram adicionados cerca de quatorze novos produtos agrotóxicos à produção em território brasileiro⁹. Além disso, o consumo aparente passou de 40.656 toneladas em 1969 para 97.054 t em 1980, com destaque para o pico de 101.000 t registrado em 1974 (FERREIRA; CARVALHO; DO CARMO, 1986, p. 11). Adiante, serão analisados os fatores que teriam ensejado essa expressiva transformação na história dos agrotóxicos no Brasil, ocorrida na década de 1970.

GOVERNO MÉDICI

O governo do general Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente da ditadura militar, inovou ao elevar a agricultura ao rol das prioridades do Estado. Esse status foi anunciado por Médici de forma contundente já em seu primeiro discurso como presidente, conforme o trecho a seguir:

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo,

⁹ Tais informações foram obtidas através do inter cruzamento do conteúdo de algumas fontes, são elas: Governo do Estado de Alagoas, *Fábrica de Pesticidas*. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, 1974. p. 1-23; Lysis Alóe, *Formulação e síntese de defensivos agrícolas no Brasil e nossa capacidade de exportação. Transcrição Palestra – Seminário de Química Ambiental e Ecotoxicologia – São Paulo*, 24 de outubro de 1977. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, 1977. p. 1-22; Ministério da Indústria e Comércio (MIC), *Avaliação das metas PNDA*. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz- Departamento de Arquivo e Documentação, 1981. p. 1-16.

revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização (BRASIL, 1969).

Pela primeira vez a agricultura era citada no discurso de posse de um presidente da ditadura. Ao abordar esse tema, Médici dava pistas do modelo de política desenvolvimentista específica que estava por vir, e que estaria bastante atrelado à atividade agrícola. Todavia, conforme é mencionado no discurso, tratava-se de uma agricultura nova, fruto de uma revolução que o governo prometia realizar.

Transformações no setor agrícola e expansão de fronteiras já haviam sido mencionadas no Programa Estratégico de Desenvolvimento (BRASIL, 1967) do governo Costa e Silva, anterior ao de Médici. Os agrotóxicos foram citados nesse documento a partir de recomendações para criação de programas de incentivo a um projeto de transformação agrícola (BRASIL, 1967). O interesse nesse tema por ambos os governos tinha uma figura estrategista em comum, Antônio Delfim Netto, economista que ocupara o cargo de ministro da Fazenda tanto no governo Costa e Silva, quanto no governo Médici. Entretanto, se no primeiro mandato a ideia de transformar a agricultura não progredira muito além do papel, a partir de 1970, grandes passos seriam dados.

O interesse de Delfim Netto no setor agrícola se devia ao seu plano de tornar o Brasil uma nação exportadora de matéria prima e a agricultura era um setor com grande potencial para esse fim.¹⁰ O presidente Médici, cômico dos propósitos de seu ministro da Fazenda, endossava que: “O aumento da produtividade, a circulação eficiente das riquezas, o abastecimento do mercado interno e o fomento das exportações correspondem à filosofia global do Govêrno no setor da agricultura” (ENAP, 2017).

Efetivamente, a agricultura figurava como uma atividade profícua para os propósitos do governo, pois contava com grande potencial de expansão, devido às possibilidades de incorporação dessa cadeia ao modelo industrial, bem como à disponibilidade de tornar produtivos recursos considerados ociosos no âmbito agrícola (MACARINI, 2005, p. 63-64). Nesse ponto, é importante comentar que os recursos ociosos mencionados fazem referência principalmente à colonização de terras da Amazônia e dos cerrados brasileiros. A ocupação desses territórios era vinculada à ideia de promoção da integração do território nacional, retórica típica de articuladores políticos dos governos militares. Tais asserções falaciosas buscavam encobrir o projeto real, que tratava de reformular a ocupação dessas áreas de acordo com os interesses do Estado. Esses territórios em realidade já se encontravam ocupados por povos indígenas diversos, garimpeiros, quilombolas, além de pequenos

¹⁰ A estratégia de Delfim Netto é mais simples: o motor do processo provém da agricultura e das exportações; mais radical, ao sugerir uma rejeição integral das políticas do passado, oferecendo ao regime um modelo econômico “novo” que confirma a ruptura com a velha ordem pré-64 (MACARINI, 2005, p. 63).

posseiros e proprietários; para além disso, houve o protagonismo do Exército na ocupação dessas regiões, o que servia como estratégia de prevenção e monitoramento de atividade guerrilheira de opositores à ditadura (TAMBELINNI, 2015, p. 68).

Para levar adiante o projeto de exploração máxima do potencial agrícola, em termos de áreas plantadas e produtividade, os investimentos em ciência e tecnologia para o setor foram fulcrais. Conforme veremos adiante, os agrotóxicos, nesse momento, ainda eram mencionados de forma esparsa e pouco focalizada na vasta agenda de transformação agrícola de Médici. Entretanto, esse foi o ponto de partida que serviria como estrutura basilar para uma série de políticas específicas futuras para impulsionar a indústria de agrotóxicos no governo Geisel, sucessor de Médici.

I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (I PND)

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), em conformidade com o discurso de posse do general Médici, anunciava transformações grandiosas na agricultura. Tais transformações se desenvolveriam basicamente por duas vias: tornar a agricultura uma atividade mais produtiva, exportadora e empresarial nas regiões em que essa atividade já lograva certo êxito, e romper a chamada fronteira agrícola, tornando produtivas áreas até então nunca ou pouco exploradas. Nessa última via, sublinha-se o viés arrojado conferido à prometida colonização de terras “ociosas” do território brasileiro. A conotação atribuída ao projeto é uma espécie de anunciação da consumação gloriosa, ainda que tardia, da conquista inconclusa do território brasileiro:

Rompem-se dois tabus, na política econômica brasileira: o de ser impossível tirar proveito, racionalmente, da dimensão continental do país, encarada, outrora, como verdadeiro ônus; e o de constituir a alta densidade populacional de certas áreas da zona rural do Nordeste, elemento não suscetível de modificação, para efeito de melhor, combinar os fatores produtivos nacionais (BRASIL, 1969, p. 27).

Para ambas as vias de transformação agrícola, o emprego de novas tecnologias seria o fator viabilizador, conforme é sublinhado no I PND. Os programas específicos para a agricultura preconizados nesse documento eram voltados para a expansão da chamada fronteira agrícola, nomeadamente, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra). Eles apresentavam, portanto, nexos não apenas com a política agropecuária, mas também a chamada política de integração nacional. Para o ideal de tornar a agricultura uma atividade mais empresarial e voltada para a exportação, ainda não havia um programa de incentivo específico, tal como não havia para os agroquímicos ou qualquer outra tecnologia agrícola. No I PND, entretanto, os agrotóxicos são citados pela primeira vez a partir

de uma objetiva listagem de metas,¹¹ que mencionava a expectativa de expressivo aumento de sua produção. Em outro ponto, sobre a geração de empregos no Nordeste, esses produtos são mencionados novamente. Foi esclarecido que os projetos para transformação da agricultura não afetariam a geração de empregos, pois não haveria substituição de mão de obra humana por maquinários, senão um aumento da produtividade devido ao uso de agrotóxicos, que evitaria perdas nas lavouras. Desse modo, gradativamente, os produtos agrotóxicos começavam a ocupar de forma mais contundente a agenda do Estado brasileiro e, em poucos anos, seriam os protagonistas dos programas do governo militar.

SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL (SNCR) – GOVERNO MÉDICI

Um relevante exemplo dos investimentos do governo Médici na agricultura é o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse mecanismo, criado em 1965, durante o governo Castelo Branco, constituiu uma medida pioneira para o desenvolvimento da atividade agrícola no Brasil. Seu objetivo central era de incentivar financiamentos no âmbito agrícola, voltados, por exemplo, para o armazenamento, beneficiamento e a industrialização de produtos agropecuários (BÚRIGO *et al.*, 2021, p. 638). Dentre as atribuições do crédito rural, constam:

- I - custeio, quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária;
- II - investimento, quando se destinarem a inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos;
- III - comercialização, quando destinados, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores;
- IV - industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural (BRASIL, 1965).

Em vista desse parâmetro, os produtos agroquímicos se enquadravam na categoria de crédito de custeio, meio pelo qual o Estado financiou seu consumo, bem como de outros produtos como fertilizantes, rações e sementes. O SNCR desempenhou papel expressivo no processo de integração

¹¹ A menção aos agrotóxicos em planos de governo, no entanto, não foi uma novidade do governo Médici, eles já haviam sido mencionados no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (BRASIL, 1963) do governo do civil João Goulart e posteriormente já na ditadura, no Programa Estratégico de Desenvolvimento (BRASIL, 1967) do governo Costa e Silva. No primeiro é enfatizado o fator de aumento de produtividade que os agrotóxicos agregam, nesse sentido sublinhada a necessidade de garantir suprimento desses insumos, bem como supervisão para seu uso correto. Já o segundo versa sobre estratégia na área agrícola que entre muitos fatores, determina o estabelecimento de programas de incentivo ao uso de insumos agroquímicos, dentre eles os agrotóxicos. A menção aos agrotóxicos nesses dois documentos foi sublinhada por Leonardo de Bem Lignani (2008, p. 03).

da agricultura aos setores industriais emergentes, ao passo que propiciou a ampliação do consumo de fertilizantes e agrotóxicos, bem como industrialização de produtos agrícolas (SILVA, 2014, p. 275).

Muito embora a lei que instituiu o SNCR seja de 1965, somente no mandato do presidente Costa e Silva, em 1967, o sistema foi efetivamente implementado, pelos esforços de Delfim Netto, então ministro da Fazenda, que permaneceu no cargo no governo Médici (SILVA, 2014, p. 274). Destarte, o SNCR contou com significativa expansão sob a administração daquele que foi o terceiro presidente da ditadura militar: “o crédito rural total, por sua vez, cresce 18,8%, em termos reais, em 1970, e simplesmente dobra até 1973” (MACARINI, 2005, p. 74). Assinala-se que o aumento dos investimentos federais no SNCR esteve profundamente atrelado ao plano maior de transformação da agricultura, focado no emprego de novas tecnologias. O crédito rural figurava como um mecanismo que possibilitava ao produtor agrícola acesso às novas tecnologias agrícolas, tal como eram os agrotóxicos. Para além do crédito rural, no governo Médici, foi estabelecido incentivo fiscal à compra de maquinário agrícola e insumos químicos como agrotóxicos (MACARINI, 2005, p. 74). Um exemplo desses incentivos consta no Decreto no. 66.095, de 20 de janeiro de 1970.

Considerando a década de 1970 como um período decisivo para a consolidação dos agrotóxicos, nota-se que em termos de políticas de incentivo, esse processo foi iniciado no bojo de pacotes tecnológicos para a agricultura mais genéricos. Entretanto, é irrefutável a importância de fomentos estatais, que direta ou indiretamente propiciavam o acesso a produtos agrotóxicos, tais como o SNCR ou os incentivos fiscais.

AGROTÓXICOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O âmbito científico-tecnológico foi imprescindível para o processo de consolidação do uso de agrotóxicos no Brasil. Ao passo que instituições científicas passaram a se dedicar pesquisas ao setor agroquímico, ficava claro que a presença e a importância desses produtos se ampliavam no Brasil. Um exemplo de instituição científica que teve participação pioneira na trajetória inicial dos agrotóxicos foi o Instituto Biológico, do Estado de São Paulo. Destaca-se o projeto intitulado *Expansão dos Trabalhos com Defensivos Agrícolas*, conhecido pela sigla de BRA-24, como um exemplo de ação pioneira, articulado por investigadores desse instituto e do governo brasileiro.¹² O projeto funcionou entre 1968 e 1975, e seu objetivo principal foi a avaliação de resíduos de agrotóxicos nos alimentos e a formulação de novos pesticidas. Esse projeto trouxe contribuições importantes para regulamentações na área de saúde alimentar, riscos dos produtos agrotóxicos, muito

¹² O *Expansão dos Trabalhos com Defensivos Agrícolas (BRA-24)* teria contado ainda com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como agência executora, e ainda participação de especialistas da Organização Mundial da Saúde (OMS) (LIGNANI, 2008. p. 12-13).

embora não tenha logrado nenhuma ação no sentido de reduzir o uso desses insumos. A existência do projeto desvela uma realidade nova de uma agricultura cada vez mais industrializada e dependente de insumos químicos. Enquanto o projeto estava em curso, foi criado no Instituto Biológico, uma divisão específica para defensivos agrícolas (LIGNANI, 2008. p. 12-13).

Uma vez em curso o projeto de transformação da agricultura e conforme se confirmava o prognóstico de grande potencial de desenvolvimento dessa atividade no Brasil, foi se desvelando a premência de políticas estatais pragmáticas e cientificamente fundamentadas, direcionadas para a agricultura, no tocante à produtividade. O Instituto Biológico e outras reconhecidas instituições científicas do país, como a Casa de Oswaldo Cruz, no entanto, não se ocupavam inteiramente de assuntos ligados à agricultura, por essa e outras razões apresentavam limitações para a enorme dimensão dos projetos de governo para esse setor.

O propósito inequívoco de tornar o Brasil um país agroexportador, pautado na transformação da agricultura, para um modelo cada vez mais dependente das novas tecnologias, deveria ser um desdobramento, conforme mencionado anteriormente, de outros dois movimentos, quais sejam, tornar a agricultura uma atividade empresarial e fazer das terras consideradas ociosas, áreas “agriculturáveis”. A mudanças propostas para a agricultura e sua aplicação nessas duas vertentes tinha um obstáculo relevante. Em contraste à grande disponibilidade de novos recursos tecnológicos em termos de insumos e maquinários, bem como fomento estatal para adquiri-los, faltava gerência científica, planejamento pragmático para manejá-los. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 1973 para preencher essa lacuna (SOUZA; STAGNO, 1991, p. 03), e foi crucial no papel de dar suporte e supervisionar a transformação da agricultura brasileira em curso, ainda que as mudanças mais expressivas estivessem direcionadas para agricultura, num primeiro momento. Vieira Filho e Fishlow sintetizam:

A revolução verde, que se traduziu na disseminação de insumos modernos como fertilizantes, defensivos e sementes melhoradas em países em desenvolvimento, foi bastante restrita no contexto brasileiro. A experiência nacional diferenciou-se dos exemplos mexicano e asiático das décadas de 1950 e 1960 da importação de pacotes tecnológicos prontos. Na situação brasileira, foi preciso desenvolver capacidade doméstica de combinar novos conhecimentos aplicados ao clima tropical, em vez da simples intensificação do uso de fatores produtivos edificados para outros contextos (VIEIRA FILHO E FISHLOW, 2017, p. 28).

A Embrapa logrou-se como uma proposta genuína por diversos fatores. Luna e Klein (2019) realizam uma profunda incursão pelos traços mais autênticos da Embrapa, na qual destacam que essa empresa foi fundada realizando uma mescla de funções típicas de uma instituição científica com as de uma empresa governamental autônoma. Suas atribuições de instituição científica incluíam

investimento grandioso na formação de pessoal e intercâmbio entre profissionais em âmbito nacional e internacional.

A estrutura de organização da Embrapa não foge à proposta inovadora que a criou, suas unidades não eram divididas por áreas do conhecimento, como é típico de universidades e demais instituições científicas brasileiras (LUNA; KLEIN, 2019, p. 159). A Embrapa funciona por um modelo descentralizado, pelo qual as unidades de pesquisa são interdisciplinares e possuem critérios de divisão variados. Algumas unidades contemplam biomas específicos como o Cerrado e Pantanal; outras são direcionadas para um ou dois produtos específicos, por exemplo, a Unidade Soja e Algodão; categorias de produtos, o caso da Unidade Hortaliças; temáticas de pesquisa em diversos âmbitos, haja vista a Embrapa Recursos Genéticos; entre outros exemplos (VIEIRA FILHO E FISHLOW, 2017, p. 18).

No tocante aos agrotóxicos no Brasil, o papel da Embrapa de aporte científico-tecnológico foi particularmente importante, dada a difusão inicial desses produtos no Brasil, parcamente supervisionada e planejada. Na década de 1970, ainda não havia legislação específica para regulamentação desses insumos. Ainda nessa época, os agricultores tinham acesso aos produtos agrotóxicos, mas muitas vezes não tinham acesso ao mínimo de instrução de manejo, o que ocasionava a utilização inadequada, desprovida de critérios técnicos. Por exemplo, aplicações excessivas ou de produtos ineficazes para determinada praga, combinações de produtos altamente tóxicos, etc. (BUENO *et al.*, 2012, p. 38). Há que se assinalar que nesse momento ainda não fora cunhado o termo agrotóxico, e os nomes mais comuns pelos quais eram conhecidos eram defensivos agrícolas e pesticidas, de modo que o potencial tóxico desses produtos muitas vezes passava despercebido pelos agricultores. O uso equivocado propiciava episódios de contaminação do solo, água e intoxicação de aplicadores, além de ineficácia contra as pragas (BUENO *et al.*, 2012, p. 38).

Em vista desse cenário, a Embrapa inaugurou no Brasil, através de um programa piloto em 1974, o Manejo Integrado de Pragas (MIP).¹³ Em poucas palavras, MIP constitui uma combinação de diversas técnicas para o controle de pragas, capaz de garantir condição economicamente favorável para a produção agrícola, minimizando os efeitos colaterais negativos ao meio ambiente (DE PAULA JR. *et al.*, 2005, p. 135-162). O programa piloto foi desenvolvido nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. A recém-fundada Embrapa, no entanto, ainda não contava com know-how para realizar um MIP direcionado às particularidades do Brasil, para tanto, eram necessárias pesquisas que gerassem bancos de dados sobre a realidade das lavouras brasileiras. Mesmo assim, o projeto foi conduzido, basicamente transpondo um programa MIP estadunidense para a realidade brasileira, o que

¹³ Quando surgiu em meados da década de 1960 nos Estados Unidos, o objetivo era aparentemente voltado para a minimização de danos econômicos, e a sigla inicial empregada a princípio foi Controle Integrado de Pragas (CIP). A questão ambiental teria sido incorporada ao longo tempo a esse conceito, principalmente na década de 1970, quando prevaleceu a enunciação Manejo Integrado de Pragas (MIP) (DE PAULA JR. *et al.*, 2005; GRAVENA, 2011).

obviamente não era o ideal, mas foi a alternativa encontrada para Embrapa como atividade inaugural de MIP no Brasil.

Mais tarde essa ação pioneira desdobraria na criação de programas relativos ao MIP melhor adequados à realidade brasileira ainda na década de 1970 (GAZZONI, 1994, p. 17). O princípio de combinação de técnicas diversas preconizado pelo MIP por si só implicaria na redução de aplicação de agroquímicos, já que esse não seria o único método empregado contra as pragas. Entretanto, até anos 2000, não raro, ações denominadas MIP consistiam apenas no uso planejado e combinado de diferentes agrotóxicos (CAMPANHOLA; BETTIOL, 2003, p. 42). De todo modo, esse projeto foi um dos primeiros no Brasil a tratar o uso de agrotóxicos de maneira cientificamente embasada e planejada, o que por si só já evitaria muitos malefícios decorrentes do uso inadequado.

É relevante assinalar que já havia conhecimento por meio de instituições científicas brasileiras sobre os riscos dos agrotóxicos para a saúde humana, animal e para o meio ambiente, porém, na década de 1970, não lograram grandes êxitos no sentido de diminuir de forma contundente o uso desses produtos. O processo de consolidação desses produtos seguiria ao longo dessa década, com cada vez mais estímulos do governo ao consumo de agrotóxicos, restando às instituições científicas o papel de orientação para a minimização de danos.

Em aspectos gerais, as políticas do governo Médici para impulsionar transformações na agricultura brasileira trouxeram vantagens para a indústria dos agrotóxicos. Está claro que o Estado teve importante participação na consolidação desses produtos no país, seja por meio de crédito rural, incentivos fiscais e da política de expansão agrícola, para qual os agroquímicos eram imprescindíveis. Além disso, grande parte das pesquisas científicas no âmbito desses produtos eram financiadas pelo Estado. A primeira virada histórica dos agrotóxicos no Brasil já estava em curso no governo Médici, embora esse processo ainda não estivesse tão claro como seria no governo seguinte em termos de política de Estado.

GOVERNO GEISEL

Em março de 1974, se iniciava o mandato do general Ernesto Geisel, aquele que foi o quarto e penúltimo presidente do período em que vigorou a ditadura militar no Brasil. Os tempos de “Milagre Econômico Brasileiro” já haviam cessado, no entanto, o governo Geisel ainda logrou grande reconhecimento no âmbito econômico, cuja tônica foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Através desse plano, o governo Geisel buscou dar continuidade ao desenvolvimentismo, valorizando a ação do Estado como planejador e empreendedor econômico, apesar da crise internacional do petróleo (ARAÚJO; D’CASTRO, 2002, p. 09). As estratégias desenvolvimentistas do governo Geisel adotaram muitas rupturas com relação ao governo anterior, entretanto os

investimentos grandiosos, visando transformações da agricultura, ocuparam o rol das continuidades (MACARINI, 2011, p. 44).

Em aspectos gerais, as políticas do governo Médici para impulsionar o projeto de transformação da agricultura brasileira trouxeram vantagens para a indústria dos agrotóxicos. Em 1974, a produção total interna de agrotóxicos já era quase seis vezes maior do que em 1964, e entre 1970 e 1974, a produção de agrotóxicos aumentou a uma taxa de 19% ao ano (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 03). Mesmo assim, a produção interna era insuficiente, visto que a taxa de consumo aumentava 27% ao ano (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 03). Em vista disso, para suprir as demandas de consumo, a alternativa era a importação – observa-se que os agrotóxicos formulados importados correspondiam a 77% do consumo aparente em 1974 (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 03). Buscar alternativas para reduzir essa dependência de importações seria uma questão central nas políticas do governo Geisel.

II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (II PND)

O II PND preconizava expressivos investimentos no setor agropecuário, previa continuidade de programas iniciados no governo Médici, como o Proterra e o PIN, além de enfatizar a importância da Embrapa e da recém-criada Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater)¹⁴. Apesar de reconhecer a importância do processo de transformação da agricultura em curso desde os governos anteriores, o tom era mais austero e o governo apontava que para além de investimentos, o setor agropecuário deveria agora apresentar resultados:

Trata-se, agora, de exigir muito mais do setor agropecuário. Aquele novo papel na estratégia significa, de um lado, contribuição mais significativa a expansão do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador. Significa, de outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados (BRASIL, 1974, p. 41).

No âmbito dos agrotóxicos, o II PND previa um aumento no consumo desses produtos de 122%. Essa projeção é o primeiro indicador no documento quanto aos esforços estatais de fomento ao setor em questão. Paralelamente, conforme uma das diretrizes desse mesmo documento, o país adotaria uma política direcionada à garantia da autossuficiência de todos os produtos considerados insumos

¹⁴ A Embrater foi fundada em 1974, seu objetivo era promover e coordenar programas de assistência técnica e extensão rural. Essa empresa concentrou papéis de outros programas governamentais de objetivo semelhante, porém sua atividade era mais abrangente (LUNA; KLEIN, 2019, p. 152).

básicos, categoria na qual se inseriam os agrotóxicos também por determinação desse plano (BRASIL, 1974, p. 41).

A autossuficiência para os considerados insumos básicos viria de uma estratégia econômica conhecida de outros governos, a de substituição de importações. Entretanto, foi reconhecido que a autossuficiência total seria inviável em muitos casos. Em vista disso, foi estabelecido como objetivo a redução máxima da dependência de fontes externas, realizando, se necessário, associações com empreendimentos transnacionais, para garantir oferta em condições razoáveis de produtos como agrotóxicos. Esse ponto será muito importante para compreender o desenvolvimento da indústria de agrotóxicos no Brasil, que ocorreria majoritariamente no âmbito das transnacionais. Significa dizer que o que deveria ser exceção tornou-se quase que regra, conforme será abordado adiante.

Os produtos agrotóxicos que na década de 1950 ainda eram novidade no Brasil, cerca de vinte anos e cinco depois, já seriam considerados pelo governo brasileiro um “insumo básico”. Essa denominação inaugurou um processo de investimentos específicos e maciços na indústria agroquímica. Uma vez que o objetivo era diminuir a importação de agrotóxicos, garantindo sua autossuficiência, havia que se criar estratégias para lográ-lo.

PROGRAMA NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (PNDA)

Para dar lastro à promoção da indústria agroquímica preconizada no II PND, foi aprovado em agosto de 1975 o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Quase um ano após o lançamento do II PND, esse programa específico para os agrotóxicos, ao fornecer estratégias para os propósitos de governo já determinados em 1974, teria então como escopo a substituição de importações. Para a execução do PNDA, foi determinada a formação do Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento (GECA), que teria como membros representantes de vários componentes do aparelho estatal, como a Secretaria de Planejamento da Presidência (SEPLAN), os Ministérios da Indústria e Comércio (MIC), da Agricultura e da Saúde.

Em 1974, a produção interna de agrotóxicos representava apenas 22% do consumo desses produtos no Brasil, ainda muito dependente das importações (CDE, 1975, p. 05). Esse fator foi vastamente explorado entre as principais justificativas para a implantação do PNDA em 1975. Nomeadamente, foi estabelecido o objetivo de reduzir a dependência externa dos produtos agrotóxicos – de 76% em 1975 – para 50% até 1980. Ademais, o programa também visava ao aumento do consumo de agrotóxicos, à elevação da produção nacional e à implantação de novas fábricas, para que onze novos produtos do gênero passassem a ser sintetizados no país (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 04).

Um relatório do Conselho de Desenvolvimento Industrial, ligado ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC), apresenta que, em 1979, mais de onze novos produtos estavam sendo produzidos no Brasil, atestando que o PNDA havia alcançado suas metas (CARRARA JR., 1979). O mesmo documento atesta que as quantidades de produção (ou capacidade industrial) preconizadas pelo plano haviam sido atendidas em sua maioria e quando não completamente, tinham comprovado condições de fazê-lo até 1980, ano estipulado para as projeções do programa. Outros dois produtos que o plano não havia mencionado, passaram a ser produzidos no Brasil, o Fosfeto de Alumínio e o Glifosato.

O incremento na produção de agrotóxicos em território nacional obviamente dependeu da expansão industrial e de alianças entre empresas e Estado. Sublinha-se que a partir do PNDA, o governo federal, entre outras medidas, como isenção fiscal, investiu mais de US\$ 200 milhões para fomentar a implantação e o desenvolvimento da indústria agroquímica no Brasil (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 02). Nesse ponto, é relevante salientar que a produção de agrotóxicos possui várias etapas diferentes. O fomento estatal direcionado às indústrias, visava sobretudo às etapas finais de produção, quais sejam, a produção de ingrediente ativo e a formulação de produtos. Os insumos das etapas anteriores, nomeadamente, as matérias primas e os produtos técnicos, ainda continuaram a ser importados (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 07; SILVEIRA; FURTINO, 1990, p. 140), além disso, a maior parte da produção nacional ainda advinha de empresas de matriz estrangeira (ALVES; FLORES, 1984, p. 12). A dependência das importações foi reduzida em termos relativos, os produtos importados passaram a representar 50,4% do consumo aparente de agrotóxicos, atendendo outra meta estabelecida pelo programa (PESSANHA; MENEZES, 1985, p. 04). Contudo, as prospecções de significativa economia de divisas, através da estratégia de substituição das importações de agrotóxicos, na prática não foram concretizadas (TERRA, 2008, p. 56). Esses fatores são os principais alvos de críticas ao PNDA, pois teriam inviabilizado a consolidação de uma indústria brasileira de agroquímicos verdadeiramente independente. A forma de condução do PNDA em verdade fortaleceu as transnacionais estrangeiras e patrocinou a expansão de seus parques industriais.

No rol das metas não logradas do PNDA, estão as projeções de aumento de consumo. Conforme mencionado anteriormente, houve um crescimento exponencial do consumo de agrotóxicos entre 1970 e 1974, tal consumo proveniente, em sua maioria, de importações. Entre 1975 e 1979, ou seja, nos anos em que funcionava o PNDA, houve uma mudança de perfil dos produtos agrotóxicos adquiridos no Brasil. Devido às transformações possibilitadas pelo programa, essa mudança de perfil se refere ao fato de que os agrotóxicos consumidos no país eram advindos da produção no próprio território brasileiro, ao menos parte das etapas dessa produção. A expectativa de grandioso aumento do consumo, no entanto, não se concretizou, devido a uma conjunção de fatores, entre eles justamente o fato de que já houvera um aumento expressivo no quinquênio anterior. Ademais, os investimentos em ciência e em tecnologia teriam contribuído para transformar o padrão de uso de agroquímicos,

tornando-o mais planejado e ponderado, no sentido de evitar aplicações excessivas e desnecessárias (ALVES; FLORES, 1984, p. 08). Nesse ponto, destaca-se uma alteração fulcral no âmbito técnico de aplicação de agrotóxicos que se desenvolveu ao longo da década de 1970. Basicamente adotou-se a aplicação de produtos líquidos altamente concentrados, em detrimento de produtos em pó de baixa concentração, que demandavam grande volume físico de agrotóxicos. As novas práticas possibilitavam maior alcance dos venenos por toda extensão de área das lavouras, empregando menor volume de produto, e menor tempo de aplicação, muito embora exigissem maiores cuidados com relação à manipulação dos agrotóxicos, que mais concentrados, tinham o potencial tóxico também aumentado (AGROANALYSIS, 1980, p. 13).

Apesar da relativa estagnação de consumo de agrotóxicos ente 1975 e 1979, um documento de avaliação de metas do PNDA atestou que o Brasil estava entre os cinco maiores mercados consumidores de agrotóxicos do mundo em 1979 (CARRARA JR., 1979). Ademais, em vista da expansão industrial das empresas de agroquímicos e do incremento da produção no Brasil preconizados pelo PNDA, o país passaria a desempenhar também o papel de exportador. Tratava-se de um novo significado para a indústria agroquímica no país, e que seria observado de maneira mais expressiva na década de 1980. Essas exportações se encaminhavam sobretudo para países sul-americanos, os quais ainda não contavam com uma produção nacional expressiva de agrotóxicos. Além das exportações para os países vizinhos, destaca-se as chamadas exportações intrafamiliares de grandes empresas, que se dirigiram sobretudo para os EUA, Alemanha Ocidental, Colômbia e Países Baixos (SILVEIRA; FURTINO, 1990, p. 143).

Para além das metas de fomento da indústria e incentivo ao consumo de agrotóxicos, o PNDA, no seu documento de fundação, previa uma outra linha de atuação denominada como *medidas de ordem técnica*. Dentre os participantes da comissão responsável pelas metas técnicas sublinha-se químico Paulo Barragat¹⁵, funcionário da Casa de Oswaldo Cruz, que assinou diversos pareceres sobre o PNDA e compilou vários outros documentos que foram de suma importância para o aporte de informações deste artigo, arrolados no fundo arquivístico que leva seu nome, na Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Essa segunda via, cuja competência era institucional-governamental, versava sobre investimentos em infraestrutura necessária para supervisionar e fiscalizar a produção, comércio e aplicação de agrotóxicos no Brasil. O PNDA incumbiu ao Ministério da Agricultura muitos desses

¹⁵ Paulo Barragat foi um cientista brasileiro com experiência na área de química, teve importante atuação em instituições públicas de saúde no Brasil, liderando projetos de erradicação de doenças tropicais e também de monitoramento agrícola. Foi membro titular da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina e da Diretoria e Conselhos Consultivos do Drug Center. O acervo que leva seu nome na Casa de Oswaldo Cruz guarda documentos importantes para esta investigação, já que Barragat fazia parte do Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) em 1975. Por isso, reuniu muitos documentos oficiais vinculados ao governo federal sobre agroquímicos no Brasil nos anos setenta.

empreendimentos, como a instalação de estações fitossanitárias, de laboratórios especializados em análises de agrotóxicos e do Centro Nacional de Pesquisa de Produtos Fitossanitários, entre outras estruturas. A viabilização desses projetos obviamente incluiria a contratação de corpo profissional qualificado e significaria um incremento no aparato de ciência e tecnologia relacionado aos agrotóxicos.

Relatórios de acompanhamento do PNDA de 1979 reconhecem que muitas das metas de ordem técnica não haviam saído do papel, outras se encontravam inconclusas (CARRARA JR., 1979). Um artigo da revista *Agroanalysis* (1980) reforça tal ideia confirmando que muito do que foi previsto no PNDA em termos de infraestrutura para o monitoramento dos agrotóxicos se encontrava pendente naquele momento. Também é destacado que um decreto que proibia a contratação de funcionários em âmbito federal a partir de 1980 representaria um obstáculo final para o cumprimento de metas técnicas do PNDA. Entidades governamentais envolvidas com o PNDA atribuíam o atraso e não realização de obras referentes à base técnica à falta de recurso do Ministério da Agricultura. Em vista dessas informações, observa-se que as chamadas metas de ordem técnica foram de certo modo negligenciadas, sobretudo quando se atesta maior eficiência para as determinações relacionadas à expansão industrial e ao consumo de agrotóxicos. Efetivamente, o investimento no aparato de supervisão científica-tecnológica poderia e deveria ter sido mais expressivo.

Apesar das insuficiências das metas técnicas do PNDA, há que se reconhecer na década de 1970, em especial no período do governo Geisel, que os agroquímicos obtiveram atenção de entidades de ciência, tecnologia e saúde como nunca antes no Brasil. Merece destaque, a inauguração em Jaguariúna o Centro de Monitoramento de Defensivos Agrícolas ligado à Embrapa, tardiamente inspirado nas metas do PNDA.

SNCR – GOVERNO GEISEL

O PNDA foi criado no governo Geisel, seus efeitos para a indústria de agrotóxicos foram de suma importância, mas cabe ainda uma mirada para a situação de importantes sistemas de fomento a esse setor industrial que precederam o governo Geisel e foram por ele continuados. As condições do SNCR, que proporcionavam uma série de facilidades aos produtores, constituíram grande fator de incentivo para a aquisição de produtos agrícolas entre os quais se incluem os agrotóxicos. Nesse sentido, enfatiza-se os influxos desse sistema de crédito na viabilização de consumo de agrotóxicos (FERREIRA; CARVALHO; DO CARMO, 1986, p. 11). Muitas literaturas versam sobre nexos entre o SNCR e a obrigatoriedade de aquisição de agrotóxicos. Na checagem das fontes disponíveis, foi verificado que essa obrigação se trata na verdade da categorização de créditos dentro do SNCR, sendo

o denominado crédito de custeio direcionado diretamente para o financiamento de insumos diversos, entre eles, os agrotóxicos.

Observa-se dois momentos do SNCR durante o governo Geisel, o ano de 1976 seria o marco de transformações. Entre 1974 até meados 1976, o SNCR buscava acompanhar as determinações do II PND, esse sistema de crédito foi expressivamente impulsionado, especialmente o crédito de custeio e investimento, que está relacionado com o financiamento de maquinário e insumos. O aumento da inflação em meados de 1976 levou o governo a repensar o II PND, através de uma política de contenção de gastos, o desenvolvimento do plano foi desacelerado. A partir de 1976 até 1980, o SNCR passa por um processo de redução gradativa, sendo uma característica dessa diminuição, não os cortes gerais, mas a priorização do crédito de custeio, que financiava produtos como agrotóxicos e fertilizantes. Obviamente, em tempos de cortes de gastos, o crédito de custeio demandava menos inversões governamentais, se comparado ao crédito de investimento voltado para maquinário.¹⁶

A priorização do crédito de custeio em detrimento ao de investimento evidencia que, em princípio, a crise no SNCR não teria afetado o financiamento de agrotóxicos. Os indicadores disponíveis mostram que, até 1980, já no governo Figueiredo, as condições do SNCR eram favoráveis à compra desses insumos (FERREIRA; CARVALHO; DO CARMO, 1986, p. 26). Nesse sentido, a estagnação do consumo de agrotóxicos ao final da década de 1970, que frustrou as projeções do PNDA e do II PND, não se justificam pela crise do SNCR, ao menos não até o início da década de 1980. Posteriormente, a crise se aprofundaria e esse sistema de crédito seria praticamente extinto, ao menos quanto aos moldes em que fora criado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O expressivo aumento do consumo e produção interna de agrotóxicos, comparado às décadas anteriores a 1970, e o fato de o Brasil ter se tornado inclusive exportador desses produtos ao longo da década de 1970 são fatores centrais de evidência de que esse período representou um ponto de inflexão na história desses produtos. Para além das estatísticas de incremento de produção e consumo, destaca-se que nesse período foram inauguradas instituições de ciência e tecnologia, que se somaram a outras já existentes, tornando os agrotóxicos temas recorrentes de pesquisa e extensão. Essa nova etapa na história dos agrotóxicos inaugurou uma visão crítica desses produtos, cientificamente embasada, que em muitos casos passou a ponderar reduções de aplicações, objetivando aplicações

¹⁶ A questão do SNCR entre 1974-1979 é amplamente sublinhada no artigo de Vivian de Fürstenau (1987), intitulado *A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960*, que por sua vez fundamenta suas discussões no trabalho de Alexandre Comin e Geraldo Müller (1986), *Crédito, modernização e atraso*. Ambos foram consultados e optou-se por referenciar ambos, pois foi justamente a complementaridade das discussões que trouxe maior contribuição para o presente artigo.

planejadas e reduções nos impactos negativos. Nesse último ponto, destaca-se que muito mais poderia ter sido feito quanto ao monitoramento institucional aos agrotóxicos, prova disso foi o não atendimento ou adiamento dos investimentos de ordem técnica preconizados pelo PNDA.

O presente artigo, apresentou dados indicativos da virada na história dos agrotóxicos na década de 1970 e considerando as informações compiladas até aqui, é também evidente o papel fundamental do Estado como agente transformador. O grande projeto estatal da ditadura para a agricultura teve sua tônica nos governos Geisel e Médici. Apesar das nuances e enfoques distintos, o fomento aos produtos agrotóxicos foi um ponto em comum em ambos os governos. Medidas estatais diretas ou indiretas nesse sentido desenharam uma nova realidade para esses produtos na década de 1970, convocando outros atores fundamentais para participarem da trama, o empresariado do setor agroquímico, os cientistas funcionários do Estado e, é claro, os produtores rurais.

O incremento da produção e consumo de agrotóxicos está inserido num grande projeto de transformação agrícola, que não alterou a estrutura fundiária ou relações de trabalho no campo. Através da oferta abundante de crédito, o Estado coagia ao consumo de fertilizantes e agrotóxicos, visando ao aumento da produtividade e à viabilização da expansão da fronteira agrícola, ao tornar solos “agricultáveis”, ao passo que destituía povos originários de suas terras. A grande transformação no setor agropecuário empreendida pelos militares jamais questionou a alta concentração fundiária, ou desafiou o poder das elites rurais conservadoras, entre as quais encontrava aliados (LUNA; KLEIN, 2019, p. 360).

No âmbito dos fomentos estatais destaca-se o papel SNCR, os incentivos fiscais e a instituição do PNDA. No âmbito da ciência, tecnologia e extensão destaca-se a criação Embrapa e da Embrater, bem como o surgimento de pesquisas sobre agrotóxicos em instituições já consagradas do país, como o Instituto Biológico e a Casa de Oswaldo Cruz. Empresas de agrotóxicos, em sua maioria transnacionais, contaram com expressivas expansões estruturais para que ao menos quatorze novos produtos passassem a ser produzidos no Brasil.

Vale mencionar ainda a negligência do ponto de vista legislativo, visto que a regulamentação específica de agrotóxicos foi criada somente em 1989. Durante a década de 1970 e 1980 o aparato regulamentador desses produtos funcionou basicamente por meio de portarias. Tal fator, direta ou indiretamente, constituiu um incentivo a mais para a atração do capital estrangeiro, com estabelecimento de transnacionais no país.

O endividamento do país levou a um período de austera recessão nos anos finais da ditadura militar e no período de redemocratização. O crédito agrícola foi drasticamente diminuído, o marco dessa redução foi o fim da conta movimento do Banco do Brasil em 1986 e a instituição da Caderneta de Poupança Rural. As políticas de fomento estatal à indústria agroquímica também foram comprimidas, e nesse momento tiveram influxos no decréscimo do consumo de agrotóxico. Algumas

empresas passaram a trabalhar inclusive com sua capacidade de produção reduzida. Entretanto, outras alternativas de crédito apareceriam sobretudo na década de 1990, seguindo, porém, o modelo neoliberal. Com a crise do crédito agrícola estatal, foram implantados fundos de financiamento agropecuário e a criação de títulos que conectavam a agricultura e o mercado financeiro (GASQUES; VILLA VERDE, 1995, p. 41).

O agronegócio despontaria como modelo principal de base neoliberal na realidade brasileira e outros pontos de inflexão seriam verificados na questão dos agrotóxicos em outros recortes temporais. Esse tema, porém, extrapola os objetivos estabelecidos neste artigo. Mesmo assim, como consideração final, sublinha-se que a primeira virada dos agrotóxicos na década de 1970 foi fundamental para o itinerário desses produtos nos anos que se seguiriam, sobretudo quando consolidado o agronegócio. Constituem um legado da política desenvolvimentista e protecionista dos militares; o estabelecimento das grandes transnacionais; e expansão de seus parques industriais; o investimento pioneiro em ciência e tecnologia voltadas para o estudo dos agrotóxicos; bem como inauguração de instituições de assistência aos produtores sobre o manuseio de tecnologias agrícolas.

REFERÊNCIAS

ALÓE, Lysis. *Formulação e síntese de defensivos agrícolas no Brasil e nossa capacidade de exportação*. Transcrição Palestra – Seminário de Química Ambiental e Ecotoxicologia – São Paulo, 24 de outubro de 1977. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, 1977.

ALVES, Aldo; FLORES, Murilo. *A política nacional de defensivos agrícolas*. IX SECITAP – Semana de Ciência e Tecnologia em Agropecuária. Jaboticabal: SECITAP, FCAV/UNESP, 1984. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1024252>. Acesso em: 13 out. 2022.

ARAÚJO, Maria Celina; D'CASTRO, Celso. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union*. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:5587d57e-d34a-4618-95a2-c291d30d47ab#pageNum=3>. Acesso em 13 out. 2022.

BRASIL. *Decreto n. 10.833*, de 7 de outubro de 2021. Altera o Decreto n. 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10833&ano=2021&ato=0f6EzY65UMZpWT32c>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. *Discurso do General Emílio Garrastazu Médici ao tomar posse no cargo da Presidência da República*. Brasília: Presidência da República: outubro de 1969. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/discorso-de-posse/discorso-de-posse/view>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. *I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND*. Brasília: Presidência da República, dezembro de 1971. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND*. Brasília: Presidência da República, setembro de 1974. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. *Lei n. 4.829, de 05 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural*. Brasília: Presidência da República, novembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4829-5-novembro-1965-368469-norma-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. *Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências*. Brasília: Coordenação de Estudos Legislativos – Cedi, novembro de 1965. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=614EC16F7D8D7AE269B05055528F1B7D.proposicoesWebExterno1?codteor=356265&filename=LegislacaoCitada+-PL+6189/2005. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. *Programa Estratégico de Desenvolvimento*. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, julho de 1967. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1070>. Acesso em: 13 out. 2022.

BUENO, Adeney de Freitas et al. Histórico e evolução do manejo integrado de pragas da soja no Brasil. In: HOFFMAN-CAMPO et al. *Soja: manejo integrado de insetos e outros artrópodes-praga*. Brasília, DF: Embrapa, 2012. p. 37-74.

BÚRIGO, Fábio Luiz et al. O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e Descontinuidades no período 2003-2014. *Estudos Sociedade E Agricultura* 29, no. 3 (2021). <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6>.

CAMPANHOLA, Clayton; e BETTIOL, Wagner. *Métodos Alternativos de Controle Fitossanitário*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

CARRARA JR., Ernesto. *Programa Nacional de Defensivos Agrícolas: 10º Relatório de progresso*. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, fevereiro de 1979.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan.-mar. 2017, p.75-91.

- COMIN, Alexandre; MÜLLER, Geraldo. *Crédito, modernização e atraso*. São Paulo: CEBRAP, 1986.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE). *Programa Nacional de Defensivos Agrícolas*. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, agosto de 1975. p. 3-74.
- DE PAULA JR., Trazilbo José de et al. Controle Alternativo de Doenças de Plantas – Histórico. In: VENZON et al. *Controle Alternativo de Pragas E Doenças*. Viçosa – MG: EPAMIG/CTZM, 2005. p. 135-162. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1024852>. Acesso em: 13 out. 2022.
- DOWLER, Crispin. Revealed: Europe and the UK's Vast Shipments of Banned, Bee-Killing 'Neonics'. *Unearthed* (18 de novembro de 2021). Disponível em: <https://unearthed.greenpeace.org/2021/11/18/revealed-europe-and-the-uks-vast-shipments-of-banned-bee-killing-neonics/>. Acesso em: 13 out. 2022.
- ENAP, R. A Atuação do DASP na Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Emílio G. Médici (1º de março de 1974) - Dimensionamento de um Desempenho Satisfatório. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 109, n. 1, p. 07-10, 2017. DOI: 10.21874/rsp.v0i1.2360. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2360>. Acesso em: 13 out. 2022.
- Equipe da redação Agroanalysis. O Defensivo Agrícola. *Agroanalysis* 4, n. 10. (outubro de 1980): p. 7-30. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/57158>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FERREIRA, Célia Regina Roncato Penteado Tavares; CARVALHO, Flávio Condé de; DO CARMO, Antônio José Braga. Evolução do setor de defensivos agrícolas no Brasil 1964-83. *Agricultura em São Paulo (Brasil)*, v. 33 (1-2) p. 1-53, 1986.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 11 out. 2022.
- FRIEDRICH, Karen (org.). *Dossiê contra o pacote de veneno e em favor da vida*. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2021/07/LIVRO-DOSSIE-CONTRA-O-PACOTE-DO-VENENO.pdf>. Acesso em 10 out. 2022.
- FÜSRTEAU, Vivian. FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. *Ensaio FEE*, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987.
- GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro. Novas Fontes de Recursos, Propostas e Experiências de Financiamento Rural. *RESR*, p. 39-80, 1996. Disponível em: <http://www.resr.periodikos.com.br/article/5d89102e0e88252667c51225>. Acesso em: 13 out. 2022.
- GAZZONI, Décio Luiz. *Manejo de pragas da soja: Uma abordagem histórica*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.
- Governo do Estado de Alagoas. *Fábrica de Pesticidas*. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, 1974.

GRAVENA, Santin. História do controle de pragas na citricultura brasileira. *Citrus Research & Technology*, v. 32, n. 2, p. 85-92, set. 2011. Disponível em: <https://citrusrt.ccsm.br/article/5964e70d0e88250c33082b38/>. Acesso em: 13 out. 2022.

GRIGORI, Pedro. Afinal, O Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? *Agência Pública/Repórter Brasil*. 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/>. Acesso em: 13 out. 2022.

GRIGORI, Pedro. Agrotóxico, veneno, defensivo? Entenda a disputa pelo nome desses produtos agrícolas. *Agência Pública/Repórter Brasil*. 24 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/agrotoxico-veneno-defensivo-entenda-a-disputa-pelo-nome-desses-produtos-agricolas/>. Acesso em: 13 out. 2022.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Feeding the World: Brazil's Transformation into a Modern Agricultural Economy*. New York: Cambridge University Press, 2019.

Lignani, Leonardo de bem. O projeto BRA-24 no Instituto Biológico (1968-1975): política agrícola, agências internacionais e as pesquisas sobre agrotóxicos. In: *XVI Seminário de História da Ciência e da Tecnologia*. Campina Grande: UFCG/UEPB, 2008. https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545153014_ARQUIVO_16SNHCT_Leonardo-Bem-rev.pdf.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova Economia*, v. 15, n. 3: p. 53-92, set/dez 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/CDqqSX6QKhCbgJBkPQQ55B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. Governo Geisel: Transição Político-Econômica? Um Ensaio de Revisão. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 15, n. 1, p. 30-61, abr. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1415-98482011000100002>. Acesso em: 13 out. 2022.

MANÉO, Fernanda Peixoto. *Caracterização de resíduos de Hexaclorociclohexano (HCH): estudo de caso da Rua Capua – SP*. 2013. Dissertação (mestrado). Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.ipt.br/pos_graduacao_ipt/solucoes/dissertacoes/735-caracterizacao_de_residuos_de_hexaclorociclohexano_hch_o_caso_da_rua_capua_santoandre_sp.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO (MIC). *Avaliação das metas PNDA*. Rio de Janeiro: Fundo Paulo Barragat: inventário, Casa de Oswaldo Cruz- Departamento de Arquivo e Documentação, 1981.

PESSANHA, Bruno Marcus Rangel; MENEZES, Francisco Antonio da Fonseca. A Questão Dos Agrotóxicos, *Agroanalysis*, v. 9, n. 9, p. 2-22, set. 1985. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/2649>. Acesso em: 13 out. 2022.

ROHDEN, Júlia. Anvisa suspende testes de agrotóxicos nos alimentos há mais de dois anos. *Agência Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/anvisa-suspende-testes-de-agrotoxicos-nos-alimentos-ha-mais-de-dois-anos/>. Acesso em: 13 out. 2022.

SALATI, Paula. Liberação de agrotóxicos em 2021 bate novo recorde na série histórica; maioria é genérico. Portal G1 (6 de dezembro de 2021). Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/12/06/liberacao-de-agrotoxicos-em-2021-bate-novo-recorde-na-serie-historica-maioria-e-generico.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2022.

SILVA, André Felipe Cândido da. *Ciência nos cafezais: a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929)*. 2006. Dissertação (mestrado). Casa De Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6127>. Acesso em: 13 out. 2022.

SILVA, Felipe Maia Guimarães. O agrarismo brasileiro em questão: os intelectuais formação do capitalismo agrário brasileiro”. *Estudos. Sociais e Agricultura*, v. 22 no. 2, p. 273-285, out. 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/505>. Acesso em: 13 out. 2022.

SILVEIRA, José Maria F. J. da; FURTINO, Ana Maria. O Plano Nacional De Defensivos Agrícolas e a criação da Indústria Brasileira de Defensivos. *Agricultura em São Paulo*, v. 37, n. 3, p. 129-146, dez. 1990.

SOUZA, Iván Sergio Freire; STAGNO, Horácio. In: PUIGNAU, P. (ed). *Organismos de investigação agropecuária nos países do Cone Sul: o caso EMBRAPA, Brasil*. Montevideo: IICA-PROCISUR, 1991.

TAMBELINNI, Ana Maria Testa. A Abrasco e os Anos de Chumbo: a Comissão da Verdade no campo da saúde. In: LIMA, Nísia Trindade; SANTANA, José Paranaguá de; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. *Saúde Coletiva a Abrasco Em 35 Anos De história*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q4gzb/05>. Acesso em: 13 out. 2022.

TERRA, Fábio Henrique Bittes. *A Indústria De Agrotóxicos No Brasil*. 2008. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/15861>. Acesso em: 13 out. 2022.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. *Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade*. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29768. Acesso em: 13 out. 2022.



ALGUNS FATORES QUE ENVOLVEM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

MARCIO ANTÔNIO ALVES DA ROCHA

Técnico em Microfilmagem do Núcleo de Documentação e Informação
Histórica Regional - NDIHR-IGHD-UFMT

Especialista em Gestão de Arquivos e Documentos e em Gestão Eletrônica de Documentos-
Administração Pública (Unyleya)

Graduado em Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação (UNIP)
marciorochadf@gmail.com

RESUMO

Neste artigo é apresentado alguns dos fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos, enfocando sua importância para a gestão de documentos arquivísticos. Assim, aborda de forma simples e objetiva acerca do Diagnóstico Institucional; Sistema de Informação (SI); Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED; Digitalização; Certificação Digital; e-ARQ Brasil; Recursos e Ferramentas; Treinamento; Implantação; Manutenção e Acompanhamento.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. GED. Digitalização de Documentos.

ABSTRACT

This article presents some of the factors that involve the implementation of electronic document management systems, focusing on its importance for the management of archival documents. Thus, it approaches in a simple and objective way about the Institutional Diagnosis; Information System (IS); Electronic Document Management - EDM; Digitalization; Digital Certification; e-ARQ Brazil; Resources and Tools; Training; Implementation; Maintenance and Monitoring.

Keywords: Information Technology. EDM. Document Scanning.

1. INTRODUÇÃO

Diante do grande avanço tecnológico e a forte presença da Tecnologia da Informação (TI), vem sendo necessário as organizações se adaptarem as exigências impostas pelos efeitos da globalização. De acordo com Rezende (2003), a tecnologia da informação engloba um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e o uso da informação, os sistemas de informação, o conjunto de partes que geram a informação (software e hardware), e os sistemas de conhecimentos, aqueles em que são geradas as informações com os conhecimentos agregados.

Neste contexto, com o crescente aumento de documentos produzidos pelas organizações, torna-se necessário a escolha e a implantação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Este sistema deverá ter a capacidade de realizar as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos, desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento

até a sua destinação final, processado eletronicamente e aplicável em ambientes eletrônicos digitais e ambientes híbridos, isto é, documentos convencionais e eletrônicos ao mesmo tempo de modo seguro bem como fornecendo suporte para a preservação e conservação da vida informacional da organização.

Assim, serão abordados de forma simples e objetiva alguns dos fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos.

2. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Segundo o CONARQ (2011), o programa de gestão arquivística de documentos deve ter como base a política arquivística e a designação de responsabilidades definidas, além do contexto jurídico-administrativo, de forma que esteja de acordo com a missão institucional e a legislação vigente. O planejamento envolve o levantamento e a análise da realidade institucional, o estabelecimento das diretrizes e procedimentos a serem cumpridos pelo órgão ou entidade, o desenho do sistema de gestão arquivística de documentos e a elaboração de instrumentos e manuais.

O diagnóstico da instituição é uma fase de extrema importância, pois ao ser realizado demonstra a realidade documental da organização, assim, é possível se obter o conhecimento da documentação que se encontra em suporte de papel e digital, para que se estabeleça o planejamento baseado no conjunto de conhecimentos da área arquivística e na realidade encontrada na organização.

Também é necessário ser realizada uma análise estratégica do ambiente interno da organização para que se possa identificar os pontos fortes/pontos fracos relacionados as habilidades dos colaboradores envolvidos no que tange aos conhecimentos básicos da área arquivística bem como da área de tecnologia da informação, pois um sistema eletrônico de gestão de documentos, promove a interação de pessoas, hardware, software, banco de dados e telecomunicações.

Acerca dos métodos utilizados para analisar os fatores que envolvem a implantação de um sistema eletrônico de gestão de documentos, algumas tarefas fundamentais devem ser cumpridas no planejamento, destacam-se as seguintes:

- Reuniões com o envolvimento da alta direção.
- Entrevistas com a alta direção, colaboradores e demais departamentos envolvidos.
- Relatórios dos departamentos da organização.
- Questionários com perguntas fechadas e abertas junto aos colaboradores da organização.
- Lista com critérios básicos do modelo de requisitos para o sistema eletrônico de gestão de documentos.

Com a aplicação das ferramentas metodológicas será possível indicar alguns dos resultados a serem alcançados com a implementação do sistema eletrônico de gestão de documentos na organização.

3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO (SI)

Segundo Laudon e Laudon (2014), um Sistema de Informação (SI) pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle em uma organização. Três atividades em um sistema de informação, geram informações de que as organizações necessitam para tomar decisões, controlar operações, analisar problemas e criar novos produtos e serviços.

Tais atividades são:

- Entrada; captura ou coleta dados brutos de dentro da organização ou de seu ambiente externo.
- Processamento; converte dados brutos em uma forma mais significativa.
- Saída; transfere as informações processadas às pessoas que as utilizarão ou às atividades nas quais serão empregadas.

É importante destacar que os sistemas de informações também requerem um feedback, que é uma resposta a ação adotada a determinados membros da organização para ajudá-los a avaliar ou corrigir o estágio da entrada.

Portanto, fica evidenciado que sistemas de informação são muito mais do que computadores, a sua utilização com eficiência requer entendimento das dimensões organizacional, humana e tecnológica para que assim seja de fato capaz de oferecer soluções importantes aos problemas e desafios enfrentados pelas organizações.

Vale esclarecer sobre a diferença entre sistema de gerenciamento arquivístico de documentos e sistema de informação. Rondinelli (2005) apresenta esse entendimento de Berman (1993), a revelar que:

[...] Sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos mantêm e apoiam a recuperação de documentos arquivísticos, enquanto sistemas de informação armazenam e fornecem acesso à informação. Sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos são diferenciados de sistemas de informação dentro das organizações, pelo papel que desempenham em fornecer às organizações prova de transações [...].

Posto isto, considera-se que o sistema aqui tratado seja capaz de realizar as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos, desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final, processado eletronicamente e aplicável em ambientes eletrônicos digitais e ambientes híbridos, isto é, documentos convencionais e eletrônicos ao mesmo tempo, bem como fornecendo suporte para a preservação e conservação.

Um sistema eletrônico de gestão de documentos bem estruturado, alinhado com a organização documental, de acordo com as normas arquivísticas e desenvolvido em conformidade com um modelo de requisitos correto, trazem respostas satisfatórias para as organizações, bem como conferirá credibilidade a produção e a manutenção de documentos arquivísticos.

Os bancos de dados são utilizados nos sistemas de informação, são o método de armazenamento preferencial dos sistemas de informações e baseiam-se em tecnologias padronizadas de bancos de dados.

De acordo com PINTO e SANTOS (2009) um banco de dados é um conjunto de informações com uma estrutura regular que pode ser desde simples tabelas em um único arquivo até gigantescos bancos com milhões de registros armazenados de forma segura e inteligente em diversos discos rígidos. Os registros armazenados nestes mecanismos mantêm relacionamentos e chaves identificadoras para cada um dos registros, proporcionando o acesso direto.

4. GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS – GED

Segundo os autores BALDAM; VALLE; CAVALCANTI (2002), o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) é considerado uma tecnologia estratégica que otimiza o processo de tomada de decisão nas organizações, pois o gerenciamento eletrônico de documentos tem se destacado em processos de otimização de informações atualmente. Trata-se de uma solução que propõe agilizar o fluxo de documentos, gerenciar as informações contidas nesses documentos, aumentar a velocidade na troca de informações, tornar os processos de negócios mais rápidos e garantir agilidade na recuperação de documentos.

O gerenciamento eletrônico de documentos é uma solução com um conceito que pode ser aplicado em todos os segmentos de negócios, seja qual for o tamanho da demanda documental do negócio, sendo um sistema que converte informações em voz, texto ou imagem para a forma digital, para isso é necessário o desenvolvimento de um projeto de gerenciamento que utilize um conjunto de tecnologias inerentes que tenha como resultante o aperfeiçoamento de recursos já existentes.

4.1. Tecnologias do gerenciamento eletrônico de documentos

São tecnologias do GED:

- Document Management (DM); é a tecnologia que permite gerenciar com mais eficácia a criação, revisão, aprovação e descarte de documentos eletrônicos.
- Document Imaging (DI); é a tecnologia de GED que propicia a conversão de documentos do meio físico para o digital.
- Workflow Management / BPM; controla e gerencia processos dentro de uma organização garantindo que as tarefas sejam executadas pelas pessoas corretas no tempo previamente definido, tem a finalidade de organizar tarefas, prazos, trâmites, documentos e sincronizar a ação das pessoas.
- COLD/ERM; tecnologia que trata páginas de relatórios, incluindo a captura, indexação, armazenamento, gerenciamento e recuperação de dados.
- Capture; acelera processos de negócio através da captação de documentos e formulários, transformando em informações confiáveis e recuperáveis, possíveis de serem integradas a todas as aplicações de negócios.
- Forms Processing; tecnologia que possibilita reconhecer as informações e relacioná-las com campos em bancos de dados, automatizando o processo de digitação. Neste sistema são utilizados o ICR (Intelligent Character Recognition) e o OCR (Optical Character Recognition) de modo a fazer o reconhecimento automático de caracteres.
- Records and Information Management (RIM); é o gerenciamento do ciclo de vida de um documento, independente da mídia em que se encontra armazenado.

4.2. Resultados

A implementação do gerenciamento eletrônico de documentos bem estruturado proporcionará diversos benefícios para a organização, entre tantos destacam-se alguns:

- Acesso on-line e descentralizado dos dados e informações.
- Maior domínio dos dados e informações.
- Múltiplos acessos a um mesmo documento de modo simultâneo.
- Economia de espaço de armazenamento.
- Agilidade na busca e recuperação de documentos.
- Acompanhamento de andamento dos documentos.

5. DIGITALIZAÇÃO

Segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005) do Arquivo Nacional (Brasil), digitalização é o processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner. O processo de escaneamento ou digitalização consiste em gerar um representante digital fiel ao documento original.

De acordo com o CONARQ (2011), para garantir uma cópia digital de qualidade é necessária uma estrutura mínima, equipamentos e conhecimento técnico. Estes dois fatores são de grande importância no processo de digitalização para que se possa alcançar e garantir a legibilidade necessária no representante digital.

Portanto, para a definição do tipo de equipamento de captura digital a ser utilizado, os profissionais envolvidos na área técnica devem listar as especificações dos equipamentos necessários objetivamente, de modo a atender minimamente às demandas identificadas junto ao projeto de digitalização, de tal forma a possibilitar a conversão em larga escala dos variados documentos contidos nos acervos bem como o quantitativo documental. Também é importante destacar que, no que se refere a digitalização de documentos arquivísticos, devem ser observadas todas as normas envolvidas, sendo leis, decretos, normativos e boas práticas recomendadas pelo Arquivo Nacional (CONARQ).

Antes do início do processo de digitalização, pressupõe-se que o tratamento arquivístico dos documentos e a avaliação e seleção dos conjuntos documentais a serem digitalizados, já tenham sido desenvolvidos, e que o acervo arquivístico selecionado tenha sido previamente higienizado, identificado e organizado. É importante destacar que o processo de digitalização deverá ser realizado, preferencialmente, nas instalações das instituições detentoras do acervo documental, evitando seu transporte e manuseio inadequados, e a possibilidade de danos causados por questões ambientais, roubo ou extravio.

Acerca dos formatos de arquivos digitais mais comuns aplicados nos processos de digitalização, temos os seguintes:

- TIFF (Tagged Image File Format);
- JPEG (Joint Photographic Experts Group);
- PDF (Portable Document Format);
- BITMAP (Binary Mapping Photographic);
- GIF (Graphics Interchange Format);

Vale destacar que o formato PDF/A é recomendado pelo CONARQ e também por normas e legislações, sendo este o formato mais adequado para preservação de documentos digitais a longo prazo.

Figura 1 – Escaneamento ou digitalização, conversão dos documentos impressos em

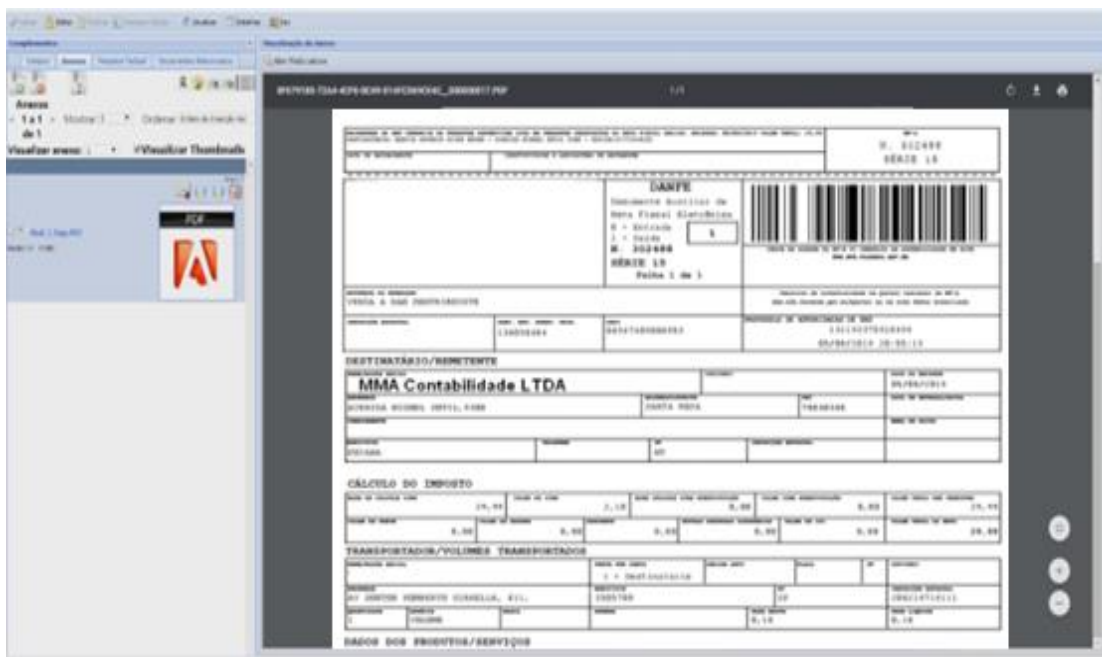
imagem digital.



Fonte: O autor 2022.

É importante ressaltar que após o processo de escaneamento ou digitalização dos documentos impressos já convertidos em imagem digital, é feito um processo de revisão e indexação das imagens geradas de modo a criar um arquivamento organizado, este arquivamento organizado se dá devido a indexação feita de forma a vincular ao documento dados apresentados no próprio documento como nomes, datas, títulos e outras identificações que serão utilizadas pelo sistema como palavras chave no momento da consulta/pesquisa de busca para visualização ou recuperação do documento desejado de forma rápida e prática dentro da base de dados do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos.

Figura 2 – Operação de indexação do documento com dados apresentados no próprio documento como nomes, datas, títulos e outras identificações em um sistema eletrônico de gestão de documentos.



Fonte: O autor 2022.

6. CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Conforme a Lei nº 12.682 de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, traz em seu Art. 3º, o processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

De acordo com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, o Certificado Digital ICP-Brasil é um documento eletrônico que tem como principal função comprovar a identidade do cidadão ou empresa em meios eletrônicos e proporcionar uma forma legal e segura de assinar digitalmente documentos e transações realizadas nesses ambientes. É o documento eletrônico que possibilita a troca segura de informações entre duas partes, com a garantia da identidade do emissor, da integridade da mensagem e, opcionalmente, de sua confidencialidade.

6.1. Assinatura digital x Assinatura eletrônica

A Assinatura Digital é uma modalidade de assinatura eletrônica equivalente a assinatura de próprio punho, que comprova a autoria e a integridade de um documento digital. Gerada a partir do

7. e-ARQ BRASIL

De acordo com o CONARQ (2011) o e-ARQ Brasil é uma especificação de requisitos que estabelece um conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos a fim de garantir a sua confiabilidade e autenticidade, assim como seu acesso. Além disso, o e-ARQ Brasil pode ser usado para orientar a identificação de documentos arquivísticos digitais. O e-ARQ Brasil especifica todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final, sendo que todas essas atividades poderão ser desempenhadas pelo Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), no qual tendo sido desenvolvido em conformidade com o modelo de requisitos, conferirão credibilidade a produção e a manutenção de documentos arquivísticos digitais, bem como a preservação, uma vez que o sistema é pautado por uma política de gestão documental.

Vale ressaltar, que no que tange a confiabilidade, Rondinelli (2005) afirma que do ponto de vista legal e histórico, a confiabilidade de um documento tem que ser garantida para que a justiça seja feita e o passado, compreendido, ainda traz o entendimento de MacNeil (2000), de que essa confiabilidade possui “duas dimensões qualitativas: fidedignidade e autenticidade. Fidedignidade significa que o documento é capaz de representar os fatos que atesta, enquanto Autenticidade significa que o documento é o que diz ser”.

Destaca-se, que o e-ARQ Brasil estabelece requisitos mínimos para um SIGAD, independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado.

8. RECURSOS E FERRAMENTAS

Este fator envolve os recursos e ferramentas desejáveis em um sistema eletrônico de gestão de documentos, também é condição importante que o sistema seja Open Source e de licenciamento livre, ou seja, sistema de código aberto e sem custos de licenciamento, de tal forma a contemplar os seguintes requisitos mínimos:

- Possuir interface em português.
- Permitir a qualquer usuário que tenha permissão, visualizar os documentos através da rede local.
- Captura de documentos.
- Visualização dos documentos em pastas e subpastas.

- Controle de acesso por usuário e grupos de usuários.
- Recurso de cadastramento, alteração e exclusão de usuários de grupos de acesso.
- Suporte a imagens coloridas, preto e branco e tons de cinza.
- Download dos documentos digitalizados.
- Busca por documento, permitindo pesquisar e localizar documentos por nome, data de criação ou qualquer outro campo definido na sua indexação. Inclusive por palavras-chave existentes no corpo do documento quando aplicado OCR.
- Capacidade de ampliação e redução de visualização (zoom-in e zoom-out) em todos os documentos digitalizados.
- Ajuste automático da imagem do documento ao tamanho da tela.
- Recursos de rotação e inversão de imagens visualizadas.
- Exibição de informações gerais sobre a estrutura dos documentos, como o seu tipo, o nível de acesso, usuários com acesso ao documento e sequência de pastas que o contém.
- Funcionalidade para manipular arquivos com extensão PDF bem como adicionar novos arquivos PDF em outros gerando um novo arquivo, exclusão de páginas de um documento PDF, extrair uma página específica de um documento PDF gerando outro arquivo PDF, girar páginas de um documento PDF, codificar/decodificar documentos PDF com senha, inserir marca d'água nos documentos a partir de um texto ou imagem.
- Capacidade de realizar backups.
- Trabalhar com gerenciador de bancos de dados do tipo Open Source, Freeware e ser compatível com o sistema operacional utilizado na organização.
- Acesso para utilização do software via browser.
- Prover meios para configurar o perfil de cada usuário para permitir ou evitar que usuários possam modificar as imagens e os dados de índice e demais informações referentes aos documentos digitalizados além de incluir as funções de gerenciamento do sistema.
- Prover meios para o usuário administrador visualizar resumo das atividades dos usuários.
- Possuir controle de versionamento.
- Contemplar Workflow.

9. TREINAMENTO

O treinamento é um fator de grande importância, pois deverá ser executado com todos os envolvidos na organização de modo abordar os conceitos básicos de gestão de documentos para que os

colaboradores sejam capazes de alimentar o sistema eletrônico de gestão de documentos da forma determinada pela política de gestão de documentos previamente estabelecida, bem como contemplará a capacitação para o pleno uso dos recursos e ferramentas disponíveis no sistema, abordando ainda as normas que envolvam a segurança da informação que deverá ser seguida por todos. Outros treinamentos poderão ser realizados, como aperfeiçoamento e treinamentos para utilização de novos recursos implementados.

10. IMPLANTAÇÃO

Durante a implantação de um sistema eletrônico de gestão de documentos, é importante destacar que nenhuma fase deve ser desprezada, podendo destacar a alta relevância do plano de classificação e a tabela de temporalidade, torna-se essencial incluir:

- Regulamentação das políticas, diretrizes e procedimentos, por meio de normas e manuais.
- Material de treinamento.
- Documentação dos processos de conversão e migração dos sistemas.
- Testes.
- Relatórios sobre avaliação de desempenho do sistema eletrônico de gestão de documentos.

11. MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A manutenção de um sistema eletrônico de gestão de documentos é altamente recomendada, pois os sistemas demandam atualizações constantes, com isso minimiza-se o grau de exposição a riscos ocasionados por falha de sistema, deve-se ainda ser estabelecido um plano de manutenção preventiva e corretiva.

O acompanhamento é de vital importância para se obter informação sobre o desempenho do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, pois neste fator é verificado se o sistema está de fato atendendo as necessidades da organização de forma plena para o fim no qual foi planejado, nesta fase envolve:

- Entrevistas com a alta direção, equipe e demais envolvidos.
- Aplicação de questionários para medir o desempenho do sistema.
- Exame da documentação (manuais de procedimentos, material de treinamento) desenvolvido durante a implementação do sistema.
- Observação, análise e auditoria das informações e dos procedimentos implementados.

12. CONCLUSÃO

Os fatores que envolvem a escolha e a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos aqui apresentados, trazem uma compreensão básica da alta relevância do tema na criação de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos confiáveis.

É fundamental que sejam considerados tanto os fatores aqui apresentados quanto outros não contemplados neste artigo, pois essas ações combinadas visam garantir que a informação digital permaneça acessível, interpretável e autêntica.

Constata-se que, ambientes arquivísticos que implementarem sistemas eletrônicos de gestão de documentos, podem se servir de diversos benefícios propiciados pelas tecnologias disponíveis, em especial a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), pois esses ambientes arquivísticos recebem uma grande massa documental que precisa ser organizada a fim de torná-la efetivamente uma fonte de informação de qualidade, para a organização e para a sociedade de modo geral.

Percebe-se que a utilização da tecnologia na área arquivística tem sido bem integrada, de modo que as atividades de uma organização e as atividades e operações de um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos estão intimamente ligadas pelos sistemas computacionais.

Conclui-se que a digitalização de documentos realizada de forma assertiva melhora o acesso a informação e garante a preservação dos documentos originais.

Por fim, constata-se, que o modelo de requisitos “e-ARQ Brasil”, elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (Brasil), tem alta relevância na escolha e na implantação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), considerando ainda que é uma das boas iniciativas das áreas da ciência da informação, da arquivologia e da tecnologia da informação, trazendo resultados satisfatórios para os questionamentos que se colocam sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AVEDON, DON M. *GED de A a Z Tudo Sobre GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos*. São Paulo: Editora CENADEM, 1999.
- BALDAM, R; VALLE, R; CAVALCANTI, M. *GED Gerenciamento Eletrônico de Documentos*. São Paulo: Editora Érica, 2002.

BRASIL. *Lei nº 8.159*, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.682* de 09 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

CONARQ. e-ARQ Brasil: *Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos* / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

FERREIRA, M. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – *Certificado Digital*, 2022. (internet) Disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/certificado-digital/certificado-digital> Acesso em: 24 de setembro de 2022.

LAUDON, K.C.; LAUDON, J. P. *Sistemas de informação gerenciais*. 11ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

PINTO, Gisele Lopes Batista; SANTOS, Luiz Fernando Lima dos. *Administração de Banco de Dados*. São Paulo: Editora Sol, 2012.

REZENDE, D.A. & ABREU, A.F. *Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: editora. FGV, 2005.

ARQUIVOS MEDIADOS: UMA VIA DE COMBATE À MISINFORMAÇÃO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO NO BRASIL



Taiguara Villela Aldabalde

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB)
Professor Adjunto III da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
taiguara.aldabalde@ufes.br

RESUMO

Objetiva introduzir o debate sobre as práticas de mediação com arquivos como via de combate à misinformação sobre sexualidade e gênero. Os resultados mostram que a luta contra a misinformação é comum às comunidades LGBTQIA e as mediações com arquivos podem impactar o efeito da misinformação nas memórias de sexualidade e gênero, dinamizando informação e vida cultural nos arquivos, provê uma base para fruição de direitos culturais e informacionais em participação, contribuição, aproximação e integração com os públicos.

Palavras-chave: Arquivos. Misinformação. Sexualidade e gênero. Direitos humanos. Brasil. Mediação cultural e da informação.

ABSTRACT

It aims to present the mediation practices with archives as a way to combat misinformation on sexuality and gender. The results show that the fight against misinformation is common to LBTQIA communities and that mediations with archives can impact the effect of misinformation to memories on sexuality and gender, dynamizing information and cultural life on archives, providing a basis for cultural and informational rights-in-fruitition in participation, contribution, approximation and integration with publics.

Keywords: Archives. Misinformation. Sexuality and gender. Human rights. Brazil. Cultural and Information Mediation.

INTRODUÇÃO

Pesquisas em *search engines* sobre sexualidade e gênero podem resultar em: ‘Gays não são de Deus’ ‘Não houve Inquisição no Brasil’. ‘Aids não existe’. ‘Não há gays na Rússia’. ‘O holocausto não existiu’. ‘Não há gays na África’. ‘Não existe misoginia’. Ao buscar "arquivos de sexualidade e gênero", termo lançado entre aspas na máquina do Google Inc., acha-se nenhum resultado no Brasil. Também não há resultados nos países lusófonos.

Um usuário desta máquina de busca, pode constatar, que não existem tais arquivos nos países de língua portuguesa. Entretanto, há somente o reflexo da escassez de informação e misinformação. Essa pode ser entendida como propagação de conteúdos misinformacionais. Ullrich *et. al.* (2015), explicam que a produção e difusão ou disseminação da informação com *post-event misinformation effect* pode produzir distorções qualitativas sobre uma informação sobre uma ocorrência, alterando a

interpretação inicial sobre os acontecimentos e codificando narrativas de modo a invalidar uma informação previamente registrada na memória (Ullrich *et. al.*, 2015).

Portanto, a memória e a misinformação estão associadas, se maneira que a segunda prejudica a primeira. Nota-se que desinformar não é misinformar, sendo a desinformação ocorrida de maneira planejada em uma campanha financiada para atingir determinadas finalidades, ao passo que misinformação ocorre por escassez de informação, conhecimento ou misinterpretação sem a intenção de causar dolo.

Quais são, onde estão e como utilizar arquivos de sexualidade e gênero nos países de língua portuguesa, por exemplo? Esta é uma pergunta que não parece achar resposta aos estudiosos. Tal questão parece fundamental também para os leigos, dada a relevância dos arquivos para a memória e aos direitos humanos de pessoas LGBTQIA. Se uma elite intelectual parece pouco informada sobre estes arquivos, então é razoável supor que a maioria das populações é misinformada. Isso pode impactar nas políticas públicas, abrindo caminhos para homofobia e enfraquecimento na luta contra os crimes tais como: estupro coletivo e abuso sexual no ambiente de trabalho. A misinformação pode reforçar a cultura do ódio, a censura, a intolerância, a discriminação e a falta de eficácia de políticas protetivas contra as mulheres e população LGBTQIA.

Em tempos de disputas políticas em pautas consideradas informacionais e culturais incidentes nos hábitos ou costumes, o efeito da misinformação pode ter impacto social, agravando cenários de negligência em relação aos problemas que afligem a sociedade, tais como o feminicídio e mortes pela não imunização contra o COVID-19 por pessoas LGBTQIA imunossuprimidas, dentre outros óbices.

Considerando que a identificação de lutas compartilhadas é fundamental para a construção de uma política de solidariedade (Facchini e França, 2009), os arquivos de sexualidade e gênero podem ser postos espaços de mediação para que estas lutas materializadas possam ser identificadas coletivamente. Neste sentido, a memória pode ser ativada a partir dos documentos, de modo que esses também podem fazer parte do processo de identificação das pessoas e comunidades LGBTQIA, pela lembrança de si a partir das memórias com os outros e do reconhecimento mútuo. Assim, objetiva-se introduzir os arquivos de sexualidade e gênero a partir da categoria da mediação e analisar as práticas de mediação com arquivos como via de combater a misinformação em sexualidade e gênero.

ARQUIVOS DE SEXUALIDADE E GÊNERO EM PERSPECTIVA A PARTIR DA MEDIAÇÃO

Com uma pesquisa documental pode-se achar processos jurídicos, atas, correspondências, fotografias e outros documentos produzidos por atividades coletivas no escopo sexualidade e gênero no acervo do Grupo de Identidade sob proteção legal do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), identificado pela designação no Acervo do Grupo Identidade que documenta a luta pela Diversidade Sexual (1998-2015). Green (2020) este é o mais completo conjunto de documentos no sentido de refletir as atividades de “*LGBTQ History and Movements in Brazil*” (Green, 2020).

Somam-se ao AEL (Campinas) as seguintes estruturas consolidadas no país: o Arquivo Lésbico Brasileiro (âmbito nacional) presente na VI Semana Nacional de Arquivos (2022) promovida pelo Arquivo Nacional (Rio de Janeiro/Distrito Federal), o Acervo Bajubá (São Paulo), o Centro de Documentação Luiz Mott (Curitiba) considerado até 2010 a única estrutura para documentação LGBT do país, o Centro de Memória João Antônio Mascarenhas (Pelotas), o Centro de Referência da História LGBTQI+ chamado “CLOSE” (Rio Grande do Sul) com apoio do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Fundo Milson Henriques (1943-2015) no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) em Vitória (ES) e o Museu da Diversidade Sexual (São Paulo).

O que são arquivos de sexualidade e gênero? Uma vez que tais arquivos espelham práticas da cultura LGBTQIA, então impacta processos de registros, vide que segundo White (2017), a produção de um documento nato-digital, manuscrito ou impresso, além dos componentes digitais ou materiais, possui intencionalidades. Sendo assim, a sexualidade e o gênero são determinantes aos produtores naquilo que White (2017) define de o ‘por que?’ criar/produzir, ‘o que’ gerar e o ‘como’ registrar, representar, usar e confiar em documentos.

Deste modo, segundo o autor, práticas culturais podem ser dispositivos de *memory-keeping* atravessando o tempo, mesmo sendo práticas de ligadas ao patrimônio intangível, evidenciando nas esferas culturais a politização e a imagem de determinados movimentos, comunidades ou grupo de pessoas de acordo com White (2017).

Assim, registra-se também as memórias das dinâmicas que marcam as diferenças próprias dos grupos formados em torno de reivindicações de sexualidade e gênero, sendo essas constitutivas da lógica do produtor dos documentos. Portanto, se pessoas, comunidades, grupos e movimentos dedicaram suas vidas organizacionais ou pessoais aos direitos de pessoas LGBTQIA, às lutas contra a opressão de sexualidades marcadas pela diversidade, a emancipação das mulheres e/ou a estudar sexualidade e gênero, cabe respeitar tanto a lógica de produção destes documentos, quanto a memórias individuais ou coletivas com base nas fontes de informação.

Arquivos de sexualidade e gênero existem e resistem no Brasil contra o desgaste do tempo em lugares da gestão pública. O fundo Milson Henriques (1943-2015) do Apees é emblemático neste sentido, pois não conta ainda com práticas de mediação que permitam pesquisadores de estudos de gênero e sexualidade fazerem o uso qualificado do acervo com estes temas, assim como também não se alcança a população LGBTQIA e demais interessados no binômio sexualidade-gênero.

Neste caso a mediação aplicada a uma série tipológica ‘cartas de amor’ de uma pessoa LGBTQIA que produziu um fundo de arquivo, por exemplo, deve refletir as intencionalidades no ato de produção. Desocultando essas, pode-se atacar a causa, isto é, a escassez de informações sobre o que se intencionava ao produzir o documento.

Milson Henriques (1943-2015) destacou-se pela criação chamada “Marly”, e apoiou o ator José Luiz Gobbi (1955-2021) na encenação de 130 apresentações no Estado do Espírito Santo com o ator interpretando “Marly”, uma mulher, na peça teatral “Hello Cruzodete”. A peça era uma proposta de conscientização, quando ao final o ator retirava as vestes femininas propondo reflexão sobre igualdade e preconceito. Em homenagem ao artista Genildo, desenhou “Marly” (gênero faminino) como o reflexo de Milson (gênero masculino). Não por acaso, Milson Henriques (1943-2015) é uma das referências de libertação dos homossexuais juntamente com Amylton de Almeida que está representado nas paredes do Apees e que designa o auditório desta instituição.

No contexto internacional parece haver fundos de arquivo ou coleções de pessoas que dedicaram a vida para a luta dos direitos pessoas LGBTQIA parecem ser postos ao lado de movimentos, comunidades, pessoas, grupos de pesquisa e organizações, em estruturas tais como: *Archives for Research of Women & Gender (Univ. Texas)*, *Archives of Sexuality and Gender (University of North California, Gale Database)*, *Archives & Research Center of The GLBT Historical Society*, *Australian Lesbian and Gay Archives*, *Australian Queer Archives*, *B.C. Gay and Lesbian Archives*, *Black LGBT Archives (London)*, *Canadian Women’s Movement Archives*, *Canadian Lesbian and Gay Archives*, *Chelsea Gay Association Records*, *Center for Sex and Culture Library and Archive*, *Centrum Schwule Geschichte*, *Gulf Coast Archive and Museum*, *Chris Gonzalez Library and Archives*, *Diverse Sexuality and Gender Section (Society of American Archivists)*, *Digital Feminist Archives*, *Digital Transgender Archive*, *Edward Carpenter Archives*, *Dr. John P. De Cecco Archives*, *Forum Queeres Archiv (Munchen)*, *Feminist Archive North (Leeds Univ.)*, *Gay and Lesbian Youth of New York Records*, *Gay Comix Records*, *Gotham Records*, *Hart Library and Archives*, *FLA Network UK Feminist Archives and Libraries*, *Feminist Archive (Univ. Bristol)*, *Háttér Archive (Budapest)*, *Heritage of Pride Records*, *International Archive of Women in Architecture*, *Iowa Women’s Archives*, *Internationaal Homo/Lesbisch Informatiecentrum en Archief*, *IHLUA LGBT Heritage*, *Hall-Carpenter Archives*, *IHLIA Archive and Documentation Center*, *Irish Queer Archive*, *June L. Mazer Lesbian Archives*, *Lesbian Archives of Amsterdam*, *LGBTQuarantine Archive*, *LGBT Religious Archives Network*, *Lambda Archives of San Diego*, *Leather Archives and Museum*, *Lesbian Herstory Archives*, *Lesbian, Gay, Bisexual, Manitoba Gay and Lesbian Archives*, *Transgender Community Archives (LMA)*, *Lesbian and Gay Teachers Association of New York Records*, *Males Au Naturel Records*, *Manuscripts H-Women*, *National Gay and Lesbian Sports Archive; Network of Gay and Lesbians Aoumni.ae Association Records*, *New York Memorial Quilt Records*, *ONE National*

Gay & Lesbian Archives, Queer Archives Institute, Queer Zibe Archive, Quebec Gay Archives, Queens Gays and Lesbians United Records, Records of Dignity (New York), Records of the National March on Washington for Lesbian and Gay Rights, Schwulesbisches Archiv (Hannover), Sheffield Feminist Archive, Sexual Minorities Archives, Stonewall National Museum & Archives, Southerners Records, The ArQuives, Transgender Archive (Transgender Center), One Institute Gay and Lesbian Archives, The Transgender Archives at the University of Victoria, Women and Leadership Archives (Univ. Chicago), Women's Archives and Special Collections (Univ. Ottawa).

O que parece substancial aos arquivos de sexualidade e gênero, quando se pensa sobre a mediação com estes, é que a partir de atos registrados nestes arquivos, que incluem a defesa de direitos humanos para pessoas LGBTQIA, pode-se reverter a lógica da escassez informacional, substituindo a nulidade de informações por dados, informações, conhecimentos e culturas de tolerância e de solidariedade, dentre outras coisas relativas aos arquivos mediados.

É preciso pontuar que a mediação, ao menos como categoria do pensamento contemporâneo, localizado na lógica hegeliana e suas raízes estão no mundo antigo, mantendo-se como uma forma de relação entre entidades consideradas opostas (MARTINS, 2019). Durante o século XX mudanças fundamentais ocorreram na mediação cultural, de maneira que não são figuras de referência que detém a centralidade da mediação, mas o mercado foi sendo imposto como o mediador principal por meio de sistemas de comunicação e informação.

O que parece se manter ao decorrer do tempo é a mediação, ocorrida atualmente por sistemas que podem desalojar tempos e tradições, ameaçam as identidades, mercantiliza lugares, produtos, imagens, etnias, diferenças e exclusões (HALL, 2006). Em relação à categoria da mediação aplicada aos arquivos de sexualidade e gênero, constatou-se que a mediação pode ser relevante na luta contra à misinformation sobre sexualidade e gênero. Isso pois esses arquivos podem ser utilizados em práticas de mediação.

ARQUIVOS MEDIADOS COMO VIA O COMBATE À MISINFORMAÇÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL

Dada sequência lógica de operações com arquivos, em que primeiro cabe identificar ou descrever antes de expor um documento, por exemplo. Há mediações que antecedem, em tese, a mediação cultural, particularmente: a mediação da informação. Essa mediação inclui práticas de proteção de dados, restrição de acessos, desidentificação, classificação quanto ao sigilo dos dados, modelagem de dados, criptografia, registro de dados, controle do fluxo de dados, programação de algoritmos, produção de ontologias digitais e outras operações de intervenção explícita ou implícita sobre os dados, dentre outras práticas (MISSION RÉGIONALE POUR LA MÉDIATION

NUMÉRIQUE, 2022). Nota-se que estas operações podem ocorrer em arquivos digitais de dados (*digital records*) e dados arquivísticos (*archival data*). Para tanto, os sistemas arquivísticos podem ser meios da mediação da informação digital a fim de gerenciar a cadeia de preservação, o controle da produção e a gênese documental, a gestão de documentos e a avaliação para eliminar ou definir os documentos arquivísticos (*records*) a serem preservados a fim de serem usufruídos a posteriori conforme indica Hofman (2017). Assim, os arquivos de sexualidade e gênero podem ser voltados ao alcance público a partir de sistemas à sua acessibilidade.

Evangelista (2019), aponta assertivamente a relevância da difusão dos arquivos de gênero, apontando que o arquivo de gênero da poetiza Anayde Beiriz (1905-1930) está disperso, alienado, possui paradeiro incerto e desconhecido das autoridades. Este parece ser um exemplo de outros arquivos ocultados e marginalizados que, desta forma, em nada somam ao combate à misinformação. Para que haja difusão se faz necessária a produção de informações sobre o acervo, ou seja, é preciso que ocorra a mediação arquivística nos termos de Duff (2017).

Neste encaminhamento, acha-se a mediação da informação, a iniciar pela descrição de documentos e por práticas voltadas ao acesso sob a perspectiva da mediação arquivística de Duff (2017). Isso inclui a apresentação e utilização de sistemas arquivísticos de informação, o diálogo com os usuários, a produção de informações sobre o arquivo, informações sobre o acervo, informações coletadas no acervo, informações sobre produtores de documentos, informações sobre leis e ética ao uso.

As mediações têm ocorrido não como práxis, mas como prática. O AEL realizou práticas de mediação e dispõe para acesso às listagens preliminares dos conjuntos documentais dos produtores Turma OK, Coletivo Feminista de Campinas elaborado em 2002, ao levantamento de fontes Feminismo no Brasil (Parte I – periódicos), e ao Catálogo do Fundo Documental do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea em 2020, constando o Projeto de Educação sexual da Secretaria da Educação de São Paulo com apoio da *John D. & Catherine MacArthur Foundation*.

O catálogo é disponibilizado via web. A maioria do chamado ‘mundo digital’ parece capturada pelo viés mercadológico. Assim os ditos ‘contrários’ na mediação em Martins (2019), podem ser as instituições que detém arquivos de sexualidade e gênero de um lado, e, do outro a população LGBTQIA, os representantes de movimentos sociais, pesquisadores de estudos de gênero e todos os interessados no usufruto desta documentação. Por isso, os arquivos de sexualidade e gênero podem ser colocados em espaços de mediação a fim de romper a lógica imediatista do mercado, sendo uma via de combate à misinformação e espaço para ativar a memória dos grupos LGBTQIA.

Desta forma, a mediação cultural e da informação pode ser posta em funcionamento para aproximar indivíduos ou grupos dos arquivos, formando rodas de conversa, mostras e exposições comunitárias sobre temas como o holocausto e a perseguição de pessoas LGBTQIA. Isso foi realizado

pelo Apees em parceria com comunidade cinéfila local no campo da sexualidade, o ES Cineclube Diversidade. Assim, pode-se depreender deste e de outros resultados, que é possível alterar o comportamento informacional dos cidadãos e combater a misinformation sobre tópicos como o holocausto, a sexualidade e o gênero, ativando memórias intersubjetivas e coletivas.

O Acervo Bajubá, por meio do sítio na web nomeado 'acervobajuba.com.br/institucional', criou-se um espaço de mediação à construção da cultura LGBT pela memória, incluindo dimensões afetivas da sexualidade. O documento web "O vírus que a gente esconde" encontra-se o Memorial Incompleto da Epidemia da Aids. Em uma enciclopédia endereçada em enciclopediasapatao.casaum.org dedicada às mulheres, há categorias, dentre as quais 'Literatura' possui o maior número de registradas até o momento. Em termos de difusão digital de práticas de mediação do conhecimento destacam-se os projetos 'Aulas Abertas', 'Precisamos falar sobre sexo' e o 'Laboratório de Memórias: Práticas de acervo para pessoas LGBT' cujo objetivo é estimular práticas voltadas para a população LGBTQIA. Já na difusão digital de mediação artística destaca-se 'Ponto de Encontro'.

Na página na web do Apees, encontra-se a aba 'mediação cultural'. Essa remete às práticas levadas a cabo pelo chamado 'Arquivo Itinerante', incluindo efemérides da imigração italiana, alemã, pomerana, helvética, portuguesa, dentre outras. Se há elevação de busca e acesso por fontes primárias da imigração quando das ocorrências destas práticas de mediação cultural, logo há uma relação causal entre as práticas de mediação cultural, alteração no comportamento na web e o aumento de acesso às informações do passado confiáveis. Isso pode ocorrer em relação aos arquivos de sexualidade e gênero. Assim, o fundo de arquivo Milson Henriques pode ser mediado a fim de produzir mudança no comportamento nas redes sobre arquivos de sexualidade e gênero.

Sob este conhecimento em termos práticos e não de práxis, itens do fundo Milton Henriques do Apees, foram utilizados em exposições de documentos (2020, 2021) sobre um modo de ser mulher representado na personagem Marly. Nas exposições se oportunizam práticas medidoras voltadas à apropriação, à circulação, à valorização, à exploração e particularmente à fruição.

Em 2014, o Apees, no campo da mediação cultural, ocorreu a exibição do filme *Bent* (1997) pelo Cineclube Diversidade ES, seguida de roda de conversa em seu espaço institucional. Ao público foi mediado o símbolo do triângulo rosa e sua significação pragmática para marcar condenados aos campos de concentração nazistas. Este triângulo era taxativo para pessoas LGBTQIA a fim de marcar indivíduos considerados inúteis para a reprodução (racial ariana). No ato de fruir, a memória de uma pessoa LGBTQIA na roda de conversa, recupera questões ligadas aos familiares e dificuldades, ao ser escutada ou escutada o ser pode ativar estas memórias e produzir outras identificando-se no coletivo, constatando que não está só, e, pode ser a partir do que os outros são, podendo contar com

a solidariedade de outras pessoas. Portanto, em alguma medida isso já ocorre, ainda que de forma tímida a ser mais investigada.

Na arena digital, o Arquivo Lésbico Brasileiro (ABL) funciona com predominância no campo da mediação da cibercultura realiza a prática de mediação cultural “Clube de Leitura do ABL” e no “Webnário Acervos Digitais LGBTQIA+” no canal Cultura em Casa na plataforma YouTube. Tendo em vista uma abordagem aos arquivos contemporâneos: Em que medida não estão ocultados e abandonados os arquivos históricos entre os séculos XVI e XX? Onde estão? Sobre o que tratam? Havia movimento queer 2.000 anos atrás?

Cahana (2009), aponta registros de que os cristãos primitivos naassenos defendiam que as pessoas em estado puro não possuem gênero e que o homem paradisíaco não é nem fêmea. Ao autor, o batismo cristão dos naassenos seria classificado como “gay” atualmente, pois durante o rito o novo humano que nasce remete à Gálatas 3:28, ou seja, não macho, nem fêmea, sem gênero e sexo, fundamentando-se no Livro de João (5.5–6) apócrifo, que indica o primeiro ser como o pai-mãe andrógeno na eternidade de uma era invisível sem mudanças. De acordo com Cahana (2009), não cabe defender argumentos dos cristãos orientados à redenção há quase 2.000 anos no passado, mas estudar paralelos entre movimento *queer* e gnosticismo, sendo que o primeiro não é novo e o segundo perdeu-se no passado. Cabe assim perguntar: Quanto foi perdido no tempo, no espaço e quantas memórias registradas estão se perdendo hoje?

A escassez de informações sobre o passado das sexualidades e gêneros é patente. Apenas o módulo *Google News Archive Search* possui amplo recorte temporal mais recuado XVII-XIX, porém há escassez de material disponível. Isso compromete informações do passado das comunidades LGBTQIA e os conteúdos disponíveis são uma nulidade comparados com o que há preservado nos arquivos.

O Centro de Documentação Luiz Mott (Curitiba) é detentor de um acervo de mais de 3.000 itens sendo também um espaço de mediação de cibercultura, contando com ferramentas de pesquisa que incluem: Grupo Dignidade, Associação Brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e GGB. Em termos de tratamento, considerou-se que o conjunto eram coleções.

Globalmente, cabe ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA) propor uma agenda de integração dos arquivos ao combate à misinformation. Espera-se do CIA a elaboração de diretrizes, aos arquivos de sexualidade e gênero. O CIA já possui grupos de trabalho e documentos para tratar arquivos médicos: E quanto aos arquivos de gênero e sexualidade como arquivos especializados? Não convém ao CIA trabalhar isso? Por outro lado, a visibilidade no *International Archives Day* permite a participação do ABL e do AEL na versão nacional deste dia.

Para McCausland (2011), a mediação em arquivos é complexa e multifacetada implicando em uma relação de confiança e reciprocidade entre o mediador e o beneficiário usuário, de modo que

parece ser necessário lidar com a falta de familiaridade sobre os documentos e há óbices próprios de cada instituição. A abordagem da autora sobre o assunto, parece admitir com naturalidade a posição passiva diante das realidades tecnológicas e culturais. Dada a possibilidade de mudança de valores, heróis e costumes ou hábitos conforme as camadas da cultura proposta em White (2017) por meio de *memory-keeping* e *recordkeeping*, aqui defende-se que sim: é possível construir camadas culturais. Por isso, ao ativar memórias LGBTQIA pode-se construir valores para a cultura da LGBTQIA indo além da lógica de consumo de mercado.

Para tanto, cabe uma abordagem mais ativa do que McCausland (2011), na qual aqueles que detém arquivos não fiquem passivamente esperando, mas levem arquivos onde quer que os públicos estejam posicionados em um espaço de mediação. No caso de livros de sexualidade e gênero, a leitura pode ser uma das práticas de mediação cultural com documentos relevantes ao combate à misinformation, vide o “Clube de Leitura” do ABL. Acha-se aí um campo na realidade, um lugar para criar laços de solidariedade entre as pessoas que podem reconhecer a si e aos outros, com base em memórias recentes interpessoais ou coletivas de um passado remoto. Somado a isso, mediar a cultura da leitura é potente na luta contra a misinformation e arquivos também podem ser objetos desta cultura.

Inserido na perspectiva de contribuir para a memória LGBTQIA, acham-se o Centro de Memória João Antônio Mascarenhas (Pelotas) e CLOSE. O primeiro é mantido por uma parceria entre Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Espírito Santo e Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT. A perspectiva neste caso, acha-se na direção de identificar as lutas comuns das pessoas LGBTQIA como uma categoria social que precisa necessariamente reivindicar direitos. Por isso, aborda-se os arquivos de gênero e sexualidade como memórias de movimentos sociais. Também há uma preocupação à mediação pedagógica, ou seja, impacto na formação profissional e na educação básica pela pesquisa colaborativa. No acervo constam documentos do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” e trabalha na perspectiva da história oral. O CLOSE atua por mediação da cibercultura, tendo uma página na web consolidada com ferramenta de busca semiautomática em subgrupos.

Antes de ser um fenômeno tecnológico, a misinformation trata-se de um fenômeno cultural, ou seja, antes de passar pela mediação de tecnologias digitais, há mediação de camadas da cultura como os valores, os hábitos de classes e as dinâmicas marcadas por relações simbólicas. Com a mediação cultural institucionalizada e estruturada como via ao diálogo, pode-se realizar práticas com diferentes dinâmicas tais como a apropriação, a significação, a construção e lugar de experiência de vivência, as entidades de memória social podem ser unidades de combate à misinformation, incluindo espaços de mediação dos arquivos de sexualidade e gênero. Indivíduos sem referenciais e sem pertencimento deveriam, em tese, preocupar as secretarias de saúde pública e as secretarias de direitos humanos. A quem interessa o desinteresse por estes arquivos? Pode não ser apenas interesse de *haters*, mas de

maneira mais ampla, pode haver impacto de uma cultura ultraliberal a corroer o Estado de bem-estar social.

Não é somente a mediação com os arquivos público que é relevante, mas com arquivos privados digitais também. Para Tarunima Prabhakar (2019), cabe documentar a misinformação associada aos softwares utilizados tais como os aplicativos WhatsApp, SMS, Facebook, YouTube, TikTok e Instagram. Para o autor, a misinformação impactou as eleições dos Estados Unidos em 2016, portanto é preciso arquivar. No caso do Brasil, isso inclui a misinformação difundida informação sobre sexualidade e gênero, vide a expressão ‘mamadeira de piroca’ utilizada como arma política nas eleições de 2018. Realizar práticas de mediação com registros misinformacionais para demonstrar como funciona a difusão misinformacional parece uma proposta adequada para combater a misinformação.

Tarunima Prabhakar (2019) aponta que há precedentes para criar arquivos digitais abertos referenciando os projetos Una Hakika e Wayback Machine. Tendo isso em vista, o combate à misinformação não é algo que será meramente delegado para as firmas que vendem serviços e produtos de tecnologias digitais, como a empresa Google LLC, mas parece ser, um problema a ser combatido pela colaboração de cientistas, estudantes, professores, profissionais da informação, gestores, autoridades dos poderes do Estado e iniciativas civis privadas como o Archive.org destacado pelo autor.

Isso porque as máquinas de busca (*search engines*) de Google, Yahoo Search, Baidu, Ask, Aol Search, Yandex, DuckDuckGo e Google, não realizam pesquisas retroativa de longos períodos. Deste jeito, os seus usuários reproduzem a misinformação por operar com uma lógica da escassez, ou seja, por disporem de poucas informações do passado (*past information*) e inclusive as informações do passado que provém dos arquivos (*past informations from archives*) de sexualidade e gênero, mas não somente.

No campo da produção de informação sobre os arquivos, a sociedade brasileira está deficitária, pois há descontinuidade do Censo de Arquivos Públicos, reforçando a escassez de informações sobre os arquivos alimentando a misinformação em diversos campos tais como sexualidade e gênero, mas principalmente sobre ocorrência do passado. Não por acaso, brasileiros parecem ser mais misinformados sobre ocorrências como nazismo, comunismo, holocausto, escravidão negra, colonização de indígenas, descobertas científicas históricas como a forma da Terra e ditaduras militares pretéritas.

A mediação em oposição à difusão misinformacional, pode levar em conta na apropriação as vivências ao reconhecimento da materialidade do arquivo enquanto “[...] prova sobre cuja a base pode firmar-se a verdade. ” (Schellenberg, 2006, p.359). Também pode esta mediação, a depender da proposta de práxis, provocar a reflexão sobre *fake news* a partir de fontes primárias. Neste caso,

arquivos não são a verdade última (a verdadeira verdade), mas verdades plurais, mas são produtos informacionais de métodos específicos. Assim, as verdades científicas são alcançadas após o emprego de procedimentos metodológicos científicos com base na unidade ontológica de todas as ciências sobre realidade e sua verificabilidade. Já no campo das disputas legais, as narrativas podem ser apresentadas como reais mesmo quando são fictícias ou versões parciais de uma ocorrência. Assim, as verdades jurídicas são conformadas por processos legais lastreados por doutrinas jurídicas mais ou menos positivistas, de maneira que em *common law*, por exemplo, o convencimento dos jurados parece ser mais relevante do que as provas. No caso das verdades históricas, essas podem ser compreendidas como decorrentes de métodos históricos ou de análises com base em documentos conforme incluindo problemas como o revisionismo e o negacionismo destacados em Igounet e Reichstadt (2018).

Em termos político-estratégicos a mediação cultural também parece ser relevante no combate às fake news, na ocupação de um terreno na guerra cibernética e cultural associada ao cenário de desinformação no Brasil, apresentado por Løland (2020). Na falta de estruturas para a mediação operar, pode acontecer que movimentos LGBTQIA, associações LGBTQIA e pessoas LGBTQIA ainda não tenham experiência e proximidade com os arquivos de gênero e sexualidade, não se apropriando dos arquivos para defender-se contra a desinformação. É possível que, por meio de práticas de mediação cultural, as pessoas LGBTQIA sejam o que são também no ato de fruição dos documentos e da ativação de sua memória coletiva. Sendo deste jeito, é possível que o sujeito seja quem ele é, via mediação, por uma lógica de abundância de diálogos, apropriações, significações, contribuições, experiências, participações e vivências.

É preciso combater também a precariedade de estruturas para a mediação cultural e da informação para além do setor arquivos, pois a precariedade na educação e na cultura afetam possíveis iniciativas e parcerias estratégicas em arquivos de sexualidade e gênero. Esta falta de políticas culturais e educativas aos arquivos públicos (e vice-versa), afeta parcerias entre as escolas, as secretarias e universidades. Além disso, parece que há falta de políticas de intersetorialidade, o que pode prejudicar as parcerias entre secretarias de cultura, as escolas públicas e as instituições de memória que detém arquivos.

Uma vez que se assume a escassez de informação sobre o passado LGBTQIA como realidade, então as instituições possuem um papel central no combate à desinformação sendo uma agenda para a educação, a cultura e a saúde, por exemplo. Isso demanda por grupos de trabalho ou forças tarefa entre setores interessados em utilizar arquivos para combater a desinformação enfrentando a invenção da dita 'ideologia de gênero', dentre outras coisas inexistentes na realidade como uma mamadeira com design de pênis distribuída pelas creches brasileiras.

Para além da mediação que implica humano-máquina, em uma demanda de interação humano-humano, a mediação cultural, pelo eixo da democratização, orienta práticas para todos visando o volume. Em termos práticos, isso implica em vivências inteligíveis aos públicos de modo que qualquer pessoa independentemente do nível acadêmico, cultural e social possa participar. Alguns exemplos hipotéticos mais gerais destas práticas pensadas aos arquivos de sexualidade e gênero: participar de jogo investigativo, compor uma nova versão para um manifesto feminista, celebrar efeméride de direitos humanos, expressar-se por meio de registros manuscritos, compor poesia com informações ou documentos, cantar a partir manuscritos de autor homossexual, orar pela tolerância, conversar em roda de conversa, assistir filmes no espaço do arquivo, expressar-se livremente a partir fotografias de mulheres lésbicas, produzir documentos para posteridade sobre sexualidade ou gênero, encenar peças a partir de originais ou fac-similares, interagir, aproximar, visitar, dançar, sentir-se pertencente a partir de cartas de amor homoafetivas, contar histórias a partir de um diário íntimo de uma pessoa LGBTQIA, apresentar arte musical com base em partituras de autor LGBTQIA, jogar RPG sobre o tema Inquisição debatendo a perseguição contra pessoas LGBTQIA, produzir arte a partir de um item documental e debater sobre arquivos de dados digitais sensíveis sobre sexualidade no contexto do capitalismo de vigilância. Além disso pode-se propor práticas de colorir, ser, lembrar, sentir, celebrar, identificar, manifestar-se, participar, cênica ou plástica, valorizar, criar histórias, ler, expor, avaliar o saber, demonstrar, contextualizar, fazer experimentos, criticar, levantar bibliografia, propor produção textual, propor a formação de grupos, usar recursos tecnológicos, planejar, conduzir estudos, e em suma fruir com e partir dos documentos como bens culturais, identificando valores estéticos nos afetivos, éticos, pragmáticos, dentre outras possibilidades.

Pelo eixo da democracia cultural da mediação cultural, considerar aspectos qualitativos dos públicos, assim uma instituição de memória pública deve incluir a população LGBTQIA para realizar diferentes atividades, propor jogo lúdico “Como decifrar um documento antigo” propondo leitura paleográfica do Auto da Inquisição com vítimas homossexuais abordando, após o exercício de paleografia uma roda de conversa sobre *bullying* ou *cyberbullying* como perseguição discriminatória, sendo esta atividade concebida e acompanhada colaborativamente com movimentos, grupos ou comunidades LGBTQIA.

Práticas de mediação cultural devem seguir os dois eixos e podem referir-se ao direito cultural à identidade, assentado na memória. Neste sentido pode-se atuar ao conduzir ao pertencimento ou a identificação de um indivíduo em relação à cultura LGBTQIA para além da lógica do consumo. Como supostamente arquivos de sexualidade e gêneros são pouco conhecidos, reconhecidos, utilizados, fruídos e provavelmente ocultados, as práticas de mediação cultural podem ser soluções para que as populações usufruam dos direitos culturais associados aos documentos, possibilitando também estabelecer pertencimentos e vínculos solidários pela interação humano-humano.

Para que a mediação seja também via de combate, disponibilizar e difundir arquivos não é suficiente, pois também a misinformation pode ser perpetuada e difundida. Cabe então mediar, por práticas de mediação cultural, por imersão em culturas atinentes ao acervo de interesse público, contra a misinformation, mediar a cultura LGBTQIA presente nos arquivos de sexualidade e gênero, a serem considerados no processo de identificação cultural e pertencimento das pessoas LGBTQIA.

A mediação cultural está relacionada assim ao exercício dos direitos culturais. Destaca-se aqui o direito cultural à identidade, que é em parte assentado na memória do sujeito que possui consciência de quem é a partir da lembrança coletiva de pessoas com que se identifica. Essa identificação pode se dar nos referenciais e documentos, incluindo os arquivos de gênero e sexualidade de pessoas LGBTQIA. Este direito demanda por práticas de mediação cultural ligadas ao ser e identificar-se. A mediação cultural, neste sentido, pode atuar no processo que pode conduzir ao pertencimento ou a identificação de um indivíduo em relação à uma cultura, incluindo a cultura LGBTQIA.

Como supostamente arquivos de sexualidade e gêneros são pouco conhecidos, reconhecidos, utilizados, fruídos e provavelmente ocultados, as mediações apresentadas podem ser soluções para que as populações usufruam dos direitos culturais associados aos documentos possibilitando também estabelecer pertencimentos.

Considerando a escassez de tempo das instituições e pessoas: Quando é possível fazer isso? Levando em conta as efemérides que ocorrem ou podem ocorrer na agenda anual das instituições de custódia de arquivos de sexualidade e gênero, tais como o AEL, o Apees, o ABL, e demais aqui apontados, parece possível realizar práticas de mediação cultural no Dia Internacional dos Direitos Humanos, no Dia Internacional de Lembrança do Holocausto e em outras datas internacionais ou nacionais.

Nota-se que além das comunidades ou representantes destas comunidades, a mediação cultural demanda por parcerias com instituições e profissionais nos campos da Comunicação, Patrimônio histórico, Cultura, Educação, Defesa de direitos, Cultura indígena, História, Música Popular, Teatro, Dança, Literatura, Empreendedorismo cultural, Artes, Fotografia, Audiovisual, Tecnologias Digitais Sociais, Humanidades Digitais e Economia Criativa. Por isso, a mediação como categoria, constitui-se como uma via de combate à misinformation podendo levar o arquivo como o lugar do mediato para fora de si, ocupando um território estratégico nesta luta.

Isto posto, considera-se relevante que existam programas culturais e estruturas organizacionais de mediação cultural e da informação com arquivos para não perder território à misinformation. Lugares como bibliotecas, museus, instituições arquivísticas, centros de informação, centros de referência, centros de memória e documentação são, portanto, lugares a serem ocupados. Cabe destacar que iniciativas de combate à misinformation deveriam partir do nível estratégico, a

iniciar com os representantes populares que podem influenciar na elaboração de políticas públicas a este respeito.

Um aspecto da mediação cultural relevante é que pode mediar-se junto aos arquivos de sexualidade e gênero as culturas da tolerância, da leitura e da transparência. Essas culturas presentes em arquivos, mediados por práticas e representações, podem contribuir à construção da proposta de criação de uma política solidária por Facchini e França (2009).

CONCLUSÃO

Buscou-se não apenas preencher uma lacuna na literatura, mas subsidiar o combate à misinformação sobre sexualidade e gênero, incluindo nesta a luta as instituições de custódia de arquivo. Pode-se depreender a partir dos resultados, que a misinformação sobre os arquivos de sexualidade e gênero, públicos ou privados, pode levar a escassez de informações sobre temas de sexualidade e gênero, formando um terreno de fácil propagação de misinformação. Assim, no combate contra a misinformação, parece ser estratégico posicionar os arquivos nos espaços de mediação, particularmente a favor da população e contra o efeito misinformacional deletério para a memória na sociedade.

A partir dos resultados qualitativos, foi possível concluir que a categoria mediação possui centralidade aos arquivos no século XXI, pois as funções de uma instituição de memória não se esgotam na preservação e na difusão da informação, tendendo para a mediação, reposicionando as práticas inerentes com arquivos, que se postas em contraposição à misinformação, podem: a) tornar ativa a memória sobre sexualidade e gênero em indivíduos, grupos, comunidades e na sociedade, minimizando o efeito da misinformação; b) embasar políticas públicas, os direitos das mulheres e da população LGBTQIA; c) criar e movimentar a vida cultural a partir com arquivos; d) atender direitos culturais e informacionais dos cidadãos com participação, contribuição, aproximação e integração dos públicos dos arquivos; e) referenciar o processo de identificação de lutas comuns das pessoas LGBTQIA com fontes de informações confiáveis e documentos que registram práticas e/ou representações culturais da cultura LGBTQIA para além das relações de consumo, em oposição a reprodução de culturas dominantes tais como a cultura do ódio e da violência, possibilitando construir culturas de tolerância e paz.

Por fim, a luta contra a misinformação sobre arquivos de sexualidade e gênero, pode ser uma luta universal e internacional, de tal forma que esta luta é comum aos grupos, aos movimentos, às associações, às pessoas e às organizações LGBTQIA não apenas no Brasil, mas no mundo. Esta também se configura como combate contra a misinformação sobre sexualidade e gênero, a propiciar uma unidade para criação de redes internacionais a fim de construir uma política de solidariedade

global que impacte nas políticas públicas, em atendimento aos direitos culturais e informacionais como parte dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA.

Adicionalmente, as práticas de mediação com arquivos, ocorridas fora da lógica mercadológica do sistema de comunicação, com a interação humano-humano podem funcionar como dispositivos de *memory-keeping*, nos termos de White (2017), possibilitando desta forma que práticas de mediação *offline* influenciem comportamentos *online*.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Catálogo do Fundo Milson Henriques*. Instrumento de pesquisa do Apees. Secretaria de Estado da Cultura. Estado do Espírito Santo. Vitória. Disponível em: ape.es.gov.br/milson-henriques 2020. Acesso em 9/11/2022.

CAHANA, Jonathan. Gnostically Queer: Gender Trouble in Gnosticism. *Biblical Theology Bulletin* v.41, n.1, p. 24-35 Thousand Oaks: SAGE. 2011.

CARRÉ, Philippe; PLANTARD, Pascal; SERDIDI, Medhi; VANDEPUTTE, Yann. (eds.). La médiation numérique e le métier de médiateur numérique. In: *Mission Régionale pour la Médiation Numérique*. Agence Régionale du Numérique et de l'Intelligence Artificielle. Bourgogne-Franche-Comté, Mednum, 2022.

COWEN, Tyler. (2022) Misinformation about Misinformation. *Bloomberg*. New York: 2022. Disponível em: [bloomberg.com/opinion/articles/2022-02-10/misinformation-is-everywhere-especially-about-past-information](https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2022-02-10/misinformation-is-everywhere-especially-about-past-information) Acesso em 13 Jun 2022.

DUFF, Wendy. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (org). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p.171-202.

EQUALDEX. (2022). *Collaborative knowledge base for LGBT movement*. Founded by Dan Leveile. 2022. Disponível em: equaldex.com Acesso em 29/07/2022.

EVANGELISTA, Adriana Vasconcelos da Silva; *Arquivos de gênero: a relevância da difusão no arquivo pessoal de Anayde Beiriz*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios ao Movimento LGBT brasileiro. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*. Editora UERJ: 2009.

GREEN, James. LGBTQ History and Movements in Brazil. *Latin American History*. *Oxford Research Encyclopedias*, Oxford, Oxford University Press. 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. São Paulo: DP&A. 2006.

IGOUNET, Valérie; REICHSTADT, Rudy. Holocaust denial and conspiracism: Typical examples of misinformation. *Le Temps des médias* v. 30, n. 1, p.139-151, 2018.

LØLAND, Ole Jakob. The Political Conditions and Theological Foundations of the New Christian Right in Brazil. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 49(1), p. 63–73, 2020 DOI: <https://doi.org/10.16993/iberoamericana.495> Disponível em: <https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/81103/IberoamericanaBrazil.pdf?sequence=2> Acesso em 09/11/2022.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação: perspectivas dialéticas. In: CHAUDIRON, S.; TARDY, C.; JASCQUEMIN, B. (eds.). In: *Médiations des savoirs: la mémoire des la construction documenraire*. Actes du 4e colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Villeneuve D’Ascq: Université de Lille Editions, p. 63-73, 2018.

MARTINHO, Maria Teresa Duarte. *Mediação cultural: alguns dos seus agentes*. 2011.Tese (Doutorado). Curso de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, 2011.

McCAUSLAND, Sigrid. A future without mediation? Online access, archivists, and the future of archival research. *Australian Academic and Research Libraries*, v. 42 n. 4, p.309-319. Routledge Taylor & Francis Group, Abingdon, 2011.

SCHELLENBERG, Theodore. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro, FGV: 2006.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Lesbian and Gay Archives Roudtable Guide to Sources in North America*. Diverse sexuality and gender section. Chicago. 2012.

ULLRICH, Ecker. et. al. *He did it! She did it! No, she did not! Multiple causal explanations and the continued influence of misinformation*. Perth: University of Western Australia Press, 2015.

WHITE, Kevin. Race and culture: an ethnic studies approach to archival and recordkeeping research in United States. In: GILLILAND, Anne. McKEMMISH, Sue, LAU, Andrew. (org.) *Research in Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2017, p.352-380.

ANÁLISE DA SOBREVIVÊNCIA DO EMPREGO NA REGIÃO NORDESTE EM 2020



Vagner dos Santos Torres
Mestrando em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
vagner.economista@bol.com.br

José Alderir da Silva
Doutor em Economia (UFPB)
Professor de Economia (UFERSA)
jose.silva@ufersa.edu.br

Francisco Danilo da Silva
Doutor em Economia (UFPB)
Professor de Economia (UERN)
ffdaniolferreira@gmail.com

Thiago Geovane Pereira Gomes
Doutor em Economia (UFPB)
Professor de Economia (UERN)
thiagogeovanep@gmail.com

Rodolfo Herald da Costa Campos
Doutor em Economia (UFC)
Professor de Economia (UERN)
rodolfocampos@uern.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estimar a distribuição de probabilidades do tempo de permanência dos trabalhadores no seu emprego, isto é, o período que corresponde a data de admissão até a data de demissão. Essa análise será realizada para a região Nordeste no ano de 2020 e leva em consideração fatores como cor, sexo, escolaridade e setor de atividade. Com efeito, isso permite estimar o tempo médio de permanência para um perfil de trabalhadores em seu emprego ou a probabilidade de um trabalhador permanecer um determinado período neste emprego. O método utilizado é o da análise de sobrevivência, considerando o modelo de risco e o de regressão log-normal. Os resultados sugerem que existem diferenças entre as curvas de sobrevivência do emprego de acordo com a cor, sexo, escolaridade e setor de atividade.

Palavras-chave: Análise de sobrevivência. Emprego. Nordeste.

ABSTRACT

The objective of this work is to estimate the probability distribution of the length of stay of workers in their job, that is, the period that corresponds to the date of admission to the date of dismissal. This analysis will be carried out for the Northeast region in 2020 and takes into account factors such as color, sex, education and sector of activity. In effect, this makes it possible to estimate the average length of stay for a profile of workers in their job or the probability of a worker staying in this job for a certain period. The method used is the survival analysis, considering the risk model and the log-normal regression model. The results suggest that there are differences between the employment survival curves according to color, sex, education and sector of activity.

Keywords: Survival analysis. Job. North East.

INTRODUÇÃO

Muito se tem estudado a respeito do desemprego, justificado por sua trajetória crescente nos anos de recessão e pelos transtornos que causa no bem-estar da sociedade. O trabalho de Menezes-Filho e Picchetti (2000), por exemplo, estuda os determinantes da duração do desemprego, analisando quais são as características do indivíduo que tem maior probabilidade de sair do desemprego. Neste mesmo sentido, Menezes e Cunha (2013) complementam a abordagem, estimando o risco de sair do desemprego para homens e mulheres, chefes de família, negros e brancos, residentes em regiões metropolitanas, dentre outras características. A duração do desemprego reflete o tempo em que o trabalhador permanece procurando emprego e está fortemente relacionado ao nível de bem-estar do indivíduo, sendo este prejudicado com a prorrogação do seu tempo no desemprego.

Diversos trabalhos analisam o tempo de duração do desemprego¹. No entanto, tão importante quanto analisar a duração do desemprego é examinar o tempo de duração do trabalho, trata-se do período entre a data de admissão e a efetiva demissão do trabalhador. O rompimento frequente das relações de trabalho implica em uma elevada taxa de rotatividade do emprego, considerado um aspecto negativo para economia, impondo uma elevação de custos de transação para todas as partes envolvidas, causando uma perda de eficiência econômica².

A permanência do trabalhador no seu emprego envolve diversas variáveis, como salário, crescimento do PIB, por exemplo. Todavia, depende de características que são internas ao trabalhador, como educação, de modo que se espera que um indivíduo com maior grau de qualificação permaneça por um tempo maior no seu emprego.

Assim, este estudo analisa o tempo de permanência do trabalhador da região Nordeste no ano de 2020, ano em que se iniciou a pandemia no Brasil. Estimar a distribuição de probabilidades do tempo de permanência dos trabalhadores no seu emprego é importante para saber quais as características e a partir de quanto tempo no emprego, o trabalhador busca mudar de trabalho.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende analisar o tempo de permanência dos trabalhadores no emprego, estimando a distribuição de probabilidade da permanência do trabalhador no seu emprego mais recente, desde a admissão até sua demissão. Em outros termos, pretende-se estudar a duração do emprego, levando-se em consideração fatores como: setor, idade, sexo, cor e escolaridade do indivíduo. Testando se existe diferença estatística na duração do emprego de acordo com as características dos trabalhadores e empresas.

Para alcançar o objetivo, este artigo está dividido em mais quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção realizar uma breve revisão dos trabalhos seminais sobre

¹ Vide Pissarides (2000), Flori (2003), Oliveira e Carvalho (2006), Reis e Águas (2010), entre outros.

² Orellano e Pazello (2006).

o tema. O método de análise é demonstrado na seção seguinte. Nas duas próximas seções, estão expostas a estatística descritiva e os resultados encontrados.

REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA

A literatura acerca da análise de sobrevivência, sobrevida ou duração é ampla, tendo em vista a sua interdisciplinaridade, havendo estudos em inúmeras áreas e temáticas, como saúde, biologia, bioestatística, engenharia, ciências econômicas entre outras. Porém, a seção agora iniciada visa discutir e apresentar, em específico, a análise de duração em economia, especialmente, na investigação da duração do desemprego/emprego e procura por emprego, bem como em seus determinantes.

A literatura internacional já debruça a algum tempo sobre o referido tema. Um dos estudos pioneiros foi empreendido por Ehrenberg e Oaxaca (1976), sendo os primeiros a avaliarem a extensão das relações entre os níveis de benefícios de seguro desemprego e as durações de desemprego e salários pós-desemprego dos trabalhadores americanos em situação de desemprego. Os resultados alcançados por Ehrenberg e Oaxaca (1976) evidenciaram que a ampliação do benefício implica no aumento da duração do desemprego e dos salários pós-desemprego para homens e mulheres mais velhos. Em contrapartida, quando se considera homens e mulheres mais novos, observou-se apenas a elevação da duração do desemprego.

Já Ham e LaLonde (1991) examinam o impacto do treinamento sobre a duração dos períodos de emprego e desemprego para os beneficiários do programa *Aid to families with dependent children* (AFDC). As evidências encontradas pelos autores, demonstram que o programa de treinamento estudado aumentou as taxas de emprego, tendo em vista a elevação na duração do emprego. Em contraste, a formação acadêmica não levou a períodos de desemprego mais curtos.

Em um estudo mais recente, realizado por Kroft et al. (2014) há o enfoque no período da grande recessão americana, onde tanto a taxa do desemprego no curto prazo quanto a de longo prazo elevam-se de forma aguda nos anos de 2008 e 2009. Para tanto, os mesmos utilizaram dados em painel do *Current Population Survey* entre 2002-2007. No entanto, enquanto o desemprego de curto prazo retorna a seu patamar no ano de 2013, o longo prazo permanece e segue em nível elevado historicamente.

Já Galiani e Hopenhayn (2000) e Martínez (2003) traz evidências para a América Latina, que historicamente apresenta elevadas taxas de desemprego. O primeiro estudo, realiza uma análise do risco de desemprego e sua destruição após uma série de reformas estruturais na Argentina. Os resultados alcançados pelos autores demonstram que embora o período típico de desemprego seja

curto, uma vez que a reincidência é levada em conta, o risco de desemprego é alto, bem como sua incidência é desigual na força de trabalho argentina.

Por sua vez, Martínez (2003) investiga a duração do desemprego e do emprego com base na pesquisa domiciliar das dez principais cidades Colombianas. O autor evidenciou que os trabalhadores com idade superior a 45 anos apresentam mais probabilidade de permanência do desemprego, bem como mulheres com filhos dependentes quando comparados aos homens de mesma condição. Quanto a formação educacional, os resultados evidenciam uma permanência maior no desemprego, e independente do sexo, para aqueles com 11 anos de estudo completos e para os trabalhadores com ensino superior incompleto.

A literatura nacional ainda é escassa quando se trata da análise de sobrevivência em relação ao desemprego e principal em relação a duração do emprego. Em relação aos estudos sobre a duração do desemprego destaca-se os trabalhos de Bivar (1993) e Menezes Filho e Picchetti (2000).

Bivar (1993) foi pioneira na análise para o Brasil, a autora estima a duração da ocorrência de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) entre 1983 a 1990, para tanto, a mesma utiliza os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE por meio de processos Markovianos. Bivar (1993) evidencia que a duração média do desemprego completa é de 1,36 mês, menor que a duração transcorrida que é de 3,63 meses, enquanto a estimativa do modelo semi-markoviano, considerado relevante, é superior, atingindo 6,20 meses, uma vez observado que as probabilidades de transição não permanecem constantes ao longo do curso do desemprego.

Menezes Filho e Picchetti (2000), expande a análise de Bivar (1993), empregando o estimador de Kaplan–Meier e os modelos de duração semiparamétrico e paramétrico para RMSP no ano de 1997. Assim como Bivar (1993), Menezes Filho e Picchetti (2000) utilizaram os dados da PME. Os autores encontraram por meio Kaplan–Meier, uma duração média do desemprego de 6,64 meses, valor próximo ao encontrado por Bivar (1993).

Por outro lado, por meio do modelo semiparamétrico de Cox, Menezes Filho e Picchetti (2000) observam que a duração esperada do desemprego é maior para os indivíduos mais velhos, os não chefes de família, os mais escolarizados, os que foram demitidos do último emprego, os que possuem menor taxa de rotatividade, os que desejam empregar-se no setor formal e os que possuem pouca experiência. Os autores ainda observaram, que a duração esperada cresce com o aumento do número de horas trabalhadas, com a redução do salário real e com a redução do índice de vendas da indústria.

Quanto a análise de duração do emprego temos os trabalhos de Gonzalez (2009) e Santos e Nakano (2015). O primeiro busca identificar quais as tendências recentes da duração dos empregos no Brasil. Para empreender a investigação o autor utiliza os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) das regiões metropolitanas de São Paulo e Distrito Federal para os anos de 1992 a 2006. Gonzalez (2009) evidenciou que a duração média do emprego aumenta em todas os setores

econômicos, contudo, observa-se que o ganho se concentra entre os trabalhadores adultos e experientes. Outra evidencia importante é a elevada correlação positiva entre a permanência no emprego e o incremento salarial.

Por seu turno, Santos e Nakano (2015) estimaram a distribuição do tempo de permanência dos trabalhadores do Distrito Federal seu emprego mais recente. Para tanto, os mesmos aplicaram o modelo de regressão log-normal e o modelo de regressão de Cox aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) considerando os anos de 2002 a 2009. Os métodos empregados no trabalho se mostraram adequados ao ajuste da distribuição do tempo de permanência no emprego dos trabalhadores do DF. Assim, o presente trabalho tenta contribuir com a literatura atual, trazendo uma análise da duração do emprego para a região Nordeste do Brasil.

O MÉTODO DA ANÁLISE DE SOBREVIVÊNCIA

A análise de sobrevivência vem ganhando destaque na literatura nas últimas décadas, devido ao desenvolvimento das técnicas estatísticas em conjunto com a evolução da capacidade de processamento dos computadores. Sendo inicialmente utilizada na área da medicina no estudo da sobrevivência de pacientes a diversas doenças e na engenharia para o estudo de produtos ou componentes que tem seu tempo de vida testado³. Já na literatura econômica esse método vem ganhando destaque nas pesquisas sobre desemprego como utilizado por Menezes-Filho e Picchetti (2000) e Menezes e Cunha (2013).

Em regra geral, o tempo é a variável explicada na análise de sobrevivência até a ocorrência de um evento de interesse, denominado de tempo de falha. Pode ser o tempo de vida de um paciente a partir da data em que ele adquiriu alguma doença ou até sua cura, no caso do presente trabalho é o tempo da admissão do trabalhador até sua demissão, medido em meses. A presença de censura nos dados é uma característica da análise de sobrevivência, trata-se da ocorrência de observações parciais, no estudo da duração do emprego nem todos os trabalhadores, felizmente, serão demitidos no período compreendido por essa pesquisa. Como também podemos ter trabalhadores que ficaram desempregados durante todo o período estudado. Caso não incida censura nos dados, os métodos clássicos da estatística poderão ser usados normalmente, o que não acontece na presença de censura.

A função de sobrevivência é uma das principais funções probabilísticas utilizadas para descrever estudos de sobrevivência, é definida como a probabilidade de um indivíduo sobreviver ao tempo t , ou seja, é uma função probabilística ou estocástica e tem a forma de uma função de distribuição cumulativa:

³ Vide Colosimo e Giolo (2006).

$$F(t) = P(T \leq t), \text{ para } t \geq 0 \quad (1)$$

em que $F(t)$ é a função de distribuição cumulativa de uma variável T , indica que a probabilidade de a variável ser menor ou igual ao valor t escolhido.

Além da função de sobrevivência, outra função utilizada na análise de sobrevivência é a função de risco. $S(t)$ indica a probabilidade de um indivíduo continuar no emprego (função de sobrevivência), o tempo que um trabalhador permanece no emprego T é dado pela seguinte equação:

$$S(t) = P(T > t) \quad (2)$$

que pode ser definida como $S(t) \equiv 1 - F(t)$, e essa é a probabilidade de sobreviver, passado o tempo t , com $S(0)=1$ e $(0 \leq S \leq 1)$, quando t aumenta S diminui.

A função de risco $h(t)$ tem por objetivo quantificar a taxa instantânea em que um evento ocorrerá em um intervalo de tempo t e $t+\Delta t$, dado que ele sobreviveu até o tempo t . A probabilidade de um evento ocorrer exatamente no tempo t é necessariamente zero, uma vez que o tempo é contínuo. Sendo a função de densidade diferenciável, pode-se utilizar o limite para escrever:

$$h(t) = \frac{f(t)}{1 - F(t)} = \frac{f(t)}{S(t)} \quad (3)$$

Em que $h(t)$ é a função de risco, que pode ser representada por diversas funções de distribuição, por exemplo: Weibull, Log-normal, etc.

Pelo fato de existir relação entre as funções de sobrevivência e de risco, é possível derivar uma equação a partir da outra, caso as formas delas sejam conhecidas. Visto que a derivada de $S(t)$ é $-f(t)$, pode-se obter a equação de risco da seguinte forma:

$$h(t) = - \frac{\frac{dS(t)}{dt}}{S(t)} \quad (4)$$

A função de sobrevivência pode ser estimada de forma não paramétrica pelo estimador de Kaplan-Meier, que pode ser obtido ordenando os valores de duração do tempo de trabalho de forma crescente. “Também chamado de estimador limite-produto, é uma função escada com os degraus nos tempos observados de falha de tamanho $1/n$, em que n é o tamanho da amostra.” (COLOSIMO; GIOLO, 2006, p.35). “Os limites de cada segmento de intervalo de tempo correspondem ao tempo de seguimento que houver eventos.” (MENEZES; CUNHA, 2013, p.42). Caso não ocorra censura nos dados, o estimador de Kaplan-Meier será igual à função de sobrevivência dada pela equação (2).

Sendo j tempos de sobrevivência ordenados, $t_1 < t_2 < t_3 < \dots < t_j$, o estimador de Kaplan-Meier é definido como:

$$\hat{S}(t) = \prod_{j:t_j \leq t} \left(1 - \frac{d_j}{n_j}\right), \text{ para } t_1 \leq t \leq t_j \quad (5)$$

A comparação entre curvas de sobrevivência é comumente realizada através do teste não paramétrico *log-rank* (COLOSIMO; GIOLO, 2006, p.55). Utilizaremos este método para testar se, de fato, as curvas de sobrevivências da duração do emprego são diferentes para homens e mulheres ou de acordo com as características dos trabalhadores analisadas pelo presente trabalho. Tem como hipótese nula a igualdade das curvas, compara o número observado de eventos em cada grupo com o esperado caso a hipótese nula valesse. Uma das principais características é a de não depender de hipóteses sobre a distribuição das curvas de sobrevivência.

BASE DE DADOS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA

O presente trabalho utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/1975, que tem por objetivo ser uma fonte de dados para as entidades governamentais obterem informações a respeito da atividade trabalhista, elaborada pelo Ministério da Economia, anteriormente denominado Ministério do Trabalho. As variáveis utilizadas nesse trabalho são: sexo, cor, setor de atividade e graduados e não graduados.

Inicialmente, os dados apresentam, conforme a literatura sobre o tema destaca, a existência de observações faltantes, temos 265.365 observações censuradas de um total de 11.450.066 de observações. Abaixo a Tabela 1 resume as estatísticas descritivas das principais variáveis analisadas no estudo. A partir dos dados podemos verificar que o trabalhador nordestino possui em média 38 anos de idade, em sua maioria homem (58%), com ensino médio completo, do setor de comércio e serviços, tem média de 6 anos de trabalho no último emprego e média salarial de R\$ 2.163,25.

Tabela 1 – Estatística Descritiva para 2017 no estado do Rio Grande do Norte

Variáveis	Valor
Tempo Médio de Emprego	71 meses
Salário Médio	R\$ 2.163,25
Média de idade	37 anos
Homem	58,09 %
Mulher	41,91 %

Analfabetos	0,51 %
Ensino Fundamental	17,23 %
Ensino Médio	59,31 %
Ensino Superior	22,94 %
Agricultura	3,58 %
Construção Civil	6,15 %
Indústria	11,93 %
Comércio e Serviços	78,34 %
Número de Observações	796.016

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Rais.

Para um melhor detalhamento das características dos trabalhadores nordestinos, podemos analisar a distribuição dos salários, que na média recebe R\$ 2.163,25, com destaque para a concentração de trabalhadores com rendimentos próximos ao valor do salário mínimo, R\$ 1045,00. Evidenciando uma distribuição de renda pouco igualitária, com o maior salário chegando ao valor de R\$ 151.500. Os 10% mais pobres recebem até R\$ 779,23 e os 10% mais ricos recebem acima de R\$ 4191,73. Outra abordagem relevante é o comparativo de salários entre os sexos. Na média o homem recebe R\$ 158,00 a mais que a mulher, sendo a média salarial do homem R\$ 2.229,00 e de R\$ 2.071,00 da mulher.

Complementando a análise dos dados e ainda confirmando concentração de trabalhadores nas faixas mais baixas de renda, temos a distribuição dos salários para trabalhadores graduados e não graduados, desta vez o critério comparativo resultou numa diferença salarial significativa. Neste caso, uma pessoa graduada, na média, ganha mais que o dobro de outra não graduada, o graduado tem salário médio de R\$ 4.476,00, enquanto um trabalhador não graduado tem R\$ 1.577,00 de média salarial.

Quando considerado a cor, os negros recebem relativamente menos que as outras etnias, com média salarial de R\$ 1.631,00, brancos recebem em média R\$ 2.905,00. Enquanto a média das outras etnias é de R\$ 2.962, chegando quase ao dobro da média salarial dos negros.

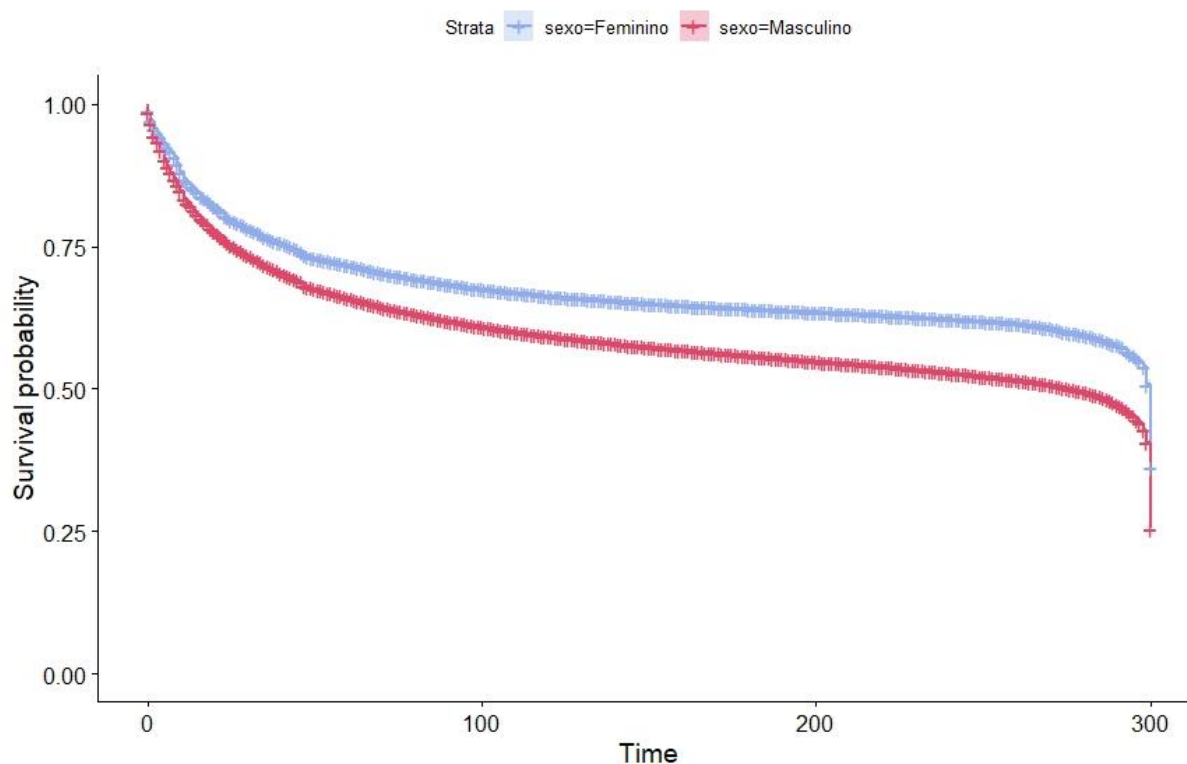
O diferencial salarial entre os setores também é significativo, os trabalhadores do setor de comércio e serviços tem média de salário em torno de R\$ 2.294, bem próximo da média geral dos trabalhadores. Na segunda maior média salarial fica a indústria, R\$ 1.961,00, seguido pela construção civil (R\$ 1.648,00) e da agricultura com R\$ 1.353,00.

RESULTADOS

Estimamos quatro curvas de sobrevivência do emprego para os trabalhadores da região Nordeste. É importante mencionar que o método não permite estimar as funções de sobrevivência com todas as características simultaneamente. Os resultados do teste log rank nos diz que podemos rejeitar a hipótese nula com considerável confiança, encontramos evidências estatisticamente significantes de que de fato todas as curvas de sobrevivência são diferentes.

O Gráfico 1, apresenta a curva de sobrevivência para os sexos. No eixo horizontal do gráfico, está os meses que o individuo permanece empregado e no eixo vertical está a probabilidade de sobrevivência no emprego. O formato decrescente da curva, mostra que quanto maior for o tempo no emprego, menor será a probabilidade de permanência do indivíduo no emprego.

Gráfico 1 – Curva de Sobrevivência no Emprego: gênero.



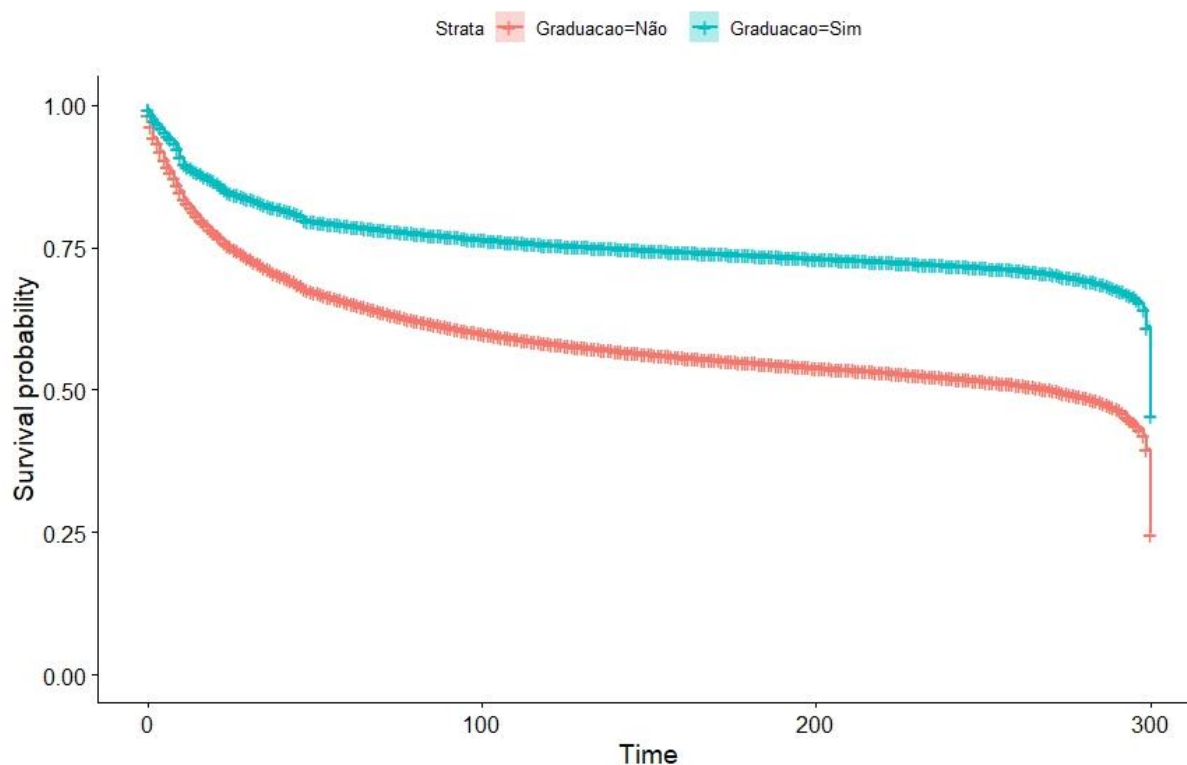
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Rais.

No gráfico 1, primeiro pode-se observar pela diferença entre as curvas que as mulheres apresentam maior probabilidade de permanecer mais tempo que os homens em seu emprego. Além disso, verifica-se que nos primeiros 10 anos a probabilidade dos homens e mulheres de permanecerem em seu emprego cai 25%. Nesses 10 meses também é o período de maior saída do emprego, visto que o ponto em que a curva de sobrevivência é mais íngreme. Conforme o tempo aumenta, a probabilidade de permanência no emprego se reduz, mas com uma velocidade menor. Isto pode ser visto que após os 10 meses, as curvas dos homens e das mulheres praticamente se tornam horizontais. A partir do

decimo mês, demora mais de 250 meses para cair mais 25%. Portanto, após 260 meses metade dos homens e mais da metade das mulheres permanecem em seus empregos.

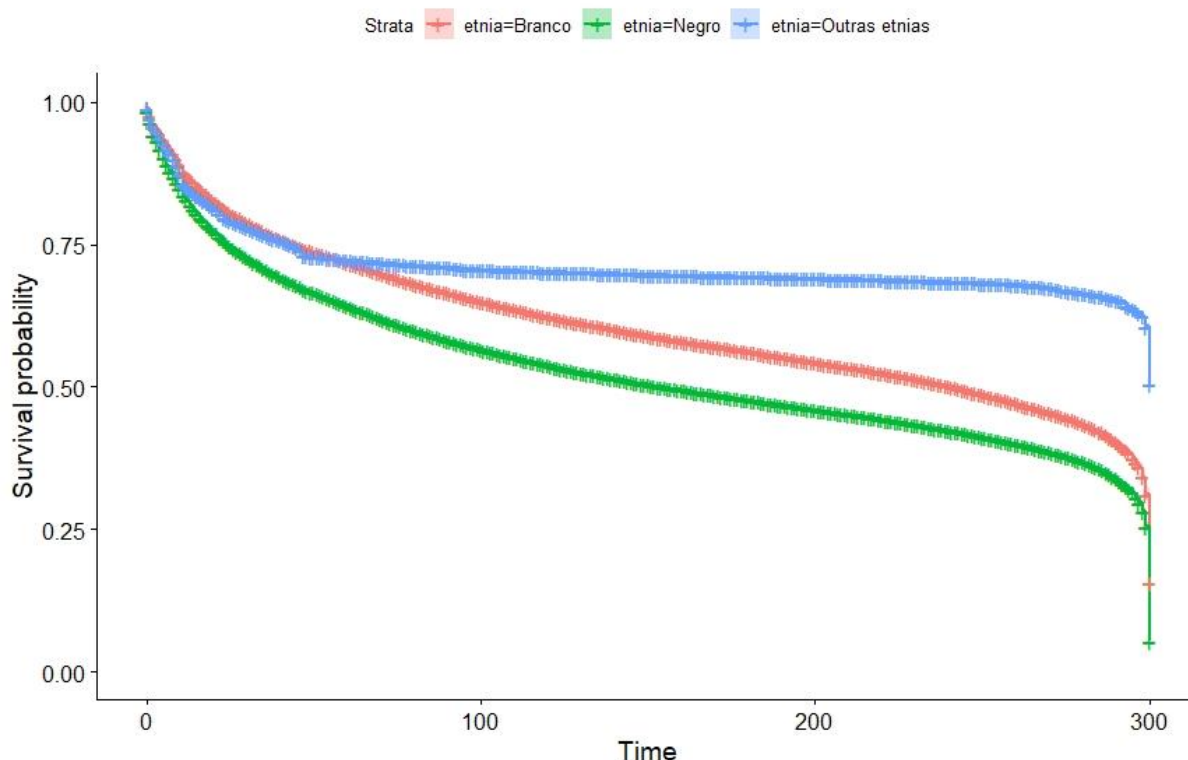
O gráfico 2, mostra a curva de sobrevivência no emprego para os graduados e não graduados. Como esperado, a probabilidade dos graduados permanecerem no emprego é sempre maior em todos os meses em relação aos não graduados. Nos primeiros 50 meses, essa probabilidade cai 25% para os graduados e 30% para os não graduados. A curva dos graduados pouco se altera ao longo dos 300 meses, mas a probabilidade dos não graduados reduz em 50% no final dos 300 meses.

Gráfico 2 – Curva de Sobrevivência no Emprego: Graduados e não-Graduados.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Rais.

Ao considerarmos os indivíduos brancos, negros e de outras etnias, nota-se uma diferença entre os três tipos de trabalhadores nordestinos, sendo mais desfavorável para os negros o que sinaliza uma possível discriminação. A probabilidade de permanecer no emprego para outras etnias cai 25% nos primeiros 50 meses, mas se estabiliza até o último mês em análise. Nos primeiros 50 meses enquanto os brancos perdem 25% de probabilidade de permanecer em seus empregos, os negros têm uma queda de 30% para o mesmo número de meses. A velocidade de queda na probabilidade de permanecer no emprego cai mais 25% para os negros e brancos depois de passados mais 100 e 150 meses, respectivamente. No último mês, existe apenas 25% de probabilidade dos negros permanecerem em seus empregos enquanto para os brancos é superior a 30%.

Gráfico 3 – Curva de Sobrevivência no Emprego: Brancos, Negros e Outras Etnias.

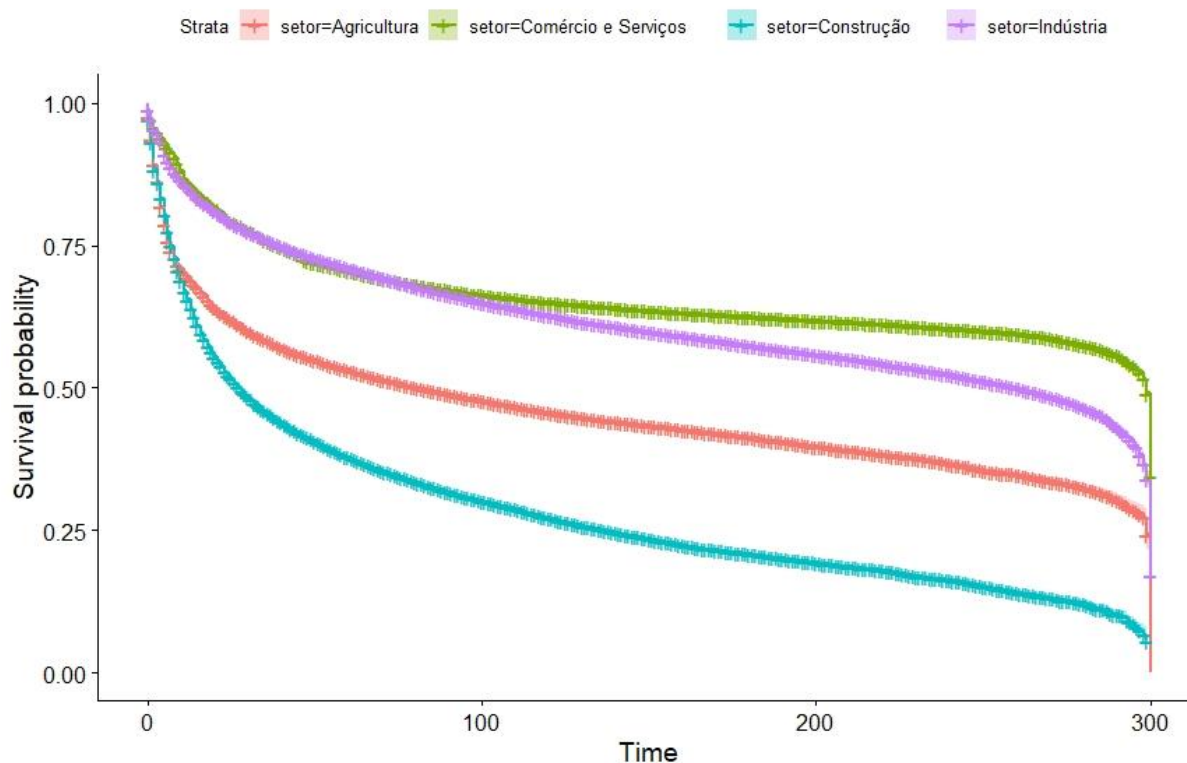
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Rais.

No que diz respeito ao tempo de duração do emprego nos setores, observa-se que tanto o setor agrícola quanto o setor da construção tiveram uma perda de 25% de permanecerem no emprego nos primeiros dez meses. Antes dos primeiros cinquenta meses, este setor já perde mais de 50% de sobrevivência no emprego dos trabalhadores e tem apenas 25% de probabilidade de seus trabalhadores permanecerem no emprego antes dos cem meses. Isso mostra que se trata de um setor que tem um alta rotatividade do emprego.

O setor agrícola apresenta uma rotatividade menor, mas perde 50% de probabilidade nos primeiros cem meses e no final nos 300 meses, os trabalhadores nordestinos ainda tem mais de 25% de probabilidade de permanecer no emprego.

Já os setores da indústria e do comércio e serviços são mais estáveis, apresentando trajetórias parecidas até o centésimo mês quando o setor da indústria apresenta uma queda mais acentuada da probabilidade de sobrevivência. No entanto, ambos os setores chegam depois de 300 meses com uma probabilidade próxima dos 50%.

Gráfico 4 – Curva de Sobrevivência no Emprego: Setores.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Rais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o tempo de sobrevivência do emprego através da estimação da distribuição de probabilidades do tempo de permanência dos trabalhadores nordestinos no ano de 2020.

Foi levado em consideração a cor, gênero, escolaridade e setor de atividade econômica, utilizando o método da análise de sobrevivência. Diversos trabalhos analisam o tempo de desemprego dos indivíduos, mas avaliar os fatores que determinam a sobrevivência no emprego é importante diante dos prejuízos e perda de eficiência gerada pela rotatividade dos trabalhadores no emprego. Assim, a análise que foi realizada é importante e pouco explorada na literatura econômica.

Os resultados encontrados mostram que as mulheres tendem a permanecer mais tempo no emprego em relação aos homens, sugerem que os graduados têm uma estabilidade maior no emprego do que os não graduados, os brancos apresentam tendência similar a dos negros, mas com uma defasagem de meses maior e o setor da construção é a atividade com maior volatilidade do emprego, ficando abaixo dos 5% de probabilidade da sobrevivência do emprego dos trabalhadores nordestinos.

Embora o presente artigo tenha sua relevância, trata-se apenas de um trabalho inicial no qual permite que várias outras análises seja feita. Por exemplo, esse mesmo estudo pode ser aplicado a outras regiões e estados, se pode incluir outras variáveis que sejam igualmente relevantes, o método pode ser aplicado para um grupo específicos de trabalhadores, dentre outras abordagens que ficam como sugestões de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BIVAR, Wasmália Socorro Barata. *Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração*. Rio de Janeiro: BNDES, 1993. 101p. (17º Prêmio BNDES de Economia, 1993; Originalmente apresentada como Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991).

COLOSIMO, Enrico Antônio e GIOLO, Suely Ruiz. *Análise de sobrevivência Aplicada*. São Paulo: Edgar Blücher, 2006.

EHRENBERG, R., Oaxaca, R. L. (1976). Unemployment Insurance, Duration of Unemployment, and Subsequent Wage Growth. *American Economic Review*, 66, 754-766.

FLORI, P. M. *Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileira*. Tese de Mestrado em Economia. São Paulo: FEA/USP. 2003.

GALIANI, S.; HOPENHAYN, H. Duración y riesgo de desempleo en Argentina, *series Mercado de Trabajo y Relaciones Industriales*. Buenos Aires, Fundación Argentina para el Desarrollo con Equidad (FADE), inédito, 2000.

GONZALEZ, Roberto Henrique S. *Flexibilidade e permanência: a duração dos empregos no Brasil (1992-2006)*. 2009. Dissertação (mestrado) – Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HAM, J., LaLonde, R. (1991). *Estimating the Effect of Training on Employment and Unemployment Durations: Evidence from Experimental Data*. NBER Working Paper, No. 3912.

KROFT, Kory et al. *Long-term unemployment and the Great Recession: the role of composition, duration dependence, and nonparticipation*. *Journal of Labor Economics*, v. 34, n. S1, p. S7-S54, 2016.

MARTÍNEZ, Hermes Fernando Martínez et al. *¿ Cuánto duran los colombianos en el desempleo y el empleo ?*: Un análisis de supervivencia. Bogotá, Colombia: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE, 2003.

MENEZES-FILHO, N. A.; PICCHETTI, P. *Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo*. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 30, n. 1, 2000.

MENEZES, A. I.; CUNHA, M. S. *Uma análise da duração do desemprego no Brasil (2002 - 2011)*. *R. Bras. Eco. de Emp.* 2013, vol. 13, n. 01, p. 37-58.

OLIVEIRA, P. F. A.; CARVALHO JÚNIOR, J. R. A. Desigualdade de gênero na duração do desemprego e seus efeitos sobre os salários aceitos no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, N. 4, p. 833-849, out./dez. 2009

ORELLANO, V. e PAZELLO, E. *Evolução e determinantes da rotatividade da mão-de-obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. Pesquisa e Planejamento Econômico*, 36 (1): 179-207, 2006.

PISSARIDES, C. A. *Equilibrium unemployment theory*, 2nd Edition, MIT Press Books, The MIT Press, v.1, 2000.

REIS, M.; AGUAS, M. *Duração do desemprego e transições para a inatividade e para o emprego: uma análise das características da busca por trabalho*. 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000be0d38ee1d249da1f822ebef73cc4744.pdf>. Acesso em 13 de mar. de 2022.

SANTOS, Rayany de Oliveira; NAKANO, Eduardo Yoshio. *Análise do tempo de permanência de trabalhadores no mercado de trabalho do Distrito Federal via modelo de riscos proporcionais de Cox e Log-normal*. *Rev. Bras. Biom*, v. 33, n. 4, p. 570-584, 2015.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA BR 163 AMAZÔNICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA
RETOMADA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE
SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICA À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL



REDM
ISSN: 2176-5804

Regiane Arruda Souza Ely

Graduada em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso
Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Mestre em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso
regianeasouza@hotmail.com

Indio Campos

Doutor em Economia, Prof. Associado VI
Faculdade de Economia/UFMT
indiocmps@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o papel da pavimentação asfáltica da BR 163 na expansão do desmatamento na Amazônia Legal. Trabalha-se com hipótese de que a expansão da fronteira e o conseqüente desenvolvimento de atividades agropecuárias se dá de forma desordenada, resultando em conflitos fundiários e na intensificação do desmatamento. A novidade institucional representada pelo “Plano BR 163 – Sustentável” revelou-se incapaz de reverter este processo. Os resultados do estudo confirmam o avanço das atividades agropecuárias com a pavimentação da BR 163 amazônica, por meio da formação de pastagem e cultivo da soja, formando clusters correlacionados ao desmatamento recente, sem, no entanto, melhorar as condições de vida da população local. A queda da cobertura florestal preexistente e o recente aumento da atividade madeireira prenunciam um aumento ainda maior da taxa de desmatamento ao longo da BR. 163.

Palavras-chave: Desmatamento. Pavimentação asfáltica. Amazônia Legal.

ABSTRACT

This work analyzes the role of the asphalt paving of BR 163 in the recent expansion of deforestation in the Legal Amazon. We work with the hypothesis that the expansion of the frontier and the consequent development of agricultural activities occurs in a disorderly way, resulting in land conflicts, and the intensification of deforestation. The institutional novelty represented by the “Plan BR 163 – Sustainable” has been incapable of reversing this process. The results obtained confirm the advance of agricultural activities with the paving of the Amazonian BR 163. So, pasture and soybean cropping generate clusters correlated with recent deforestation. Increasing deforestation does not generate positive advances in terms of GDP per capita, education, health, and population density. The recent increase in logging foreshadow an increase in the rate of deforestation along the BR.163.

Keywords: Deforestation. Asphalt paving. Legal Amazon.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a comprovação de viabilidade de pavimentação da BR 163 na Amazônia esteve em debate no meio acadêmico, na sociedade civil e principalmente no Governo Federal. De um lado, os agentes privados e o Governo defendiam de que esta facilitaria o escoamento de grãos pelos Portos de Santarém e de Miritituba, com a redução de custos em comparação com o escoamento pelos Portos de Santos e Paranaguá; bem como levaria ao desenvolvimento da Amazônia com a chegada da infraestrutura de transportes. Em contrapartida, havia preocupação com as resultantes negativas da pavimentação da BR 163 na Amazônica, sobretudo com o desmatamento, com o processo de ocupação e o avanço desordenado das atividades agropecuárias, assim como da extração madeireira.

Observa-se a partir dos anos 2004 uma queda nas taxas de desmatamento na Amazônia, sobretudo, nos Estados que lideravam as maiores taxas: Mato Grosso, Pará e Rondônia, desde os anos 1988 (INPE,2021). Essa manutenção na queda do desmatamento se mantém até o ano de 2015 (CAMPOS e FARIA, 2019). Nesse mesmo ano foi criado o GTI - Grupo de Trabalho Interministerial - com o objetivo de debater a sustentabilidade da pavimentação da BR 163 Amazônica, que resultou no Plano BR 163 sustentável. O Governo Federal colocou a BR 163 como obra-modelo, pois almejava discutir e unificar a proposta de desenvolvimento regional a qual envolvia os movimentos sociais e os agentes privados, numa tentativa de reversão do processo de ocupação desordenada e dos possíveis impactos socioambientais (sobretudo o desmatamento) e econômicos, que resultariam do acirramento do conflito pela terra e do uso inadequado dos recursos naturais, pelas já conhecidas atividades da pecuária, da madeireira e da soja.

Após implementação do Plano BR 163 sustentável, em 2008 teve início a pavimentação da BR 163 no trecho amazônico que vai do município de Guarantã do Norte, localizado no Estado de Mato Grosso ao Porto de Santarém, no Estado do Pará. Esse trecho foi construído em 2019. O exame dos dados disponibilizados pelo PRODES/INPE mostra uma retomada no crescimento na taxa de desmatamento na região de pavimentação da BR 163 Amazônica a partir dos anos 2017, concomitante ao avanço e conclusão do asfaltamento, sobretudo no trecho final, nas microrregiões de Altamira, Itaituba e Santarém, no Estado do Pará, concentradas no entorno da BR 163.

A literatura assevera que o vetor infraestrutura rodoviária pode potencializar o desmatamento na região Amazônica, não por si só, mas pela viabilidade financeira para o desenvolvimento de atividades agropecuárias (BARRETO, 2005; FERNANDES *et al*, 2016). Em síntese, o asfaltamento propicia a intensificação do desmatamento por abrir caminho para um processo de expansão pautado no desenvolvimento da pecuária, da agricultura e do setor madeireiro. Esse movimento de territorialização é verificado pela concentração do desmatamento no raio de 05 (cinco) quilômetros

ao redor das estradas (BRANDÃO Jr.,2007; FERNANDES *et al.*, 2015). E estas estão diretamente ligadas à exploração madeireira e à grilagem de terras (VERÍSSIMO *et al.*, 1998). Do mesmo modo, a pecuária é precedida da apropriação ilícita de terras (MARGULIS, 2004).

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo discutir como a conclusão da pavimentação da BR 163 na região Amazônica pode ter se tornado um instrumento responsável por elevar o incremento recente de desmatamento na Amazônia ao permitir o avanço da fronteira agropecuária e propiciar um processo de ocupação por meio do desenvolvimento das atividades pecuária, agrícola, madeireira e do movimento da ocupação humana. E apesar do esforço do Governo Federal com o Plano BR 163 Sustentável, este não fora suficiente para conter o avanço desordenado das atividades agropecuárias. Para tanto, a análise terá como base teórica a Nova Economia Institucional.

Para mensurar o efeito deslocamento da fronteira, das atividades agropecuárias e da ocupação humana se utilizou da Análise Exploratória de Dados Espaciais Assim, as variáveis socioeconômicas e ambientais indicadas pela literatura são correlacionadas com o processo de desmatamento em busca clusters espaciais.

DA COMPREENSÃO DA RACIONALIDADE DE EXPANSÃO ECONÔMICA NA AMAZÔNIA À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A compreensão da dinâmica complexa do desmatamento na Amazônia passa pelo entendimento de como as estruturas de mercado se expandem nesse espaço, de qual a racionalidade econômica que faz com que isso aconteça. E essa percepção depende do conhecimento de mecanismos que condicionarão ou não essa expansão. E esses mecanismos podem ser eficientes culminando num processo de desenvolvimento ou ineficientes resultando na acentuação do desmatamento, neste caso específico de análise, a partir da pavimentação da BR 163 na Amazônia que teve início no ano de 2008.

A Nova Economia Institucional apresenta em seu cerne de debate a ponte entre o ser humano e o desenvolvimento, e de como os mecanismos e as instituições podem impactar neste processo, a partir do estabelecimento de regras que condicionam a ação humana. E esta ação do ser humano condicionada pela presença ou ausência de regras do jogo pode desembocar em efeitos e comportamentos específicos, quais sejam nesta investigação o aceleração do processo de ocupação e do desenvolvimento das atividades agropecuárias propulsionado pelo asfaltamento da BR 163 na Amazônia. A ocupação desse território que adiante chamar-se-á de instituição fronteira pode se dar para fins econômicos e comerciais tanto pela população urbana como pela população rural, de modo que na falta de instituições e regras essa ocupação pode ser desordenada e levar a uma intensificação do desmatamento. Por outro lado, a ocupação pelas populações tradicionais se amparadas por dispositivos legais e instituições como a presença de reservas podem frear o desmatamento. O

desenrolar dessas forças na forma de instituições é o debate central deste trabalho juntamente com a pretensão de verificação de seus resultados no tocante ao desmatamento.

Carvalho *et al* (2014) frisa que é do avanço da fronteira que resultou na Amazônia na incorporação de áreas antes inacessíveis ou relativamente despovoadas. Avanço que se deu com o apoio de instituições e organizações regionais criadas pelo governo militar, com destaque para a Operação Amazônia que deu origem a Instituição Amazônia Legal, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e ao Banco da Amazônia S.A (BASA). Nesse passo, argumenta ainda Carvalho et al. (2014) que os incentivos fiscais-financeiros constituíram o mais importante instrumento da política econômica usada pela SUDAM, tendo a pecuária como atividade econômica responsável pela ocupação de terras, em especial, na fronteira econômica no Estado do Pará.

A resultante dessa política de financiamento por meio de incentivos fiscais fora o desmatamento para a formação de pastagens e pecuária em regime extensivo. Dada a importância dessa fronteira e as externalidades negativas decorrentes da destruição da biodiversidade, o olhar internacional se volta para a Amazônia e passa a exercer uma pressão sobre o Governo para que institua leis e ações para conter o desmatamento e minimizar os conflitos.

Assim, quando do asfaltamento da Br 163 em resposta às pressões de ONGs ambientais, o governo federal cria o plano “BR 163 Sustentável”. A proposição seria unificar os interesses dos agentes privados e da sociedade civil, em prol de que a pavimentação resultasse em desenvolvimento regional e local. Para tanto, o plano “BR 163 sustentável” previa várias medidas emergenciais e estruturais, tais como o fortalecimento dos órgãos do Governo Federal com atuação local, ordenamento fundiário e territorial, monitoramento e controle ambiental, fomento a atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, inclusão social, infraestrutura de transportes e energia, planejamento de núcleos urbanos.

ASFALTAMENTO COMO VETOR DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA

Os fatores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia são diversos e sua dinâmica varia de lugar para lugar. Contudo, a literatura aponta amplamente o avanço da pecuária (Campos e Faria, 2016; Margulis, 2003) e da soja (Fearnside, 2001), os preços dos produtos agropecuários, as condições de acesso, os gastos do governo em abertura e pavimentação de estradas ou outras obras de infraestrutura (Fearnside, 2001), o nível de renda e a presença de população como corresponsáveis pelo desmatamento na Amazônia (SANTOS, 2010; PRATES & SERRA, 2009).

Segundo Prates & Serra (2009) a dinâmica desses fatores está em sua maioria, direta ou indiretamente, ligada a políticas realizadas pelo governo federal, especialmente o crédito rural ou a ampliação e melhoria das rodovias. Ocorre que o governo por meio de políticas públicas pode

estimular o desmatamento mediante a liberação de recursos que indiretamente influenciam o desenvolvimento de atividades que necessitam do solo, como por exemplo, a pecuária.

No caso das rodovias, o Ministério dos Transportes é responsável pela aplicação dos gastos na ampliação e melhoria das condições logísticas, que por sua vez impactam sobre o desmatamento, como no caso da BR -163 Amazônica, objeto de análise desse estudo.

Trabalhos como de Arima *et al* (2005) concluíram, ancorados na teoria do comportamento do consumidor e do sistema de informações geográficas, que o avanço do desmatamento se deu por conta das rodovias. De modo semelhante, Pfaff *et al* (2007) identificaram que o aumento das rodovias, pavimentadas ou não, contribuíram para o aumento do desmatamento. Há estudos, também, que analisaram a correlação entre investimento e infraestrutura e crescimento populacional. E constataram que o crescimento em infraestrutura influencia o crescimento populacional, que por sua vez, intensifica o desmatamento (PRATES & SERRA, 2009).

Do ponto de vista da dinâmica do desmatamento e de um possível avanço da fronteira agropecuária na Amazônia, destaca que Prates e Serra (2009) que os gastos do governo na melhoria da infraestrutura de transportes podem levar a dois resultantes que estão diretamente relacionados: o primeiro em permitir o acesso a lugares remotos que antes eram inacessíveis, e a segunda a de contribuir para a queda do custo do transporte, tornando economicamente viável expandir a expansão da produção de certos bens para áreas mais distantes do mercado ou do ponto de escoamento da produção. Outro ponto de observação é que a literatura aponta a presença de estradas não oficiais na Amazônia abertas principalmente por madeireiros como provocadoras do desmatamento. No entanto, como bem colocam Prates & Serra (2009), as estradas não oficiais são conectadas às oficiais, de modo que a expansão das oficiais provoca a ramificação das não oficiais.

É clara a correlação entre desmatamento e acessibilidade por rodovias (ANGELSEN & KAIMOVITZ, 1999). Contudo, considerar as estradas como causadoras do desmatamento é uma visão limitada do problema, tendo em vista que ele é bem mais complexo (RODRIGUES, 2004). Margulis (2004) sinaliza que não são as estradas por si mesmas que estimulam o desflorestamento, mas a viabilidade financeira da pecuária que é ajudada pela existência de estradas. Os próprios pecuaristas e madeireiros a constroem se a atividade for favorável. Desse modo, três fatores devem ser analisados juntos a acessibilidade da BR 163 na Amazônia: o processo de ocupação, a pecuária, a soja e atividade madeireira. E mais, recentemente, a expansão da soja.

Passemos a compreensão da lógica de expansão da pecuária de corte: essa atividade na Amazônia Oriental (que chamamos aqui de fronteira econômica) é altamente rentável do ponto de vista privado, com taxas de retorno superiores as da pecuária nas regiões tradicionais do país. Essa rentabilidade se explica pela disponibilidade de terra barata, condições geológicas particularmente

favoráveis a pecuária, a temperatura e a umidade do ar que garantem a alta produtividade das pastagens.

Somado a esse ponto, conforme já dito a pecuária de médio e grande porte é o motor do desmatamento pela viabilidade financeira. Isto porque, menciona Margulis (2003), existe nessa atividade muitos agentes intermediários, os quais tem baixo custo de oportunidade e que se antecipam a esses pecuaristas, sendo responsáveis de forma direta por parte do desmatamento. Ocorre que suas atividades são viabilizadas em grande parte pela garantia de venda futura da terra, o que motiva o desmatamento em grande escala pelos agentes intermediários. Por fim, a consolidação dessa pecuária mais profissional e produtiva, marca o fim do ciclo especulativo e da mineração de nutrientes dos primeiros agentes e dá início a consolidação dessa fronteira econômica. E os pequenos proprietários se apresentam como fornecedores de mão de obra ou intermediários que “esquentam” a posse da terra, mas que contribui de maneira pequena ao desmatamento (MARGULIS, 2003)

Do ponto de vista social, argumenta Margulis (2003), há uma exclusão na divisão dos benefícios advindos da pecuária, não contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas. Contudo, vê o autor que a diminuição do preço da carne no mercado nacional e o aumento das exportações propiciados pela expansão da pecuária poderão significar benefícios sociais que ultrapassam as fronteiras setoriais e regionais.

Barreto *et al* (2008) também reitera o alerta de que a pecuária é o principal uso das áreas desmatadas na Amazônia. Smeraldi & May (2008) demonstram que a tendência da amazonificação da pecuária deve continuar. Há um movimento de iniciativas de grandes grupos financeiros de investir, com captação de recursos em fundos internacionais.

Para Sachs (1990), o desmatamento é um dos preços ecológicos (não o único) advindos do progresso e narra de forma assertiva e sintética a desgovernança provocada pelo avanço do capital, o que chama de causas profundas do “prejuízo do progresso” quando o ser humano é deixado sem rédea e sem regras ou estas são deturpadas por interesses e assimetrias.

ECONOMETRIA ESPACIAL E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

Esse estudo centra foco nos estados do Pará e no Norte de Mato Grosso e Pará, as regiões mais diretamente afetadas pelo asfaltamento do trecho da BR 163. Mais especificamente a atenção ser as microrregiões do Estado do Pará e as microrregiões que compõem a divisa do Estado de Mato Grosso (Aripuanã, Alta Floresta, Norte Araguaia e Colíder) e sobretudo as microrregiões que perpassam esse trecho da BR-163 Amazônica, a saber: Itaituba, Altamira, Óbidos e Santarém, com o objetivo de verificação de concentração ou não do incremento do desmatamento ao longo dos anos de pavimentação.

O processo de pavimentação asfáltica desse trecho teve início em 2008. O último segmento de 51km foi finalizado apenas em 2019 e inaugurado 2020. Portanto, os dados empíricos coletados neste estudo se limitam a este intervalo de 11 anos, com dados obtidos para os anos de 2008, 2010, 2015 e 2019. O correspondente trecho asfaltado de 1051km será denominado doravante de “BR-163 Amazônica”.

O PRODES/ INPE realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, produzindo desde o ano de 1988, as taxas anuais de desmatamento, e que considera o desmatamento que se inicia com a floresta amazônica intacta e finaliza com a conversão total da floresta em outras coberturas, de modo que esse processo pode demorar alguns anos de acordo com os atos de exploração da floresta feitos por empreendimento especializados em cada processo (INPE, 2020).

Existe um consenso na literatura dentre as diversas variáveis correlacionados ao desmatamento, daqueles do ponto de vista empírico e de análise mais relevantes e que serão adotados nesse estudo. Especificamente no Estado do Pará onde se concentra a maior parte da extensão rodoviária da BR 163 na Amazônia Legal, a literatura aponta como variáveis pertinentes a implantação e melhoria de rodovias e a dimensão do rebanho bovino

Para avaliação da correlação entre o desmatamento e o desenvolvimento das atividades agrícolas, foram incluídas as variáveis área plantada de lavoura total -temporária e permanente, medidos em hectares e as variáveis relacionadas ao cultivo de soja: área plantada de soja (hectares) e quantidade produzida de soja (toneladas), estas últimas para investigação do comportamento da cultura na região no período de estudo, ambos dados fornecidos pela Pesquisa Agrícola Municipal – PAM IBGE.

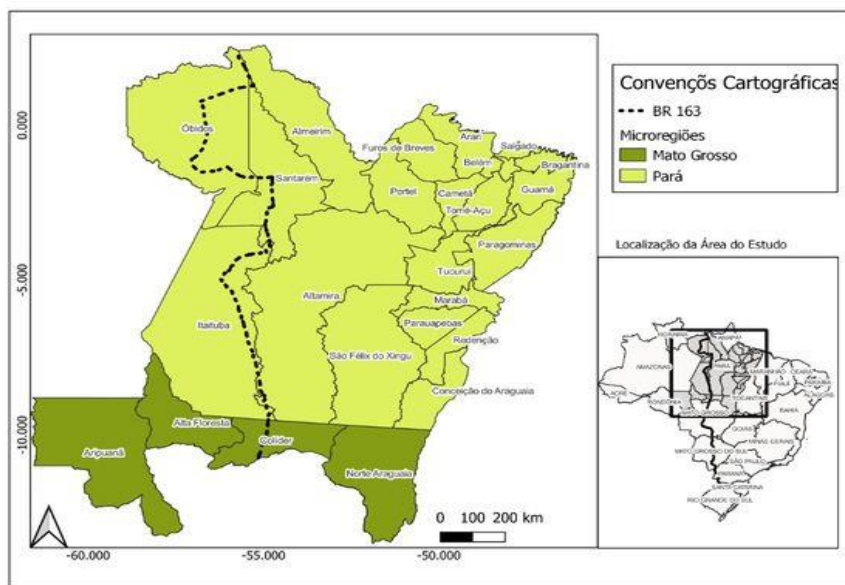
Institucionalmente, além da movimentação do agente governo com a pavimentação asfáltica (de um lado) e a fragilidade de regras a partir da flexibilização com a Lei Federal nº 13465/2017, dos agentes privados com o avanço das atividades agropecuárias, observa-se o comportamento das populações tradicionais, a partir dos dados de desmatamento nas terras indígenas e nas unidades de conservação, na tentativa de se observar a força contrária ao avanço do desmatamento ocasionado pela força das atividades agropecuárias propulsão pelo governo através do asfaltamento da BR 163 na Amazônia.

Outro fator não menos importante e que tem um legado na frente de devastação da floresta Amazônia é o setor madeireiro. A característica dessa variável é que o desmatamento provocado pela atividade madeireira provavelmente não será observado no ano pesquisado, mas indicará um desmatamento futuro logo que o desmatamento é a etapa final do processo iniciado pela atividade madeireira (SANTOS, 2010). Para observação da influência desse setor incluiu-se as variáveis

extração madeireira em tora disponível na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS IBGE.

Com a definição do recorte por microrregião para os Estados de Mato Grosso e Pará abrangendo a Amazônia Legal, e da variável dependente incremento de desmatamento anual fornecida pelo PRODES INPE, dirigiu-se o esforço para a coleta de dados.

Mapa 1 — Localização da área de estudo



Fonte: O autor (2021) .

A adoção da análise espacial vem do entendimento na literatura de que o desmatamento possui um forte componente espacial. Isto porque segundo Oliveira *et al* (2007) se trata de uma área que possuía uma cobertura florestal e que foi convertida em outro tipo de uso e que se relaciona com os tipos de uso da terra verificados nas vizinhanças das áreas desmatadas. Desse modo, o desmatamento tem como característica a dependência espacial, denotando um processo de interação espacial, onde as áreas desmatadas são vizinhas de áreas anteriormente desmatadas.

Para a compreensão do processo de desmatamento por meios dos dados espaciais, apoiou-se no que a literatura recente tem apresentado como método que apresenta melhores resultados para a Amazônia Brasileira, que é o modelo de β convergência espacial. Teixeira (2010) analisou o processo de desmatamento na Amazônia Legal e no Estado de Mato Grosso, no período de 2000 a 2008, adotando os modelos de β convergência, tendo o modelo de defasagem espacial fornecido resultados mais robustos para a Amazônia Legal e o modelo de erro espacial, para o Estado de Mato Grosso.

Neste trabalho, utiliza-se o modelo de defasagem espacial (SAR) *Spatial Lag* para análise dos anos de 2008, 2010, 2015 e 2019. Neste modelo busca-se o efeito de "vizinhança" na intensificação do desmatamento de modo a observar a dependência espacial na própria variável dependente e na autocorrelação espacial entre as variáveis independentes e a variável dependente durante o curso do asfaltamento da BR 163 Amazônica.

Anselin (1995) explica que no modelo SAR a variável y é influenciada pela própria variável y , verificadas nas regiões vizinhas defasadas espacialmente, conforme descrição do modelo a seguir:

$$y = \rho W y + x\beta + \varepsilon \quad (1)$$

Onde y é a variável dependente, caracterizado por ser um vetor coluna, contendo n observações na amostra, ρ é o coeficiente espacial auto regressivo (medida de autocorrelação espacial), que demonstra o efeito médio da variável dependente em relação a vizinhança espacial na região analisada. W corresponde a matriz de vizinhança geralmente adotada nos modelos espaciais, de modo que Wy irá demonstrar a dependência espacial em y . X identifica a matriz de observações das variáveis independentes. O parâmetro β representa o coeficiente de regressão e ε o termo de erro aleatório, por ora assumindo distribuição normal e variância constante.

Neste caso, para os anos de 2008, 2010, 2015 e 2019 o teste de dependência espacial apresentou resultados com significância menor perto de 1% para o modelo de defasagem espacial (SAR), de maneira semelhante a opção de modelagem feita no estudo de desmatamento na Amazônia feito por Teixeira (2010) àquele no período (2002-2008), corroborando com a ideia defendida em seu trabalho.

Como o modelo de defasagem espacial (SAR) requer simetria dos pesos, a opção realizada foi pela matriz b binária de contiguidade do tipo Rainha. Neste trabalho, a matriz de pesos *queen contiguity* auxiliará tanto na modelagem econométrica espacial, como na Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), por meio da estatística I de *Moran global* e o *Local Indicator of Spatial Association* (LISA).

No presente trabalho, adotou-se o método da máxima verossimilhança. A estimativa pelo método da máxima verossimilhança não sofre do problema da inconsistência, devido a endogeneidade do regressor. O modelo não apresenta heterocedasticidade, considerando o nível de significância de 5%, no Breusch Pagan test. Também se confirma a dependência espacial, com o resultado do Likelihood ratio test, com 5% de nível de significância. Os AICs foram os menores obtidos na estimativa do modelo para os anos de análise. O R^2 , embora considerado um pseudo R^2 nos modelos espaciais, respondem por mais de 90% do modelo em todos os anos de estudo.

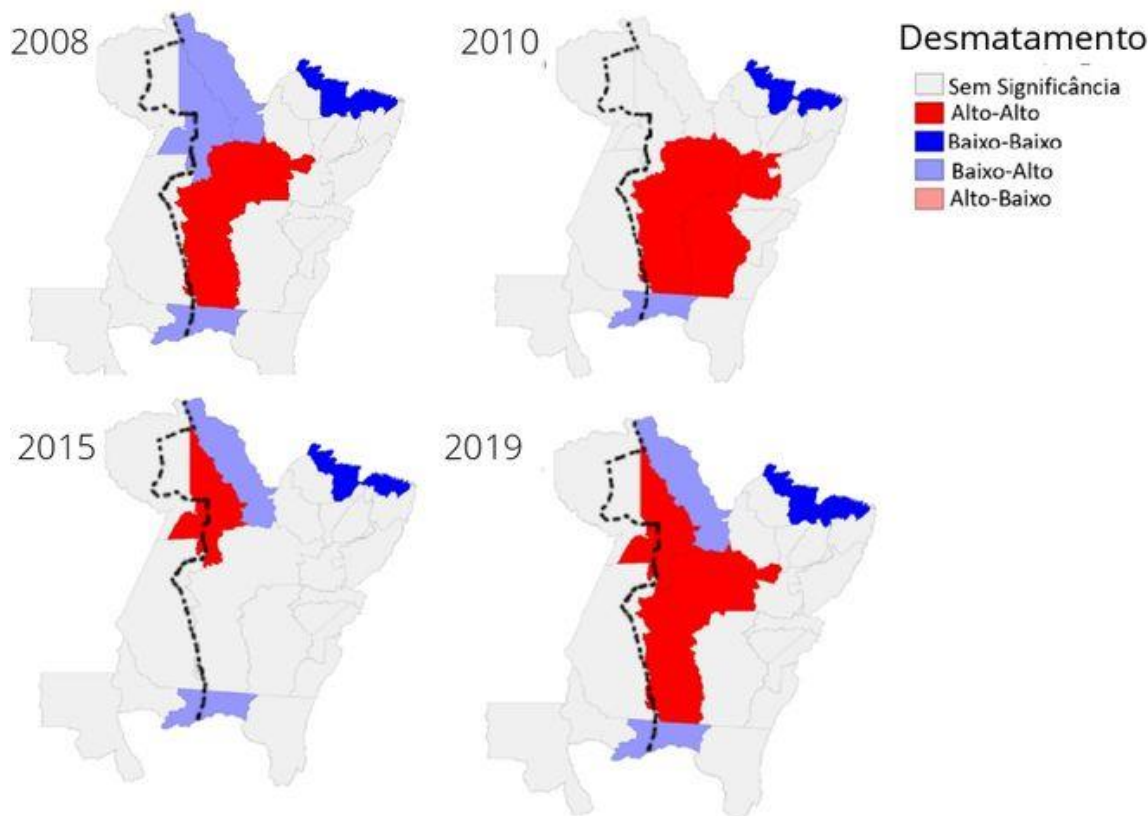
RESULTADOS

Os mapas LISA a seguir ajudam na visualização e identificação da formação de clusters de desmatamento. Ao observar o mapa 2 se conclui que de fato o desmatamento tem uma dinâmica espacial que acompanha o avanço da fronteira econômica e que a linha da pavimentação asfáltica é quem conduz o caminho percorrido por esta fronteira.

Os mapas acima mostram clusters significativos relativos ao processo de desmatamento nos anos de 2008, 2010, 2015 e 2019, concomitante o início, evolução e conclusão da pavimentação da BR 163 Amazônica. O método LISA é apropriado para verificação do desmatamento recente sobretudo porque considera a dinâmica espacial do desmatamento, o que por vezes não é considerado na análise do Governo Federal, de acordo com TEIXEIRA (2010), pois o governo trabalha com o conceito de estoque considerando o desmatamento acumulado e não verificando a influência do município vizinho pontualmente em um período t e espacialmente.

Dessa forma, vê-se nos cluster tipo *High-High* destacados na cor vermelha que o desmatamento possui uma dinâmica espacial, partindo no ano de 2008 das microrregiões de Norte Araguaia no Estado de Mato Grosso e São Félix do Xingu e Conceição do Araguaia no Pará, passando no ano de 2010 pelas microrregiões de São Félix do Xingu, Parauapebas e Altamira todas no estado do Pará, no ano de 2015 esse cluster perpassa a microrregião de Santarém e fixando em 2019 as microrregiões de Altamira e Santarém, na linha de asfaltamento da BR 163 em seu trecho Amazônico.

Outro ponto importante é que a formação e o caminho que os clusters percorrem param na linha de asfaltamento, de modo que a expectativa é que essa linha poderia ter caminhado um pouco mais ou poderá caminhar adiante chegando a microrregião de Itaituba. Por outro lado, nota-se que embora haja sinais de expansão agrícola, especialmente da soja na linha de asfaltamento, como irá ver-se adiante, pontualmente no ano de 2019, existe um limitador, uma barreira de contenção a expansão do desmatamento e de um avanço mais intenso e desordenado da fronteira, que são as populações indígenas e tradicionais. Isso pode ser observado tanto nos mapas que mostram que não há avanço de pontos de desmatamento nas terras indígenas e nas unidades de conservação que circundam a BR 163 Amazônica.

Mapa 2. Cluster desmatamento

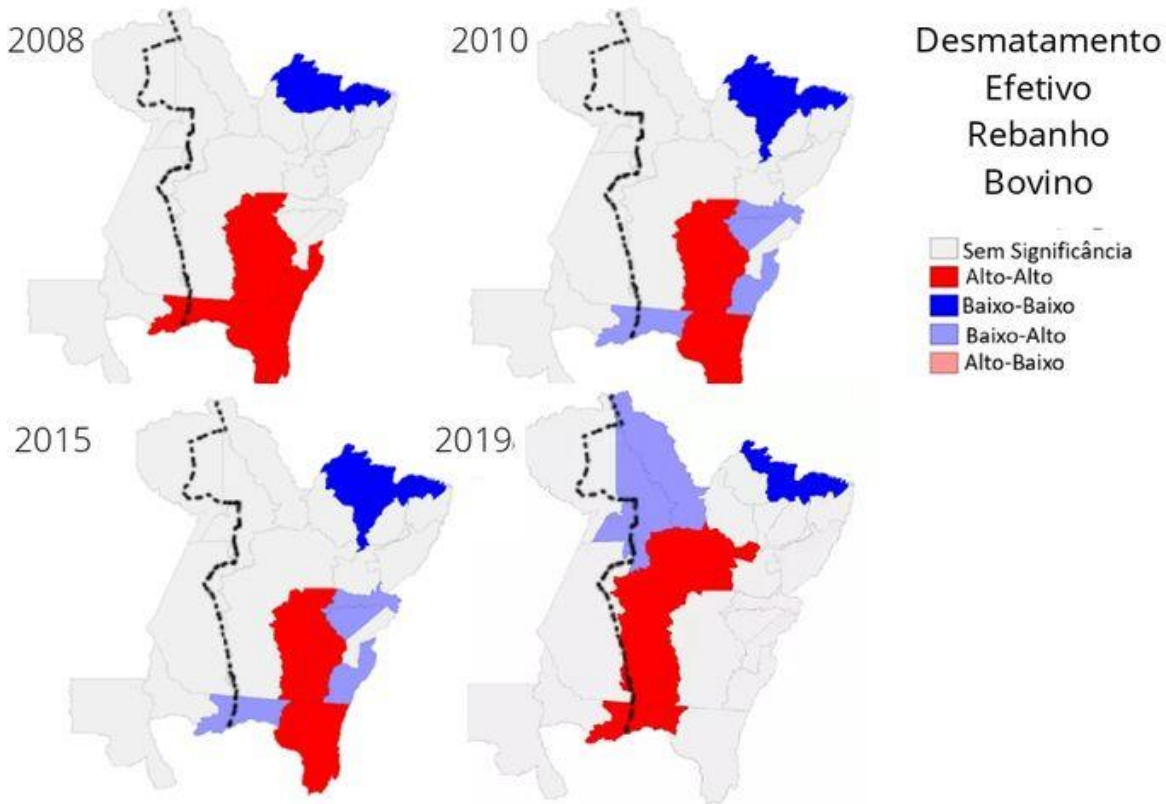
Fonte: O autor com base no software GEODA e nos dados resultados da pesquisa (2021).

O mapa 3 apresenta a análise da autocorrelação espacial entre a variável dependente desmatamento e a variável independente efetivo rebanho apresentando uma dinâmica de deslocamento e de avanço para áreas novas e fronteira acima seguindo a linha da pavimentação da BR 163 Amazônica. No ano de 2008 observa-se o cluster formado do tipo *high high* nas microrregiões de Norte Araguaia e Colíder no Estado de Mato Grosso e nas microrregiões de São Félix do Xingu e Conceição do Araguaia no Estado do Pará. No ano de 2010 o cluster permanece nas microrregiões de São Félix do Xingu e Colíder. No ano de 2015 o *cluster* se estabelece em Colíder e no ano de 2019 o *cluster* se desloca para as microrregiões de Colíder e Altamira conjuntamente a conclusão da BR 163 Amazônica, conforme visto no mapa 3.

O mapa 4 mostra o caminho percorrido pelos clusters identificados na autocorrelação espacial entre a variável dependente de desmatamento e a área de pastagem, caminho este muito semelhante ao de autocorrelação espacial entre o desmatamento e o efetivo rebanho bovino. A diferença é que nesta formação de clusters no ano de 2010 se estende a microrregião de Parauapebas, no ano de 2015 o *cluster* se desloca para microrregião de Santarém e no ano de 2019, o cluster se desloca além das microrregiões de Colíder e de Altamira para a microrregião de Santarém, alertando para o que a

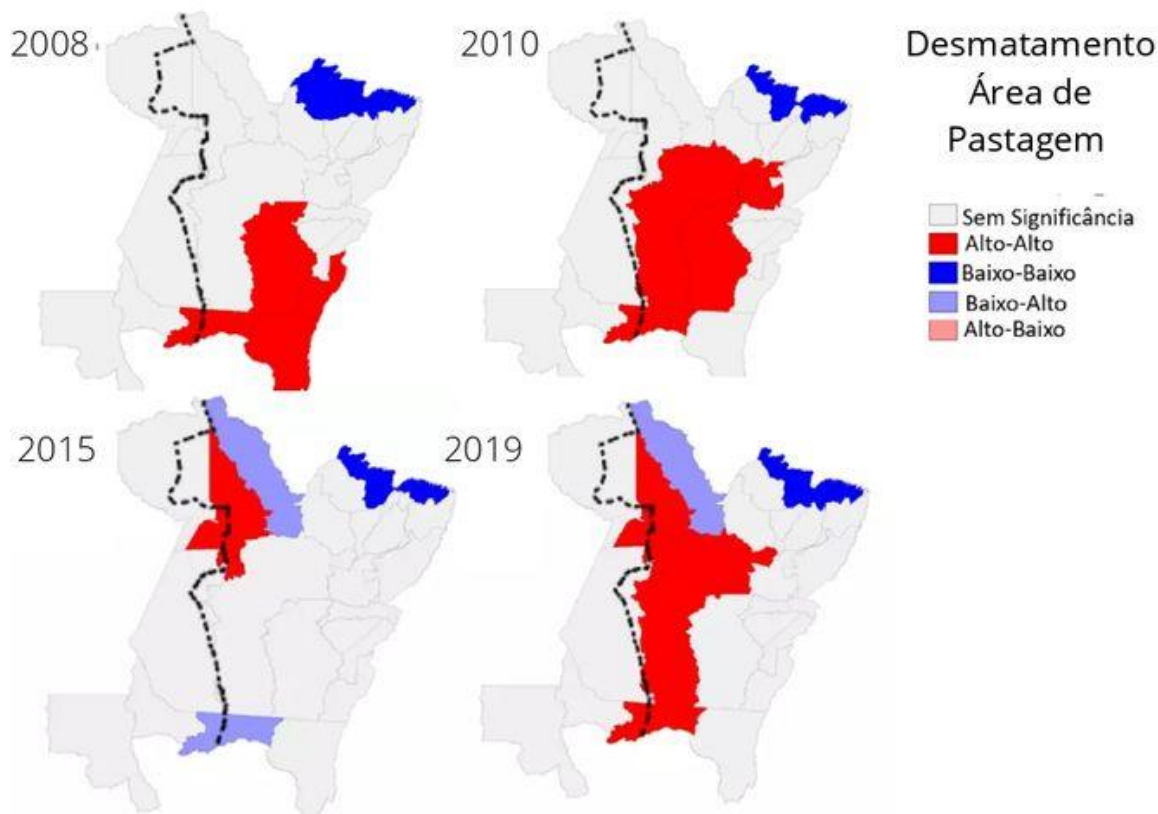
literatura desperta do desmatamento para novas áreas para formação de área de pastagem para o gado inicialmente e posteriormente para cultivo agrícola, principalmente o da soja.

Mapa 3. Cluster - Autocorrelação espacial desmatamento e efetivo rebanho bovino.



Fonte: O autor com base no software GEODA e nos dados resultados da pesquisa (2021).

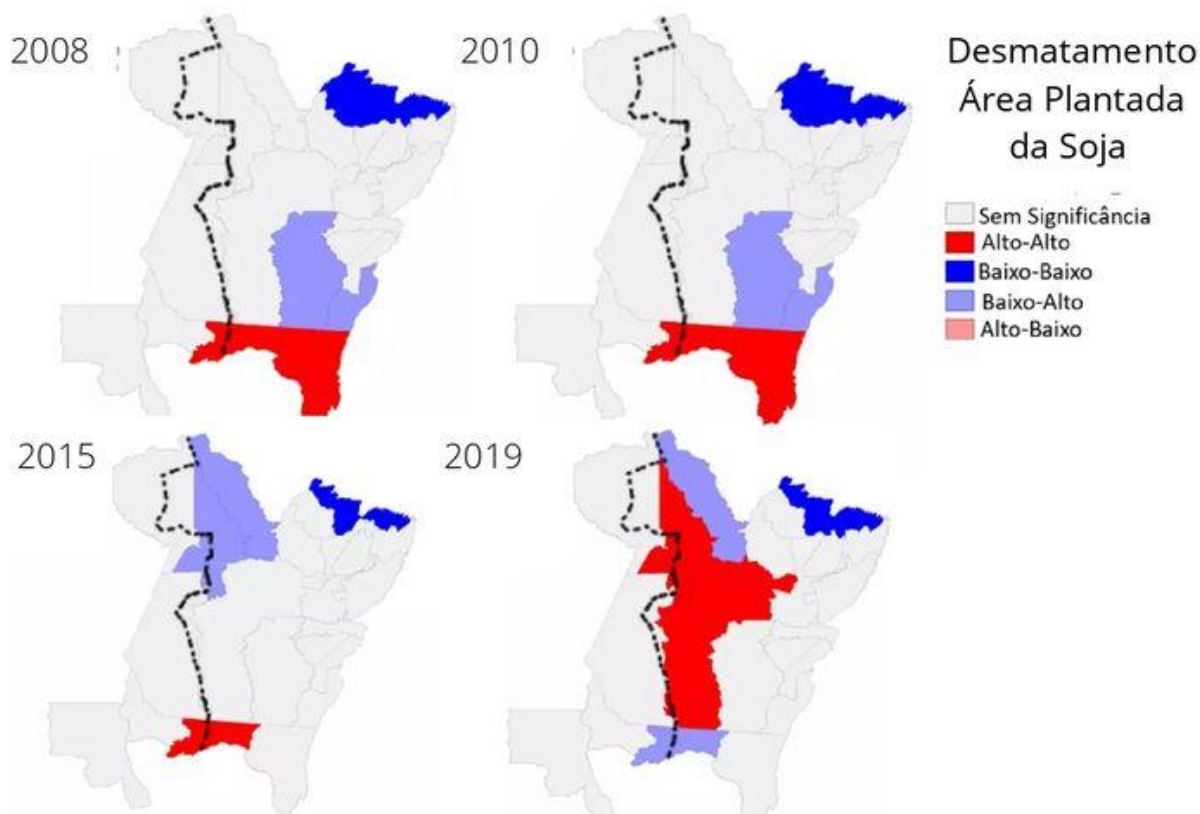
Os clusters resultantes da análise de autocorrelação espacial entre a variável dependente desmatamento e área plantada de soja (mapa 5) mostram um crescimento espacial dessa autocorrelação no ano de 2019, onde pode-se observar que os clusters que no ano de 2008 se encontravam na microrregião de Colíder e Norte Araguaia, nos anos de 2010 e 2015 na microrregião de Colíder se estendem para além de Colíder para as microrregiões de Altamira e Santarém, gemelar com o cluster *high high* formado no ano de 2019 na autocorrelação especial entre desmatamento e área de pastagem.

Mapa 4. Cluster - Autocorrelação espacial desmatamento e área de pastagem.

Fonte: O autor com base no software GEODA e nos dados resultados da pesquisa (2021) .

Atenção recente tem sido evocada ao retorno da exploração do extrativismo mineral no Pará, está propulsionada também pela conclusão da BR 163 Amazônica. Por isso, a variável arrecadação de CFEM minério foi incluída na análise. A análise de autocorrelação espacial entre o desmatamento e a variável arrecadação de CFEM minério demonstra o surgimento de um cluster tipo *high high* no ano de 2019 na microrregião de Altamira paralela a BR 163 Amazônica, visualizado no mapa 6.

Somado a imagem visual dos mapas, as tabelas 3 e 4 evidenciam que entre os anos 2008 e 2019 não houve crescimento no desmatamento nas terras indígenas e nas unidades de conservação, sobretudo nas reservas extrativistas. Ao contrário, se colocar-se atenção nos valores de mediana e máximo de desmatamento, percebe-se que entre os anos 2008 e 2019 houve redução no desmatamento das terras indígenas e nas unidades de conservação que se encontram na região de análise.

Mapa 5. Cluster - Autocorrelação espacial desmatamento a área plantada de soja.

Fonte: O autor com base no software GEODA e nos dados resultados da pesquisa(2021) .

Tabela 1 — Mediana da área desmatada nas terras indígenas e unidades de conservação na área de estudo (km²)

Área/Ano	2008	2010	2015	2019
Terras indígenas	3,14	2,20	1,21	1,19
Unidades de conservação	0,58	0,52	1,21	1,30

Fonte: os autores

CONCLUSÃO

O presente estudo corrobora com a literatura quanto a correlação entre desmatamento e acessibilidade por rodovias, a saber, que a infraestrutura da BR 163 na Amazônia estimulou a retomada recente do desmatamento na Amazônia, viabilizando a expansão agrícola e da pecuária. A novidade é a expansão da cultura de soja na Amazônia, observada principalmente no ano de 2019 e que se pensava estar mais distante da explicação de correlação com o desmatamento na Amazônia.

No que toca a atividade madeireira e o processo de ocupação medido pela densidade demográfica, estes foram muito mais intensos no período anterior a 2008, embora os dados de 2019 revelam uma ligeira expressividade da variável extração de madeira o que pode indicar novos e contínuos processos de desmatamento.

Ainda sobre o processo de ocupação, a densidade demográfica apenas apresenta autocorrelação positiva no ano de 2010, nos demais anos 2008, 2015 e 2019, a correlação é negativa e decrescente, demonstrando que o processo de expansão das atividades agropecuárias acompanha o processo de desmatamento, mas a ocupação pela população não. Continuando sobre o ponto de vista socioeconômico as variáveis número de empregados nos setores da Economia utilizadas no trabalho demonstraram pouca expressividade na evolução destas em cada ano, sinalizando que falta um impulsionamento para o desenvolvimento da economia em geral, apesar da expansão da agropecuária.

Observou-se que a variável empregados da agropecuária, caça e extrativismo vegetal apresentava uma autocorrelação espacial maior em 2008, porém decrescentes anos posteriores, dada a pouca utilização de capital humano na pecuária e na produção de soja. No tocante à variável de número de empregados do setor de extrativismo mineral, a autocorrelação mais expressiva verificada em 2019 deve-se a retomada e intensificação da atividade de extração mineral no Pará, favorecida pela conclusão da pavimentação da BR 163 Amazônica. Esse renascimento da atividade de extrativismo mineral pode ser observado na variável arrecadação de royalties de minério (CFEM) apresentando cluster *high high* em relação ao desmatamento no ano de 2019, bem como a correlação positiva no modelo.

As variáveis número de mortes por motivo de doenças - todos os CID'S e número de mortes por desnutrição e a variável número de alunos matriculados no ensino regular utilizados com o intuito de compreensão do desenvolvimento socioeconômico mostram um comportamento negativo em relação ao desmatamento. No caso do número de mortes era o que se esperava dentro da análise, mas a queda no número de matriculados na escola nesse intervalo de estudo e a autocorrelação espacial negativa com o desmatamento chamam a atenção.

Outra verificação é a racionalidade na Amazônia de mobilidade das áreas de pastagem. Esta percorre o mesmo caminho da fronteira, empurrando as áreas de pecuária para novas áreas a oeste e Noroeste do Pará e estabelecendo-se o cultivo de soja nas antigas áreas de criação de gado. E quem ditou o percurso e o novo estabelecimento da fronteira fora a BR 163 Amazônica. Fato é que os clusters de pecuária e pastagem vão se deslocando desde 2008 até alcançar em 2019, Alta Floresta, Altamira e Santarém e o cluster de soja se estabelece no ano de 2019 nessas mesmas microrregiões na linha da BR 163 Amazônica.

A visualização dos mapas comprova que o cultivo da soja se dá no entorno da rodovia, pois não avança sobre áreas protegidas, como as unidades de conservação e sobretudo as terras indígenas. Os

dados mostram que o desmatamento recente nas unidades de conservação e nas terras indígenas é relativamente pequeno. Verifica-se que os principais desmatadores são as médias e grandes propriedades privadas. Outrossim, as populações indígenas têm se mobilizado contra a expansão do cultivo da soja em suas terras, mormente a tribo dos Menkagroti, que estão a direita da rodovia.

A lei federal nº 13465/2017, ao invés de servir como um mecanismo de contenção do desmatamento e de minimização dos conflitos nessa fronteira, fortalece a propulsão da pressão da infraestrutura da BR 163 Amazônica sobre o território local. Mais uma vez, interesses privados se alinham com o Governo Federal, as expensas das populações locais.

Ainda do ponto de vista ambiental, a cobertura florestal preexistente diminuiu nos anos de estudo, apresentando autocorrelação espacial negativa com o desmatamento. Apenas no ano de 2019 apresenta autocorrelação espacial positiva.

A constatação da autocorrelação espacial positiva e da correlação positiva entre o desmatamento e a variável PIB per capita e PIB per capita² sinalizam a atenção para uma continuidade do processo do desmatamento nos próximos anos.

Tal cenário revela a fragilidade institucional culminada com a instalação da BR 163 na Amazônia e intensificada com a Lei nº13465/2017. O Governo quando insere apenas os agentes privados e não insere a população local como parte da estrutura de governança não consegue estabelecer mecanismos institucionais eficientes, pois desconsidera que cada agente faz uso de mecanismos específicos para a redução dos custos de transação. Além disso que não será capaz de criar ordem e reduzir a incerteza na troca se não são considerados todos os agentes com suas regras formais e informais, sobretudo os direitos de propriedade e os costumes e as tradições.

Além disso, a eficiência social, ambiental e econômica passa necessariamente pela inserção no processo de governança daqueles que detêm o conhecimento, o modus operandi local. Isto estava desenhado no Plano BR 163 sustentável que previa a implantação de uma rodovia, dessa vez, pensada com unificação de interesses dos agentes privados e locais, com contenção da ocupação desordenada e do uso inadequado dos recursos naturais, principalmente do desmatamento, e que levasse o desenvolvimento para a região, atendendo ao anseios dos organismos internacionais acerca do papel da Amazônia na conservação da biodiversidade e da manutenção das condições climáticas globais, por meio de medidas de delimitação fundiária, atividades produtivas mais sustentáveis, inserção da população local, tradicional e indígena, fortalecimento institucional até o momento pouco existente ou ineficiente, mas que restou não executado e ficou no âmbito no planejamento.

REFERÊNCIAS

ANGELSEN, Arild; KAIMOWITZ, David. *Rethinking the Causes of Deforestation: Lessons from Economic Models. The World Bank Research Observer*, v. 14, n. 1, p. 73-98, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3Ex4aYc>. Acesso em: 27 set. 2021.

ANSELIN, L. *Spatial Econometrics: methods and models. Springer Science & Business Media*, 2013. 284 p.

ANSELIN, Luc. *Local Indicators of Spatial Association – LISA. Geographical Analysis*, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3oC9NPf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ANSELIN, Luc. *The Moran scatterplot as ESDA tool to assess local instability in spatial association. Spatial Analytical Perspectives on GIS. In: FISCHER, M.; SCHOLTEN, H.; UNWIN D. (ed.). Spatial Analytical Perspectives on GIS in Environmental and SocioEconomic Sciences*, p. 111-125, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3ECy5yj>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ARIMA, Eugenio; BARRETO, Paulo; MARKY, Brito. *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação*. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3duscXW>. Acesso em: 27 set. 2021.

BARRETO, P; Pereira, R; Arima, E. *A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas. AMAZON*, Belém, 2008. 40 p. Disponível em: <https://bit.ly/3pPdSzh>. Acesso em: 25 set. 2021.

BARRETO, P. *Barreras legales y técnica, para la adopción del manejo forestal por comunidades en la Amazonia brasileña. Revista Recursos Naturales y Ambiente*, Belém, p. 109-114, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3GiMhwL>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRANDÃO JUNIOR, Amintas de Oliveira et al. *Desmatamento e estradas não-oficiais da Amazônia. Imazon, Ananindeua*, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2ZY2xDS>. Acesso em: 25 set. 2021.

CAMPOS, Índio. (org.). *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal – Estudos – Diagnósticos de Aglomerações – PDSA 2005-2008*. Belém: ADA, 2007.

CAMPOS, Índio; faria, Alexandre. *Mecanismos de controle do desmatamento na Amazônia. Revista eletrônica Documento/Monumento*, p. 279-292. Disponível em: <https://www.bionorte.org.br/bionorte/ppg-numeros-producao.html?idp=16533>. Acesso em: 25 set. 2021.

CARVALHO, André Cutrim et al. *Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia Paraense sob a ótica da Nova Economia Institucional. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 43-75, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3rJZCdG>. Acesso em: 26 set. 2021.

FERRAZ, Claudio. *Explaining Agriculture Expansion and Deforestation: Evidence from the Brazilian Amazon – 1980/98. IPEA*. 2001. 42 p. Disponível em: <https://bit.ly/3EB2eOk>. Acesso em: 27 set. 2021.

FERNANDES, Aristóteles Viana et al. *A importância da RESEX do rio Cajari (AP) à contenção do desmatamento da área sul do estado do Amapá e os indicadores socioeconômicos de sua população, sob o enfoque socioambiental. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Amapá*, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3opI8Kc>. Acesso em: 25 set. 2021.

FEARNSIDE, Phillip M. *Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil*. *Environmental Conservation*, Cambridge, v. 28, n. 1, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/31Btv14>. Acesso em: 25 set. 2021.

MARGULIS, Sérgio. *Causas do desmatamento da Amazônia brasileira*. Banco Mundial: Brasília, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3rORTuE>. Acesso em: 25 set. 2021.

MARGULIS, Sérgio. *Quem são os agentes do desmatamento na Amazônia e por que eles desmatam?* Paper conceitual, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3Go3W6p>. Acesso em: 29 nov. 2021.

OLIVEIRA, Rejane Correa et al. *Desmatamento e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise da Curva de Kuznets Ambiental para a Amazônia Legal*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3lEMSAY>. Acesso em: 25 set. 2021.

PRATES, R. C.; SERRA, M. *O impacto dos gastos do governo federal no desmatamento no Estado do Pará*. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 95-116, jan./abr. 2009.

RODRIGUES, Ricardo Leonardo Viana. *Análise dos fatores determinantes do desflorestamento na Amazônia Legal*. 249 p. 2004 Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/339QUv3>. Acesso em: 27 set. 2021.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Editora Garamond, v. 1, f. 48, 1999. 95 p.

SANTOS, Renato Prado dos. *Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007) – uma análise econométrica e espacial*. 130 p. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

TEIXEIRA, Rudolph F. A. P. *Amazônia Legal e o Estado de Mato Grosso: dois ensaios sobre o processo de convergência espacial para o desmatamento*. 142 p. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3rJ5fJ0>. Acesso em: 27 set. 2021.

VERÍSSIMO, A. et al. *Zoning of timber extraction in the Brazilian Amazon*. *Conservation Biology*, v. 12, n. 1, p. 128-135, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/31pUlxb>. Acesso em: 25 set. 2021.



REDM
ISSN: 2176-5804

O SETOR DE SERVIÇOS NAS COMUNIDADES RURAIS DA RODOVIA AM-070 NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA (AMAZONAS)

Rosana Zau Mafra

Doutora em Biotecnologia (UFAM)

Universidade Federal do Amazonas

rosanazau@ufam.edu.br

Marília Carvalho Brasil

Mestre em Demografia (UFMG)

Doutoranda em Economia (UFPA)

Universidade Federal do Amazonas

mariliabrasil@ufam.edu.br

Enimar Jerônimo Wendhausen

Doutora em Economia de Empresas (UCB)

Universidade Federal do Amazonas

enimar@ufam.edu.br

Andreia Brasil Santos

Universidade Federal do Amazonas

brasiland@ufam.edu.br

RESUMO

O município de Iranduba, no Estado do Amazonas, é conhecido por seu polo oleiro e por ser um dos fornecedores de produtos hortifrutigranjeiros para a capital do Estado, Manaus. Entretanto, o setor terciário vem se destacando como de maior importância econômica em comunidades rurais. Esta tendência passou a ter maior relevância a partir da inauguração da Ponte Jornalista Phelippe Daou, que liga o município a Manaus. O objetivo deste trabalho é apresentar as novas configurações da área rural nas comunidades de Iranduba (AM) considerando as características do setor terciário e a prevalência de ocupações não agrícolas. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa exploratória de natureza quali-quantitativa, para a qual foram coletados dados primários e secundários que caracterizam os aspectos econômicos das comunidades estudadas. Quanto aos resultados, é possível observar: i) a heterogeneidade do setor terciário nas comunidades rurais do município; ii) as ocupações no setor terciário são mais expressivas que nos demais setores da economia; iii) as ocupações não agrícolas são as que apresentam maiores remunerações quando comparadas às ocupações agrícolas. Considerando que o setor terciário é o que mais emprega, as políticas regionais de desenvolvimento deveriam ser no sentido de favorecer também este setor.

Palavras-chave: Setor terciário. Comunidades rurais. Amazônia.

ABSTRACT

The municipality of Iranduba, in the Brazilian State of Amazonas, is a well-known center of pottery and is an important supplier of horticultural products to the state capital, Manaus. The service sector has gained prominence in the local economy throughout rural communities, a trend observed since the inauguration of the *Jornalista Phelippe Daou* bridge, which connects the municipality to Manaus. This study presents the new configuration of Iranduba's rural communities, considering the characteristics of the service sector and the prevalence of non-agricultural occupations. This is an exploratory research adopting a quali-quantitative approach based on primary and secondary data that characterize the communities' economic aspects. The results show i) the heterogeneity of the service sector in the municipality's rural communities, ii) there are many more occupations in the service sector in these communities than in other sectors of the economy, and iii) non-agrarian occupations are better paid when compared to agrarian occupations. Therefore, the service sector should be favored in the design of regional development policies since it employs the most people and has a crucial contribution to the local economy.

Keywords: Service sector. Rural communities. Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O município de Iranduba tem seu histórico de desenvolvimento econômico atrelado ao final do período extrativista da borracha na Amazônia. Os trabalhadores seringueiros que não tinham mais com o que trabalhar passaram a ocupar as margens dos rios Solimões e Negro, surgindo as aglomerações e apossamentos incentivados pelo Plano de Ocupação Demográfica da Amazônia do governo brasileiro (COSTA, 2018). Inicialmente funcionando como um grande produtor de hortaliças que abastecia a capital, Manaus, o município despontou como o maior polo oleiro do estado. Durante a implantação do Projeto Zona Franca de Manaus, o município de Iranduba resgatou a atividade oleira ancestral através da produção de tijolos e telhas concentrada nos seus distritos (RODRIGUES *et al.*, 2014).

Do ponto de vista socioeconômico, o município estudado apresenta o quarto pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região Metropolitana de Manaus (PNUD; IPEA; FJP, 2010), correspondendo a 0.613, enquanto na capital se observa o índice de 0.737, para o ano de 2010. A taxa de analfabetismo em Iranduba também apresentava valores elevados no ano de 2010: 6,8 para pessoas de 11 a 14 anos de idade e 17,4 para pessoas de 25 anos ou mais. Tais taxas também fazem com que o município figure entre aqueles com os piores índices da Região Metropolitana de Manaus. A fragilidade destes indicadores é corroborada pelo PIB *per capita*, que em 2016 era de R\$ 9,04 (IBGE, 2021), o que indica a pouca expressividade da atividade econômica local. Este contexto desperta a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o município, dando destaque para os setores que têm potencial de desenvolvimento.

A partir do final da década de 2000, com a construção da Ponte Jornalista Phelippe Daou e a duplicação da Rodovia AM-070, que interligam Iranduba à capital do estado (Manaus), observou-se o crescente aumento da oferta de loteamentos e do número de turistas em busca de lazer nas praias, cachoeiras e igarapés no município. Tais eventos encontram-se entre os principais fatores que contribuiriam não somente para a reestruturação do espaço, mas também para a reconfiguração das atividades econômicas terciárias locais (SILVA, 2018). O acesso ao município, que antes era realizado por balsa, durava entre 40 a 60 minutos em dias e horários comerciais e entre 2 a 3 horas nos fins de semana. Com a construção da ponte, houve a redução expressiva do tempo deste traslado, que passou a durar cerca de cinco minutos de automóvel. Quanto ao custo para chegar ao município de Iranduba, o preço pago pelos veículos para atravessar por balsa saindo do porto São Raimundo,

em Manaus, para o distrito do Cacau Pirêra, em Iranduba, variava de R\$ 10 (motocicleta) a R\$ 100 (carreta). Após a inauguração da ponte, nenhum valor passou a ser cobrado como forma de pedágio.

Essa mudança no acesso ao município estimulou a valorização da terra, a expansão do mercado imobiliário, do comércio e dos serviços. Isto é consequência da maior frequência com que moradores principalmente de Manaus passaram a visitar as residências de fim de semana, as praias, os balneários e os rios piscosos daquelas localidades (SOUSA, 2013). Observa-se o crescimento do setor imobiliário e de infraestrutura (caso de asfaltamento de alguns ramais/vicinais), além de pequenas lojas de material de construção e de restaurantes ao longo das vias de acesso às comunidades. Aos fins de semana e feriados, as vias de acesso, tanto para as comunidades praianas, quanto para os balneários próximos à Rodovia AM-070, são tomadas por tendas de vendas de produtos que variam de acessórios de praia a lotes de terras, passando por alimentos.

A transformação do uso do espaço rural vem sendo debatida desde o final da década de 1990. Cunha (2015) analisa tal transformação como uma tentativa de resposta às dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, incluindo-se aí a dificuldade de acesso às políticas públicas. Para a autora esta realidade exige a identificação de novas formas de participação no mercado de trabalho, visando a geração de renda para os agricultores. É neste contexto que as atividades não-agrícolas ganham espaço no meio rural, muitas vezes coexistindo com outras, caracterizando a pluriatividade. Vem ao encontro desta constatação aquilo que afirma Simoni (2019), segundo a qual a existência de uma demanda por uma experiência rural por parte da população urbana intensifica o consumo de terras no meio rural ou, pelo menos, a utilização desses espaços no tempo de lazer, o que estimula a criação de infraestrutura e de uma rede de serviços para atender tal demanda.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar as novas configurações do setor rural nas comunidades de Iranduba (AM) considerando as ocupações e rendimentos não agrícolas com foco no setor terciário. Cabe ressaltar que não se pretende desconsiderar a importância do setor secundário do município representado pelo seu polo oleiro, e tampouco do setor primário, sendo este município um grande abastecedor de hortifrutis para a capital do estado do Amazonas. Pretende-se apenas mostrar o quão as ocupações não agrícolas se sobrepõem às ocupações agrícolas, seguindo uma tendência nacional.

Estudos desta natureza podem contribuir com a política de concessão de crédito rural, que poderia considerar as atividades não-agropecuárias, mas que são executadas no meio rural, e também para analisar a dinâmica de emprego (queda e crescimento) e sua relação com o êxodo urbano em que as pessoas migram da cidade para o campo em busca de tranquilidade ou até mesmo uma ocupação.

Este artigo está estruturado em 5 seções incluindo esta Introdução. A seção de Revisão de literatura traz conceitos que fundamentam a nova configuração socioeconômica do setor rural. A seção da Metodologia descreve a região estudada e discorre sobre os procedimentos da pesquisa de

campo. A seção de Resultados apresenta a configuração do setor terciário na região estudada e as ocupações não agrárias. As considerações finais apontam as limitações da pesquisa e sugerem recomendações para estudos futuros.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Diversos autores têm buscado, com diferentes níveis de dificuldades e imprecisões, caracterizar e delimitar o espaço rural como são exemplos os trabalhos de Marques (2002); Veiga (2002); OCDE (2009); Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto (2018); Freitas, Alan; Freitas, Alair; Dias (2012).

Segundo Marques (2002), no Brasil, entre outras definições, o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano (área caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana), sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Ainda segundo a autora, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais.

Freitas, Freitas e Dias (2012) afirmam que as áreas rurais extrapolam em termos socioeconômicos o estritamente agrícola, pois passam a desempenhar diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, tais funções se modificam. A atividade produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, como o artesanato e o processamento de produtos naturais, o turismo rural e a conservação ambiental. Os autores observam, contudo, que o meio rural vem apresentando transformações culturais e ambientais ao longo do tempo.

Silva e Grossi (1999) destacaram as profundas transformações pelas quais o espaço rural estaria passando, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior. Ao mesmo tempo, para Diniz et. al. (2007) *apud* Campolina e Silveira (2008) o meio rural brasileiro passou por um processo de mudanças profundas nos últimos anos, o que fez com que as diferenças em relação às áreas urbanas se reduzissem. É ressaltado, no entanto, que as áreas rurais brasileiras mantêm especificidades próprias, tais como: famílias mais numerosas, piores condições de moradia, piores indicadores educacionais, menor nível de renda *per capita* entre outros.

Foi a partir de meados dos anos 1980, com o surgimento maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, que se passou a observar uma nova conformação do meio rural brasileiro (SILVA; GROSSI, 1999, p.170). “A pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico existente” (ABRAMOWAY, 1992 *apud* SILVA; GROSSI, 1999, p. 166).

Segundo Sakamoto, Nascimento e Maia (2016), o surgimento de novas atividades no meio rural e integradas com as áreas urbanas contribuíram para o maior ingresso de trabalhadores rurais às atividades não agrícolas.

As teorias econômicas relacionadas aos setores econômicos primário e secundário são bem consistentes, segundo Brito e Pereira (2013), ao contrário das relacionadas ao setor terciário. Segundo os autores, o setor terciário não possui uma definição consistente dada a dificuldade em abordar um conjunto heterogêneo de atividades que possuem caráter bastante desigual. A heterogeneidade é tão significativa que na rubrica 'serviços' podem constar atividades extremamente distintas - empregada doméstica e arrumador de automóveis pertencem à mesma categoria que o médico e o artista (BRITO; PEREIRA, 2013).

Lima, Oliveira Neto e Lima (2017, p.6) apontam que este setor se identifica por “distintos níveis de produtividade, incluindo desde subsetores do comércio até segmentos de elevado desempenho tecnológico [sic], como é o caso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), robótica e microeletrônica”.

De acordo com o IBGE (2021), nas últimas décadas, o desempenho das atividades que compõem o setor vem se destacando pelo dinamismo e pela crescente participação na produção econômica brasileira. No Brasil, o setor Serviços representa aproximadamente dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) (CUCOLO; QUEIROLO, 2020), sendo as atividades imobiliárias, o comércio e o setor público aquelas que possuem pesos relevantes e, conseqüentemente, as que mais promoveram a expansão do número de emprego e renda nos últimos anos.

No estado do Amazonas, o setor de maior participação no PIB é o de Serviços, com uma parcela de 50,2% em 2017 (R\$ 46,830 bilhões) (AMAZONAS, 2020). Levantamentos preliminares indicam que o PIB do setor terciário foi o que teve o melhor desempenho em 2020, no estado do Amazonas, apesar da pandemia do Covid 19 (AMAZONAS, 2021).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, de campo e de natureza qualitativa. A seguir descreve-se a caracterização da área da pesquisa, assim como os procedimentos adotados na coleta e análise dos dados.

A pesquisa foi realizada no município de Iranduba, localizado na Região Metropolitana de Manaus, situada à margem esquerda do Rio Solimões, no estado do Amazonas. O município compreende uma área territorial de 2.216,817 Km² e densidade demográfica de 18,4 hab./Km² (IBGE, s.d.).

Ao longo da pesquisa de campo foram identificadas dez aglomerações populacionais permanentes que constituíram objeto do levantamento dos dados primários. Essas aglomerações apresentam características bastante distintas entre si: duas são aglomerações urbanas ligadas ao Distrito do Cacau Pirêra; quatro são comunidades tradicionais; uma é um conjunto residencial ligado ao Programa Minha Casa Minha Vida; outra é um povoado antigo; outra ainda é um assentamento rural; e, por fim, outra é um ramal com casas pouco dispersas. A partir daqui, genericamente, todas essas aglomerações passarão a ser denominadas de “comunidades”.

Para a coleta das informações foram realizados levantamentos de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa de campo com a utilização de duas técnicas distintas de coleta de dados: aplicação de questionários e de entrevistas. A aplicação dos questionários, utilizando-se da técnica de amostragem dos domicílios existentes na área pesquisada, teve o intuito de identificar o contexto socioeconômico e as características da população residente e de seus domicílios na área estudada. As entrevistas, por sua vez, foram empregadas para obter informações mais gerais sobre as comunidades pesquisadas e tiveram por informantes os líderes comunitários, empresários locais e representantes de órgãos governamentais.

Para definição da amostra usada na pesquisa de campo, foram consideradas duas dimensões: a) dimensionamento da amostra e b) composição da amostra; conforme recomendado por Fonseca (1996, p. 177). O dimensionamento da amostra foi realizado tendo por base a população finita e sua distribuição pode ser trabalhada como dicotômica da área rural do Município de Iranduba. Segundo Mattar (2007, p.160), o número de elementos da amostra com estas características é determinado pela seguinte equação:

$$n = \frac{Z^2 * \hat{p} * \hat{q} * N}{d^2(N - 1) + Z^2 * \hat{p} * \hat{q}}$$

onde: Z = abscissa da normal padrão, fixado um nível de confiança; \hat{p} = estimativa da verdadeira proporção dos níveis da variável; $\hat{q} = 1 - \hat{p}$; N = tamanho da população; e d = erro amostral. O nível de confiança da pesquisa é de 95% com erro amostral de 5%. Após a aplicação dos procedimentos de cálculos, os valores obtidos para o tamanho da amostra foi de $n = 367$.

O procedimento a seguir foi compor a amostra (COCHRAN, 1965; FONSECA, 1996). O tipo de amostra utilizada no presente trabalho foi a probabilística. Com base na população em questão e na forma como ela se encontra distribuída, foi usada a técnica estatística de amostragem estratificada proporcional para determinar o tamanho ideal da amostra.

Os questionários foram aplicados em 383 domicílios. Destes, quatro (4) foram excluídos porque o preenchimento do instrumento de coleta não estava completo. Desta forma, 379 domicílios fizeram parte da amostra com um total de 1.353 residentes.

A pesquisa domiciliar e a dos representantes das comunidades foram realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2020. Para a coleta dos dados domiciliares, cada entrevistador utilizou smartphone individual com o auxílio da ferramenta KoBoToolbox (KOBOTOOLBOX, 2020). Para a análise descritiva, usou-se o pacote estatístico R por meio do software RStudio versão 1.2.5019.

Em relação aos dados secundários, foram efetuados levantamentos em órgãos oficiais e em instituições não governamentais de reconhecimento científico, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, os quais possibilitaram qualificar os fatores históricos, socioeconômicos e demográficos da área de influência direta e da área de influência indireta do empreendimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A infraestrutura de serviços das Comunidades de Iranduba (AM)

Considerando a heterogeneidade do setor terciário (BRITO, PEREIRA, 2013; IBGE, 2021) e que o comércio está entre as categorias que mais se destacam na composição do PIB (IBGE, 2021b), buscou-se identificar algumas características dos estabelecimentos comerciais nas comunidades pesquisadas. Conforme descrito anteriormente, as características das localidades variam de comunidades tradicionais, comunidades com habitações modernas, assentamento rural, e com predominância urbana. Tais características estão em consonância com o que Freitas, Freitas e Dias (2021) afirmam: as áreas rurais extrapolam o estritamente agrícola passando a desempenhar diferentes funções no processo geral de desenvolvimento.

Os estabelecimentos identificados compreendem mercearias, mini supermercados, bares, restaurantes, lojas de materiais de construção, entre outros, conforme elencados no Quadro 1.

Cacau Pirêra é o que conta com o maior número de mercearias. O horário de funcionamento desses estabelecimentos é bastante variado em cada comunidade, porém seu funcionamento inicia em torno das 6 horas da manhã e vai até às 21 horas. Para a maioria das comunidades, estes estabelecimentos suprem as necessidades básicas dos moradores. Nas comunidades cujas mercearias não suprem de forma satisfatória, os moradores adquirem produtos de comunidades vizinhas ou se deslocam para a sede do município de Iranduba ou para Manaus.

Alguns bares e restaurantes funcionam apenas aos fins de semana para atender ao aumento sazonal do fluxo de turistas, como é o caso dos que se localizam na Vila do Paricatuba. Outros poucos funcionam ao longo dos ramais (vicinais) e atendem os frequentadores que acessam as comunidades com objetivos específicos (entrega de materiais, serviço de transporte privado, venda de terrenos etc.).

Com exceção de Cacau Pirêra, não existem drogarias nas demais comunidades pesquisadas. Em algumas comunidades até chegaram a existir drogarias, porém foram desativadas. Quando os

moradores necessitam de medicamentos, estes se deslocam até os postos de saúde da comunidade ou compram nas mercearias locais. Uma alternativa para obtenção de medicamentos é o serviço de *delivery* de drogarias da sede de Iranduba.

Quadro 1 - Estabelecimentos comerciais nas comunidades de Iranduba (AM) - 2020

Empreendimento	Comunidade									
	CP	BJ	NC	SB	R13	RMZ	MC	CC	FD	VP
Mercearias/ Mercadinhos	50	1	2	4	4	5	5	8	1	8
Funcionamento regular – média	Variado	24h	6h-19h	6h-20h	Até 21h	7h-21h	6h-20h	-	7h-21h	6h-18h
Feira	2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Drogaria	4	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Balneários e Pousadas	Januari	Não	Não	Acesso à praia	Lago do Guedes	Não	Não	Botos, tribos indígenas, cachoeiras (15)	Não	Praia, ruínas
Salão de beleza	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não
Restaurante	Não		Não	1	1	Não	Não	3	2	1
Bar*	Não	Não	Não	3	1	Não	Não	Não	Não	Não
Venda de refeições	Não	Não	Não	Não	Não	3	Não	Não	Não	Não
Loja de Material de construção	Não	Não	Não	5	3	1	Não	1	2	Não
Sorveteria	Não	Não	Não	Não	Não	2	Não	Não	Não	Não
Outros estabelecimentos	Artesanatos	-	-	-	Granja, Hortifruti	-	Olarias	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Nota: (1) Comunidades: Cacau Pirêra (CP), Bom Jesus (BJ), Novo Catalão (NC), São Sebastião da Serra Baixa (SB), São Sebastião do Ramal do 13 (R13), Residencial Maria Zeneide (RMZ), Mutirão do Cacau (MC), Cachoeira do Castanho (CC), Fé em Deus/Ramal do Mudo (FD) e Vila do Paricatuba (VP).

(2) Algumas mercearias atuam com serviços de bar, porém optou-se por separar estas atividades.

Não foram identificadas agências bancárias nas comunidades, apenas um posto bancário de uma rede privada e uma agência dos Correios para uso do Banco Postal em Cacau Pirêra. O Banco Postal compreende a prestação de serviços financeiros em algumas agências dos Correios.

O transporte público nas comunidades estudadas é extremamente limitado a viagens de ida e volta em horário único e em dias úteis, tendo como principal objetivo conduzir os moradores das comunidades que trabalham em Manaus. Um ônibus parte de uma ou mais comunidades, dependendo

da distância entre elas, por volta das 5h30 da manhã e conduz os moradores até o final da Ponte Jornalista Phelippe Daou, no Bairro Compensa, em Manaus. De lá, os moradores acessam outros transportes para os seus locais de trabalho. Este mesmo ônibus realiza o percurso inverso (conduz os trabalhadores de volta às comunidades) por volta das 18h, saindo do mesmo local onde deixa os moradores pela manhã. Já o transporte escolar é fornecido pelo governo municipal para que os estudantes frequentem escolas estaduais e municipais públicas localizadas em outras comunidades.

Todas as comunidades têm acesso ao fornecimento de energia, entretanto algumas não possuem iluminação pública.

Quanto ao fornecimento de água, o mesmo ocorre diariamente, porém, na maioria das comunidades, é limitado a determinado horário do dia, sendo um morador responsável por ligar a bomba por aproximadamente uma ou duas horas ao dia.

Em termos de serviço de comunicação, as operadoras de telefonia móvel mais citadas pelos comunitários foram VIVO e CLARO, porém com deficiências no sinal. A comunicação é deficiente conforme se observa no Quadro 2.

Em algumas comunidades não é possível obter sinal de celular. Tal fato está relacionado à inexistência de torre de comunicação móvel na maioria das comunidades ou porque as comunidades estão localizadas fora do alcance das que existem em Cacau Pirêra e Mutirão do Cacau. Foi identificado aparelho de telefone público (Orelhão) em apenas uma comunidade pesquisada. Em outras comunidades, os moradores possuem telefone rural.

As comunidades apresentam deficiência no sinal da internet e a única identificada com espaço público com sinal Wi-Fi foi Vila do Paricatuba. A comunidade Residencial Maria Zeneide, por sua vez, conta com rede de fibra ótica. Algumas comunidades acessam a internet com o sinal da telefonia rural.

Não existe antena de TV nas comunidades, entretanto observa-se que os domicílios das comunidades mais afastadas de Cacau Pirêra possuem antena SKY, cuja tecnologia recebe sinal via satélite e o decodifica de forma digital. Contudo, esta é uma tecnologia paga e, portanto, não acessível para a maioria dos moradores.

Os serviços turísticos nessas comunidades compreendem a comercialização de produtos e alimentos nos balneários, praias, igarapés e cachoeiras, passeios de moto aquáticas, apreciação de botos, trilhas nas matas e visita às aldeias indígenas. Ainda que muitos passeios sejam oferecidos por agências de turismo de Manaus, são os moradores das comunidades, conhecedores das particularidades locais, que executam os serviços.

Quadro 2– Infraestrutura de comunicação nas comunidades de Iranduba (AM) – 2020

Empreendimento	Comunidade									
	CP	BJ	NC	SB	R13	RMZ	MC	CC	FD	VP
Telefonia móvel	Vivo, Claro	Não	-	Não	Não	Não	Vivo, Claro	Não	Não	Vivo
Torre de comunicação móvel	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Telefone público (Orelhão)	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	-	-	Não	Não
Sinal de internet	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Canais de TV	Canais aberto e pagos	-	Canais pagos	-	Canais pagos	Canais abertos	Canais abertos	Canais pagos	Canais pagos	Canais abertos e pagos

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Nota: Comunidades: Cacau Pirêra (CP), Bom Jesus (BJ), Novo Catalão (NC), São Sebastião da Serra Baixa (SB), São Sebastião do Ramal do 13 (R13), Residencial Maria Zeneide (RMZ), Mutirão do Cacau (MC), Cachoeira do Castanho (CC), Fé em Deus/Ramal do Mudo (FD) e Vila do Paricatuba (VP).

Uma atividade turística peculiar de uma comunidade se refere às Ruínas de Paricatuba, as quais remontam ao século XIX, com a construção do imponente prédio Belisário Pena, em 1898, no apogeu econômico da borracha. O suntuoso prédio de sólida arquitetura colonial, hospedou os italianos e mais tarde funcionou como sede do Liceu de Artes e Ofício de Paricatuba, onde os moradores da vila aprendiam com padres franceses o ofício da marcenaria, construção civil e das artes. A década de 1970 registrou o declínio de Paricatuba. O prédio, outrora luxuoso, foi abandonado e se transformou em ruínas. Hoje, o local é visitado por turistas interessados em conhecer a história e o que restou do prédio Belisário Pena, além das belezas naturais da vila (SILVA, 2018).

As características do setor terciário identificadas, portanto, nas comunidades rurais de Iranduba (AM) estão alinhadas às identificadas por Iziq (2000) e Carmo (2018) quando afirmam que a área rural não se restringe mais às atividades primárias. Esses espaços contam agora com a presença de atividades ligadas à prestação de serviços, à indústria, ao turismo e ao lazer. Nessas comunidades, o meio rural ganhou novas funções oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda.

4.2 Setor terciário nas comunidades de Iranduba (AM): ocupações e rendimentos

Entre os moradores das comunidades pesquisadas que declararam ter trabalho remunerado, pouco mais de 10% trabalha no setor primário, enquanto a grande maioria exerce atividade no setor terciário (73,1%). Essa parcela do setor terciário está alinhada à literatura que discorre sobre o

desempenho deste setor nas últimas décadas em nível nacional (CUCOLO; QUEIROLO, 2020; IBGE, 2021) e regional (AMAZONAS, 2020).

O setor secundário é o que conta com a segunda maior participação de pessoas ocupadas entre os três setores de atividade econômica das comunidades pesquisadas. Isto pode ser explicado pelo fato de que o município abriga o maior polo de fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção civil do estado do Amazonas (RODRIGUES et al., 2014).

A Tabela 1 apresenta o percentual de pessoas ocupadas que fizeram parte da amostra no setor terciário segundo ramo de atividade e posição na ocupação. Em relação às ocupações do conjunto do setor terciário, os ramos de atividade comércio, transporte, armazenamento e correios e saúde humana e serviços sociais são os que contam com as mais elevadas participações do contingente de pessoas pesquisadas ocupadas, entre 15,7% e 10,1%. Quanto às ocupações do comércio e reparação de veículos, as atividades relacionadas com a venda de produtos compreendem 83% desse ramo de atividade.

No ramo de transporte, armazenagem e correio, do total de pessoas que realiza alguma ocupação vinculada a ele, praticamente todas enquadram-se no transporte de pessoas e de carga (97%), como são exemplos os motoristas, taxistas, entregadores de produtos e motoboy/moto taxi. No ramo saúde humana e serviços sociais, a participação maior é de profissionais ligados às atividades de enfermagem e agentes comunitários de saúde (55% do total deste ramo).

Além dos ramos de atividade mencionados, os serviços domésticos e administração pública, defesa e seguridade social contam com percentuais próximos a 10% no total de pessoas ocupadas no setor terciário. As ocupações com maior percentual de pessoas nos serviços domésticos são de caseiro, empregada doméstica/diarista e serviços gerais. A presença de profissionais como caseiros confirma uma das características da área pesquisada. Nela existem poucos povoados/localidades nas proximidades das margens da Rodovia AM-070, até o Km 30, cujos moradores pesquisados apresentam residência permanente. Em grande parte desse trecho da estrada encontram-se áreas em que a população é flutuante cujos domicílios são usados de forma ocasional, apenas durante os finais de semana, feriados e períodos de férias escolares. Esses domicílios são, geralmente, encontrados sob a forma de chácaras, sítios, terrenos e similares. No ramo de administração pública, defesa e seguridade social destacam as ocupações ligadas à segurança, como por exemplo vigia, agente de segurança e policial militar.

Tabela 1 - Percentual de pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade no setor terciário que fizeram parte da amostra das comunidades de Iranduba (AM), segundo ramo de atividade e posição na ocupação - 2020

Ramo de atividade	Setor Terciário	Posição na ocupação					Total
		Empregado com carteira assinada/servidor público	Empregado sem carteira assinada	Empregador	Conta-própria	Outro	
Total	100,0	43,3	24,9	1,8	25,8	4,1	100,0
Comércio e reparação de veículos	15,7	8,8	20,6	2,9	61,8	5,9	100,0
Transporte, armazenagem e correio	13,4	34,5	24,1	0,0	37,9	3,4	100,0
Saúde humana e serviços sociais	10,1	54,5	31,8	0,0	4,5	9,1	100,0
Serviços domésticos	9,7	28,6	61,9	0,0	4,8	4,8	100,0
Administração pública, defesa e seguridade social	9,2	80,0	15,0	0,0	0,0	5,0	100,0
Educação	8,8	89,5	5,3	0,0	5,3	0,0	100,0
Outras atividades de serviços	8,8	26,3	21,1	5,3	42,1	5,3	100,0
Alojamento e alimentação	6,0	23,1	23,1	15,4	38,5	0,0	100,0
Outro	18,4	55,0	22,5	0,0	20,0	2,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Outra questão importante, especialmente em ocupações do setor terciário, é a ligada à formalidade da atividade realizada. No conjunto do setor, o trabalho formal correspondia a 45,2% das ocupações realizadas, que compreende os empregados com carteira assinada, os servidores públicos estatutários e os empregadores. Por sua vez, o trabalho informal atingia 54,8% dos trabalhadores do setor terciário, formado pelos empregados sem carteira assinada, conta própria e outras formas não formais de atividade.

Quanto à repartição entre os ramos de atividades, constata-se que as ocupações que estão ligadas em grande medida aos serviços governamentais, como são os casos da administração pública, defesa e seguridade social e educação, apresentam as participações mais elevadas dos empregados com carteira assinada ou servidores estatutários (80% e 89,5%, respectivamente). Contando com os mais elevados níveis de formalidade do trabalho. As ocupações no ramo da saúde humana e serviços sociais também contam com majoritária participação desse tipo de formalidade do trabalho (54,5%). Com relação aos funcionários/servidores públicos de residentes nessas comunidades, especialmente no que se refere às ocupações em postos de saúde e nas escolas, muitos servidores são concursados. Os servidores não concursados atuam em regime de cargo comissionado, exercendo funções de forma temporária. Neste tipo de cargo os agentes e empregados públicos são nomeados e exonerados livremente por uma autoridade competente (GARCIA, 2019).

Por outro lado, o comércio e reparação, de veículos é o ramo com menor formalidade do trabalho, sendo que menos de 10% das pessoas ocupadas tinham carteira assinada ou eram estatutários, enquanto o trabalho por conta própria representa quase 2/3 dessas ocupações. Computando também os empregados sem carteira assinada, esta categoria de atividade atinge mais de 80% de trabalhos informais. A grande maioria das pessoas envolvidas nas atividades comerciais estão inseridas em locais de vendas informais, especialmente de alimentos, como em barracas de churrasco, de lanches etc.

O ramo transporte, armazenagem e correio, por sua vez, tem o trabalhador por conta própria com a maior participação neste ramo, 1/3 do total. Associado com os empregados sem registro de trabalho, atingem quase 2/3 das pessoas envolvidas. Esta informalidade está relacionada, geralmente, à condução de veículos, como são os casos dos motoristas de veículos (mototaxista, motoboy, motorista de aplicativo etc.).

A remuneração do trabalho recebida pelas pessoas entrevistadas de 10 anos ou mais de idade residentes nas comunidades que compuseram a amostra relativa às ocupações do setor terciário é apresentada na Tabela 2.

No conjunto das ocupações do setor terciário, o maior percentual de pessoas recebendo rendimentos está concentrado na faixa de mais de 0,5 a 1 SM (43,7%), sendo que os estratos de maiores rendimentos têm uma participação muito reduzida de trabalhadores. As faixas de rendimentos atingem percentuais que variam de 10,1% (mais de 2 a 3 SM) a 16,5% (mais de 1 a 1,5 SM).

Quanto aos ramos de atividade, trabalhadores ocupados em quatro categorias não recebiam menos de 0,5 SM, como são os casos do transporte, armazenagem e correio; saúde humana e serviços sociais; administração pública, defesa e seguridade social e educação. Inclusive são nesses grupos de atividades que há maior representatividade nas faixas de rendimentos mais elevados.

A maioria dos ramos de atividades concentram os rendimentos recebidos pela população ocupada na faixa de mais de 0,5 a 1 SM, como são os casos do transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; serviços domésticos e outras atividades de serviços. Nelas 50% ou mais dos rendimentos estão enquadrados nesta faixa salarial.

Em relação aos rendimentos mais baixos (até 0,5 SM), os serviços domésticos e o comércio são os ramos com maiores percentuais de pessoas ocupadas recebendo essas remunerações.

Tabela 2 - Percentual das pessoas entrevistadas ocupadas no setor terciário com 10 anos ou mais de idade e que recebiam rendimentos nas comunidades de Iranduba (AM), por ramo de atividade e faixa de rendimento (em salário-mínimo) – 2020.

Ramo de atividade	Classe de rendimento							Total
	Até 0,5 SM	Mais de 0,5 a 1,0 SM	Mais de 1,0 a 1,5 SM	Mais de 1,5 a 2,0 SM	Mais de 2,0 a 3,0 SM	Mais de 3,0 a 5,0 SM	Mais de 5,0 SM	
Total	12,0	43,7	16,5	12,7	10,1	3,8	1,3	100,0
Comércio e reparação de veículo	30,0	40,0	5,0	15,0	10,0	0,0	0,0	100,0
Transporte, armazenagem e correio	0,0	63,2	10,5	10,5	10,5	0,0	5,3	100,0
Saúde humana e serviços sociais	0,0	23,5	29,4	29,4	5,9	5,9	5,9	100,0
Serviços domésticos	37,5	56,3	0,0	0,0	6,3	0,0	0,0	100,0
Administração pública, defesa e seguridade social	0,0	36,8	42,1	15,8	5,3	0,0	0,0	100,0
Educação	0,0	25,0	25,0	6,3	18,8	25,0	0,0	100,0
Outras atividades de serviços	16,7	50,0	8,3	16,7	8,3	0,0	0,0	100,0
Alojamento e alimentação	25,0	62,5	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Outro	9,7	45,2	12,9	12,9	16,1	3,2	0,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Nota: O Salário-mínimo (SM) vigente no período era de R\$ 1.045,00 (BRASIL, 2020). Os rendimentos referem-se apenas ao rendimento do trabalho, portanto excluem todos os demais rendimentos recebidos pelos moradores das comunidades estudadas.

O ramo Saúde humana e serviços sociais é o que conta com uma distribuição mais equilibrada entre as faixas de rendimento de mais de 0,5 a 1 SM até mais de 1,5 a 2 SM, com percentuais entre 23,5% e 29,4%.

Esses resultados confirmam os estudos de Silva (2001) para quem a soma dos rendimentos não-agrícolas das pessoas residentes nos espaços rurais, neste caso do setor terciário, havia superado os rendimentos provenientes exclusivamente das atividades agrícolas.

A Tabela 3 apresenta os resultados para as comunidades pesquisadas dos ramos de atividade do setor terciário e as faixas de rendimentos auferidos pelas pessoas ocupadas componentes da amostra.

Considerando a distribuição dos ramos de atividades, na Comunidade Cacao Pirêra há uma distribuição maior entre os diversos ramos, com destaque maior para saúde humana e serviços sociais, comércio e reparação de veículos e transporte, armazenagem e correio. Essas ocupações representam aproximadamente 45% de todas as ocupações realizadas pelas pessoas entrevistadas ocupadas nessa comunidade.

Tabela 3 - Percentual da população pesquisada ocupada com 10 anos ou mais de idade no setor terciário nas comunidades de Iranduba (AM), por ramo de atividade, faixa de rendimento (em salário-mínimo) e comunidade – 2020.

Atividade e Rendimento	Comunidade										Total
	CP	BJ	NC	SB	R13	RMZ	MC	CC	FD	VP	
Ramo de atividade											
Comércio e reparação de veículos	14	0	20	12	20	10,7	20,9	29	0	16	15,7
Transporte, armazenagem e correio	14	0	0	12	20	21,4	14	14	20	13	13,4
Saúde humana e serviços sociais	16	0	0	20	20	3,6	7	0	40	6,5	10,1
Serviços domésticos	6	0	30	4	0	7,1	11,6	14	0	9,7	9,7
Administração pública, defesa e seguridade social	10	33	0	4	0	14,3	7	14	0	16	9,2
Educação	8	0	25	4	0	7,1	4,7	0	0	16	8,8
Outras atividades de serviços	0	33	5	20	40	10,7	14	0	0	3,2	8,8
Alojamento e alimentação	4	33	10	8	0	0	2,3	14	0	13	6
Outro	28	0	10	16	0	25	18,6	14	40	6,5	18,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Faixa de rendimento											
Até 0,5 SM	6,1	0	25	11	20	16,7	10,7	0	0	15	12
Mais de 0,5 a 1,0 SM	42,4	33	67	42	60	29,2	53,6	33	20	42	43,7
Mais de 1,0 a 1,5 SM	9,1	67	0	16	0	12,5	14,3	33	40	31	16,5
Mais de 1,5 a 2,0 SM	24,2	0	0	11	20	8,3	17,9	0	20	3,8	12,7
Mais de 2,0 a 3 SM	15,2	0	0	5,3	0	25	3,6	33	20	3,8	10,1
Mais de 3,0 a 5 SM	3	0	8,3	11	0	4,2	0	0	0	3,8	3,8
Mais de 5 SM	0	0	0	5,3	0	4,2	0	0	0	0	1,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Nota: Comunidades: Cacau Pirêra (CP), Bom Jesus (BJ), Novo Catalão (NC), São Sebastião da Serra Baixa (SB), São Sebastião do Ramal do 13 (R13), Residencial Maria Zeneide (RMZ), Mutirão do Cacau (MC), Cachoeira do Castanho (CC), Fé em Deus/Ramal do Mudo (FD) e Vila do Paricatuba (VP).

Deste ramo, as ocupações concentram exclusivamente na área de saúde, principalmente com profissionais de nível médio, como técnicos em enfermagem, agentes de saúde, técnicos em saúde bucal, dentre outros. Na realidade, na maioria das comunidades que tem profissionais nesta área de ocupação, poucos apresentam nível superior. Apenas nas comunidades São Sebastião da Serra Baixa e São Sebastião do Ramal do 13 esses profissionais se fazem presentes. Cacau Pirêra é a comunidade mais populosa entre as pesquisadas e se constitui em um distrito do município de Iranduba que tem buscado nas últimas décadas sua emancipação político-administrativa (MUNIZ,

2014,A7;ACRITICA,2018). Em comparação com as demais comunidades, essa comunidade apresenta uma infraestrutura maior em termos de serviços públicos, porém ainda com bastante deficiência em vários aspectos como saneamento básico.

Na Comunidade Bom Jesus, a menor em termos populacionais entre as pesquisadas, as ocupações se concentram nos ramos administração pública, defesa e seguridade social; alojamento e alimentação e outras atividades de serviços, com participação semelhante entre eles (33,3%).

Na Comunidade Novo Catalão, que se constitui em um assentamento rural relativamente novo oriundo do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Cachoeira (PDS-Cachoeira), com cerca de quatro anos de existência (AMAZONAS, 2019), concentra suas atividades terciárias nos ramos serviços domésticos, educação e comércio. Das pessoas que compõem a amostra residentes na comunidade, 75% se ocupam nas atividades desses ramos. A característica peculiar da formação da comunidade e do tipo de residência existente (lotes rurais) permitem entender a maior aglutinação de pessoas ocupadas nos serviços domésticos. Neste ramo, as ocupações de caseiro são as que dão sentido a ele (83,3% do total do ramo de atividade). Em relação ao ramo educação, os profissionais são de nível superior e 100% estão ligados diretamente à docência. No ramo do comércio, as atividades realizadas pelas pessoas pesquisadas ocupadas não exigem nível mais elevado de qualificação, requerendo apenas a qualificação básica.

As comunidades São Sebastião da Serra Baixa e São Sebastião do Ramal do 13 apresentam estrutura de ocupações relativamente semelhantes, com concentração nos ramos outras atividades de serviços; saúde humana e serviços sociais; transporte, armazenagem e correio e comércio e reparação de veículos. As ocupações do ramo outras atividades de serviços apresentam maior participação de profissionais da área cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, como barbeiro, designer de sobrancelha, manicure, dentre outros. Da mesma forma que nas comunidades anteriormente mencionadas, o ramo de transporte, armazenagem e correio conta com praticamente 100% dos profissionais ligados às ocupações de condução de veículos, como também no ramo comércio e reparação de veículos as ocupações são exclusivamente ligadas à comercialização de produtos.

O Residencial Maria Zeneide foi formado como um condomínio residencial, originalmente, construído para abrigar o corpo de professores e técnicos da universidade estadual que se instalaria no município de Iranduba. Como o projeto de expansão daquela universidade não se concretizou, o conjunto residencial passou a abrigar famílias do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2018. Diferentemente da maioria das comunidades pesquisadas, no Residencial Maria Zeneide, as atividades agrícolas não podem ser realizadas uma vez que não existe espaço disponível para atividades agrícolas na comunidade ou mesmo nas suas proximidades. Por esta razão, praticamente 100% das pessoas ocupadas na comunidade realizam atividades ligadas ao setor terciário. Dentre

essas atividades, a maior participação das pessoas ocupadas que compõem a amostra encontra-se nos ramos transporte, armazenagem e correio; administração pública, defesa e seguridade social, comércio e reparação de veículos e outras atividades de serviços. As categorias profissionais de condutores de veículos são as principais atividades do ramo de transporte, armazenagem e correio, seguida da participação dos carteiros. As ocupações ligadas à administração pública são as com maior participação deste ramo, com profissionais de qualificação média. No comércio, 2/3 das ocupações estão ligadas à venda de produtos.

A Comunidade Mutirão do Cacau surgiu a partir do espraiamento territorial de Cacau Pirêra e se constitui em uma localidade com características mais urbanizadas. Por esta razão, as atividades agrícolas são praticamente inexistentes entre as pessoas ocupadas entrevistadas na comunidade. A maior participação dos setores econômicos está no terciário com mais de 2/3 do total. Entre as atividades desse setor, as mais importantes em termos percentuais são comércio e reparação de veículos; transporte, armazenagem e correio e outras atividades de serviços. Novamente a comercialização de produtos aparece como a mais importante entre o ramo de comércio e reparação, com 78% do total, enquanto no de transporte, 100% referem-se a atividades de condução de veículos.

A Comunidade Cachoeira do Castanho, inicialmente formada por agricultores rurais, tornou-se um local para realização de lazer nas cachoeiras da comunidade, um dos atrativos turísticos e fonte de renda dos moradores da comunidade. Esta característica da comunidade explica, em parte, o percentual mais elevado do comércio nas ocupações das pessoas residentes que fizeram parte da amostra.

A Vila do Paricatuba, por ser uma das comunidades mais populosas, tem uma distribuição maior entre os ramos de ocupações que são realizadas pelas pessoas entrevistadas. Os ramos comércio, administração pública e educação são os que contam com os maiores percentuais de participação. Atividades ligadas à venda de produtos, à segurança, à docência e serviços auxiliares à administração escolar são as de maior participação das pessoas entrevistadas ocupadas.

Considerando o rendimento do setor terciário recebido pelos moradores entrevistados ocupados, a faixa de rendimentos com percentuais mais elevados é o de mais de 0,5 a 1 SM. As comunidades Novo Catalão, São Sebastião do Ramal do 13 e Mutirão do Cacau contam com mais de 50% de participação dessa classe de remuneração. Outras comunidades também contabilizam a participação elevada dessa faixa de salários, como são os casos de Cacau Pirêra, São Sebastião da Serra Baixa e Vila do Paricatuba. Todas elas com percentuais acima de 40%.

Bom Jesus é a única comunidade em que a faixa de rendimentos de mais de 1 a 1,5 SM conta com percentual tão elevado (66,7%). Por outro lado, São Sebastião da Serra Baixa e Residencial Maria Zeneide são as únicas comunidades em que as pessoas entrevistadas ocupadas no setor terciário auferem rendimentos na faixa de maior remuneração (mais de 5 SM). Inclusive a metade das

comunidades não tem rendimentos registrados nas duas maiores classes de rendimentos, como são os casos de Bom Jesus, São Sebastião do Ramal do 13, Mutirão do Cacau, Cachoeira do Castanho e Fé em Deus-Ramal do Mudo. Por outro lado, a faixa de rendimento mais de 2 a 3 SM somente uma participação um pouco mais elevada nas comunidades Residencial Maria Zeneide Cachoeira do Castanho.

Estas baixas faixas de rendimento estão em consonância com Silva (2001) quando aponta que ainda que as ocupações não agrícolas, neste caso as do setor terciário, não sejam tão penosas, são precárias e de baixa qualificação (SILVA, 2001). Segundo o autor, em geral, essas ocupações compreendem serviços pessoais derivados da alta concentração da renda existente no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu explorar a configuração do setor terciário nas comunidades rurais às margens da Rodovia AM-010 de Iranduba (AM), atestando a heterogeneidade do setor terciário também em comunidades rurais com necessidades urbanas. Sobre a dinâmica econômica nas comunidades analisadas, o comércio varejista e os balneários e restaurantes são subsetores principais.

Apesar de em algumas comunidades as faixas de remuneração apresentarem uma representatividade em torno de 1/4 a 1/3 da faixa ‘Mais de 1 SM a 1,5 SM’ entre os indivíduos da comunidade em ocupações não agrícolas, a faixa de rendimentos com mais representatividade entre as comunidades é a ‘Mais de 0,5 SM a 1 SM’. É por este motivo que há a necessidade de se pensar em políticas que contemplem não somente a promoção de renda, como também a melhoria dos rendimentos das ocupações agrícolas e não agrícolas.

As diferenças de remuneração demonstraram que a pluriatividade tem se tornado comum nas comunidades rurais do Brasil.

O escopo deste artigo limitou-se às ocupações do setor terciário. Para entender o comportamento das ocupações não regulares ou informais (remuneradas ou não) no setor terciário das comunidades, tais como ‘afazeres domésticos’, ‘atividades estudantis’, ‘trabalhos eventuais para terceiros’, e identificar se a baixa remuneração identificada expressa fragilidade nas relações de trabalho (carteira assinada ou não), faz-se necessário dar continuidade às análises, o que deverá ser feito em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). *Amazonas em mapas*: 2018. 4. ed. Manaus, 2020. Disponível em: http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Amazonas-em-Mapas_4a-edicao_ano-2020.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). *Amazonas registra crescimento de 0,55% no PIB de 2020 em comparação a 2019*. Manaus, 11 mar. 2021. Disponível em: <http://www.sedecti.am.gov.br/amazonas-registra-crescimento-de-055-no-pib-de-2020-em-comparacao-a-2019/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Produção Rural e Sustentabilidade (SEPROR). *Sepror promove 'Dia no Campo' e reúne instituições para conhecer assentamento em Iranduba*. Manaus, 25 abr. 2019. Disponível em: <http://www.sepror.am.gov.br/sepror-promove-dia-no-campo-e-reune-instituicoes-para-conhecer-assentamento-em-iranduba/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, edição 22, p. 1, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-919-de-30-de-janeiro-de-2020-240824899#:~:text=for%C3%A7a%20de%20lei%3A-Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRITO, Marcelo Ferreira de; PEREIRA, Anete Marília. Breves considerações sobre a importância do setor terciário para a economia de Montes Claros/MG. *Revista Cerrados*, [S. l.], v. 11, n. 01, p. 67–78, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/3026/3017>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CÂMARA vota no próximo dia 15 projeto de emancipação dos municípios 2018. *acrítica.com*. Manaus, 07 maio 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/camara-vota-no-proximo-dia-15-projeto-de-emancipacao-dos-municipios>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CAMPOLINA, Bernardo; SILVEIRA, Fernando Gaiger. O mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional. In: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008, Rio Branco - Acre. *Anais [...]*. Rio Branco - Acre, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 20 a 23 de julho de 2008.

CARMO, Wagner. *O novo mundo rural, o crescimento das cidades e os impactos ambientais*. empório do direito. com.br. 05 ago. 2018. Disponível em: <https://emporiოდireito.com.br/leitura/o-novo-mundo-rural-o-crescimento-das-cidades-e-os-impactos-ambientais>. Acesso em: 2 abr. 2021.

COSTA, Adriana Uchôa. *No caminho das águas, na poeira da estrada: cenário rural de Iranduba em face a (re) configuração da Região Metropolitana de Manaus – RMM*. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CUCOLO, Eduardo; QUEIROLO, Gustavo. Veja como é calculada a participação de cada setor da economia no PIB. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 maio 2020. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/veja-como-e-calculada-a-participacao-de-cada-setor-da-economia-no-pib.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CUNHA, Alecsandra Santos da. As Estratégias de Resistência da Agricultura Familiar no Cerro da Jaguatirica e no Rincão dos Saldanhas – Manoel Viana/RS. In: DAVID, César De; WIZNIEWSKY, C. R.; CANCELIER, J. W. (Orgs). *Rio Grande do Sul: estudos de geografia agrária*. Porto Alegre: Evangraf, 2015. cap. 7, p.143-164. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/538/2019/05/Rio-Grande-do-Sul-estudos-de-geografia-agr%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v.46, n.6, p.1575-1597, nov./dez. 2012.

GARCIA, Camila. *Entenda o que são os cargos comissionados*. descomplica MASTER JURIS. 31 maio 2019. Disponível em: <https://masterjuris.com.br/entenda-o-que-sao-os-cargos-comissionados/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil em síntese: serviços*. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil: Amazonas: Iranduba: Panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/iranduba/panorama>. Acesso em: 23 abr. 2021.

IZIQUE, Claudia. O novo rural brasileiro. *Revista FAPESP*. Economia, edição 52, abr. 2000. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-rural-brasileiro/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

KOBOTOOLBOX. *About KoBoToolbox*. 2020. Disponível em: <https://www.kobotoolbox.org/>.

LIMA, Elaine Carvalho de; LIMA, Érica Priscilla Carvalho de; OLIVEIRA NETO, Calisto Rocha de. Análise das atividades de comércio e serviços na região metropolitana de Natal. *Revista de Estudos Sociais, [S. l.]*, v. 19, n. 39, p. 111-127, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4318>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, Jul./dez. 2002.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Regional typology: Updated statistics*. Paris: OECD Publishing, 2009. 16 p.

PNUD; IPEA; FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/130185>. Acesso em: 24 fev. 2022.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. *Rev. NERA – Dossiê, Presidente Prudente*, ano 21, n. 42, p. 256-280, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5695/4301>. Acesso em: 11 abr. 2021.

RODRIGUES, Marcelo da Silveira. et al. Iranduba: Características socioambientais de um município em transformação. *Documentos Técnicos FVA*. Número 2. Manaus: FVA, 2014.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As famílias pluriativas e não-agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. *RESR*. Piracicaba, SP, v. 54, n.3, p.561-582, Jul/set, 2016. Disponível em: <https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/1234-56781806-94790540309>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVA, Elane Cristina Lima. *Cotidiano e cultura: a dinâmica da organização social na Vila de Paricatuba no Amazonas*. 2018. 198 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21218/2/Elane%20Cristina%20Lima%20da%20Silva.pdf>.

Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9821>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SILVA, José Graziano; GROSSI, Mauro Eduardo Del. *O Novo rural brasileiro*. Oficina de atualização temática, 1999. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/download/file>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SIMONI, Joana Cruz de. *Múltiplas escalas de transformação nas relações urbano-rurais: O espaço rural friburguense e suas urbanidades impulsionadas pelas técnicas de informação e comunicação*. 2019. 228f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47216/47216.PDF>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SOUSA, Isaque dos Santos. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço – urbano à reprodução do capital*. 2013. 249 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/publico/2013_IsaqueDosSantosSousa.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.



O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional coloca a disposição de seus usuários a versão interativa da Revista Eletrônica Documento/Monumento, periódico eletrônico voltado a divulgação de artigos científicos produzidos por professores, alunos e técnicos.

NDIHR

